



**Universidade de Aveiro** Departamento de Ambiente e Ordenamento  
Ano 2013

**HELENA  
CLÁUDIA  
DA CRUZ  
ALBUQUERQUE**

**ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TURISMO NA RIA DE AVEIRO**





**HELENA  
CLÁUDIA  
DA CRUZ  
ALBUQUERQUE**

## **ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO NA RIA DE AVEIRO**

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências e Engenharia do Ambiente realizada sob a orientação científica da Doutora Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins, Professora Associada do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro e coorientação científica do Doutor Carlos Manuel Martins Costa, Professor Catedrático do Departamento de Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro

Apoio financeiro da FCT, no âmbito de uma Bolsa de Doutoramento do POPH – QREN – Tipologia 4.1. – Formação Avançada, comparticipada pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais. do MCTES



## **o júri**

presidente

Prof. Doutor António Carlos Mendes de Sousa  
professor catedrático da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Carlos Manuel Martins da Costa  
professor catedrático da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos  
professor associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Prof.<sup>a</sup> Doutora Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins  
professora associada da Universidade de Aveiro

Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria de Fátima Lopes Alves  
professora auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Jorge Manuel Rodrigues Umbelino  
professor auxiliar com agregação da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

Prof. Doutor António Domingos de Sousa Abreu  
professor convidado do Instituto Superior de Administração e Línguas

Doutor Carlos Manuel Baptista Cardoso Ferreira  
Bolseiro de Pós-Doutoramento do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa



## **agradecimentos**

A elaboração de uma tese de doutoramento é um processo longo para o qual é sempre necessário o contributo e o apoio de um conjunto de pessoas (professores, orientadores, colegas, amigos, família) e instituições, sem os quais não seria possível finalizá-lo.

Foram muitas as pessoas que de alguma forma contribuíram com o seu tempo, com os seus ensinamentos, com o seu apoio para que pudesse finalmente terminar esta etapa e para os quais pretendo aqui dirigir os meus agradecimentos.

Em primeiro lugar, quero agradecer o apoio dos meus orientadores. À Professora Doutora Filomena Martins, que como sempre, se demonstrou uma orientadora atenta, dedicada, encorajadora e amiga em todos os momentos mais difíceis de elaboração da tese. O mesmo agradecimento é atribuído ao Professor Carlos Costa, pela forma como acompanhou o desenvolvimento do trabalho e pela disponibilidade que sempre demonstrou para esclarecimento de dúvidas e formulação de sugestões.

À Universidade de Aveiro e em particular ao Departamento de Ambiente e Ordenamento (dAO), pelas condições físicas e materiais disponibilizadas.

À Entidade Regional Turismo Centro de Portugal, agradeço o fornecimento de informação necessária à realização da análise dos recursos turísticos existentes na região em estudo.

Aos municípios que compõem a área em estudo (Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mira, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos), quero expressar também os meus agradecimentos, dirigido em especial aos Srs. Presidentes, pela disponibilidade que demonstraram para a realização das entrevistas que sustentam o caso de estudo.

Da mesma forma, gostaria de expressar os meus agradecimentos aos diretores das diversas unidades hoteleiras que se disponibilizaram a entregar os inquéritos aos seus clientes e que permitiram uma análise do interesse que os turistas têm por esta região. À casa de Fontes, em Albergaria-a-Velha, ao Hotel Conde D'Águeda e à Estalagem da Pateira, em Águeda, aos Hotéis Imperial, Mercure Aveiro (atual Veneza Hotel), Meliá Ria, Moliceiro, em Aveiro, ao Hotel da Barra e à Pensão Azevedo, em Ílhavo, ao Aparthotel Miravillas, em Mira, aos Jardins da Ria e à Pousada da Ria, na Murtosa, ao Hotel Paraíso, em Oliveira do Bairro, ao Aqua Hotel, em Ovar, à Pensão o Cortiço, à Quinta da Olga, à Quinta da Aldeia e à Quinta do Mosteiro, em Sever do Vouga, e por fim à Quinta do Éden, em Vagos, os meus sinceros agradecimentos.

Ainda relativamente aos inquéritos, não posso também deixar de agradecer ao Sr. Joaquim Amaral de Pinho e à Fátima Condinho pela ajuda na distribuição e recolha dos inquéritos.

## **agradecimentos**

Foram ainda muitos os amigos e colegas que demonstraram sempre disponibilidade, amizade e colaboração.

A todos aqueles que sempre me iam perguntando: “Está a correr bem”? “Já terminaste”? “Quando terminas”? – Obrigado por sempre o fazerem pois incentivaram-me a que chegasse ao fim...

Às minhas colegas da Escola Superior de Educação de Viseu, que tão bem me receberam e que sempre me incentivaram na finalização deste longo processo...

Às minhas amigas e colegas de “investigação” Margarida Ferreira da Silva, Sandra Valente, Luísa Pinho e Cristina Ribeiro, o meu enorme agradecimento por todos os conselhos, apoio e contínua amizade que sempre me transmitiram.

Ao Luís Galiza, pela disponibilidade em me auxiliar na utilização dos Sistemas de Informação Geográfica e pelos ensinamentos transmitidos que muito me auxiliaram neste processo...

À Maria João Pires da Rosa pela amizade, paciência e pelas dicas pertinentes que me concedeu na realização da apresentação...

Aos meus amigos e colegas da Síntese, Serena Tavares, Fátima Condinho e Alberto Pedrosa, também um enorme agradecimento por me darem força nos momentos mais críticos e em que tudo parece correr mal...

À minha família (irmão, sogros e cunhados) por todo o incentivo que sempre demonstraram e que muito me motivou a terminar este trabalho...

Aos meus pais, pelo apoio, pelas condições que sempre me proporcionaram e porque sem eles nada disto era possível...

Ao Miguel e à Raquel, pelos momentos de maior ausência e pelas oscilações de humor que muitas vezes foram difíceis de contornar...

Ao João... não há agradecimento que descreva todo o apoio... todo o incentivo, todas as horas perdidas com leituras, correções, sugestões... todo o carinho, confiança e paciência que sempre transmitiu... sem ti, nunca teria sido possível chegar ao fim desta etapa!



## palavras-chave

Turismo sustentável, áreas costeiras, Ria de Aveiro, Modelo de Desenvolvimento

## resumo

O turismo costeiro é a atividade turística mais relevante em Portugal. Este facto deve-se essencialmente à extensa e diversificada linha de costa e à crescente procura destas áreas pelas suas características paisagísticas, que levou a um forte desenvolvimento da atividade turística ao longo das últimas décadas. No entanto, o turismo que se tem vindo a praticar nas áreas costeiras portuguesas não responde às questões da sustentabilidade que cada vez mais estão na base da competitividade dos destinos turísticos.

A garantia de sustentabilidade e a atração pelo novo e pelo diferente são fatores essenciais à capacidade de atração e competitividade de um determinado território. O sector turístico não foge à regra. Como tal é necessário inverter o modelo massificado que caracteriza o turismo costeiro e inovar nos métodos e nos modelos de desenvolvimento deste turismo. A região da Ria de Aveiro, composta por 11 municípios, é uma região com fortes potencialidades turísticas, mas que se encontram subaproveitadas ou incorretamente geridas. Esta região apresenta um forte potencial para a prática de um turismo sustentável, valorizando os recursos naturais e culturais que possui. É uma região que tem como ponto de conexão a “Ria de Aveiro”, sendo uma das principais zonas húmidas do território português. Além da Ria, possui variadíssimos recursos turísticos tais como praias marítimas e fluviais, frentes ribeirinhas, marinhas de sal, florestas, áreas de interesse conservacionista, aldeias serranas, património arquitetónico, nomeadamente religioso, casas de interesse (arte nova, palheiros), museus, azulejaria, estações arqueológicas, entre outros. A proximidade entre o mar e a serra cria condições para a diversificação da paisagem, surgindo áreas tipicamente serranas que contrastam com a planície costeira e lagunar. Esta variedade de recursos constitui uma excelente oportunidade para os municípios que compõem a região, porque podem ajudar a definir e a sustentar estratégias de desenvolvimento turístico mais competitivas e associadas ao quadro de recursos naturais disponíveis. É necessário, assim, uma aposta nas singularidades e especificidades da região, oferecendo o que outros destinos não conseguem oferecer, através da exploração sustentável dos recursos endógenos. No entanto, é fundamental existir vontade política para que se possam promover e aplicar estratégias de turismo sustentável neste território. Pretende-se com este trabalho apresentar um modelo estratégico para o sector do turismo da região da Ria de Aveiro, através de uma abordagem diferenciadora, que promova e potencie, de forma integrada o quadro de recursos existentes. Esta abordagem baseia-se em quatro premissas que pretendem estruturar e orientar o modelo estratégico apresentado, sendo elas a identidade da região, a sustentabilidade e competitividade, a construção de redes e a coesão sociocultural.

**keywords**

Sustainable Tourism, Coastal Areas, Ria de Aveiro, Strategic Development Model

**abstract**

Coastal tourism is the most important touristic activity in Portugal. This is mainly due to the extensive and diversified coastline and to the increasing demand for its landscape features, which led to a strong development of tourism activity over the past decades. However, tourism that has been developed in Portuguese coastal areas does not respond to sustainability issues that increasingly underpin competitiveness of touristic destinations. Ensuring sustainability and attraction to the new and different are essential factors to the attractiveness and competitiveness of a given territory. Tourism sector is not an exception. As such, it is necessary to invert the mass model featuring coastal tourism and innovate in the methods and models for development of tourism.

“Ria de Aveiro” region, comprising eleven municipalities, is a region with strong touristic potentialities, but undervalued or improperly managed. This region has a great potential for the practice of sustainable tourism, enhancing natural and cultural resources. The connection point is the resource “Ria de Aveiro”, one of the most important wetlands in Portugal. Besides that resource, it has numerous different touristic resources, such as coastal and fluvial beaches, wetlands, salt pans, forests, conservation areas of interest, mountain villages, architectonic patrimony, including religious patrimony, typical houses, museums, archaeological sites, among others. The proximity of sea and mountains creates conditions for the diversification of landscape, namely typically mountainous areas in contrast with coastal and lagoon plain. This variety of resources is an excellent opportunity for the region, since it can help to define and sustain more competitive tourism development strategies, associated to the natural and cultural resources framework. It is necessary, therefore, to wager on the specificities and singularities of the region, offering what no other destinations can offer, through sustainable enhancement of endogenous resources. However, institutional determination is essential to promote and implement sustainable tourism strategies in the territory. The principal purpose of this investigation is to present a strategic model for tourism sector in “Ria de Aveiro” region, through a distinctive approach that promotes and enhances resources framework, in an integrated manner. This approach is based in four premises that pretend to structure and guide the presented strategic model, namely region’s identity, sustainability and competitiveness, networks and sociocultural cohesion.

## Índice

Capítulo 1 – Notas Introdutórias .....	13
1.1. Introdução.....	15
1.2. Objetivos .....	17
1.3. Metodologia .....	18
1.4. Estrutura do documento .....	22
Capítulo 2 – Desenvolvimento Sustentável e Áreas Costeiras.....	25
2.1. Introdução.....	27
2.2. Desenvolvimento Sustentável.....	28
2.3. A Importância das Áreas Costeiras .....	32
2.4. O Desenvolvimento Sustentável das Áreas Costeiras e o Conceito de Gestão Integrada .....	37
2.4.2. A GIZC no Contexto Europeu .....	40
2.5. Síntese .....	45
Capítulo 3 – Turismo Sustentável e Áreas Costeiras.....	47
3.1. Introdução.....	49
3.2. O Turismo Sustentável.....	52
3.2.1. Contexto Internacional .....	57
3.2.2. Contexto Europeu.....	63
3.3. O Turismo Sustentável nas Áreas Costeiras.....	68
3.4. Experiências Europeias – Alguns Casos .....	72
3.4.1. Sustainable Tourism in the Broads.....	77
3.4.2. Plan General del Turismo Sostenible de Andalucía 2008-2011 .....	85
3.4.3. Vainameri Project.....	93
3.5. Síntese .....	101
Capítulo 4 – As Áreas Costeiras Portuguesas e as Potencialidades do Turismo Sustentável .....	105
4.1. Introdução.....	107
4.2. Áreas Costeiras Portuguesas .....	109
4.3. A Gestão Costeira em Portugal.....	114
4.3.1. A Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira.....	117
4.4. O Turismo Nacional .....	124
4.4.1. Introdução .....	124
4.4.2. Do Plano Nacional de Turismo ao PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo .....	126
4.4.3. A Importância do Turismo Costeiro em Portugal .....	141
4.5. Síntese .....	145
Capítulo 5 – A Região da Ria de Aveiro .....	147
5.1. Introdução.....	149

5.2. Caracterização da Área de Estudo.....	150
5.2.1. Características Gerais.....	150
5.2.2. Caracterização da Oferta e Procura Turística .....	159
5.2.3. Os Recursos Turísticos da Ria de Aveiro.....	173
5.3. Síntese .....	190
Capítulo 6 – Os Diferentes Instrumentos do Território .....	193
6.1. Introdução.....	195
6.2. Análise dos Instrumentos com aplicação na área em estudo.....	196
6.3. Síntese .....	230
Capítulo 7 – Duas Visões do Turismo – Os Agentes Decisores e os Visitantes.....	233
7.1. Introdução.....	235
7.2. A Visão dos Municípios.....	236
7.2.1. Análise das Entrevistas .....	237
7.3. O que Procura Quem Visita .....	245
7.3.1. Caracterização Geral dos Inquiridos .....	247
7.3.2. Características da Visita.....	250
7.3.3. Atratividade e Conhecimento da Região.....	252
7.4. Síntese .....	258
Capítulo 8 – Estratégia de Turismo Sustentável para a Ria de Aveiro.....	261
8.1. Introdução.....	263
8.2. Bases para uma nova forma de abordagem do Turismo na Ria de Aveiro.....	267
8.3. Modelo Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Sustentável.....	272
8.3.1. Premissas e a Estruturação do Modelo.....	272
8.3.2. Descrição e caracterização do Modelo .....	278
8.3.3. A Atuação da Estrutura Operacional.....	285
Capítulo 9 – Conclusões e Recomendações.....	289
Referências Bibliográficas.....	299

## Índice de Figuras

Figura 1 – Esquema metodológico .....	21
Figura 2 – Perspetiva de desenvolvimento sustentável, segundo a Gestão Integrada das Zonas Costeiras Europeias .....	43
Figura 3 – Modelo dos valores e princípios do Turismo Sustentável .....	55
Figura 4 – Localização dos diferentes casos de estudo analisados .....	75
Figura 5 – Enquadramento de The Broads.....	77
Figura 6 – Estrutura de coordenação da Estratégia de Turismo Sustentável em Broads .....	83
Figura 7 – Andaluzia .....	85
Figura 8 – Enquadramento de Vainameri .....	93
Figura 9 – Esquema Organizativo do Projeto .....	98
Figura 10 – Áreas Naturais com estatuto de proteção .....	111
Figura 11 – Principais recursos por região, segundo o PENT .....	130
Figura 12 – Enquadramento da área em estudo.....	151
Figura 13 – Hipsometria e Principais cursos de água.....	153
Figura 14 – Áreas Naturais Classificadas na região em estudo.....	155
Figura 15 – Normais Climatológicas 1981-2010 (Estação climatológica de Aveiro) .....	156
Figura 16 – Distribuição da população empregada nas atividades relacionadas com o sector do turismo .....	158
Figura 17 – Estabelecimentos Hoteleiros na área de estudo em 2011 .....	164
Figura 18 – Evolução do N° de estabelecimentos Hoteleiros, por tipo, na região Ria de Aveiro ..	165
Figura 19 – Evolução da capacidade de alojamento na Ria de Aveiro .....	166
Figura 20 – Distribuição dos Estabelecimentos Hoteleiros, por concelhos, 2011 .....	167
Figura 21 – Distribuição da Capacidade de Alojamento, por concelhos, de 2011 .....	167
Figura 22 – Capacidade de alojamento, por cada 1000 habitantes.....	168
Figura 23 – Hóspedes, por país de proveniência, 2011 .....	170
Figura 24 – Entrada de Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros .....	170
Figura 25 - Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros .....	171
Figura 26 – Dormidas, por país de proveniência, 2011 .....	171
Figura 27 – Estada média dos turistas nos estabelecimentos hoteleiros, 2011 .....	172
Figura 28 – Recursos Turísticos da região da Ria de Aveiro.....	179
Figura 28 (a) – Praias.....	180
Figura 28 (b) – Náutico .....	180
Figura 28 (c) – Pesca .....	181
Figura 28 (d) – Spot Surf .....	181
Figura 28 (e) – Apoios de Praia.....	182

Figura 28 (f) – Locais Naturais Classificados.....	182
Figura 28 (g) – Pontos de Interesse .....	183
Figura 28 (h) – Património .....	183
Figura 28 (i) – Equipamentos Culturais.....	184
Figura 28 (j) – Confrarias .....	184
Figura 28 (k) – Empresas de Animação Turística .....	185
Figura 28 (l) – Enoturismo.....	185
Figura 28 (m) – Escolas e Associações.....	186
Figura 28 (n) – Centros de Congressos .....	186
Figura 28 (o) – Postos de Turismo .....	187
Figura 28 (p) – Transportes.....	187
Figura 28 (q) – Alojamento.....	188
Figura 28 (r) – Restaurantes .....	188
Figura 28 (s) – Percursos Cicláveis e Pedonais.....	189
Figura 29 – Nacionalidade dos Inquiridos, 2009.....	247
Figura 30 – Estrutura estadia dos inquiridos, 2009 .....	248
Figura 31 – Estrutura etária dos inquiridos, segundo a nacionalidade, 2009 .....	248
Figura 32 – Nível de escolaridade (a) e condição perante o trabalho (b), 2009.....	249
Figura 33 – Profissão, de acordo com o Código de Grupo de Profissões, 2009 .....	249
Figura 34 – Número de acompanhantes, por nacionalidade, 2009 .....	250
Figura 35 – Motivo da visita, por nacionalidade, 2009.....	251
Figura 36 – Duração da visita, 2009.....	251
Figura 37 – Duração da visita, segundo a nacionalidade, 2009 .....	252
Figura 38 – Características da região que mais atraem os inquiridos, 2009.....	253
Figura 39 – Património Natural que conhece na região, 2009 .....	253
Figura 40 – Património Cultural e eventos que conhece na região, 2009.....	254
Figura 41 – O que já visitou de Património Natural na região, 2009 .....	254
Figura 42 – O que já visitou de Património Cultural na região, 2009.....	255
Figura 43 – Avaliação do interesse de atividades turísticas, 2009 .....	255
Figura 44 – Conhecimento de Programas Turísticos da região, 2009.....	256
Figura 45 – Avaliação do interesse de atividades turísticas, 2009 .....	257
Figura 46 – Etapas para a Implementação de uma Estratégia de Turismo Costeiro Sustentável, segundo a UNEP (2009).....	268
Figura 47 – Processos de Planeamento e Gestão dos Destinos Turísticos – Os Ciclos e as Estruturas Mentais e Organizacionais .....	269
Figura 48 – Premissas e Bases do Modelo Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo .....	274

Figura 49 – Equilíbrio entre o binómio em que assenta a estratégia .....	275
Figura 50 – Conceito de Rede no Modelo Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo .....	276
Figura 51 – Modelo Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo .....	277
Figura 52 – Estrutura Operacional .....	286





## Índice de Quadros

Quadro 1 – Dimensões do Desenvolvimento Sustentável .....	31
Quadro 2 – Impactos do Turismo .....	52
Quadro 3 – Critérios de Seleção dos Casos de Estudo.....	73
Quadro 4 – Relação dos casos de estudo com a área da região da Ria de Aveiro.....	74
Quadro 5 – Casos de Estudo Analisados .....	74
Quadro 6 – Linhas Gerais Orientadoras.....	80
Quadro 7 – Objetivos Estratégicos.....	82
Quadro 8 – Missão, Descrição e Orientações do Plano.....	90
Quadro 9 – Programas .....	91
Quadro 10 – Atividades e Resultados .....	97
Quadro 11 – Síntese comparativa das três experiências analisadas com o caso de estudo da região da Ria de Aveiro .....	99
Quadro 12 – Áreas de Interesse Natural, classificadas ao abrigo de diversos estatutos de proteção .....	112
Quadro 13 – Instrumentos e iniciativas relacionadas com o Ordenamento e Gestão Costeira Nacional.....	115
Quadro 14 – Medidas identificadas na Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras .....	120
Quadro 15 – Medidas da ENGIZC consoante a prioridade .....	122
Quadro 16 – Linhas Orientadoras do PENT (2006-2015).....	128
Quadro 17 – Objetivos específicos por região turística .....	130
Quadro 18 – Principais estratégias identificadas para cada Produto Turístico Estratégico.....	131
Quadro 19 – Objetivos definidos para cada produto turístico estratégico (PENT 2013-2015)....	135
Quadro 20 – Matriz de produtos vs. destinos.....	137
Quadro 21 – Programas e Projetos do PENT 2013-2015.....	139
Quadro 22 – Unidades de Alojamento, segundo o INE, RNT e CM's.....	162
Quadro 23 – Taxa líquida de Ocupação Cama (comparação com Portugal e Região Centro) ....	172
Quadro 24 – Recursos Turísticos da Ria de Aveiro .....	176
Quadro 25 – Instrumentos de interesse para a investigação na área em estudo.....	195
Quadro 26 – Linhas de atuação ao nível do produto, segundo o PENT .....	196
Quadro 27 – Visão do PROT-C no que diz respeito ao Turismo .....	204
Quadro 28 – Eixos Estratégicos do Mais Centro .....	206
Quadro 29 – Eixo Estratégico 3 .....	207
Quadro 30 – Eixo Estratégico 4 .....	207
Quadro 31 – Eixo Estratégico 5 .....	207

Quadro 32 – Projetos-Piloto no âmbito do ESGIRA-MARIA.....	210
Quadro 33 – Eixos estratégicos e objetivos do UNIR@RIA .....	211
Quadro 34 – Objetivo estratégico para a dinamização do sector do turismo .....	212
Quadro 35 – Objetivos estratégicos, eixos estratégicos e tipologias de intervenção do POLIS Ria de Aveiro.....	214
Quadro 36 – Produtos Estratégicos identificados pelo PEDTRL.....	216
Quadro 37 – Projetos Acorantes de Desenvolvimento .....	218
Quadro 38 – Concelho de Águeda .....	219
Quadro 39 – Concelho de Albergaria-a-Velha .....	219
Quadro 40 – Concelho de Aveiro.....	219
Quadro 41 – Concelho de Estarreja.....	220
Quadro 42 – Concelho de Ílhavo.....	220
Quadro 43 – Concelho da Murtosa.....	220
Quadro 44 – Concelho de Oliveira do Bairro .....	220
Quadro 45 – Concelho de Ovar .....	221
Quadro 46 – Concelho de Sever do Vouga.....	221
Quadro 47 – Concelho de Vagos .....	221
Quadro 48 – Áreas de desenvolvimento do sector turístico, segundo os regulamentos dos PDM's da área em estudo .....	225
Quadro 49 – Síntese das medidas e/ou estratégias identificadas nos documentos estratégicos ..	230
Quadro 50 – Potencialidades de desenvolvimento turístico Municipal, de acordo com os entrevistados.....	239
Quadro 51 – Domínios / Objetivos Estratégicos para a definição de um Modelo Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo na Ria de Aveiro .....	279

## Lista de Acrónimos

---

- ADTRC** – Associação para o Desenvolvimento do Turismo da Região Centro
- AIA** – Avaliação de Impactes Ambientais
- AMRIA** – Associação de Municípios da Ria de Aveiro
- ANPC** – Autoridade Nacional de Proteção Civil
- AP** – Área Protegida
- APA** – Agência Portuguesa do Ambiente
- ARH Centro** – Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP
- CCDRC** – Comissão de Coordenação da Região Centro
- CNADS** – Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
- CCE** – Comissão das Comunidades Europeias
- CE** – Comissão Europeia
- CIRA** – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro
- CM** – Câmara Municipal
- CST** – Conselho Sectorial do Turismo
- CTP** – Cimeira do Turismo Português
- DGOTDU** – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
- DGPIU** – Direção Geral das Políticas Internas da União
- DL** – Decreto-Lei
- EEA** – European Environment Agency (Agência Europeia do Ambiente)
- EC** – European Commission (Comissão Europeia)
- ENDS** – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
- ENGIZC** – Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira
- ENM** – Estratégia Nacional do Mar
- FAO** – Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura)
- GAC-RA** – Grupo de Ação Costeira da Região de Aveiro
- GEOTA** – Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente

**GIZC** – Gestão Integrada das Zonas Costeiras

**IA** – Instituto do Ambiente

**INAG** – Instituto da Água

**ICN** – Instituto de Conservação da Natureza

**ICNF** – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas

**IFT** – Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**JOUE** – Jornal Oficial da União Europeia

**LMPMAVE** – Linha Máxima Preia-Mar de Águas Vivas Equinociais

**MAOT** – Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território

**MAOTDR** – Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

**MDN** – Ministério da Defesa Nacional

**MEAT** – Marcos Estratégicos de Atuação Turística

**MEI** – Ministério da Economia e Inovação

**MN** – Monumento Natural

**NUTS** – Nomenclatura das Unidades Territoriais

**OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**OMT** – Organização Mundial do Turismo

**PCM** – Presidência do Conselho de Ministros

**PDM** – Plano Diretor Municipal

**PEDTRL** – Plano Estratégico de Desenvolvimento da Rota da Luz

**PENT** – Plano Estratégico Nacional de Turismo

**PN** – Parque Nacional

**PNPOT** – Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

**PNT** – Parque Natural

**PNTN** – Programa Nacional de Turismo de Natureza

**PP** – Paisagem Protegida

**PP-R** – Paisagem Protegida Regional

**PO** – Programa Operacional

**POEM** – Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo

**POOC** – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

**PORND SJ** – Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto

**PMOT** – Planos Municipais de Ordenamento do Território

**PRORIA** – Implementação e Promoção do Pólo de Marca Turística Ria de Aveiro

**PROT-C** – Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro

**QREN** – Quadro de Referência Estratégico Nacional

**RCM** – Resolução de Conselho de Ministros

**RN** – Reserva Natural

**RNAP** – Rede Nacional de Áreas Protegidas

**RNDSJ** – Reserva Natural das Dunas de São Jacinto

**RNT** – Registo Nacional de Turismo

**SAER** – Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco

**SEIS** – Shared Environmental Information System (Sistema Ambiental de Informação Partilhada)

**SC** – Sítio Classificado

**SIC** – Sítio de Interesse Comunitário

**SIDA** – Swedish International Development Agency (Agência Internacional de Desenvolvimento Sueca)

**SIG** – Sistema de Informação Geográfica

**TCP** – Turismo Centro de Portugal

**UE** – União Europeia

**UNEP** – United Nations Environment Programme (Programa das Nações Unidas sobre Ambiente)

**UCPT** – Unidade de Coordenação do Plano Tecnológico

**UN** – United Nations (Nações Unidas)

**UNESCO** – United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

**UN-DESA** – United Nations Department of Economic and Social Affairs (Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais)

**UNIR@RIA** – Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro

**UNWTO** – United Nations World Tourism Organization (Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas)

**UOPG** – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

**WCED** – World Commission on Environment and Development (Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento)

**WRI** – World Resource Institute (Instituto Mundial de Recursos)

**WTO** – World Tourism Organization (Organização Mundial do Turismo)

**WTTC** – World Travel & Tourism Council (Conselho Mundial de Turismo e Viagens)

**WWF** – World Wildlife Fund (Fundo Mundial para a Vida Selvagem)

**ZC** – Zona Costeira

**ZEE** – Zona Económica Exclusiva

**ZPE** – Zona de Proteção Especial

## CAPÍTULO 1 – NOTAS INTRODUTÓRIAS

*“Um passadiço de madeira, duas tábuas atiradas de lado a lado, destas coisas rústicas, que, pela simplicidade primitiva, têm o encanto dum quadrinho. (...) De um lado e de outro o areal cultivado. A cinquenta passos o mar. E aqui ao pé de mim, à tona de água, mil reflexos – luz bebida – luz esquecida – luz parada. E o barco desliza sempre ao sabor da água. Se a vida corresse sempre assim, para o mar eterno, neste sítio ignorado onde nem canta uma ave!...”*

Raul Brandão in “Os Pescadores”, pág. 81 e 82





## 1.1. INTRODUÇÃO

O sector do turismo é um dos mais representativos da economia mundial evidenciando, atualmente, uma tendência de crescimento quer em número de chegadas, quer em volume de receitas geradas pela atividade. Se em 1990 foram contabilizadas cerca de 435 milhões de chegadas em todo o mundo, já em 2011, registaram-se aproximadamente 983 milhões, sendo este crescimento constante ao longo dos anos, apesar de pequenas quebras ocasionais (UNWTO, 2012). As receitas, atingiram um valor de 740 biliões de euros em 2011, sendo que no ano anterior, o valor rondava os 699 biliões de euros, representando assim um crescimento de 3,9% entre 2010 e 2011 (UNWTO, 2012). Além disso, esta atividade representou, em 2011, uma contribuição direta de 2,8% para o Produto Interno Bruto Mundial e uma contribuição indireta de 9,1%<sup>1</sup> (WTTC, 2012). É, desta forma, uma atividade que tem influenciado a mobilidade social, a identidade e os negócios da maior parte das nações, tanto das áreas mais desenvolvidas como das menos desenvolvidas, quer sejam recetores ou quer sejam emissores de turistas (Burns, 2006). O seu desenvolvimento, desde que feito de uma forma correta, pode ser uma ferramenta poderosa para o crescimento da economia, redução da pobreza e para a conservação dos recursos naturais e culturais (WTO, 2006).

Dentro do sector do turismo, o turismo costeiro é aquele que movimenta um maior número de visitantes e aquele que gera mais receitas a nível mundial (DGPIU, 2008). Este facto deve-se à diversidade e progressivo interesse pelo quadro de recursos naturais e socioculturais que as áreas costeiras apresentam. A exploração intensiva destes recursos deve garantir a sua valorização e preservação na defesa da sustentabilidade destes destinos e, consequentemente, na salvaguarda das suas capacidades de atração. No entanto, o turismo costeiro atravessa um período de profundas alterações, devido à concorrência cada vez maior de outros destinos e à evolução das preferências dos turistas. O popular modelo ‘sol, mar e praia’ tem vindo a perder importância uma

---

<sup>1</sup> A contribuição direta diz respeito apenas aos gastos “internos” em viagens e turismo (gastos totais em viagens e turismo de residentes e não residentes por motivos de negócio e lazer), bem como os gastos governamentais em serviços diretamente relacionados com visitantes, tais como gastos culturais (ex. museus) ou recreativos (ex. parque nacionais).

A contribuição indireta refere-se aos impactos “alargados” (impactos indiretos e induzidos) na economia. Incluem:

- Gastos em investimentos em viagens e turismo – um importante aspeto quer para a atividade presente quer para o futuro, que inclui investimentos tais como a compra de novas aeronaves e construção de novos hotéis
- Gastos governamentais “coletivos”, que auxiliam a atividade de viagens e turismo de diferentes formas, a favor das suas comunidades, tais como promoção e marketing turístico, aviação, administração, serviços de segurança e de saneamento em áreas de resort
- Compras de bens e serviços pelos sectores relacionados diretamente com o turismo, tais como a compra de alimentos por hotéis, os serviços de limpeza, a compra de combustíveis e os serviços de catering das companhias aéreas, os serviços de informação e tecnologia das agências de viagem (WTTC, 2012, pág. 2)

vez que as expectativas dos turistas atuais, relativamente à procura de áreas com elevada qualidade ambiental e à satisfação pelo serviço prestado, são superiores às dos turistas de há algumas décadas atrás. Efetivamente, hoje regista-se uma procura e um interesse por uma grande variedade de atividades e experiências de lazer associadas, tais como desportos, gastronomia, cultura e atrações naturais (DGPIU, 2008). Estes são cada vez mais os fatores que levam os turistas a deslocar-se para um destino – interessa-lhes não apenas o conforto dos empreendimentos turísticos, mas também a possibilidade de descobrirem singularidades e especificidades dos locais que visitam. A importância da sustentabilidade no turismo nas áreas costeiras é, assim, cada vez mais sentida, quer por quem planeia e promove estas áreas, quer por quem as procura. Nesse sentido é indispensável que quem gere e planeia os destinos turísticos desenvolva e implemente uma nova visão que tenha em conta não só o planeamento físico (pois este é o que assegura a sustentabilidade dos destinos) mas, também, a criação de novos modelos capazes de reunir a regulamentação do destino juntamente com a coordenação e estímulo do sector privado e a participação pública (Costa, 2006). Este é mesmo um dos princípios do desenvolvimento sustentável, ao incorporar *“uma exigência de transparência de processos e mecanismos que, de forma multidisciplinar e multisectorial, permitam atingir um desenvolvimento, em bases sustentáveis (...)”* (MAOT, 2010, pág. 6) das várias atividades existentes.

Sendo as áreas costeiras dos locais mais procurados e mais utilizados para diversas atividades associadas ao sector do turismo e lazer, pretende-se com esta investigação explorar a hipótese da definição de um modelo estratégico que permita uma abordagem diferenciadora, através da procura do equilíbrio entre o desenvolvimento económico e o sistema biofísico, consideradas duas peças fundamentais na afirmação de destinos turísticos de qualidade. É assim principal objetivo da investigação realizada propor um modelo estratégico de desenvolvimento do turismo sustentável para as áreas costeiras, tendo como referência o caso de estudo da região da Ria de Aveiro. Esta região possui uma grande riqueza em valores naturais e patrimoniais, com uma forte apetência para o desenvolvimento de atividades turísticas mas que, no entanto, não tem sido capaz de estruturar uma aposta eficaz que permita criar uma imagem forte e apelativa, baseada nos recursos naturais que possui e na sustentabilidade da sua fruição por parte dos visitantes que aí se deslocam. Assim, pretende-se sustentar este modelo na forte componente ambiental caracterizadora da região da Ria de Aveiro mas também na necessária valorização económica e sociocultural da atividade turística. É na conjugação e no equilíbrio das dimensões ambiental, económica e sociocultural que se define e estrutura a base que permite alcançar a sustentabilidade pretendida para estes locais costeiros.

## 1.2. OBJETIVOS

Tal como já foi referido, o desenvolvimento deste trabalho baseia-se na necessidade sentida em compreender como se podem organizar estratégias que promovam um efetivo desenvolvimento sustentável do turismo, tendo em conta os recursos específicos de uma determinada região. Assim, pretende-se enquadrar o tema do turismo sustentável nos processos de desenvolvimento e na capacidade de atração, interesse e rejuvenescimento das áreas costeiras.

Foram definidos como principais objetivos de todo o estudo realizado:



- a. Identificar e avaliar as estratégias de gestão integrada aplicadas às zonas costeiras;
- b. Identificar as estratégias de turismo sustentável aplicadas a nível nacional e internacional;
- c. Verificar em que medida o turismo sustentável pode contribuir para o desenvolvimento sustentável e gestão integrada das zonas costeiras;
- d. Avaliar programas de turismo sustentável de diversas regiões costeiras europeias e perceber os respetivos modelos organizacionais e operacionais;
- e. Avaliar a oportunidade e a importância estratégica da implementação de programas de turismo sustentável nas áreas costeiras no nosso país, considerando o quadro de recursos naturais costeiros e a importância do sector do turismo nestes locais;
- f. Através do caso de estudo da região da “Ria de Aveiro”, propor um modelo estratégico de desenvolvimento do turismo sustentável para as áreas costeiras.
- g. Definir um conjunto de princípios orientadores de promoção do desenvolvimento sustentável do turismo nas áreas costeiras portuguesas.

### 1.3. METODOLOGIA

Para se atingir os objetivos propostos de uma investigação é sempre necessário realizar, em primeira instância, uma reflexão crítica acerca dos diversos conceitos apresentados, de forma a fundamentar o estudo que se pretende apresentar. Com este propósito iniciou-se esta reflexão crítica com a abordagem do conceito de Desenvolvimento Sustentável e a sua importância para as áreas costeiras. A abordagem efetuada teve em conta a leitura de diversos documentos, quer académicos, quer institucionais. Partiu-se de uma análise global, com a referência a diversos documentos internacionais, para uma escala europeia, tendo em conta as diferentes recomendações, orientações e diretrizes comunitárias respeitantes quer ao desenvolvimento sustentável, quer à definição de uma Estratégia de Gestão Integrada Costeiras a nível Europeu.

Num segundo momento, a reflexão crítica realizada incidu sobre o conceito de Turismo Sustentável e a sua aplicação às áreas costeiras. Mais uma vez, foi elaborada inicialmente uma análise genérica a este conceito, tendo em conta a opinião de diversos autores académicos e de diversas instituições internacionais de Turismo, de forma a perceber a evolução do conceito ao longo dos tempos. Posteriormente tentou-se perceber como é aplicado o conceito de turismo sustentável no território europeu, analisando para tal as principais orientações e recomendações comunitárias. Após esta análise mais generalista do conceito de Turismo Sustentável foi verificado como está a ser aplicado o conceito às áreas costeiras. A seleção destas áreas para a investigação que se apresenta foi feita tendo em conta diversas considerações:



- A verificação de que as áreas costeiras são as mais procuradas em termos turísticos e consequentemente, aquelas que maior descaracterização territorial e social têm sofrido pelo forte desenvolvimento turístico a que estão sujeitas;
- A crescente insustentabilidade da atividade turística nestas áreas, aliada à descaracterização verificada, provocando diversos problemas de índole ambiental e socioeconómico;
- A averiguação de que as áreas costeiras possuem diversas potencialidades turísticas que não se encontram exploradas e que podem permitir um desenvolvimento da atividade de uma forma mais sustentável e ao longo de todo o ano
- A verificação da necessidade de diversificar a oferta turística nas áreas costeiras, apostando noutros produtos que não o sol e mar, para que estas áreas não percam o seu interesse turístico, mas que ao mesmo tempo este seja desenvolvido de forma mais sustentável.

Sendo o principal objetivo deste estudo o desenvolvimento de um modelo de turismo sustentável aplicável às áreas costeiras portuguesas tornou-se necessário analisar experiências que tivessem sido já aplicadas em outros locais. Partiu-se do princípio que as experiências a serem analisadas deveriam estar inseridas no contexto europeu e constatou-se que existem inúmeras experiências europeias de estratégias de turismo sustentável, facto que veio tornar mais demorada a pesquisa efetuada. Pretendia-se selecionar casos de estudo que tivessem características semelhantes com o estudo de caso português que nos propusemos analisar – a região da Ria de Aveiro. Tendo em conta estas premissas e após a leitura e análise de vários casos de estudo de experiências europeias, foram selecionados três casos de estudo, de acordo com os seguintes critérios que nos permitiram uma análise comparativa com o nosso estudo de caso: localização geográfica; dimensão territorial e escala de análise; características naturais e dinâmicas socioeconómicas; e programa e objetivos propostos. Assim foram analisados os casos de *The Broads*, no Reino Unido; *Andaluzia*, em Espanha; e *Vainameri*, na Estónia. Da análise destes casos de estudo foram retiradas algumas lições que aplicámos posteriormente na definição do modelo de estratégia de turismo sustentável para a nossa região em estudo.

Após a reflexão inicial dos conceitos fundamentais do estudo e análise de experiências europeias de aplicação de estratégias de turismo sustentável em áreas costeiras realizou-se uma avaliação/caracterização das áreas costeiras portuguesas e das suas potencialidades relativamente ao desenvolvimento do sector turístico. Como já foi referido, são diversas as potencialidades das áreas costeiras no que diz respeito à oferta turística. No entanto, é o turismo de “sol e mar” que mais contribui para o desenvolvimento turístico destas áreas. Com a caracterização das áreas costeiras portuguesas pretendia-se identificar outras potencialidades presentes e que pudessem contribuir de forma positiva para a sustentabilidade do sector nas áreas costeiras, permitindo que as atividades turísticas não se cingissem apenas ao “sol e mar” nem à época estival, mas que se promovesse a exploração de outros recursos que permitissem um desenvolvimento turístico destas áreas mais sustentado e menos sazonal. Assim, inicialmente foi elaborada uma breve caracterização das áreas costeiras portuguesas, tendo-se, de seguida, analisado a Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira. Posteriormente, elaborou-se uma análise genérica e evolutiva da atividade turística em Portugal, de forma a tentar perceber qual a importância do turismo costeiro no nosso país.

Após a caracterização geral das áreas costeiras portuguesas partiu-se para a análise mais específica da região da Ria de Aveiro, que tinha sido selecionada como área de estudo e de aplicação do modelo de turismo sustentável que se pretende apresentar no final da investigação. A seleção desta região como estudo de caso deve-se às características e especificidades que apresenta, que nos parecem ser de relevante interesse para o desenvolvimento sustentável do

turismo, mas que no entanto, não têm sido aproveitadas da melhor forma. Foi então elaborada uma caracterização a nível paisagístico e socioeconómico e uma caracterização da oferta e da procura turística. Através de trabalho de campo e de recolha de dados de outros estudos já realizados na região foi possível elaborar uma análise dos recursos turísticos presentes.

Ainda como suporte da análise e caracterização do território foram tidos em conta os principais instrumentos estratégicos existentes, de forma a perceber quais as orientações emanadas de cada um para o desenvolvimento do sector do turismo nas áreas costeiras. Esta análise permitiu verificar a existência de um vasto conjunto de instrumentos estratégicos com influência no sector do turismo da região da Ria de Aveiro que permitem evidenciar a importância estratégica do sector para o desenvolvimento do território.

Posteriormente, esta análise foi complementada por entrevistas efetuadas aos decisores políticos de cada um dos municípios pertencentes à área em estudo: Nestas entrevistas os decisores políticos identificaram os principais recursos presentes no seu território e apresentaram as suas orientações estratégicas para o sector do turismo. Foram ainda realizados inquéritos por questionário aos hóspedes de algumas unidades de alojamento existentes na região, com o objetivo de compreender quais as motivações que os levaram a visitar esta região.

Por fim, e de acordo com toda a análise efetuada anteriormente, foi apresentada uma proposta de modelo estratégico de desenvolvimento do turismo sustentável para a região da Ria de Aveiro. Este modelo tem em conta as diferentes potencialidades presentes no território e aposta na diferenciação, através do aproveitamento dos recursos endógenos dando, no entanto, especial relevo para a necessidade de se criar uma Agência de Desenvolvimento que promova a interligação entre os diversos intervenientes e interessados no desenvolvimento do sector turístico. Esta estratégia deverá sempre basear-se no equilíbrio entre a proteção e conservação da natureza e a promoção e exploração dos recursos para fins turísticos. A figura seguinte (figura 1), pretende esquematizar a metodologia descrita.

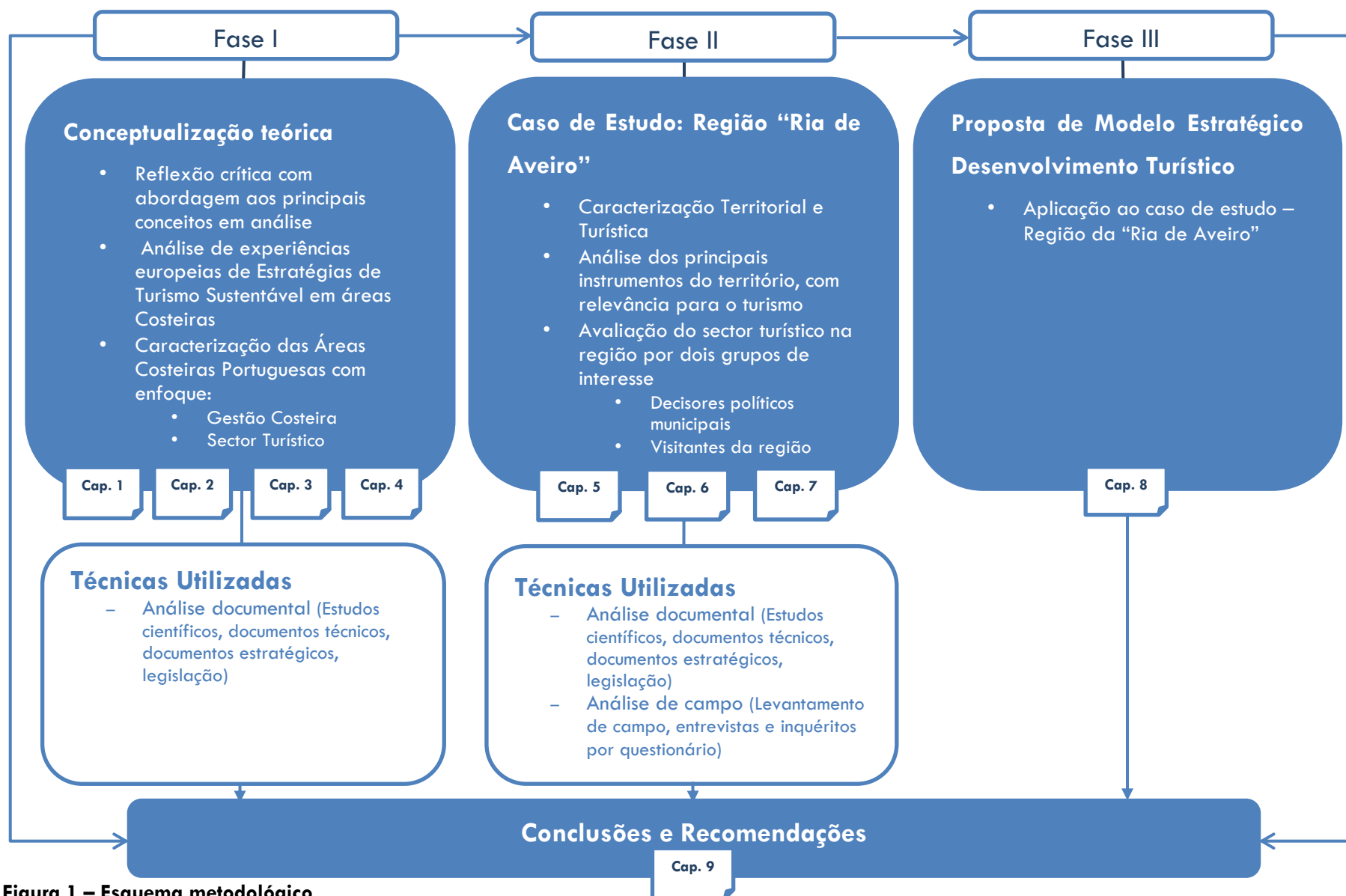


Figura 1 – Esquema metodológico

## **1.4. ESTRUTURA DO DOCUMENTO**

Este documento está estruturado em nove capítulos, que se podem dividir em quatro grandes partes: a primeira parte diz respeito ao enquadramento teórico da investigação (primeiros quatro capítulos); a segunda parte refere-se à caracterização do estudo de caso e ao trabalho prático desenvolvido (capítulos 5, 6 e 7), a terceira parte (capítulo 8) diz respeito à proposta de um modelo estratégico de desenvolvimento turístico para as áreas costeiras, baseado no caso de estudo da região da Ria de Aveiro e , por fim, a última parte (capítulo 9) onde são apresentadas as principais conclusões e recomendações para trabalhos futuros.

De forma a introduzir a temática que se pretende abordar elaborou-se, no primeiro capítulo, uma breve introdução onde é identificado o tema que se pretende investigar e onde se apresentam, ainda, os principais objetivos do estudo, a metodologia utilizada e a estrutura do documento.

No segundo capítulo inicia-se a investigação propriamente dita, através da apresentação de uma breve abordagem crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável e à importância das áreas costeiras. Elabora-se ainda neste capítulo uma apresentação do conceito teórico de Gestão Integrada das Zonas Costeiras, bem como da sua aplicação a nível europeu.

O terceiro capítulo é dedicado à temática do turismo. Inicia-se o capítulo com uma abordagem ao conceito de turismo sustentável e à sua aplicação quer em contexto internacional, quer em contexto europeu, referindo as principais políticas e documentos estratégicos. Posteriormente, elabora-se uma reflexão crítica sobre a abordagem do turismo sustentável nas áreas costeiras, identificando as principais vantagens da aplicação deste conceito nestas áreas. Por fim, com o objetivo de reconhecer boas práticas de aplicação de estratégias de turismo sustentável nas áreas costeiras são, ainda, analisados três casos de estudo, com características semelhantes à região da Ria de Aveiro, de forma a conseguir-se produzir uma análise comparativa e recolher as principais lições apreendidas de cada caso de estudo.

O quarto capítulo apresenta uma breve caracterização das áreas costeiras portuguesas incidindo esta abordagem na evolução da gestão costeira em Portugal. É apresentada a estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, documento fundamental multisectorial que permite a identificação de possíveis estratégias mais focalizadas para determinadas áreas, mas que se caracteriza pelo seu carácter globalizante e estruturante daquilo que se pretende para as áreas costeiras. Ainda neste capítulo é elaborada uma análise à evolução do turismo a nível nacional, dando-se destaque para o Plano Estratégico Nacional de Turismo, plano integrador e que permitiu uma concreta aposta no sector turístico em Portugal.



No quinto capítulo apresenta-se o estudo de caso através da sua caracterização em termos paisagísticos e socioeconómicos. Efetua-se ainda a caracterização do sector turístico da região, avalia-se a oferta e a procura turística, caracteriza-se o quadro de recursos e identificam-se as potencialidades turísticas da região.

Assumindo que só conhecendo a dinâmica de desenvolvimento de um determinado território permite identificar e propor modelos de desenvolvimento, procedeu-se à análise dos principais instrumentos estratégicos e de gestão territorial. Esta análise é efetuada no sexto capítulo e é determinante para o posterior desenvolvimento de um modelo estratégico de desenvolvimento sustentável do turismo.

O sétimo capítulo apresenta a visão de dois grupos de interesse no desenvolvimento do turismo na região: os decisores políticos e os visitantes que procuram esta região para os seus momentos de lazer e recreio.

Através de todo o conhecimento apreendido com a investigação desenvolvida e caracterizada nos capítulos anteriores apresenta-se, no oitavo capítulo, o modelo estratégico de desenvolvimento do turismo sustentável, com aplicação na região da Ria de Aveiro e identificam-se as diversas vertentes que este modelo deve apresentar.

Por fim, no nono capítulo expõem-se as principais conclusões e recomendações gerais que emanam de todo este estudo.



## **CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ÁREAS COSTEIRAS**

*“O espraído imenso... A areia de oiro sem fim, desmaiada pouco e pouco e envolta no fundo em pó das ondas – o mar infinito, verde escuro, verde claro, rolos sobre rolos, e por fim, num côncavo junto ao cabo, desfazendo-se em espuma e brancura. Ao norte, névoa leitosa e viva, que sobe ao ar como um grande clarão branco. Água sem limites – céu sem limites – areia sem limites – e a voz imensa, o lamento eterno, dia e noite, mais baixo, mais alto, mas que nunca cessa de pregar...”*

Raul Brandão in “Os Pescadores”, pág. 86



## 2.1. INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento sustentável emergiu como uma preocupação sentida relativamente às consequências que o desenvolvimento e crescimento económicos exacerbados estavam a ter sobre o nosso planeta causando efeitos negativos, quer no ambiente, quer em termos socioculturais. Efetivamente, o grande crescimento populacional, o aumento do consumo de recursos, a cada vez maior poluição e o crescente desequilíbrio de desenvolvimento entre países, apresentam riscos inaceitáveis para as comunidades, nações e humanidade (Azapagic & Perdan, 2011). É também claro que o desenvolvimento económico que não tem em conta os impactos ambientais e sociais pode trazer consequências não desejadas, evidenciadas pelas ameaças de alterações climáticas, uso excessivo do recurso água doce, perda de diversidade biológica e aumento de desigualdades entre as comunidades (Azapagic & Perdan, 2011).

Uma das principais áreas afetadas por este crescimento exacerbado são as áreas costeiras. Esta evidência justifica a necessidade de se criarem mecanismos que promovam um correto e equilibrado desenvolvimento sustentável. É assim importante analisar o conceito de desenvolvimento sustentável como uma abordagem ao desenvolvimento que tem em conta a integração, nas áreas costeiras, dos interesses económicos, ambientais e sociais, “(...) *respeitando a biodiversidade e os recursos naturais, de solidariedade entre gerações e de corresponsabilização e solidariedade entre países*” (APA, 2008).

Neste capítulo serão abordados os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e de Áreas Costeiras, bem como a integração destes dois elementos através do desenvolvimento de programas e estratégias de Gestão Integrada das Zonas Costeiras.

## 2.2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Como é de conhecimento geral, o conceito de desenvolvimento sustentável foi disseminado nos anos 80, com o relatório de Brundtland, definindo-o como *“todo o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas necessidades”* (WCED, 1987). Esta afirmação sugere que todo o desenvolvimento económico e bem-estar humano dependem fortemente da capacidade que todos teremos de gerir os ecossistemas de forma cada vez mais sustentável (WRI, 2001). Assim e como refere a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o desenvolvimento que respeita o ambiente deve ser tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceite (Plan Blue, 2002).

O conceito de desenvolvimento sustentável está assente em três pilares fundamentais: o desenvolvimento económico, a coesão social e a proteção do ambiente. No entanto, a evolução natural do próprio conceito, aliada à evolução das práticas de boa governança e ação participativa das comunidades no processo de desenvolvimento das sociedades, levou a que, de momento seja consenso geral associar a estes três pilares a dimensão institucional, incluindo desta forma o desenvolvimento das políticas, as instituições e os diversos atores que representam as ações da sociedade (Plan Blue, 2002).

No âmbito deste trabalho importa perceber, acima de tudo, como pode ser aplicado o conceito de desenvolvimento sustentável a estratégias de desenvolvimento territorial. Sendo assim é importante analisar os principais documentos orientadores que identificam as medidas propostas para aplicação pelos diversos países, já que só com o compromisso global de todos os países será possível atingir os objetivos da sustentabilidade.

Foi com a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, que o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi colocado na agenda política (APA, 2008). Segundo a Declaração do Rio (ONU, 1992), assinada pelos diversos Estados participantes, *“o direito ao desenvolvimento deverá ser exercido de forma a atender equitativamente às necessidades, em termos de desenvolvimento e de ambiente, das gerações actuais e futuras”* (Princípio 3 da Declaração do Rio, 1992). É ainda referido no Princípio 4 da mesma declaração que *“para se alcançar um desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada separadamente”*.

Para se atingir os objetivos emanados pela Declaração do Rio, e para que todos os Estados participantes pudessem seguir uma linha orientadora comum, no que diz respeito aos problemas e desafios gerais com que todos se deparam foi elaborado, nesta mesma conferência, o programa

global Agenda 21. Neste programa são apresentadas diversas áreas programáticas e definidos planos de ação, objetivos, atividades e meios de implementação, de acordo com os princípios definidos na Declaração do Rio (UN, 1992). Com este programa, pretende-se adotar uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento (UN, 1992). Pretendia-se assim que os diversos Estados possuísem um guia orientador de implementação de planos e programas com vista ao desenvolvimento sustentável e que por esse meio pudessem assumir um verdadeiro compromisso com a proteção do ambiente e com as gerações vindouras.

Em Joanesburgo, 10 anos após a realização da Cimeira da Terra, foi realizada nova Cimeira Mundial, onde foi feita uma análise relativa à implementação do desenvolvimento sustentável, tendo sido constatado que se tinha feito um *“progresso significativo rumo à consolidação de um consenso global e de uma parceria entre todos os povos do nosso planeta”* (ONU, 2002, pág. 2). Foi, no entanto, considerado neste mesmo ano, que continuavam a existir grandes discrepâncias entre os povos e que ainda existem muitos desafios a enfrentar, pelo que se determinou ser necessário continuar a aplicar os princípios definidos pela Declaração do Rio para que exista uma maior equidade entre os povos e uma preocupação ambiental constante.

Na Declaração de Joanesburgo é ainda invocado o *“compromisso de reforçar e aperfeiçoar a governança em todos os níveis, para a efectiva implementação da Agenda 21, das Metas de Desenvolvimento do Milénio e do Plano de Implementação de Joanesburgo”* (ONU, 2002, pág. 5). Para a efetiva implementação da Agenda 21 foi apresentado nesta Conferência o Plano de Implementação de Joanesburgo, com vista a atingir os objetivos já identificados na Agenda 21, através da erradicação da pobreza, da modificação dos padrões insustentáveis de produção e consumo e da conservação e gestão dos recursos naturais necessários ao desenvolvimento económico e social, de forma a alcançar-se o desenvolvimento sustentável.

Já em 2005 foi realizada a Cimeira Mundial das Nações Unidas, *“onde os líderes mundiais confirmaram o compromisso com o desenvolvimento sustentável e enfatizaram o contributo primordial das políticas nacionais e das estratégias de desenvolvimento para o alcançar”* (RCM, n.º 109/2007, pág. 2).

Em 2012, 20 anos após a Cimeira da Terra realizada no Rio de Janeiro foi realizada nova Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), onde foi renovado o compromisso de alcançar o desenvolvimento sustentável pelos Estados participantes e ainda assegurada a promoção de um futuro económico, social e ambientalmente sustentável para o planeta e para as gerações presentes e futuras (UN, 2012). Foi reconhecido nesta cimeira que

apesar dos progressos efetuados, ainda não se alcançaram todos os objetivos que tinham sido identificados na Agenda 21 e na Declaração do Rio. Assim, é necessário reafirmar a sua importância e determinar novos desígnios para que o desenvolvimento sustentável seja conseguido a todos os níveis, integrando os aspetos económicos, sociais e ambientais e reconhecendo as suas interligações (UN, 2012). Esta foi uma conferência orientada para a ação, focando-se na implementação do desenvolvimento sustentável<sup>2</sup>, onde foi aprovado o documento *The Future We Want* (A/CONF.216/16) (UN, 2012), com o objetivo de renovar os compromissos políticos já assumidos anteriormente, criar uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicar a pobreza, reforçar o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável e apresentar uma estrutura de ação e de monitorização que englobe todas as áreas temáticas e as interligações sectoriais existentes (UN, 2012).

Como resultado das diversas cimeiras realizadas, a questão da sustentabilidade foi sendo integrada nas políticas dos diferentes países. Na União Europeia foi elaborada a Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável (adotada pelo Conselho Europeu de Gotemburgo em 2001 e revista no Conselho Europeu de 2006), referindo a necessidade do desenvolvimento sustentável se tornar o objetivo fundamental de todos os sectores e políticas sendo, para tal, necessário uma integração concreta dos efeitos de determinadas políticas em todas as áreas.

Em Portugal, “como forma de aplicar e desenvolver as decisões da Conferência [Cimeira do Rio] corporizadas na referida Agenda 21 e nos designados acordos do Rio” (RCM n.º 109/2007, pág. 1), procedendo ao convencionado no capítulo 8 da Agenda 21 e nas Cimeiras que se seguiram sobre o Desenvolvimento Sustentável já referidas, e ainda tendo em conta a Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável, adotada no Conselho Europeu de Gotemburgo em 2001 e revista no Conselho Europeu de 2006, foi elaborada a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2005-2015) e o respetivo Plano de Implementação, com o desígnio de “Fazer de Portugal, no horizonte de 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental e de coesão e responsabilidade social” (RCM n.º 109/2007, pág. 2)<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> <http://sustainabledevelopment.un.org>, consultado a 10 de Fevereiro de 2012

<sup>3</sup> Esta estratégia foi elaborada de acordo com os princípios orientadores da Estratégia Europeia, de forma a dar resposta aos seguintes desafios: alterações climáticas e energia limpa, transportes sustentáveis, consumo e produção sustentáveis, conservação e gestão dos recursos naturais, saúde pública, inclusão social, demografia e migração, pobreza global e desafios do desenvolvimento sustentável, bem como as diversas políticas transversais identificadas na Estratégia Europeia. Para tal é necessário apostar-se “na qualificação dos portugueses e no aproveitamento do potencial científico, tecnológico e cultural como suportes de competitividade e coesão; na internacionalização e na preparação das empresas para a competição global; na sustentabilidade dos sistemas de proteção social e numa abordagem flexível e dinâmica dos processos de coesão; na gestão eficiente dos recursos e na proteção e valorização do ambiente, com adoção de soluções energéticas mais eficientes e menos poluentes; na conectividade do País e na valorização equilibrada do



Sintetizando, o desenvolvimento sustentável pretende ser equilibrado do ponto de vista de quatro dimensões (quadro 1).

**Quadro 1 – Dimensões do Desenvolvimento Sustentável**

<b>Dimensão Social</b>	<p><b>Melhoria das condições de vida</b> a toda a humanidade (incluindo gerações futuras), com patamares de bem-estar social dignos mas conciliáveis com a <b>preservação dos recursos</b>.</p> <p><b>Promoção da igualdade</b> de oportunidades e distribuição equitativa dos recursos, bem-estar e da qualidade de vida</p> <p>Objetivo de <b>alteração de comportamentos sociais</b></p>
<b>Dimensão Económica</b>	<p>Conseguir o <b>progresso económico</b> sem pôr em causa a qualidade de vida das populações e os recursos naturais</p> <p>Uso <b>racional e eficiente</b> das matérias-primas e dos recursos naturais</p>
<b>Dimensão Institucional</b>	<p><b>Boa governança</b> – os processos de planeamento do desenvolvimento devem dar atenção a todas as partes envolvidas, desde o governo central, ao governo regional e municipal, sem esquecer a participação pública aberta a todos os cidadãos</p>
<b>Dimensão Ambiental</b>	<p><b>Proteção do ambiente</b>, através da preservação da biodiversidade, diminuição / limitação da poluição ambiental, gestão equilibrada dos recursos renováveis e não renováveis</p> <p>A <b>capacidade de carga dos ecossistemas</b> deve ser tida em conta, para que os seus limites não sejam ultrapassados, uma vez que podem pôr em causa o desenvolvimento económico e social e a sobrevivência da humanidade</p>

(adaptado de Ferrão, 2004)

Não existe, no entanto, uma receita para atingir o desenvolvimento sustentável. A forma de atuar depende de cada país ou de cada região havendo, no entanto, o consenso de que a transição para uma sociedade mais sustentável requer novas formas de satisfazer as necessidades das populações, com o objetivo de reduzir os níveis de consumos e os danos ambientais, sem que se reduza a qualidade de vida (Azapagic & Perdan, 2011). É necessário que as medidas a serem aplicadas tenham em conta uma melhor gestão do ambiente, mas que sejam viáveis em termos socioeconómicos, com o objetivo de garantir a sustentabilidade a longo prazo.

território; no reforço da cooperação internacional e na melhoria da qualidade na prestação de serviços públicos” (RCM n.º 109/2007, pág. 4). Para que os objetivos da Estratégia sejam atingidos, foi elaborado um Plano de Implementação da ENDS, onde são identificadas as ações que visam a aplicação da referida Estratégia, bem como os instrumentos-chave para a sua correta implementação.

## 2.3. A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS COSTEIRAS

As áreas de contacto entre o espaço terrestre e o espaço marítimo são locais únicos e de grande importância geológica, ecológica e biológica para um conjunto de espécies aquáticas e terrestres, incluindo a espécie humana (Beatley et. al, 1994, pág. 1). Além disso são áreas que têm servido tradicionalmente como fonte de riqueza às populações que aí habitam, quer pela dedicação à atividade piscatória, quer pela intensa exploração que têm sofrido em termos turísticos (Rodriguez, et. al., 2009). São, assim, áreas muito complexas e dinâmicas, sujeitas a diversificados processos, quer naturais, quer antrópicos, mas que apresentam ambientes muito vulneráveis que necessitam de fortes medidas de proteção, pois *“desempenham funções importantes ao nível da economia, dos transportes, em termos residenciais e recreativos, dependendo todas elas das suas características físicas, da beleza da paisagem, do legado cultural, dos recursos naturais e da riqueza em biodiversidade marinha e terrestre (e recursos vivos).”* (CCE, 2000, pág. 7).

De forma a perceber a importância das áreas costeiras é necessário, em primeiro lugar, tentar definir o seu conceito. No entanto, esta não é uma tarefa fácil pois a sua definição depende muitas vezes do contexto em que pretende ser utilizada (Martins, 1997). Surgem assim termos como área costeira, zona costeira, orla costeira, litoral ou simplesmente costa. A aplicação de um ou outro conceito parece depender do *“reconhecimento privilegiado de valores específicos da zona costeira”* e ainda da *“necessidade de resposta a situação conflituais ou problemáticas geradas nesta área”* que *“criou condições para que o significado dominante dos conceitos usados fosse o do quadro semântico das disciplinas que lhes davam resposta”* (Martins, 1997, pág. 25). Ou seja, a utilização de diferentes terminologias irá depender do fim que se pretende alcançar ou do estudo que se está a realizar, seja ele de carácter mais científico ou de carácter mais aplicado.

No contexto da nossa investigação iremos apresentar algumas definições recolhidas pela pesquisa bibliográfica efetuada de forma a tentar encontrar aquela que melhor se enquadra no trabalho que está a ser realizado. Optámos por procurar conceitos mais direccionados para a aplicação de políticas de gestão e ordenamento do território pois no âmbito desta investigação interessa perceber as *“perspectivas de abordagem consideradas mais adaptadas à resolução dos assuntos prementes da sociedade”* (Martins, 1997, pág. 25). Assim, são apresentados alguns conceitos referidos na literatura específica de áreas costeiras, bem como outros conceitos que surgem em documentos técnicos oficiais utilizados por diversas instituições que têm como área de intervenção a zona costeira.

Partindo do pressuposto referido anteriormente verificamos que parece existir consenso de que o termo costeiro se refere à interface terra-mar (OCDE, 1993), bem como também parece existir

*“consenso no que respeita à complexidade da zona costeira (dos processos actuates e das respostas dos sistemas), à sua sensibilidade, ao seu dinamismo, à sua importância económica e ecológica, à ocorrência de conflitos entre utilização e equilíbrio natural, à pressão antrópica aí exercida ou à necessidade de promover o seu uso sustentável”* (Instituto da Água, 2009, pág. 17). No entanto, esse consenso já não se verifica relativamente aos seus limites físicos, uma vez que *“estes limites dependem do objectivo e do contexto em que são estabelecidos, mas também porque as realidades físicas e biofísicas são muito distintas em termos espaciais. Efectivamente, a dinâmica destas áreas de transição é quase sempre incompatível com a imposição de limites rígidos, qualquer que seja a sua ordem de grandeza”* (Instituto da Água, 2009, pág. 17).

Para a OCDE, o que constitui a zona costeira depende do objetivo do trabalho ou investigação que está a ser realizada. Tanto do ponto de vista funcional como científico, a extensão da “zona” pode variar de acordo com a natureza do problema, ou seja, os limites da zona costeira podem estender-se quer para terra, quer para o mar alto, tanto quanto o necessário para alcançar os objetivos de gestão dessa mesma área (OCDE, 1993).

Já de acordo com Post & Lundin (1996), a zona costeira é a interface onde a terra encontra o oceano contendo tanto ambientes costeiros como as águas costeiras adjacentes. Os seus componentes podem incluir deltas de rios, planícies costeiras, áreas húmidas, praias e dunas, recifes, florestas de mangais, lagoas e outros elementos costeiros. Os seus limites são definidos de forma facultativa, sendo que diferem de país para país e são baseados normalmente em limites jurisdicionais ou demarcados por razões de facilidade administrativa. No entanto, estes autores definem zona costeira, para fins de planeamento, como uma área especial, dotada de características especiais, nas quais os limites são na maior parte das vezes determinados pelos problemas específicos que devem ser tidos em conta. Referem como principais características que as áreas costeiras (Post & Lundin, 1996):



- São áreas muito dinâmicas com mudanças frequentes nos atributos biológicos, químicos e geológicos;
- Incluem ecossistemas altamente produtivos e biologicamente diversos que oferecem áreas de nidificação a uma grande quantidade de espécies marinhas;
- Os recursos como recifes de corais, florestas de mangais e praias e sistemas dunares servem como defesas naturais contra tempestades, inundações e erosão;
- Os seus ecossistemas podem atuar para moderar os impactos da poluição de origem terrestre (por exemplo, as áreas húmidas, como os sapais, absorvem os excessos de nutrientes, sedimentos e lixo humano);

- Atraem grande quantidade de populações devido à sua proximidade com os recursos vivos e não vivos oceânicos, bem como devido ao transporte marinho e motivos de recreio e lazer.

Martins refere que “*termos como Zona Costeira e Área Costeira referem-se ao espaço de interface ou de transição entre dois domínios, a terra e o mar. Designam a banda de terra seca e espaço oceânico adjacente (água e terra submersa), em que a ecologia terrestre e o seu uso afecta directamente a ecologia do espaço oceânico e vice-versa. Em termos ecológicos, é uma área de actividade biogeoquímica dinâmica, mas com uma capacidade limitada para suportar as formas variadas de uso humano. Geograficamente, a linha terrestre da Zona / Área Costeira é necessariamente vaga. Os oceanos podem afectar o clima muito para o interior, o sal oceânico penetra pelos estuários numa larga extensão, dependendo largamente da geometria do estuário, do fluxo do rio e da capacidade de penetração das marés oceânicas.*” (pág. 26). A mesma autora refere ainda que a diferença entre Área Costeira e Zona Costeira tem a ver com a definição de limites físicos. Ou seja, enquanto Área Costeira se refere à “*existência dum ambiente de transição entre o domínio oceânico e terrestre*”, Zona Costeira refere-se a um espaço geográfico onde são estabelecidos “*os limites terrestres e oceânicos desse espaço*” (Martins, 1997, pág. 27).

Kay & Alder (1999) tentam definir o conceito de área costeira, tendo em conta dois contextos diferentes: o contexto biofísico e o contexto de política de ordenamento do território ou de gestão costeira. Em termos biofísicos, apresentam uma definição de costa como sendo o local de interação onde a terra e o mar se encontram, que varia consoante os processos naturais que vão modelando esta área. Identificam, ainda, a existência de diversas partes do ambiente costeiro que apresentam fortes interações entre a terra e o oceano. Referem-se, neste sentido, a áreas que se encontram próximas da linha de costa, como as praias, os sapais, os recifes de coral, entre outros; mas também a áreas que, apesar de poderem estar mais distantes, têm uma influência determinante na modelação da costa, nomeadamente os rios que vão transportando água doce e sedimentos para os ambientes costeiros. De forma a sintetizar o conceito biofísico de área costeira, identificam três elementos essenciais à sua definição:



1. São áreas que contém componentes terrestres e oceânicos;
2. Contém limites terrestres e oceânicos que são determinados pelo grau de influência da terra no oceano e do oceano na terra;
3. Não são áreas uniformes relativamente ao seu comprimento, profundidade e largura.

Em termos de política de ordenamento do território ou gestão costeira, os mesmos autores referem que a área costeira pode incluir uma pequena área definida na interface da terra e mar, que pode variar entre poucos metros a alguns quilómetros, ou ainda estender-se desde o interior das bacias hidrográficas costeiras até ao limite da jurisdição nacional das águas territoriais (Kay & Alder, 1999). Qualquer uma destas definições vai depender do propósito para que é utilizada. Estes autores referem mesmo que as organizações internacionais e as nações costeiras muitas vezes definem os limites da área costeira de acordo com a gestão costeira que pretendem fazer e dependendo do problema que está a ser analisado. Neste contexto socorrem-se do conceito usado por Jones & Westmacott (1993) que refere que a gestão da área costeira envolve uma gestão contínua dos usos dos territórios e águas costeiras e seus recursos, dentro de uma área designada, sendo que os seus limites são normalmente políticos e determinados pela legislação ou ordem executiva (Jones & Westmacott, 1993 in Kay & Alder, 1999, pág. 4)

Já Barragán Muñoz (2003) apresenta uma definição para área litoral como uma franja de largura variável, resultante do contacto interativo entre a Natureza e as atividades humanas que se desenvolvem em âmbitos que compartilham a existência ou a influência do mar. Este autor refere ainda que dentro desta área se podem diferenciar três subáreas, de acordo com as características físicas e naturais: a área marítima, a área terrestre e a área marítimo-terrestre ou anfíbia.

Mais recentemente, aquando da elaboração da Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira de Portugal, o Instituto da Água (2009, pág. 17) definiu Zona Costeira como “a porção de território influenciada directa e indirectamente, em termos biofísicos, pelo mar (ondas, marés, ventos, biota ou salinidade) e que tem, para o lado de terra, a largura de 2km medida a partir da linha da máxima preia-mar de águas vivas equinociais (LMPMAVE) e se estende, para o lado do mar, até ao limite das águas territoriais (12 milhas náuticas), incluindo o leito.”

Como se pode verificar, todas estas definições apresentam dois aspetos em comum:



1. Nas áreas costeiras interagem uma série de elementos quer de ordem física ou natural que são dependentes da influência marinha e terrestre existente nestas áreas.
2. O limite para a sua definição é variável, dependendo dos objetivos a que se propõe essa definição.

É também de consenso geral que os ecossistemas costeiros são áreas de grande produtividade biológica e boas acessibilidades (WRI, 2001). Por estas razões, as áreas costeiras foram desde sempre áreas preferenciais para a fixação da população. Uma grande parte da população

mundial vive nestas áreas, sendo que 75% das megacidades mundiais, com mais de 10 milhões de habitantes, estão localizadas nas áreas costeiras (Bollmann, et. al., 2010). Reportando-nos ao caso europeu, cerca de 205 milhões de pessoas viviam, em 2008, nas áreas costeiras da União Europeia, correspondendo a cerca de 41% da população total (Eurostat, 2011, pág. 170). A utilização do mar para o transporte e o comércio e a abundância de alimentos disponíveis em águas costeiras (Comissão Europeia, 1999) levou a esta fixação da população e deste modo, ao desenvolvimento e crescimento de muitos aglomerados urbanos nestas áreas.

O papel das áreas costeiras é muito diversificado. São áreas que pela sua riqueza natural, tanto a nível de fauna como de flora, pelas suas potencialidades a nível de fornecimento de bens alimentares (peixe, crustáceos, plantas); de sal e outros minerais; de materiais de construção (areias, rochas, madeira, etc.); de biodiversidade e potencial para aplicações medicinais e biotecnológicas (WRI, 2001); e ainda pelas suas potencialidades a nível recreativo e de lazer e pela sua grande acessibilidade, são escolhidas por uma grande parte da população para viver ou para visitar. Tal como refere Alves (2006, pá. 3) *“As zonas costeiras são consideradas como áreas particulares que se caracterizam pela existência de uma diversidade de ecossistemas específicos e por um elevado número de actividades socioeconómicas que nela operam e dela decorrem”*. Todas estas características levam a que estas zonas sejam preferenciais para a criação de postos de trabalho, crescimento económico e melhoria da qualidade de vida das suas populações. Além disso, representam um papel muito importante na preservação da natureza e biodiversidade (Comissão Europeia, 1999). É assim visível a multiplicidade de sistemas e funções que existem nas áreas costeiras, o que leva à necessidade de implementação de processos e métodos de gestão que consigam integrar toda essa multiplicidade, gerindo de forma sustentável estes locais.

## 2.4. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS ÁREAS COSTEIRAS E O CONCEITO DE GESTÃO INTEGRADA

As áreas costeiras possuem uma diversidade de recursos naturais, além de uma localização privilegiada, fatores que determinam a elevada concentração de atividades económicas e de população. No entanto, esta concentração excessiva expõe estas áreas sensíveis e vulneráveis aos efeitos negativos de uma grande diversidade de problemas. Estes problemas têm vindo a ser referenciados e analisados por diversos investigadores e instituições que têm como objeto de análise as áreas costeiras. Dentro desses problemas destacam-se a erosão costeira, a destruição de habitats e consequente perda de biodiversidade, a contaminação dos recursos do solo e hídricos, a sobrecarga destas áreas para fins urbanísticos e turísticos, a destruição do património existente, entre outros. Além dos problemas diagnosticados, estas áreas são *“economicamente atractivas e ambientalmente sensíveis, gerando intensos conflitos de interesses e profundos impactes ambientais que colocam em risco os actuais usos e ocupações”* (ANPC, 2010, pág. 10). Por estes motivos é essencial a definição de estratégias que integrem tanto os aspetos ambientais como socioeconómicos, de forma a tentar gerir as diversas atividades existentes e a reduzir os problemas que daí advém. É necessário *“conciliar medidas de salvaguarda e protecção dos valores e recursos naturais, com a respectiva utilização e fruição pública, mas sempre garantindo que não haja roturas do equilíbrio ecológico costeiro”* (Câmara Pereira, et. al., 2000, pág. 37).

Tendo em conta os problemas elencados foi identificada, no programa global da Agenda 21, como uma das áreas de desenvolvimento de grande relevância, a *“Protecção dos Oceanos, de todos os tipos de Mares – inclusive Mares Fechados e Semi-fechados – e das Zonas Costeiras, e Protecção, Uso Racional e Desenvolvimento dos seus Recursos Vivos”*, onde é referida a importância das áreas costeiras para o desenvolvimento sustentável do planeta (capítulo 17 da Agenda 21, 1992). São identificadas sete áreas programáticas relevantes para esse fim destacando-se, entre estas, a necessidade do desenvolvimento de programas de Gestão Integrada e Desenvolvimento Sustentável de Zonas Costeiras, incluindo as Zonas Económicas Exclusivas (alínea a) do capítulo 17 da Agenda 21, 1992). É aqui que se procede à afirmação do conceito de Gestão Integrada das Zonas Costeiras tendo sido considerado como o instrumento desencadeador do desenvolvimento sustentável das áreas costeiras (Martins, 1997). Como refere Martins (1997, pág. 31) *“Esta consideração apoia-se nas premissas de que esta forma de intervenção sobre o litoral respeita as características sistémicas dos oceanos e áreas costeiras, permitindo abordar os problemas de degradação e os conflitos gerados por técnicas de planeamento e gestão diversas que não tiveram estas características em consideração, ou pela inexistência de quaisquer formas de controlo de utilização deste espaço e dos seus recursos.”*

Neste sentido é premente a implementação da gestão integrada das zonas costeiras tendo em vista o desenvolvimento sustentável destas áreas. Câmara Pereira, et. al. (2000, pág. 37) refere que “as medidas de salvaguarda do litoral e dos seus recursos deverão ser contextualizadas com as medidas e acções de carácter operacional, de promoção e valorização dos recursos e da paisagem e ainda com todas aquelas que se referem aos espaços urbanos ou de âmbitos sectoriais. Nesta perspectiva, a intervenção planeada no litoral não deve limitar-se à conservação dos recursos e ao desenvolvimento tanto desse espaço como do território confinante, mas sim traduzir-se numa intervenção integrada de todos os factores e recursos que nele interagem”.

Tal como refere Martins (1997, págs. 128 e 129), “O fim da Gestão Integrada da Zona Costeira é promover o desenvolvimento e uso sustentado dos ecossistemas costeiros. Deste objectivo geral, destacam-se três objectivos fundamentais: a melhoria do processo de governação, promovendo um programa equitativo, transparente e dinâmico que seja suportado e suporte os benefícios das comunidades e nações; a melhoria da economia, da saúde e do bem-estar social das populações da área; a melhoria da qualidade ambiental, de forma a assegurar que a diversidade ecológica e económica e a produtividade da área sejam mantidas.” Pretende-se assim a implementação de um sistema que permita a gestão do espaço costeiro como um todo, o que implica o conhecimento das interações entre as várias atividades e recursos que ocorrem nestas áreas (OCDE, 1993).

Para se atingirem esses objetivos, o programa da Agenda 21 propõe um conjunto de atuações para que os Estados Costeiros desenvolvam programas de Gestão Integrada das Zonas Costeiras (Capítulo 17, Agenda 21, 1992):



- “Estabeleçam um processo integrado de definição de políticas e tomada de decisões, com a inclusão de todos os sectores envolvidos, com o objectivo de promover a compatibilidade e equilíbrio entre as diversas utilizações;
- Identifiquem as utilizações das zonas costeiras praticadas actualmente, as projectadas, e as interações entre elas;
- Se concentrem em questões bem definidas referentes à gestão das zonas costeiras;
- Adoptem medidas preventivas e de precaução na elaboração e na implementação dos projectos, inclusive com avaliação prévia e observação sistemática dos impactos dos grandes projectos;
- Promovam o desenvolvimento e a aplicação de métodos, tais como a contabilidade dos recursos naturais e do meio ambiente nacionais, que reflectam quaisquer impactos inclusive a poluição, a erosão marinha, a perda de recursos e a destruição dos habitats;



- *Dêem acesso, na medida do possível, a indivíduos, grupos e organizações interessados, às informações pertinentes, bem como oportunidades de consulta e participação no planeamento e na tomada de decisões nos níveis apropriados”.*

Constata-se assim a necessidade de criar uma abordagem de carácter integrado à gestão e desenvolvimento marinho e costeiro, aos vários níveis (local, nacional, regional e mundial). Para tal é necessário que sejam identificados os vários usos existentes nestas áreas e a criação de políticas integradas, para que todos os sectores com influência na área costeira possam tomar parte do processo de decisão e de planeamento destas áreas. Só assim, com a compatibilização de usos e sem esquecer o ambiente e os recursos costeiros e marinhos, se poderá atingir um desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, o programa da Agenda 21 identifica uma série de mecanismos e medidas de gestão integrada das zonas costeiras, nomeadamente a criação de planos de ordenamento das zonas costeiras e planos de proteção local em situações de emergência, que possam tornar operacional o conceito defendido. É também referido a necessidade de se proceder à avaliação dos impactes ambientais (AIA) dos projetos previstos para estas zonas, bem como à conservação e restabelecimento dos habitats naturais. É ainda necessário que haja uma integração dos programas sectoriais sobre o desenvolvimento sustentável das áreas urbanas, da agricultura, do turismo, da pesca, dos portos e das indústrias que utilizam a zona costeira, ou que de alguma forma, a afetam (Agenda 21, 1992).

Tal como na Agenda 21, também o Plano de Implementação de Joanesburgo (2002) apresenta medidas a aplicar para que seja possível obter um desenvolvimento cada vez mais sustentado das zonas costeiras. Neste documento é referido que *“os oceanos, mares, ilhas e zonas costeiras constituem um componente integrado e essencial dos ecossistemas da terra e são fundamentais para a segurança alimentar mundial e para sustentar a prosperidade económica e o bem-estar de muitas economias nacionais, em particular as dos países em desenvolvimento”* (Plano de Implementação de Joanesburgo, 2002, pág. 16), sendo necessário promover a implementação das ações e medidas identificadas no capítulo 17 da Agenda 21, para que se possa alcançar o desenvolvimento sustentável destas áreas, através da implementação de políticas de gestão integrada e desenvolvimento sustentável das áreas costeiras, e ainda *“promover a gestão costeira e oceânica integrada, multidisciplinar e multisectorial a nível nacional, e estimular e ajudar os Estados costeiros a desenvolverem políticas e mecanismos para a gestão costeira integrada”* (Plano de Implementação de Joanesburgo, 2002, pág. 16).

## 2.4.2. A GIZC NO CONTEXTO EUROPEU

Para a Comissão Europeia, Gestão Integrada das Zonas Costeiras é um “processo dinâmico, contínuo e interactivo destinado a promover a gestão sustentável das zonas costeiras. A GIZC procura equilibrar, a longo prazo, os benefícios do desenvolvimento económico e das utilizações humanas da zona costeira; os benefícios que advêm da protecção, preservação e restauração das zonas costeiras; os benefícios da minimização da perda de vidas humanas e de bens; e os benefícios do acesso e usufruto público das zonas costeiras, sempre dentro dos limites estipulados pela dinâmica e capacidade de carga naturais” (CE, 1999, pág. 16). É ainda referido que o termo “integrada” na expressão GIZC se refere “ (...) quer à integração dos objectivos, quer à integração dos múltiplos instrumentos necessários para os atingir. Significa a integração de todas as áreas políticas, sectores e níveis de administração relevantes. Significa a integração dos componentes terrestres e marítimos do território em causa.” (CE, 1999, pág. 16)

A constatação da importância das zonas costeiras para as populações europeias levou a União Europeia a lançar, em 1996, o Programa de Demonstração sobre a Gestão Integrada das Zonas Costeiras, baseado “(...) em cerca de 35 projectos locais e regionais, que visam demonstrar a aplicação da GIZC (Gestão Integrada das Zonas Costeiras), numa série de análises temáticas horizontais e de projectos de investigação (...)”. (CE, 1999, pág. 5). Este programa tinha como principal objetivo “fornecer exemplos concretos de boas práticas de Gestão Integrada das Zonas Costeiras (GIZC), numa variedade de condições socioeconómicas, culturais, administrativas e físicas” e ainda “servir de matéria-prima para a formulação de uma Estratégia Europeia de GIZC, que promova o desenvolvimento sustentável das Zonas Costeiras da UE.” (CE, 1999, pág. 5)

Da análise dos vários projetos realizados no âmbito deste Programa de Demonstração, foram identificados sete princípios fundamentais que devem ser aplicados para garantir uma boa gestão integrada costeira (CE, 1999):



1. “Ter uma perspectiva muito abrangente”, ou seja, para atingir a sustentabilidade das zonas costeiras é necessário ter em conta os vários sistemas (hidrológicos, geomorfológicos, socioeconómicos, administrativos, institucionais e culturais) que têm influência nestas áreas;
2. “Basear-se num conhecimento das condições específicas da área abrangida”, sendo necessário ter um conhecimento aprofundado das características de cada área (físicas, sociais, culturais, institucionais e económicas), uma vez que estas diferem de local para local e existem especificidades únicas em cada uma, que devem ser tidas em conta;

3. *“Trabalhar com processos naturais”, pelo que é necessário compreender os processos naturais costeiros e a dinâmica dos sistemas costeiros, para conseguir uma gestão sustentável a longo prazo, quer em termos ambientais como socioeconómicos;*
4. *“Garantir que as decisões do presente não limitem as opções do futuro”, o que demonstra a importância da salvaguarda dos bens costeiros para as gerações vindouras. É evidenciado a necessidade de adoção do princípio da precaução, de forma a tentar prevenir os potenciais problemas que possam surgir;*
5. *“Recorrer ao Planeamento participativo por forma de obter um consenso”; evidenciando a necessidade de integrar a opinião e perspetivas dos vários intervenientes na gestão das zonas costeiras, bem como da população que será afetada por essa gestão e que vive ou visita esses locais;*
6. *“Garantir o apoio e o envolvimento de todas as entidades administrativas interessadas”, o que revela a necessidade de ter o apoio dos vários níveis de administração na aplicação da GIZC. Tal como é referido pela CE (1999, pág. 14) “Embora seja essencial envolver as autoridades locais desde o início, é necessário que todos os níveis e sectores estejam dispostos a conceder um apoio contínuo ao processo de gestão da zona costeira e haja capacidade institucional para a recolha de dados, a sua manutenção e documentação.”*
7. *“Utilizar uma combinação de instrumentos”, ou seja, devem ser utilizados instrumentos jurídicos, económicos, acordos voluntários, fornecimento de informação, soluções tecnológicas, investigação e educação para realizar uma boa GIZC.*

Em 2000, de acordo com o estipulado em vários documentos aprovados a nível internacional, tais como, a Agenda 21 e a Convenção da Biodiversidade, as Resoluções do Conselho Europeu de 25 de Fevereiro de 1992, sobre política comunitária futura relativamente às zonas costeiras europeias (92/C 59/01), e de 6 de Maio de 1994, relativa a uma estratégia comunitária de gestão integrada da zona costeira (94/C 135/02), e ainda as lições aprendidas do Programa de Demonstração sobre Gestão Integrada das Zonas Costeiras, a União Europeia elaborou uma Estratégia Europeia de Gestão Integrada das Zonas Costeiras (CCE, 2000). Esta estratégia visa *“promover uma abordagem colaborativa relativamente ao ordenamento e à gestão da zona costeira, numa filosofia de governação em parceria com a sociedade civil.”* Estabelece ainda, como *“função da União Europeia a provisão de liderança e orientação para apoiar a execução da GIZC por parte dos Estados-Membros, aos níveis local, regional e nacional”* (CCE, 2000, pág. 2).

Esta gestão deverá integrar o conjunto das diferentes políticas com impactos nas zonas costeiras da União. Trata-se, simultaneamente, de proceder ao ordenamento e gestão dos recursos costeiros e

do espaço litoral. Os princípios gerais desta gestão devem ser implementados de forma a proteger as zonas costeiras, controlar o seu desenvolvimento, controlar as atividades que prejudiquem o ambiente natural destas zonas, combater a poluição e diversificar os serviços e as atividades turísticas propostas para estas áreas. Além disso, é necessário que a GIZC seja implementada numa perspetiva a longo-prazo, de forma a respeitar o “princípio de prevenção” e a não colocar em risco as opções e gerações futuras, e ainda, de forma a criar um processo dinâmico que esteja em constante evolução (CCE, 2000).

Em 2002, através da Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à execução da Gestão Integrada da Zona Costeira na Europa (JOUE, 2002), é recomendado aos Estados-membros efetuarem um levantamento nacional sobre os “*principais intervenientes, leis e instituições que influenciam a gestão da sua zona costeira*” (cap. III da recomendação), com o objetivo de posteriormente elaborarem “*uma estratégia nacional ou, quando apropriado, várias estratégias para a execução dos princípios da gestão integrada da zona costeira*” (ponto 1 do cap. IV da recomendação).

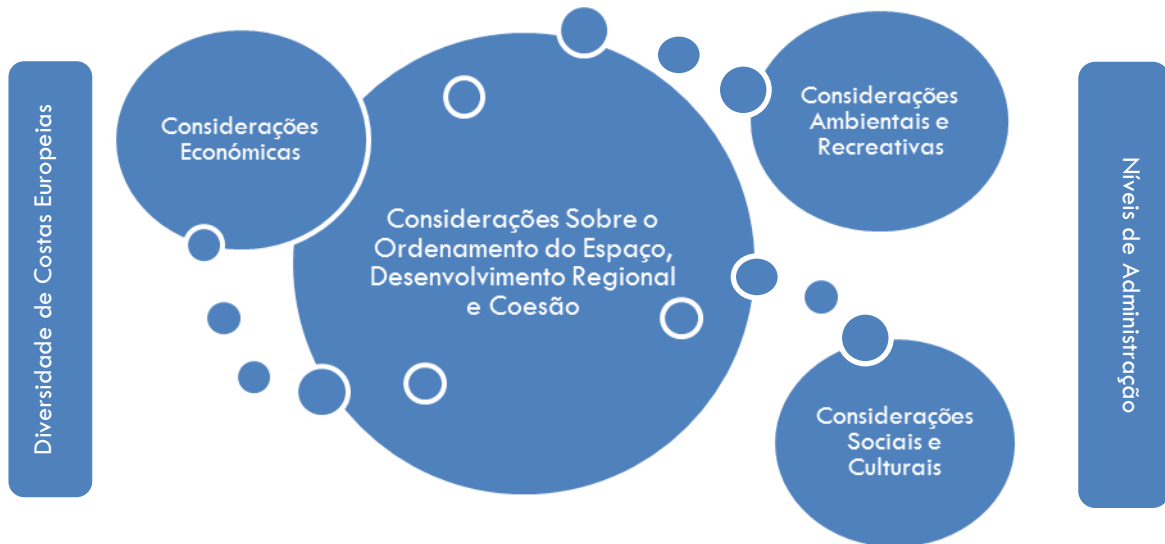
Já em 2006, é divulgado pela União Europeia um documento que pretende reunir todos os sectores que intervêm quer na gestão integrada das zonas costeiras, quer na proteção e conservação do meio marinho, de forma a promover um correto ordenamento conjunto. Neste documento – Livro Verde “*Para uma futura política marítima da União: Uma visão europeia para os oceanos e mares*” (CE, 2006) – é identificado como principal objetivo promover um debate sobre a política marítima para a União Europeia e impulsionar uma abordagem holística destas áreas. É referido que



“Os princípios da boa governação apontam para a necessidade de uma política marítima europeia que englobe todos os aspectos dos oceanos e mares. Tal política deverá ser integrada, inter-sectorial e multidisciplinar, e não uma simples compilação de políticas sectoriais verticais. Deverá considerar os oceanos e os mares partindo de um conhecimento profundo da forma como funcionam e do modo de preservar a sustentabilidade do seu meio e dos seus ecossistemas. Deverá também determinar de que forma o processo de decisão e a conciliação de interesses concorrentes em zonas marinhas e costeiras podem conduzir a um clima mais propício ao investimento e ao desenvolvimento de actividades económicas sustentáveis.” (CE, 2006, pág. 6).

A existência dos vários documentos referidos comprova a preocupação que se tem vindo a sentir com a gestão e ordenamento quer do espaço costeiro, quer do espaço marítimo. Há uma preocupação em tentar definir regras que permitam a implementação de medidas que proporcionem um ambiente sustentável a estas áreas, tendo em conta a necessidade de se

promover uma abordagem integrada. Este é o principal objetivo das políticas e recomendações que têm vindo a ser identificadas nos vários documentos da União Europeia. É necessário aplicar uma abordagem integrada à gestão das zonas costeiras e marinhas, para que todos os intervenientes e todos os agentes envolvidos no desenvolvimento destas áreas possam beneficiar com as sinergias que poderão ser criadas com esta abordagem (figura 2).



**Figura 2 – Perspetiva de desenvolvimento sustentável, segundo a Gestão Integrada das Zonas Costeiras Europeias** (adaptado de EEA, 2006, pág. 80)

Em 2007 foi realizado o relatório de “Avaliação da Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC) na Europa” (CCE, 2007a) onde se constatou que, apesar de já terem sido alcançados alguns progressos no que diz respeito à implementação de Estratégias de GIZC nos vários países europeus, continuava a ser necessário aplicar um maior esforço no sentido de criar uma metodologia coerente que permita uma recolha de dados e análise de indicadores mais eficaz. Foi verificado que *“Embora se tenham registado progressos na metodologia de avaliação dos impactos das políticas da EU no ordenamento do território, as lacunas nos dados e a falta de sistemas eficazes de intercâmbio de informações constituem ainda um obstáculo à sua utilização mais alargada e pró-activa nos processos de tomada de decisão.”* (CCE, 2007a, pág. 6) Esta recomendação refere ser assim necessário investir na capacidade de recolha de informação, sua análise e posterior disseminação da informação pelos decisores e público em geral (CCE, 2007a). Para tal, a aplicação da diretiva INSPIRE (Diretiva 2007/7/CE) e o desenvolvimento do Sistema de Informação Ambiental Partilhada (CCE, 2008) permitirão que a recolha de informação se torne mais eficaz e que a sua disponibilização seja efetuada de forma mais célere aos principais intervenientes na gestão e planeamento das zonas costeiras.

Estes dois instrumentos são de fulcral importância para a correta gestão do espaço costeiro, pois vão permitir um acesso melhorado e sistematizado à informação, nomeadamente informação geográfica, para que possa existir a partilha da mesma informação pelos diversos intervenientes no processo de gestão integrada de uma zona costeira. De facto, um dos problemas da falta de sucesso na implementação das estratégias de GIZC é a falta de informação sistematizada e a não existência de partilha entre as várias entidades, da informação que cada uma possui. Sendo assim, a diretiva INSPIRE propõe a criação de uma infraestrutura de informação geográfica, a nível Europeu, que permita resolver o problema da “disponibilidade, qualidade, organização, acessibilidade e partilha de informações geográficas”, criando “medidas que incidam sobre o intercâmbio, a partilha, o acesso e a utilização de dados geográficos (...) aos vários níveis da autoridade pública, e de diferentes sectores.” (JOUE, 2007, pág. L108/1). Esta ferramenta irá, assim, “facilitar a tomada de decisão respeitante a políticas e actividades susceptíveis de ter um impacto directo ou indirecto no ambiente” (JOUE, 2007, pág. L108/1), sendo de especial relevância para as áreas costeiras, pela necessidade de uma abordagem integrada que já se verificou ser necessária.

No mesmo sentido surge o Sistema de Informação Ambiental Partilhada (SEIS), com o objetivo de modernizar e simplificar a “recolha, intercâmbio e utilização dos dados e informações necessários para a elaboração e implementação da política ambiental, em função da qual os actuais sistemas de comunicação de informações, em grande parte centralizados, serão progressivamente substituídos por sistemas baseados no acesso, na partilha e na interoperabilidade.” (CCE, 2008, pág. 2). Este sistema permitirá que sejam integradas as diversas iniciativas de âmbito Europeu, no que diz respeito à disponibilização e partilha de informação que deverá ser tida em conta na definição das políticas comunitárias, aos vários níveis, nomeadamente para a concreta integração da questão ambiental nessas mesmas políticas, além de capacitar os cidadãos europeus “ao colocar ao seu dispor informações relevantes em tempo útil e ao permitir-lhes tomarem decisões informadas sobre o ambiente, incluindo acções adequadas em casos de emergência, e influenciarem as políticas públicas.” (CCE, 2008, pág. 6).

## 2.5. SÍNTESE



O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu devido ao facto de se ter sentido a necessidade de controlar o exacerbado crescimento e desenvolvimento económico, com utilização excessiva dos recursos naturais existentes. Por esse motivo foram elaborados inúmeros relatórios sobre a temática da sustentabilidade, tendo sido introduzido este conceito na maior parte das estratégias e políticas dos diversos países, como forma de diminuir os efeitos negativos causados pelo excessivo uso de recursos pelas atividades humanas. Assim, assentando em quatro pilares fundamentais (desenvolvimento económico, coesão social, proteção do ambiente e governança), foram iniciadas a aplicação de medidas que permitissem a todos os povos um desenvolvimento equilibrado e equitativo a longo prazo. Estas medidas foram sendo construídas e aplicadas nos mais diversos sectores da atividade económica e nas mais diversas áreas do planeta. É o caso das áreas costeiras, de extrema importância biofísica e socioeconómica e que se encontram sujeitas a inúmeros problemas, pela multiplicidade de sistemas e funções que apresentam.

As áreas costeiras albergam mais de metade da população mundial, pelo que necessitam de um olhar atento no que concerne às atividades que aí se realizam e ao desenvolvimento que aí é efetuado. É preciso ter em conta as especificidades existentes nestes territórios, que os tornam locais de grande qualidade ambiental, mas também, áreas muito frágeis do ponto de vista natural, pois são áreas muito dinâmicas e com alterações frequentes aos seus ecossistemas. Além disso existe uma grande diversidade de áreas costeiras, com condicionalismos muito díspares entre si, quer no que diz respeito aos recursos naturais, quer relativamente aos aspetos socioculturais.

A constatação da importância das áreas costeiras levou a que as diversas instituições de carácter internacional (UN, WRI, UNEP, OCDE, UE, entre outras) se debruçassem sobre estas áreas e produzissem uma série de documentos que apontam para a necessidade da sua proteção e valorização. Destaca-se a relevância que a União Europeia tem tido no processo de desenvolvimento de mecanismos para o estudo e intervenção nestas áreas, nomeadamente através da implementação de uma Estratégia de Gestão Integrada das Zonas Costeiras, a nível europeu, e pela mais recente Política Marítima Integrada Europeia. Todos estes documentos evidenciam a importância e a urgência em se aplicarem medidas e em se criarem mecanismos que permitam um desenvolvimento sustentável para as áreas costeiras.

Verifica-se, no entanto e apesar da existência de um grande conjunto de estudos, estratégias e mecanismos de intervenção, que as áreas costeiras continuam a sofrer de inúmeros problemas relacionados com a inadequada gestão que se tem vindo a aplicar. O caso português é

paradigmático surgindo todos os anos inúmeros problemas, quer de índole ambiental, quer de índole socioeconómica, fruto da desadequada gestão e ordenamento do território.

Perante estas constatações parece-nos ser necessário que as diversas medidas identificadas nos vários documentos produzidos, bem como os mecanismos já criados, sejam aplicados de forma correta para que se possam travar os principais problemas diagnosticados. É no entanto, necessário a existência de uma forte vontade política para a sua aplicação, bem como de processos de governança que permitam às comunidades o seu envolvimento na tomada das melhores decisões para estas áreas. Só através do envolvimento de todos os intervenientes nas áreas costeiras e da conscientização para a necessidade de se alterar determinadas práticas que têm vindo a incutir riscos às áreas costeiras, se poderão criar condições que permitam a proteção destes frágeis ambientes e ainda a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.



## **CAPÍTULO 3 – TURISMO SUSTENTÁVEL E ÁREAS COSTEIRAS**

*“E outro prazer simples e extraordinário é ir descalço pelo grande areal fora com os pés na água. A onda vem, espraia-se, molha-nos e salpica-nos de espuma. Calca-se esse mosto branco e salgado, que gela e vivifica, e caminha-se sempre ao lado dos sucessivos rolos que se despedaçam na areia.”*

Raul Brandão in “Os Pescadores”, pág. 64



### 3.1. INTRODUÇÃO

O turismo é um dos maiores fenómenos económicos e sociais dos nossos tempos tendo evoluído de uma atividade apreciada por apenas uma elite da população, no início do século XX, para um fenómeno de massas nos países mais desenvolvidos, por volta dos anos setenta (Neto, 2003). Nota-se um crescimento substancial desta atividade, visível na análise dos números disponíveis. De facto, o número de chegadas internacionais tem vindo a crescer significativamente. Tal como referiu Márcio Paula, Diretor Executivo da OMT na Cimeira do Turismo Português 2011, “Em 1950, o primeiro ano com dados disponíveis, ocorreram 25 milhões de chegadas internacionais em todo o mundo, em 1970 foram 166 milhões, 436 milhões em 1990 e que alcançaram em 2010, (...), cerca de 940 milhões (...)” (CTP, 2011). De momento existem mais de um bilião de chegadas aos diversos destinos turísticos<sup>4</sup>. São vários os fatores que contribuíram para o crescimento do turismo no final do século XIX e no século XX, destacando-se os seguintes (Mason, 2010, pág. 16):



1. Um crescimento nos outputs industriais, associados com a Revolução Industrial que levaram a um aumento da qualidade de vida;
2. Melhorias na tecnologia dos transportes, tornando as viagens mais baratas e mais acessíveis. Os caminhos-de-ferro e as linhas oceânicas surgiram no século XIX e os automóveis e aviões na primeira metade do século XX;
3. A introdução de férias anuais no final do século XIX;
4. Alterações nas perceções do ambiente. Áreas que antigamente eram vistas como locais hostis, tornaram-se locais atrativos;
5. Um aumento no desejo de viajar, relacionado com melhorias na educação e com maiores viagens transoceânicas, resultado das guerras. Estes fatores criaram o interesse no conhecimento de locais distantes e também nos negócios transoceânicos.

Estas alterações sociais e económicas permitiram assim um aumento da qualidade de vida e uma maior facilidade de deslocação, o que possibilitou o desenvolvimento rápido do sector turístico criando em todos os continentes, uma vontade de conhecer os diferentes usos e costumes de cada local.

Todo este crescimento de atividades turísticas levou a que o sector turístico começasse a ser considerado como uma atividade económica global que envolve milhões de pessoas (Mason, 2010). É, de momento, o principal sector internacional de comércio e serviços e, em muitos países, tornou-se mesmo no principal sector da atividade económica gerando a maior fonte de trocas e ganhos

<sup>4</sup> <http://media.unwto.org/en/press-release/2013-01-28/international-tourism-continue-robust-growth-2013>

económicos com o estrangeiro ou, ainda, criando uma importante e significativa fonte de emprego. A atividade turística desenvolveu-se e modernizou-se aceleradamente principalmente pelo impulso da tecnologia e das comunicações, dos transportes e pela diversificação de interesses e objetivos turísticos (Olivera Begazo, 2001). Esta diversificação de interesses e objetivos turísticos deve-se às expectativas, atitudes e valores dos próprios turistas, que condicionam a procura e a oferta turística e que se baseia, em grande parte, no ambiente e qualidade ambiental oferecida pelos diversos destinos turísticos. O ambiente é assim considerado um recurso turístico, logo o turismo e o ambiente não devem apenas depender mas também beneficiar um do outro. Muitas das investigações realizadas acerca do turismo referem como principal motivo de visita aos locais o ambiente, tanto natural como cultural. Como exemplo destas visitas podemos identificar a visita a locais históricos, heranças culturais e naturais, costumes tradicionais, observação de aves, etc. (Butler, 1991). Além disso, os turistas revelam progressivos níveis de exigência em termos da qualidade das atividades turísticas que procuram e essa realidade tem repercussões na procura da melhoria dos níveis de qualidade ambiental dos locais turísticos. De facto, é nas áreas de maior fragilidade e vulnerabilidade ambiental que se concentram as principais atrações turísticas (Inskip, 1991). Neste contexto, o sector do turismo não deve ser apenas perspetivado sob o ponto de vista estritamente económico. A preservação do meio ambiente, a manutenção da biodiversidade e a conservação e desenvolvimento do património cultural e social, são fatores essenciais à definição e implementação de qualquer estratégia de desenvolvimento do turismo, se pretendermos que esta atividade se mantenha competitiva e com relevância na economia nacional.

Por estas razões, o turismo é uma atividade de grande importância económica a nível mundial e a que maior relação estabelece com a existência sustentada de um ambiente equilibrado (Partidário, 1998). No entanto verifica-se que o turismo (essencialmente o de 'massas') está associado a numerosos efeitos negativos no ambiente, tais como destruição de sistemas ecológicos e destruição de património cultural (Lansing et. al., 2006). São vários os danos ambientais associados a este fenómeno crescente, essencialmente nas áreas costeiras, por serem as mais procuradas e mais acessíveis aos turistas. Os danos resultam não só das concentrações espaciais e temporais dos turistas, mas também dos problemas associados a este crescimento económico e social, que se torna tão rápido que não permite qualquer controlo sobre as dinâmicas que gera.

Tal como refere Albuquerque e Godinho (2001, pág. 7), *“O turismo é um elemento estruturante da dinâmica da economia global, em larga medida traduzida no desenvolvimento da componente de serviços. A crescente importância do turismo na economia resulta da cada vez maior mobilidade e prosperidade das sociedades.”* Careto e Lima (GEOTA, 2006, pág. 17) mencionam ainda que *“A partir do momento em que se registou um crescimento acelerado da actividade turística, desde a década de 50, dando origem ao fenómeno do turismo de massas nas décadas subseqüentes, o modelo*

*de desenvolvimento adoptado provocou fortes desequilíbrios ambientais, sociais e económicos*”. Como resultado deste modelo de desenvolvimento de rápida expansão do sector do turismo, os locais de veraneio tradicionais e emergentes estão a encarar graves pressões nos seus ambientes naturais, culturais e socioeconómicos. Há agora um reconhecimento geral de que o crescimento descontrolado do turismo leva, em pouco tempo, a impactos negativos alarmantes para o ambiente e para a sociedade em geral, destruindo, deste modo, as bases em que o mesmo turismo foi construído e desenvolvido. Por isso não é de estranhar a progressiva tendência para a conceção de dinâmicas turísticas alternativas, de forma a promover efeitos reais do turismo na estruturação de processos sustentáveis de desenvolvimento local e regional. Deste modo tem-se verificado uma forte diversificação nas atividades turísticas, através da promoção e utilização de novos produtos turísticos (Sirgado, 1996). Se não existir uma preocupação em conservar estes recursos poderá surgir uma ameaça à viabilidade do desenvolvimento económico e sustentável do turismo. É necessário que, tanto os turistas como populações e planeadores locais estejam sensibilizados para a preservação e proteção dos recursos ambientais e naturais, de modo a que estes possam continuar a ter interesse turístico e viabilidade económica.

Assim, o turismo é considerado como um agente de desenvolvimento económico contribuindo para a consolidação do processo de integração económica dos países europeus, através da criação de elos entre regiões e países “*com as suas próprias variedades de sistemas, línguas, tradições, culturas e patrimónios*”. (Albuquerque e Godinho, 2001, pág. 7). No entanto é preciso criar regras de desenvolvimento do sector turístico para que este não cresça de forma desordenada e cause problemas ao ambiente. É por isso importante gerir e controlar o crescimento, de forma sustentável, nomeadamente nos destinos turísticos, pois é aí que se verifica a interação entre turistas, comunidades locais e ambiente local (Mason, 2010).

Neste capítulo será elaborada uma análise à evolução do conceito de turismo sustentável, abordando a perspetiva internacional, a perspetiva europeia e a aplicação do conceito às áreas costeiras. Por fim serão apresentados três casos de estudo de áreas costeiras europeias onde estão a ser aplicadas estratégias e diferentes metodologias de abordagem ao turismo sustentável.

### 3.2. O TURISMO SUSTENTÁVEL

O interesse pelo turismo sustentável emergiu devido à crescente preocupação sentida especialmente nas áreas onde a atividade turística apresenta um carácter de massificação (Murphy & Price, 2005). Esta massificação conduziu a fortes impactos nos destinos turísticos, especialmente nas zonas costeiras, tornando estas áreas descaracterizadas e com perda de interesse para os potenciais visitantes. Zahedi (2008) tentou sistematizar os principais impactos que têm vindo a ser referenciados na literatura, e que se assumem como os mais importantes (quadro 2).

**Quadro 2 – Impactos do Turismo**

Tipologia	Impactos Positivos	Impactos Negativos
<b>Económicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento de oportunidades de emprego</li> <li>• Receitas geradas</li> <li>• Maiores gastos em infraestruturas e equipamentos públicos</li> <li>• Aumento da qualidade de vida</li> <li>• Melhoria da economia local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento dos preços de bens e serviços</li> <li>• Aumento dos preços de terrenos e de alojamento</li> <li>• Aumento do custo de vida</li> <li>• Aumento dos custos de infraestruturação (água, luz, esgotos, etc)</li> </ul>
<b>Políticos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução de perturbação política devido ao desemprego</li> <li>• Aumento do nível de segurança</li> <li>• Aumento do estímulo mútuo e entendimento entre diferentes nações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização do turismo para fins políticos</li> <li>• Rapto de turistas</li> <li>• Aumento da possibilidade de distúrbios entre a oposição ao governo</li> </ul>
<b>Sociais e culturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção de valores culturais e troca de ideias</li> <li>• Aumento da tolerância entre diferentes culturas</li> <li>• Aumento da disponibilidade de facilidades recreativas</li> <li>• Aumento da qualidade de vida das comunidades locais</li> <li>• Promoção de um maior nível de satisfação psicológica através da interação entre visitantes e comunidade local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efeitos negativos na cultura e língua locais</li> <li>• Alterações não desejadas do estilo de vida</li> <li>• Introdução de maus hábitos na população local</li> <li>• Problemas de saúde</li> <li>• Aumento da criminalidade</li> <li>• Aumento do congestionamento do tráfego</li> <li>• Aumento das multidões, produzindo stress, barulho, conflito e violência</li> <li>• Deslocalização de comunidades locais para expansão das instalações turísticas</li> <li>• Negligência de outros sectores da atividade económica</li> </ul>
<b>Ambientais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento das receitas para tornar possível a proteção e preservação dos recursos naturais, tais como oceanos, lagos, parques naturais e outras áreas de beleza cénica das comunidades locais</li> <li>• Melhoria na gestão do lixo</li> <li>• Melhoria da aparência dos locais e das comunidades como um todo</li> <li>• Aumento da consciência ambiental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento do consumo de energia e água</li> <li>• Aumento da poluição</li> <li>• Destruição da flora e fauna</li> <li>• Desflorestação</li> <li>• Aumento do lixo</li> <li>• Perturbação da vida selvagem e de padrões de alimentação e reprodução</li> <li>• Multidões e congestionamento</li> <li>• Impacto nas atrações estéticas</li> <li>• Distúrbios nos ecossistemas</li> </ul>

Fonte: Zahedi, 2008 (Adaptado)

O assumir da existência destes impactos, nomeadamente os negativos, levou a que fosse dada cada vez maior importância ao desenvolvimento do conceito de turismo sustentável, com o intuito de criar metodologias que permitam satisfazer e proteger as populações locais e as regiões, integrando, desta forma, o conceito de desenvolvimento sustentável. Tal como refere Lansing et. al. (2007), esta nova forma de turismo propõe que se satisfaça simultaneamente as necessidades das várias partes envolvidas, concedendo receitas e lucros à indústria do turismo, experiências responsáveis aos turistas e crescimento económico combinado com proteção ambiental e sociocultural às comunidades e países anfitriões.

O turismo sustentável está longe de ser um conceito consensual. São vários os autores e instituições que o têm tentado definir, tais como Inskeep (1991), Butler (1993, 1999), Organização Mundial do Turismo (OMT; WTO, 1993, 2003, 2004), Cocossis (1996), Wight (1997), Manson (2010), com o objetivo de tentar identificar os seus princípios. É um conceito que, no entanto tem vindo a evoluir ao longo dos anos. Inicialmente, o ambiente era a questão central do conceito, mas no início da década de 90, os fatores socioculturais ganharam peso relativo (Inskeep, 1991, Butler 1993, OMT/WTO, 1993). Já no final da década de 90 era usualmente assumido referir-se a turismo sustentável tendo em conta os aspetos ambientais e culturais específicos dos destinos turísticos (Manson, 2010, pág. 246). Ultimamente tem-se acrescentado o fator de governança ao conceito, tal como acontece com o próprio conceito de desenvolvimento sustentável.

Não é objetivo deste estudo discutir aprofundadamente o conceito de turismo sustentável. No entanto parece-nos importante fazer uma breve alusão à evolução do conceito apresentando para tal algumas das definições que nos parecem mais pertinentes.

Inskeep (1991) afirmava que a definição de desenvolvimento sustentável do turismo era ilusória. Referia que era um conceito relativamente recente e que iria continuar a evoluir nas próximas décadas. Desenvolvimento sustentável do turismo poderia assim ser pensado, segundo Inskeep, como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais dos turistas e regiões de acolhimento, enquanto cria oportunidades de proteção e melhoria para o futuro. O desenvolvimento sustentável do turismo era encarado por Inskeep como conceito líder para a gestão de todos os recursos de forma a atender-se às necessidades económicas, sociais e estéticas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte de vida (Inskeep, 1991).

Butler (1993) referia-se ao turismo sustentável como aquele que é desenvolvido e mantido numa área (comunidade, ambiente) de tal forma e em tal escala que se mantém viável por um período infinito e não degrada ou altera o ambiente (humano e físico) onde é praticado de tal forma que

possa permitir o desenvolvimento bem-sucedido e o bem-estar de outras atividades e processos (Butler, 1993 in Butler, 1999). Referia ainda que o sucesso entre turismo e desenvolvimento sustentável só é alcançado se forem cumpridos os pré-requisitos como coordenação de políticas, planeamento pró-ativo, aceitação dos limites de crescimento, educação de todos os agentes envolvidos e empenhamento para uma visão global a longo-prazo (Butler, 1991).

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT/WTO), o turismo sustentável é aquele que se desenvolve de modo a que haja oportunidade de proteger e engrandecer as regiões para o futuro, de acordo com as necessidades dos turistas e das próprias regiões (WTO, 1993). Este conceito foi baseado em Inskeep (1991) atendendo “às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro.” (OMT, 2003, pág. 23)

Ainda segundo a OMT (UNWTO, 2004), o turismo sustentável deve:



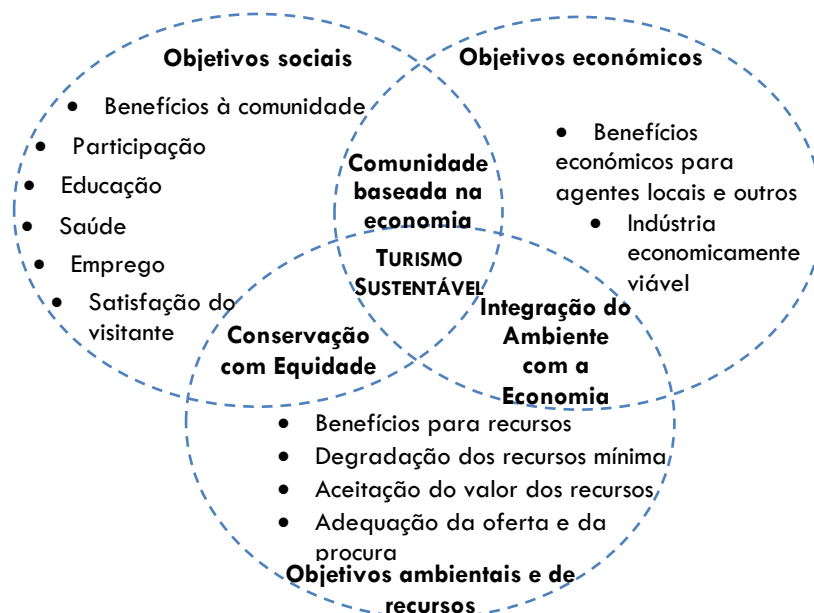
- Permitir uma utilização ótima dos recursos ambientais que constituem o elemento chave no desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando na conservação do património natural e da biodiversidade;
- Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades locais, conservar as suas heranças culturais construídas e valores tradicionais e contribuir para a compreensão e tolerância intercultural;
- Assegurar operações económicas viáveis a longo prazo, fornecendo benefícios socioeconómicos a todos os agentes. Estes benefícios devem ser distribuídos de forma equitativa e devem ser considerados essenciais a criação de empregos estáveis e a contribuição para a diminuição da pobreza.

A OMT refere também que o desenvolvimento do turismo sustentável requer a participação informada de todos os agentes, bem como uma liderança política forte para assegurar a participação e o amplo consenso entre todos. Alcançar o turismo sustentável é, para a OMT, um processo contínuo e requer uma monitorização de impactos constante, introduzindo, sempre que necessário medidas preventivas e/ou corretivas. O turismo sustentável deve também manter um nível elevado de satisfação dos turistas e assegurar experiências significativas aos turistas, aumentando a sua preocupação sobre as questões da sustentabilidade e promovendo práticas de turismo sustentável entre os turistas (UNWTO, 2004).



De acordo com Cocossis (1996, in Droy, 2003) existem várias possibilidades de interpretação do conceito de turismo sustentável. Estas interpretações dependem da estratégia que cada local pretende implementar. Assim, Cocossis (1996, in Droy, 2003) refere quatro possibilidades de interpretação: **1.** Sustentabilidade económica do turismo, enfatizando a promoção e melhoria da imagem dos destinos turísticos; **2.** Viabilidade a longo prazo do turismo, considerando a qualidade ambiental como um importante fator da competitividade do turismo; **3.** Turismo sustentável ecológico, com um carácter mais conservacionista, dando prioridade à proteção dos recursos naturais e ecossistemas; e por último, **4.** Turismo como parte do desenvolvimento sustentável, que considera a conservação ambiental como objetivo principal para a eficiência económica e equidade social (baseado em Cocossis, 1996, in Droy, 2003).

Para Wight (1997, in Murphy & Price, 2005), o Turismo relacionado com o desenvolvimento sustentável é o turismo que, de acordo com a sua natureza, escala, localização e forma de desenvolvimento é apropriado e sustentável ao longo do tempo, e onde a capacidade ambiental para apoiar outras atividades e processos não é prejudicada, uma vez que o turismo não pode ser isolado de outras atividades. No seio do turismo sustentável está implícito um conjunto de valores relacionados com o esforço de integrar objetivos económicos, sociais e culturais (tradução própria). Esta integração é ilustrada por Murphy & Price (2005, pág. 175), permitindo verificar a complexidade do conceito, bem como a necessidade de integrar todos estes valores referidos (figura 3).



**Figura 3 – Modelo dos valores e princípios do Turismo Sustentável** (Fonte: Hall, et. al., 1997, in Murphy & Price, 2005, pág. 175)

Todas estas visões identificam a necessidade de criar um equilíbrio entre as dimensões ambientais, sociais e económicas que envolvem o sector do turismo. Além disso reportam o turismo sustentável não para um tipo de turismo, mas sim para um modelo de desenvolvimento do turismo. Como refere Joaquim (2003, pág. 61), o turismo sustentável “*é um modelo tripartido, onde à rentabilidade económica, e à preservação dos ecossistemas, se alia a equidade social, isto é a distribuição da riqueza*”, sendo necessário reconhecer este conceito como “*um modelo de desenvolvimento, que pretende ser em simultâneo um instrumento de ordenamento do território, e um instrumento de fixação das populações*”.

Tal como refere Lopes (pág. 79, 2010) “*para a evolução e sustentabilidade do turismo, é necessário que governos e agentes privados tomem consciência das exigências do sector, em termos de competências e know-how necessários à gestão do turismo no futuro, com clara distinção de competências.*” Assim é necessário que as medidas a serem tomadas abarquem todos os envolvidos no sector, e que haja uma forte cooperação entre o sector privado (quem constrói e executa) e o sector público (quem regula).

Parece-nos assim evidente o encadeamento que existe entre o conceito de desenvolvimento sustentável e o turismo. É indiscutível a preocupação da conservação dos recursos, uma vez que o sector do turismo vive destes mesmos recursos. São os patrimónios ambiental e histórico-cultural que atraem os turistas às regiões, e como tal, estes recursos devem ser preservados para que o próprio turismo possa ter futuro e para que os turistas continuem a usufruir da qualidade que procuram. Desta forma, há uma preocupação com a manutenção da qualidade ambiental, mas também uma preocupação com os próprios turistas. No entanto é essencial não esquecer que além dos próprios turistas também é necessário ter em conta a população local que deve usufruir dos benefícios socioeconómicos gerados pelo sector do turismo. Conclui-se, desta forma que o desenvolvimento do turismo deve ser baseado nos critérios da sustentabilidade, o que significa que deve ser ecologicamente tolerável a longo prazo, economicamente viável, ética e socialmente equitativo para as comunidades locais (Aronsson, 2000 in Droy, 2003, pág. 14).

A OMT considera ainda importante que se mantenha o nível de popularidade dos destinos turísticos apostando na sua requalificação periódica e no marketing territorial<sup>5</sup>, de forma a manter o destino atrativo.

### 3.2.1. CONTEXTO INTERNACIONAL

Como foi referido anteriormente, o interesse pelo turismo sustentável não é mais do que uma reacção à implementação de estratégias de desenvolvimento turístico em determinadas regiões, especialmente nas zonas costeiras, que encarando essencialmente a vertente económica, motivaram níveis de ocupação urbanística e degradação ambiental, que hoje constituem os principais fatores nas quebras de procura e interesse por essas áreas.

Têm sido vários os documentos produzidos sobre a sustentabilidade do turismo, desde a definição consagrada pela OMT, em 1993. Após a Cimeira do Rio (1992) realizou-se em 1995 nas Canárias uma conferência donde resultaram dois importantes documentos: a *Carta do Turismo Sustentável* e o *Plano de Acção do Turismo Sustentável*. Foi declarado nesta conferência que “a aplicação dos princípios da Declaração do Rio ao desenvolvimento do turismo é de valor estratégico fundamental (...). O grande crescimento do turismo como grande consumidor de recursos naturais na economia mundial é mais do que incontestável” (Aronsson, 2000). A OMT formulou, em 1996, a *Agenda 21 para a Indústria das Viagens e do Turismo*, reconhecendo a importância dos principais investidores, incluindo governos, organizações internacionais, organizações não-governamentais e o sector privado do turismo internacional. A elaboração deste documento partiu dos factos constatados pelos organismos responsáveis pelo turismo de que o ambiente natural é a “componente chave de qualidade de produto, e uma prioridade crescente para os nossos consumidores” (WTO, 1996).

Também em 1995 foi elaborada a *Carta Europeia de Turismo Sustentável nas Áreas Protegidas*, pela Federação EUROPARC (Associação das Áreas Protegidas Europeias) que apresentava como missão “Desenvolver um turismo nas Áreas Protegidas de acordo com os Princípios do desenvolvimento

---

<sup>5</sup> Marketing Territorial é, segundo Nunes um “ processo de promoção territorial, que tem como objectivo último o desenvolvimento local, mobilizando recursos e tirando partido das vantagens comparativas da região, por forma a potenciar o seu desenvolvimento socioeconómico. Um dos pressupostos do marketing territorial é a construção ou modificação de uma imagem, que se pretende coerente e consensual, sobre o território, imagem essa que deve ser partilhada pelos actores locais e que será uma das condições de atracção de públicos e actores internos e externos. Um dos desafios na definição das políticas de marketing territorial é a manutenção da identidade e das características do território, evitando a descaracterização que pode estar associada a estratégias de marketing demasiado agressivas.” (Nunes, 2011, pág. 6 e 7).

sustentável” e como principais objetivos fundamentais “aumentar o interesse e o apoio às Áreas Protegidas como parte fundamental do nosso património que deve ser preservado e apreciado pelas gerações presentes e futuras; qualificar o desenvolvimento e a gestão do turismo sustentável nas Áreas Protegidas, tendo em conta as prioridades ambientais, da população local, das empresas locais e dos visitantes” (EUROPARC, 2007).

Nesta carta foram apresentados princípios gerais que as áreas protegidas deviam seguir, para poderem ser consideradas destinos turísticos sustentáveis (EUROPARC, 2007):



1. Proteção e valorização do património natural e cultural;
2. Melhorar a qualidade da oferta turística;
3. Sensibilizar os visitantes;
4. Criação de uma oferta turística específica;
5. Formação dos recursos humanos;
6. Preservar e apoiar a qualidade de vida da população local;
7. Desenvolvimento económico e social;
8. Controlo da frequência turística

Mais uma vez, também a elaboração desta carta e a definição destes princípios vem ao encontro do estipulado pela Agenda 21 (Cimeira do Rio, 1992), pretendendo que o desenvolvimento do turismo nas áreas protegidas seja feito de forma cada vez mais sustentável.

Em 1999 foi elaborado o Código Mundial da Ética do Turismo (UNWTO, 1999) com vista a tentar reduzir os efeitos negativos do turismo sobre o ambiente e o património cultural e maximizar as suas vantagens em relação aos habitantes dos destinos turísticos. É sugerido aos Governos de todos os países que, sempre que produzirem nova legislação ou regulamentação turística, sigam os princípios apontados por este Código. Dos vários princípios, destaca-se o artigo 3º, que refere o turismo como fator de desenvolvimento sustentável, identificando cinco alíneas que permitem atingir a sustentabilidade do sector (UNWTO, 1999, trad. Portuguesa, págs 7 e 8):



- “1) O conjunto dos actores do desenvolvimento turístico têm o dever de salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento económico são, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras;
- 2) Todos os tipos de desenvolvimento turístico que permitam economizar os recursos naturais raros e preciosos, nomeadamente a água e a energia, bem como evitar na

*medida do possível a produção de dejectos, devem ser privilegiados e encorajados pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais;*

*3) A repartição no tempo e no espaço dos fluxos de turistas e de visitantes, especialmente o que resulta das licenças de férias e das férias escolares, e um melhor equilíbrio entre locais frequentados devem ser procurados por forma a reduzir a pressão da actividade turística sobre o meio ambiente, e a aumentar o seu impacto benéfico na indústria turística e na economia local;*

*4) As infraestruturas devem estar concebidas e as actividades turísticas ser programadas por forma a que seja protegido o património natural constituído pelos ecossistemas e a biodiversidade, e que sejam preservadas as espécies ameaçadas da fauna e flora selvagens; os actores do desenvolvimento turístico, nomeadamente os profissionais, devem permitir que lhes sejam impostas limitações ou obstáculos às suas actividades quando elas sejam exercidas em zonas particularmente sensíveis: regiões desérticas, polares ou de alta montanha, zonas costeiras, florestas tropicais ou zonas húmidas, propícias à criação de parques naturais ou reservas protegidas;*

*5) O turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo especialmente enriquecedoras e valorizadoras, sempre que respeitem o património natural e as populações locais se ajustem à capacidade de acolhimento dos lugares turísticos.”*

O Plano de Implementação de Joanesburgo (2002) aponta já o turismo como uma das actividades que deve contribuir para o desenvolvimento sustentável, quer a nível global, quer a nível nacional e local. São identificadas algumas medidas para a promoção do desenvolvimento sustentável do turismo, quer em países desenvolvidos, como em pequenos estados e países em vias de desenvolvimento. É salientado o papel importante do sector turístico no aumento dos benefícios das comunidades locais com os recursos destinados ao turismo, mantendo, no entanto, a integridade cultural e ambiental dessas comunidades e aumentando a proteção das zonas ecologicamente sensíveis e dos patrimónios naturais (UN, 2002). Pretende-se que este sector aposte na qualidade, através da qualificação de infraestruturas e principalmente através da qualificação dos recursos humanos, com programas educacionais e de capacitação (UN, 2002).

O Turismo Sustentável é abordado neste documento em vários capítulos. No capítulo IV, ponto 41, o Plano de Implementação refere que deve ser promovido o desenvolvimento sustentável do turismo, “inclusive o turismo que não é de consumo e o turismo ecológico”. Como tal, deve ser seguida a Declaração de Québec e o Código Ético Mundial para o Turismo, aprovado pela Organização Mundial do Turismo (OMT), com o objetivo de “aumentar os benefícios das comunidades locais com os recursos destinados ao turismo, mantendo, por sua vez, a integridade cultural e ambiental dessas

comunidades e aumentando a protecção das zonas ecologicamente sensíveis e dos patrimónios naturais” (UN, 2002).

Para a consecução destes objetivos, o Plano indica a necessidade de adoção de medidas, tais como (UN, 2002):



- a) Aumentar a cooperação internacional, os investimentos estrangeiros diretos e as parcerias com os setores privado e público em todos os níveis;
- b) Elaborar programas educacionais e de capacitação que promovam a participação no ecoturismo, permitam que as comunidades indígenas e locais desenvolvam o turismo ecológico e dele beneficiem, e reforcem a cooperação dos grupos de interesse no desenvolvimento do turismo e a preservação de patrimônios, de modo a aumentar a proteção ao meio ambiente, recursos naturais e patrimônio cultural;
- c) Prestar assistência técnica aos países em desenvolvimento e com economias em transição, em apoio ao desenvolvimento de empresas de turismo sustentável e aos investimentos nessas empresas e a programas de qualidade que estimulem o turismo interno e o desenvolvimento empresarial nessa área;
- d) Ajudar as comunidades locais a administrar a visitação às suas atrações turísticas, de modo a obter o maior benefício financeiro possível e minimizar o efeito negativo e o risco que essas visitas possam ocasionar em suas tradições, cultura e ambiente, contando com o apoio da Organização Mundial do Turismo e de outras organizações competentes;
- e) Promover a diversificação das atividades econômicas, facilitando inclusive o acesso aos mercados e a informações comerciais, e participação das empresas locais incipientes, especialmente as pequenas e médias empresas.”

No capítulo VII – **Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento** – é salientado a necessidade dos pequenos Estados Insulares desenvolverem “iniciativas baseadas na comunidade no âmbito do turismo sustentável e desenvolver a capacidade necessária para diversificar os produtos turísticos, protegendo ao mesmo tempo a cultura e as tradições, e conservando e gerindo racionalmente os recursos naturais” (UN, 2002).

Também no capítulo VIII – **Desenvolvimento Sustentável para África** – há referência ao Turismo Sustentável, dado que este continente deve ser apoiado de forma a gerar uma indústria turística sustentável, através das seguintes medidas (UN, 2002):



*“a) Implementar projetos nos níveis local, nacional e sub-regional, enfatizando a comercialização dos produtos turísticos africanos, como o turismo de aventura, o ecoturismo e o turismo cultural;*

*b) Estabelecer e apoiar as zonas nacionais e transfronteiriças de conservação para promover a preservação de ecossistemas, de acordo com o enfoque ecossistêmico, e fomentar o turismo sustentável;*

*c) Respeitar as culturas e tradições locais, e promover o uso do conhecimento indígena na gestão dos recursos naturais e do ecoturismo;*

*d) Ajudar as comunidades receptoras de turistas a administrar seus projectos turísticos, de modo a obter o máximo de benefício, limitando o impacto negativo sobre as tradições, cultura e meio ambiente”.*

É visível neste documento a importância das boas práticas a nível do turismo para alcançar o desenvolvimento sustentável. São várias as medidas preconizadas pelo Plano, de forma a que tanto os Estados ‘desenvolvidos’ como ‘em vias de desenvolvimento’ tomem consciência da importância dos recursos naturais e sócio-culturais para a implementação de políticas e estratégias de turismo sustentável que contribuam para um melhor e mais promissor desenvolvimento das diversas regiões.

Desta forma, e com o intuito de agregar princípios e critérios orientadores de boas práticas de turismo sustentável, têm surgido diversas associações de organizações ligadas ao turismo que pretendem criar sinergias entre si e entendimentos comuns acerca de turismo sustentável. Destaca-se o Grupo de Ação Internacional sobre Desenvolvimento do Turismo Sustentável (*International Task Force on Sustainable Tourism Development*), criado após a Cimeira Mundial de 2002, que pretendia a realização de ações de promoção do turismo sustentável proporcionando ferramentas de apoio e apresentando iniciativas existentes que pudessem inspirar projetos-piloto e boas práticas em vários países<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> <http://sdt.unwto.org/en/content/international-task-force-sustainable-tourism-development-itf-std>, consultado a 5 de Fevereiro de 2013

Este Grupo de Ação foi criado no âmbito do processo de Marrakesh<sup>7</sup>, implementado pelo Programa das Nações Unidas sobre o Ambiente (UNEP) e pelo Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UN-DESA), uma vez que o turismo sustentável foi considerado como um dos temas principais dentro do Programa de Ação sobre Produção e Consumo Sustentável, que emergiu do Plano de Implementação de Joanesburgo.

Em 2011, este Grupo de Ação deu origem à Parceria Global de Turismo Sustentável (Global Partnership for Sustainable Tourism), com o objetivo de injetar princípios de sustentabilidade dentro das políticas, do desenvolvimento e das operações turísticas. A missão desta Parceria é encorajar parcerias que promovam os princípios do turismo sustentável nos vários destinos, através da adoção de políticas claras e de projetos inovadores e transformadores e ainda partilhar o conhecimento e a experiência, com o objetivo de criar parcerias efetivas de turismo sustentável. Os principais objetivos desta parceria são (<http://www.globalsustainabletourism.com/>):



1. Juntar organizações internacionais, governos, sociedade civil e grupos de turismo como membro da Parceria e envolve-los nas suas atividades;
2. Reforçar, coordenar e encorajar a adoção e implementação de políticas de turismo sustentável;
3. Disseminar informação sobre histórias de sucesso;
4. Alargar, adaptar e replicar projetos e iniciativas de sucesso;
5. Estabelecer e implementar projetos inovadores, com múltiplos parceiros que apoiem o desenvolvimento do turismo sustentável em todo o mundo.

Têm sido desenvolvidos diversos projetos no âmbito desta parceria destacando-se a consultoria a diversos países para o desenvolvimento de estratégias de turismo sustentável, nomeadamente através do estabelecimento de plataformas nacionais de diálogo e consulta, investigação

---

<sup>7</sup> O Processo de Marrakesh é um processo global com múltiplos participantes, desenvolvido com o objetivo de responder ao desígnio afirmado no Plano de Implementação de Joanesburgo de encorajar e promover o desenvolvimento de programas de ação de 10 anos que apoiem iniciativas regionais e nacionais de forma a acelerar a mudança para a produção e consumos sustentáveis e promover o desenvolvimento económico e social de acordo com a capacidade de carga dos ecossistemas” (Plano de Implementação de Joanesburgo, 2002). Este processo promoveu e implementou projetos sobre produção e consumo sustentáveis e proporcionou inputs significativos para a elaboração do programa de Ação de 10 anos sobre Produção e Consumo Sustentáveis. O Programa das Nações Unidas sobre Ambiente (UNEP) e o Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UN-DESA) agiram como secretariado deste processo global, com uma participação ativa dos governos nacionais, sector privado, sociedade civil, agências de desenvolvimento, agências das Nações Unidas e outros participantes (<http://www.unep.fr/scp/marrakech/>).



macroeconómica e sectorial e análise de diferentes oportunidades e opções para o turismo sustentável, capacitação institucional e partilha de modelos e boas práticas internacionais<sup>8</sup>.

Mais recentemente, no documento *The Future We Want*, emanado da última Cimeira Mundial de 2012, é novamente referido o Turismo Sustentável como uma das áreas temáticas da estrutura de ação apresentada. É reconhecido que um turismo bem gerido pode ter um contributo significativo para as várias dimensões do desenvolvimento sustentável, sendo assim importante apoiar atividades de turismo sustentável, bem como a capacidade institucional que promova a sensibilização ambiental, a proteção e conservação do ambiente, o respeito pela vida selvagem, biodiversidade, ecossistemas e diversidade cultural e aumente o bem-estar das comunidades locais através do apoio às economias locais. Assim, este documento realça ainda a importância de se promover o investimento em turismo sustentável, incluindo o ecoturismo e o turismo cultural, podendo esta promoção ser feita através da facilitação do acesso a financiamento para a criação de pequenas e médias empresas pelas comunidades locais, onde seja possível implementar atividades de turismo sustentável.

Por fim é salientada a importância de estabelecer linhas gerais e regulamentos, onde necessário, de acordo com as prioridades e legislação nacionais, para a promoção e apoio do turismo sustentável (UN, 2012).

### **3.2.2. CONTEXTO EUROPEU**

A Europa tem uma grande diversidade e densidade de atrações turísticas, circunstância que contribui significativamente para que se assuma como a região mais visitada do mundo. Em termos percentuais, a Europa ultrapassa os 50% das chegadas de turistas de todo o mundo, com cerca de 535 milhões de chegadas em 2012<sup>9</sup>. Por esta razão, o turismo na Europa é considerado um dos sectores económicos com melhores perspetivas de futuro, gerando mais de 5% do PIB da União Europeia, mas que ultrapassa os 10%, se forem considerados todos os sectores que se relacionam com o turismo<sup>10</sup> (CE, 2010). De facto, “O turismo é uma actividade económica com capacidade para gerar crescimento e emprego na UE e contribuir, do mesmo passo, para o desenvolvimento e a

---

<sup>8</sup> <http://www.globalsustainabletourism.com/Policies/24-Best-Practice.html>, consultado a 5 de Fevereiro de 2013

<sup>9</sup> <http://media.unwto.org/en/press-release/2013-01-28/international-tourism-continue-robust-growth-2013>, consultado a 7 de Fevereiro de 2013

<sup>10</sup> Nomeadamente, os sectores da distribuição, da construção, as companhias de transporte em geral (transporte aéreo, ferroviário, marítimo, autocarros, etc.) assim como o sector cultural (entre os quais as indústrias culturais e criativas). (CE, 2010)

*integração económica e social, nomeadamente das regiões rurais e de montanha, das regiões costeiras e das ilhas, periféricas, ultraperiféricas ou em fase de convergência*” (CE, 2010, pág. 3), existindo cerca de 1,8 milhões de empresas de turismo na União Europeia (CE, 2010). Atualmente, o turismo é já um dos sectores mais importantes da atividade económica na União Europeia, compreendendo uma variedade de produtos e destinos, bem como uma enorme quantidade de empresas e entidades gestoras, tanto públicas como privadas (CE, 2010).

A União Europeia refere mesmo que *“desde 1997 que o potencial do turismo como gerador de emprego e crescimento tem sido reconhecido a nível europeu em diversas ocasiões. A globalização, as alterações demográficas e a evolução dos transportes são factores decisivos que determinam o crescimento rápido desta indústria. Com grande variedade de atrações e com a qualidade dos seus serviços de turismo, a Europa é o principal destino turístico do mundo. O turismo é, por conseguinte, uma actividade susceptível de desempenhar um papel importante na concretização dos objectivos da estratégia [de Lisboa Renovada] para o crescimento e o emprego.”* (CCE, 2006, pág. 2)

O reconhecimento da importância do turismo na União Europeia deu origem à elaboração do estudo acerca do turismo sustentável como fator de coesão entre as regiões europeias, que se baseia nos seguintes pressupostos: as autoridades regionais e locais têm um papel fundamental no processo de coesão elaborado pelas políticas territoriais da União Europeia; os destinos turísticos são responsáveis pelo melhoramento do nível de desenvolvimento sustentável, em linha com o princípio de subsidiariedade; a indústria do turismo é uma importante contribuição para o desenvolvimento social e económico das regiões, influenciando o processo de planeamento do uso do solo e representando uma oportunidade de desenvolvimento vital para os territórios com problemas de acessibilidade (EC, 2006).

Este reconhecimento da importância do turismo levou a que este passasse a constar no Tratado de Lisboa como um dos domínios em que a União Europeia *“dispõe de competência para desenvolver acções destinadas a apoiar, coordenar ou completar a acção dos Estados-Membros”* (JOUE, 2007, C306, pág. 48, artigo 2º E). Foi assim introduzido um novo artigo, comparativamente com os tratados anteriores, que refere: *“A União completa a acção dos Estados-Membros no sector do turismo, nomeadamente através da promoção da competitividade das empresas da União neste sector”*. (JOUE, 2007, C306, pág. 89, artigo 176ºB).

No entanto são conhecidas diversas pressões que afetam essencialmente o ambiente e que descaracterizam determinadas áreas, causadas pelo crescimento do sector turístico. Estas pressões podem trazer problemas para o turismo europeu, uma vez que se gerido impropriamente, este

crescimento pode arriscar o futuro da indústria turística, tornando a sustentabilidade do turismo europeu não uma opção mas uma ação necessária (EC, 2006).

Assim, e devido à maior exigência por parte dos turistas evidencia-se uma necessidade de apostar em novas formas de turismo que devem ser desenvolvidas tanto pela indústria turística como pelas regiões de destinos turísticos. Como refere Albuquerque e Godinho (2001, pág. 15) *“Para conservarem a sua quota de mercado, os destinos mais desenvolvidos e mais dependentes do turismo terão que responder à concorrência aumentando a qualidade e diversificando os seus produtos e mercados alvo.”*

Como forma de alcançar a sustentabilidade do turismo europeu foram definidos os seguintes aspetos-chave (EC, 2006):



- Tornar o desenvolvimento sustentável o principal fim da política do turismo;
- Integrar medidas identificadas nas outras políticas económicas, ambientais e sociais que afetam o desenvolvimento do turismo;
- Respeitar as abordagens da subsidiariedade e “bottom-up”;
- Convergir objetivos com ferramentas adaptadas de implementação;
- Promover a cooperação e a participação pró-ativa de todos os atores envolvidos no turismo, particularmente pelo reconhecimento do papel das autoridades locais e regionais e das peculiaridades das PME's e micro-empresas que caracterizam a indústria;
- Facilitar ou favorecer instrumentos e associações voluntárias com privados e grupos da sociedade;
- Suportar fundos para o desenvolvimento do turismo sustentável, e em particular dedicar recursos adicionais aos novos Estados-Membros.

O turismo europeu, as suas empresas e os seus destinos enfrentam desafios importantes, que poderão constituir oportunidades ou perigos a ultrapassar havendo, assim, uma forte oportunidade de adequar o turismo a novas formas sustentáveis tirando partido dos recursos naturais e culturais e das infraestruturas existentes. Verifica-se, em primeiro lugar, que se mantém o crescimento significativo da procura turística e do volume de turismo na Europa registando-se, no entanto, divergências na evolução das diferentes formas de turismo. Estas divergências poderão eventualmente ser ultrapassadas mediante o surgimento de novas formas de turismo sustentadas na diversidade dos recursos naturais e culturais e das infraestruturas turísticas existentes (recursos básicos necessários de um destino turístico).

Partindo das constatações apresentadas foi elaborada pela Comissão Europeia uma comunicação intitulada “Uma política de turismo europeia renovada: Rumo a uma parceria reforçada para o turismo na Europa” (CCE, 2006). Esta comunicação refere a importância estratégica do Turismo Sustentável afirmando que *“a necessidade de melhorar a atratividade das regiões atua como incentivo para que um número crescente de destinos e de partes interessadas procure práticas e políticas mais sustentáveis e respeitadoras do ambiente”* (CCE, 2006, pág. 2). Por esta razão, o turismo sustentável é visto como motor de desenvolvimento deste sector, representando um papel ativo na preservação e conservação do património natural e cultural das diversas regiões.

Sendo o turismo sustentável um motor de desenvolvimento do turismo europeu, foi elaborada a Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo (CCE, 2007b) que vem assim colmatar a ausência de sistematização das políticas globais e assume como principais objetivos:



- Prevenir e reduzir o impacto territorial e ambiental do turismo nos locais de destino;
- Controlar o crescimento dos transportes ligados ao turismo;
- Promover um turismo responsável como fator de desenvolvimento social e cultural.

Estes objetivos revelam a preocupação com a sustentabilidade e rejuvenescimento dos destinos turísticos e elegem, mais uma vez, o sector do turismo como estratégico.

Nesta Agenda é referido que *“A gestão sustentável dos destinos turísticos é primordial para o desenvolvimento do turismo, tanto através do planeamento e de um controlo eficaz do ordenamento e desenvolvimento do território, como através de decisões a favor do investimento nas infra-estruturas e serviços. Ao assegurar que o desenvolvimento de novas formas de turismo responda quantitativa e qualitativamente às necessidades das comunidades locais e do ambiente, a gestão sustentável pode reforçar o desempenho económico e o nível de competitividade de um destino turístico a longo prazo. Para isso, é importante o apoio de todas as entidades regionais e locais, e uma estrutura eficiente, que propicie a criação de parcerias e uma liderança eficaz.”* (CCE, 2007b, pág. 5)

Além da elaboração da Agenda 21 para o turismo na Europa, a Comissão definiu ações específicas de promoção da sustentabilidade económica e social do turismo europeu, tais como (CCE, 2006, pág. 13):



- *“Identificar medidas nacionais e internacionais de apoio às PME do turismo e instaurar um processo de intercâmbio de boas práticas;*
- *Avaliar o impacto económico que a melhoria da acessibilidade no sector do turismo tem no crescimento macroeconómico e no emprego, nas oportunidades de negócios para as PME, na qualidade dos serviços e na competitividade;*
- *Facilitar o intercâmbio das boas práticas de «turismo para todos»; Publicar um manual sobre «Como criar espaços de profissionalização na indústria do turismo» para apoiar a modernização de competências no sector do turismo, com a participação de todas as partes interessadas;*
- *Estudar as tendências do emprego nos sectores do turismo costeiro e relacionado com o mar;*
- *Elaborar estatísticas oficiais e encomendar estudos e-Business W@tch para avaliar as implicações futuras e o impacto do comércio electrónico na indústria do turismo;*
- *Continuar as suas iniciativas e a colaboração com os Estados-membros, a indústria e a Organização Mundial do Turismo no domínio do combate à exploração sexual de crianças, nomeadamente quando esses crimes são cometidos por turistas.”*

Através do exposto é possível afirmar que o desenvolvimento do turismo sustentável tem vindo a conhecer evoluções sucessivas, uma vez que esta atividade é uma das principais apostas para o desenvolvimento e crescimento dos diversos países que compõem a União Europeia. No entanto, é constatada a necessidade de se proceder a uma melhor gestão do turismo, de forma a minimizar os seus impactos negativos no ambiente e a minimizar potenciais conflitos com outras atividades, nomeadamente como as pescas, agricultura e florestas (EC, 2006).

### 3.3. O TURISMO SUSTENTÁVEL NAS ÁREAS COSTEIRAS

O turismo costeiro é um dos principais tipos de turismo existentes. É um tipo de turismo que é baseado numa combinação de recursos da interface entre a terra e o mar e que oferece um conjunto de amenidades tais como água, praias, paisagens, biodiversidade marinha e terrestre, património cultural e histórico diversificado, gastronomia e normalmente, boas infraestruturas (UNEP, 2009). Por estas razões, o turismo costeiro apresenta um potencial enorme para trazer prosperidade e desenvolvimento económico a estes destinos. No entanto, o turismo mal gerido e mal planeado pode prejudicar seriamente vários recursos onde esta atividade é baseada. (WRI, 2000, págs. 84 e 85). É o caso da atividade turística nas áreas costeiras. O Turismo costeiro é aquele que maior desenvolvimento e crescimento tem atingido ao longo dos anos, uma vez que as áreas costeiras são as mais procuradas pelos turistas que pretendem gozar o seu tempo de férias e lazer, tornando este turismo massificado.

São várias as atividades turísticas e recreativas que se podem praticar nas áreas costeiras, devido à combinação de recursos na interface entre a terra e o mar. No entanto, a prática destas atividades recreativas exerce fortes pressões ambientais nas áreas costeiras. O Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS), baseado em Middleton e Sieber referia, já em 2001, os principais problemas sentidos nas zonas costeiras e causados pela excessiva atividade turística (CNADS, 2001, pág. 11):



- “(a) desenvolvimento e urbanização em ambientes naturais;*
- (b) poluição da água do mar e das praias;*
- (c) perda da biodiversidade resultante, por exemplo, da erosão das dunas e outros ecossistemas costeiros devido a construções e pressões das actividades dos visitantes;*
- (d) excesso de uso de água potável directamente para o alojamento turístico e, indirectamente, para actividades como a rega de campos de golfe, jardins e outros;*
- (e) congestão do tráfego automóvel, ruído, perda de qualidade do ar associada ao crescente uso do transporte privado;*
- (f) tratamento e descargas de águas residuais inadequados; e*
- (g) a decadência urbana registada em muitos locais de grande afluência turística.”*

É também do conhecimento geral que a atividade turística das áreas costeiras contribuiu, ao longo dos anos, para o forte crescimento urbanístico, levando a um crescente desordenamento das áreas costeiras e a uma diminuição da atratividade destas áreas, com consequente perda de qualidade turística.

Por estes motivos é imprescindível a aplicação de estratégias de turismo sustentável nas áreas costeiras, de forma a criar incentivos de conservação dos recursos existentes, para que estas áreas possam continuar a ser usufruídas quer pelas populações locais, quer pelos turistas que as pretendem visitar e ao longo das várias gerações.

Sendo o turismo costeiro muito dependente dos recursos naturais, a *European Union for Coastal Conservation* (EUCC) formulou, em 1994, uma série de princípios ambientais para o Turismo, na sua publicação “*Coastal Ecosystems & Tourism – a study to the environmental impacts of different forms of tourism*”. Estes princípios servem como uma base teórica no que diz respeito à relação simbiótica entre Turismo e Ambiente nas zonas costeiras. É assim referido pela EUCC que o desenvolvimento sustentável do turismo nas regiões costeiras deve ser baseado nos recursos naturais, sendo, por isso, necessário identificar princípios que promovam a proteção desses recursos.

Assim, a EUCC (1994) identificava 3 aspetos principais para o desenvolvimento do turismo sustentável. O primeiro dizia respeito à **proteção e desenvolvimento**, sendo referido que as áreas naturais e culturais costeiras existentes, já com desenvolvimento turístico, deviam ser geridas de forma a serem protegidas mas também reconhecidas como locais de interesse turístico. Era reconhecido pela EUCC que todos os ambientes costeiros apresentam limites de mudança aceitáveis (LAC – *Limits of Acceptable Change*), e que em alguns casos já foram ultrapassados, pelo que propunha que as entidades responsáveis identificassem as zonas costeiras que necessitavam de proteção especial e determinassem a capacidade das áreas sensíveis, adotando políticas gerais de conservação, de modo a minimizar os impactos ambientais (EUCC, 1994). O segundo aspeto dizia respeito à **avaliação e monitorização** das zonas costeiras. A EUCC propunha que fosse assegurada que a avaliação ambiental se tornasse num passo integral a ser tomado em consideração em qualquer local turístico costeiro; que as atitudes e opiniões das comunidades locais fossem incorporadas desde o início na estratégia de planeamento do desenvolvimento turístico; e que se encorajasse a revisão das práticas de gestão ambiental correntes em todo o sector turístico de modo a modificar essas práticas sempre que necessário (EUCC, 1994). Por fim, o terceiro aspeto dizia respeito à **educação e informação** da população. Era proposto que fossem promovidas e enaltecidas as organizações turísticas que tivessem um comportamento ambiental responsável, tentando, assim, implementar, tanto na gestão como no *staff* deste sector, uma preocupação ambiental e os princípios da conservação da natureza, bem como realçar a apreciação dos visitantes acerca das áreas naturais, fornecendo, para isso informação e interpretação adequada (EUCC, 1994).

No Livro Verde da Comissão Europeia intitulado *Para uma futura política marítima da União: Uma visão europeia para os oceanos e os mares* (CE, 2006) é referido, a respeito do desenvolvimento de

estratégias sustentáveis de turismo para as regiões costeiras, que “O turismo sustentável pode contribuir para o desenvolvimento das zonas costeiras e das ilhas, melhorando a competitividade das empresas, satisfazendo as necessidades sociais, promovendo o património natural e cultural e valorizando os ecossistemas locais. Para um número crescente de destinos turísticos, a necessidade de melhorar ou manter a sua atractividade constitui um incentivo para adoptar práticas e estratégias mais sustentáveis e mais compatíveis com o ambiente. Muitos desses destinos realizam esforços genuínos para efectuar uma gestão integrada da qualidade, definindo estratégias com os seus parceiros, aplicando boas práticas e desenvolvendo instrumentos de acompanhamento e avaliação para ajustar a sua acção. A sua experiência poderá ser utilizada para formular recomendações destinadas a todos os destinos turísticos costeiros.” (CE, 2006, pág. 31)

É assim constatado que o turismo é um fator essencial para o desenvolvimento socioeconómico das regiões costeiras e como tal, o Parlamento Europeu “Incentiva os Estados-Membros costeiros a conceberem estratégias específicas e planos integrados a nível nacional e regional, que atenuem o carácter sazonal do turismo nas regiões costeiras e garantam às comunidades locais um emprego mais estável e uma melhor qualidade de vida; frisa neste contexto, a importância de transformar os sectores tradicionais de carácter sazonal em actividades desenvolvidas ao longo de todo o ano, mediante a diversificação dos produtos e a busca de formas alternativas de turismo (por exemplo, turismo de negócios, turismo cultural, turismo médico, turismo desportivo, turismo agrícola e turismo relacionado com as actividades de lazer no mar); observa que a diversificação dos produtos e serviços contribuirá para criar mais crescimento e mais postos de trabalho e reduzir os efeitos ambientais, económicos e sociais” (JOUE, 2010, pág. 4). Neste contexto são evidentes as preocupações já existentes e integrantes no quadro das políticas e programas da Comunidade Europeia. São várias as estratégias e programas que privilegiam os conceitos de proteção e sustentabilidade ambiental e nas quais existem referências, diretas ou indiretas, à questão particular da sustentabilidade do turismo e da sua interligação com as preocupações sentidas para as Zonas Costeiras. São exemplos a Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável, o Sexto Programa de Ação em termos de Ambiente, a Agenda 21 para o Mediterrâneo, a Agenda 21 para o Mar Báltico. Também a formulação da política de turismo sustentável da União Europeia foi sendo realizada na mesma época da Recomendação Europeia para a Estratégia de Gestão Integrada das Zonas Costeiras (UNEP, 2009, pág. 59), o que parece evidenciar a preocupação da União Europeia em integrar estas duas vertentes para atingir um desenvolvimento mais sustentável destas áreas.

No sentido de promover um correto ordenamento do espaço costeiro é indispensável que haja uma forte interligação entre Turismo e Gestão Integrada das Zonas Costeiras. Esta interligação permitirá minimizar os problemas induzidos pelo sector turístico às áreas costeiras, bem como proporcionar o surgimento de outras atividades que possam trazer mais-valias a estas áreas. Assim,



é necessário dar maior atenção a um correto planeamento integrado do turismo nas áreas costeiras (UNEP, 2009, pág. 15). É, por isso, importante que se desenvolvam políticas e programas que incorporem, de forma consistente, estas duas vertentes para que se consiga alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável para as áreas costeiras. Para tal é necessário um forte conhecimento do ambiente físico das áreas costeiras, a identificação dos usos existentes e potenciais, a avaliação da compatibilidade mútua entre esses usos, bem como da sua compatibilidade com o ambiente e ainda o desenvolvimento de planos e estratégias integradas (UNEP, 2009).

### 3.4. EXPERIÊNCIAS EUROPEIAS – ALGUNS CASOS

Embora se afigure, quase sempre, como tarefa difícil comparar níveis de desenvolvimento entre determinados territórios, a análise de casos de estudo constitui uma ferramenta de investigação prospetiva interessante. Um caso de estudo deve fornecer uma descrição e uma sistematização de contextos com características e preocupações semelhantes à área de estudo em análise, sendo o seu objetivo essencial “compreender em profundidade o “como” e os “porquês” (...), evidenciando a sua identidade e características próprias, nomeadamente nos aspectos que interessam ao pesquisador” (Ponte, 2006, pág. 2).

A análise de casos de estudo visa assim sistematizar e investigar os factos e a informação mais relevantes, associados a um determinado contexto similar ao que estamos a investigar, de forma a detetar soluções que possam ser aplicadas à área de estudo que servirá como base do modelo que nos propomos apresentar (região da “Ria de Aveiro”). Após esta avaliação crítica que aponta e sugere opções de análise é possível que se anotem ao nosso objeto de estudo aspetos-chave, oportunidades, problemas e propostas de ações/intervenções alternativas.

Traduz, à semelhança do *Benchmarking*<sup>11</sup> a análise e o estudo numa perspetiva crítica e prospetiva, das melhores práticas em contextos similares, com vista à obtenção de desempenhos mais favoráveis e de maior sucesso.

Tendo em conta estes princípios elaborámos uma pesquisa acerca de estratégias de turismo sustentável que estivessem a ser desenvolvidas em diferentes regiões costeiras europeias. Verificou-se que o processo de desenvolvimento de estratégias de turismo sustentável nas zonas costeiras tem sido aplicado em cada vez mais regiões. A dificuldade que sentimos na seleção dos casos de estudo é uma evidência desse facto, pois são inúmeros os casos de sucesso que fomos encontrando.

Sem perder de vista o âmbito do estudo, onde as características territoriais, naturais e biofísicas são determinantes, considerámos quatro os principais critérios na seleção dos casos de estudos (quadro 3), sempre com o objetivo de conseguir efetuar comparações com a nossa área de estudo.

---

<sup>11</sup> Benchmarking é um “Processo contínuo e sistemático que permite a comparação das performances das organizações e respectivas funções ou processos face ao que é considerado “o melhor nível”, visando não apenas a equiparação dos níveis de performance, mas também a sua ultrapassagem” (DG III – Indústria da Comissão Europeia, 1996) – conceito acedido em <http://www.iapmei.pt/iapmei-bmkartigo-01.php?temaid=2>

**Quadro 3 – Critérios de Seleção dos Casos de Estudo**

<b>Critérios de seleção</b>	<b>Descrição</b>
<b>Localização geográfica</b>	De facto são vários os exemplos de estratégias a serem aplicados em todo o mundo. Neste trabalho, pretendemos apenas analisar casos de estudo de áreas costeiras europeias, uma vez que toda a análise está a ser feita, tendo em conta as políticas e estratégias que estão a ser definidas no âmbito da União Europeia.
<b>Dimensão Territorial/Escala de Análise</b>	Pretendíamos selecionar casos de estudo com uma dimensão regional, de forma a podermos comparar com a região da Ria de Aveiro (área de estudo selecionada)
<b>Características naturais e dinâmicas socioeconómicas</b>	As características naturais deveriam apresentar-se semelhantes à nossa área de estudo. Apesar de estas comparações serem sempre difíceis de fazer, uma vez que todos os territórios apresentam características únicas que os distinguem, pretendíamos analisar casos de estudo em regiões costeiras, com um sistema biofísico de importância para a conservação da natureza, uma vez que também a área da Ria de Aveiro apresenta diversas classificações referentes à proteção e conservação da natureza.
<b>Programa e objetivos propostos</b>	Pretendíamos selecionar casos de estudo que apresentassem programas de dinamização do sector do turismo com uma perspetiva de melhoria das condições socioeconómicas dos locais, mas enquadrado num contexto de equilíbrio com o sistema biofísico local e regional. Assim, pretendíamos analisar casos de estudo que tivessem em conta a definição da sustentabilidade, vista como um todo e não de forma sectorial

O primeiro critério de seleção levou-nos a efetuar uma pesquisa que incidisse apenas nas estratégias que estivessem a ser desenvolvidas no espaço territorial da Europa. Tendo em conta os restantes critérios, e após a análise de diversas estratégias, identificámos inicialmente sete casos de estudo (Anexo I), como sendo aqueles mais similares com o contexto da área de estudo da região da “Ria de Aveiro”. De forma a identificar o grau de relação (forte, média ou fraca) de similaridade com a nossa área de estudo, elaborámos o quadro que se segue (quadro 4).

**Quadro 4 – Relação dos casos de estudo com a área da região da Ria de Aveiro**

Casos de Estudo	Dimensão territorial/Escala de Análise	Características naturais	Dinâmica socioeconómica	Programa e Objetivos
Estratégia e Plano de Ação para o Turismo Sustentável em Broads				
Estratégia de Turismo Sustentável de Mournes				
Estratégia de Turismo “Moors and Coast 2006-2010”				
Agenda 21 Local para o Turismo de Calvia – Calvia + 10				
Plano Geral de Turismo da Andaluzia				
Vainameri Project				
Strandja, Black Sea Coast and Eastern Trace Ecotourism Destination				

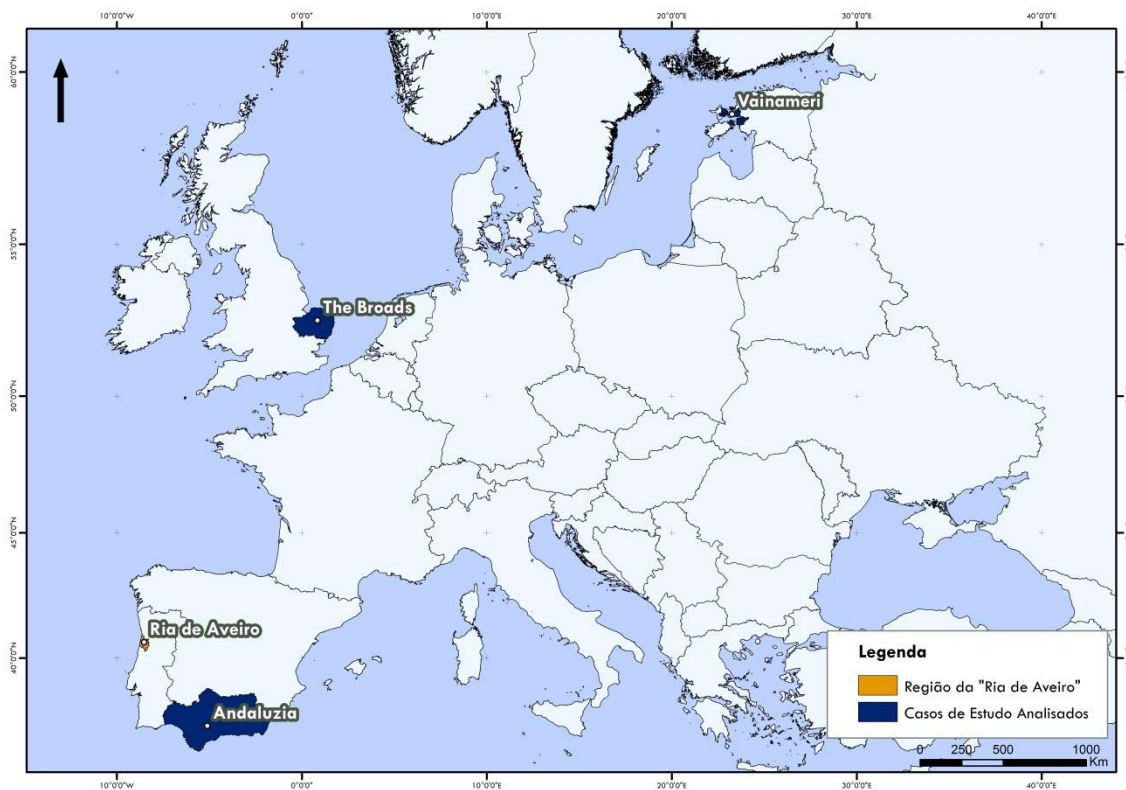
Legenda

	<b>Forte</b> relação entre o Caso de Estudo e a Área de Estudo – Ria de Aveiro
	<b>Média</b> relação entre o Caso de Estudo e a Área de Estudo – Ria de Aveiro
	<b>Fraca</b> relação entre o Caso de Estudo e a Área de Estudo – Ria de Aveiro

No entanto, a escolha recaiu sobre os territórios que nos pareceram ser mais semelhantes à área de estudo da região da “Ria de Aveiro”, quer em termos de características do território (características naturais e dinâmicas socioeconómicas), quer em termos de escala de análise, de forma a podermos elaborar uma análise comparativa com a nossa área de estudo. Neste sentido, consideraram-se os seguintes casos de estudo (quadro 5 e figura 4).

**Quadro 5 – Casos de Estudo Analisados**

Caso de Estudo	Localização Geográfica
Estratégia e Plano de Ação para o Turismo Sustentável em Broads	Reino Unido
Plano Geral de Turismo da Andaluzia	Espanha
Vainameri Project	Estónia



**Figura 4 – Localização dos diferentes casos de estudo analisados**

Para sistematizar a análise de cada um dos casos de estudo, e de forma a conseguir elaborar-se uma comparação entre os diferentes casos, foi seguido o seguinte esquema de análise:

- a) Escala de Análise
- b) Características do Território
- c) Tipo de Estudo / Estratégia desenvolvida
- d) Os Objetivos e as preocupações de partida
- e) Breve Descrição do Estudo
- f) Financiamento e Entidades Responsáveis

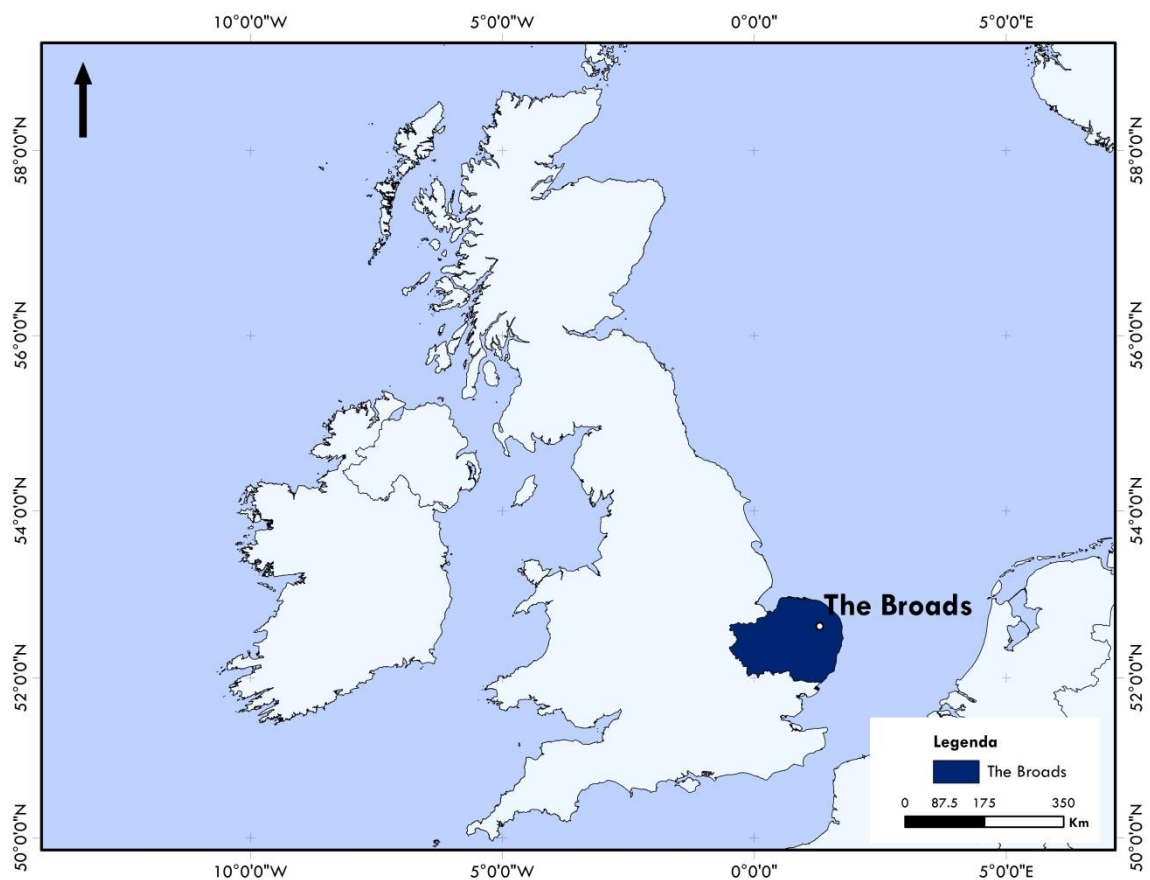
Os casos apresentados revelam-nos uma forma de olhar para uma região e potenciar os seus recursos, numa lógica de resposta às necessidades da população. Estes casos evidenciam a necessidade de potenciação dos recursos endógenos e da sua utilização racional, como forma de atingir um desenvolvimento mais sustentável. Além disso, permitem também verificar a necessidade de criar espaços de troca e partilha de informações e conhecimento entre os agentes interessados neste processo de desenvolvimento, através de um forte investimento da capacidade organizativa das suas instituições.

Já em 2006 era referido no estudo do Comité das Regiões da União Europeia sobre Turismo Sustentável como fator de coesão entre as regiões europeias (EC, 2006) que o turismo é um fenómeno global que é organizado localmente. Assim, o turismo é em primeiro lugar uma questão de responsabilidade local e regional. Como tal, os recursos e as dinâmicas locais quando olhados com atenção parecem poder alimentar um capital de ideias e de projetos mobilizadores das “pequenas economias locais/regionais”. O desenvolvimento de um lugar não necessita obrigatoriamente de grandes projetos, o que nos poderá fazer refletir sobre a dimensão dos projetos à partida. Projetos associados e enraizados na comunidade local, tendo em conta as suas dinâmicas e os seus recursos, podem ser muito mais catalisadores e sustentáveis na internalização da base económica local e das externalidades positivas que geram. É com este objetivo que iremos analisar os casos de estudo selecionados, tentando recolher de cada um deles lições que permitam criar um modelo de desenvolvimento de turismo sustentável para a nossa região.

### 3.4.1. SUSTAINABLE TOURISM IN THE BROADS

#### Características do território

A área designada por The Broads (figura 5) localiza-se nos municípios de Norfolk e Suffolk (Reino Unido) e caracteriza-se por uma rede de rios, lagos navegáveis e sapais. Esta é a maior área húmida nacional protegida pertencendo à “família internacional de parques nacionais”<sup>12</sup>. Possui um estatuto similar aos dos parques nacionais do Reino Unido sendo a sua gestão efetuada pela Broads Authority, uma Autoridade Estatutária Especial, criada em 1989.



**Figura 5 – Enquadramento de The Broads**

Toda a paisagem desta região é marcada pela presença de três grandes rios: Waveney, Yare e Bure, nos quais desaguam outros três (Ant, Chet e Thurne) que, em conjunto drenam grande parte do Este de Inglaterra (Williamson, 1997).

<sup>12</sup> <http://www.enjoythebroads.com/area>

É uma das principais áreas húmidas da Europa, com cerca de 200 km de cursos de água navegáveis (Williamson, 1997), numa área de aproximadamente 300 km<sup>2</sup>, dos quais 25% apresentam-se como áreas de interesse conservacionista a nível europeu, incluindo 3 Sítios de Interesse Comunitário (The Broads – UK0013577; Waveney and Little Ouse Valley Fens – UK0012882, Winterton – Horsey Dunes – UK0013043)<sup>13</sup>, duas Zonas de Proteção Especial (Broadland – UK9009253 e Breydon Water – UK9009181)<sup>14</sup> e ainda áreas húmidas de importância internacional, ao abrigo da Convenção de Ramsar, nomeadamente Broadland (UK11010) e Breydon Water (UK11008)<sup>15</sup> (Broads Authority, 2011).

Destacam-se como principais habitats húmidos os rios e lagos, caniçais e prados húmidos, que formam um dos mais complexos sapais (terrenos pantanosos) do Reino Unido e suportam uma grande diversidade de comunidades florísticas e invertebrados (Broads Authority, 2011). É também uma área onde se observa uma grande diversidade de espécies de peixe, quer nas zonas estuarinas, quer nas zonas com e sem influência das marés. Estes habitats são ainda extremamente importantes para as aves invernantes, servindo como áreas de reprodução.

A área costeira é também particularmente importante pela presença de habitats dunares, flora e fauna associada.

A manutenção da biodiversidade existente, bem como dos diversos habitats requer uma gestão ativa, que é efetuada por um conjunto de entidades tais como Norfolk Wildlife Trust (NWT), Suffolk Wildlife Trust (SWT), RSPB (Royal Society for the Protection of Birds), Natural England e a Broads Authority. Esta gestão é efetuada em conjunto com proprietários de terrenos que são envolvidos em planos de gestão específicos e em iniciativas de conservação da paisagem.

Também em termos culturais, The Broads apresenta significativa importância sendo que esta foi uma área natural “construída” com o intuito de fornecer matérias-primas e subsistência ao Homem (Williamson, 1997). Assim, é uma área de paisagem construída, com diversos locais arqueológicos, artesanato e tradições (Broads Authority, 2011). Existem nesta área 12 monumentos antigos, 24 áreas de conservação, 272 edifícios classificados e mais de 1000 registos no Registo de Ambiente Histórico. Do património cultural construído destaca-se a presença de moinhos de vento, existindo alguns abertos ao público e outros em processo de restauro para fins turísticos por diversas organizações. São também várias as igrejas e monumentos eclesiásticos e ainda os locais com interesse arquitetónico e histórico, sempre enquadrados com a paisagem local.

---

<sup>13</sup> [http://jncc.defra.gov.uk/ProtectedSites/SACselection/SAC\\_list.asp?Country=E](http://jncc.defra.gov.uk/ProtectedSites/SACselection/SAC_list.asp?Country=E), consultado a 27 de Fevereiro de 2013

<sup>14</sup> <http://jncc.defra.gov.uk/page-1401>, consultado a 27 de Fevereiro de 2013

<sup>15</sup> <http://jncc.defra.gov.uk/page-1390>, consultado a 27 de Fevereiro de 2013



Esta é uma área que em termos turísticos se baseia quer nos recursos aquáticos, quer nos recursos terrestres. Dentro do aproveitamento dos recursos aquáticos destaca-se a náutica de recreio (aluguer de barcos/utilização de barcos próprios como unidades de alojamento) e também diversas atividades baseadas na água, tais como: visitas guiadas de barco, aluguer diário de barcos e canoas, percursos guiados de canoa, passeios e aulas de barco à vela, e aluguer de barcos de remo.

Relativamente às atrações não aquáticas destacam-se: *Fairhaven Woodland and Water Gardens*, *Wroxham Barns*, *RSPB Strumpshaw Fen*, *The Waterside*, *Thrigby Wildlife Gardens*, e *Norfolk and Suffolk Aviation Museum*, bem como reservas naturais, nomeadamente *Norfolk Wildlife Trust reserves at Hickling Broad and Ranworth Broad*, *Wheatfen and Salhouse Broad*. Neste local é também explorado o produto turístico pedestrianismo, através da rede de percursos pedestres (293 km), percursos para passeios a cavalo (17 km) e uma área de 150ha designada por *Access Land* (terrenos públicos), que pode ser utilizada para diversas atividades, tais como caminhadas, montanhismo, observação de aves e vida selvagem, contemplação da natureza, realização de piqueniques, etc.<sup>16</sup> e que permitem aos visitantes desenvolver atividades de recreio e lazer de forma sustentável. Existe também uma rede de percursos cicláveis, bem como uma rede de caminhos-de-ferro que permitem explorar este espaço de formas alternativas. Foram também realizados investimentos com o objetivo de melhorar a qualidade da oferta gastronómica, através do incentivo ao uso de produtos locais.

#### Tipo de Estudo/Estratégia desenvolvida

Esta é uma estratégia pensada com o objetivo de conseguir uma gestão sustentável do turismo, tendo em conta os impactos que essa atividade pode causar no ambiente, bem como tendo em conta a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais e dos visitantes que aí se deslocam. Nesse sentido, em 2006, a Broads Authority iniciou a implementação da primeira Estratégia de Turismo para Broads desenvolvida de forma a identificar os desafios e as oportunidades do turismo nesta região, bem como desenvolver um plano de ação para esta atividade. Com o desenvolvimento destes dois documentos era pretensão da Broads Authority alcançar a acreditação por parte da Carta Europeia de Turismo Sustentável (EUROPARC) (Hanson, 2005).

Em 2011 foi elaborada uma revisão da Estratégia e Plano de Acção desenvolvidos em 2006, com o objetivo de determinar quais os objetivos que já tinham sido alcançados e ainda de rever as prioridades identificadas, de acordo com as novas oportunidades e desafios criados, após 5 anos

---

<sup>16</sup> <http://www.breconbeacons.org/the-authority/planning-access-and-row/open-access-land/what-is-access-land>, consultado a 27 de Fevereiro de 2013

de implementação da primeira estratégia. Esta é assim uma estratégia de âmbito regional, que se desenvolve à volta de um recurso importantíssimo para a região, que são os The Broads, ou seja, um conjunto de rios e lagos navegáveis que permitem o desenvolvimento de diversificadas atividades turísticas sustentáveis.

### Objetivos e preocupações de partida

O principal objetivo desta estratégia é desenvolver, gerir e promover Broads como um destino sustentável de qualidade mas mantendo o seu estatuto de ambiente internacionalmente notável (Broads Authority, 2011, pág. 32). Esta estratégia apresenta ainda como objetivos associados:

- Proporcionar a todos os visitantes uma experiência agradável e satisfatória;
- Encorajar um próspero sector turístico, que proporcione empregos seguros durante todo o ano;
- Aumentar a qualidade de vida das comunidades locais e incentivar os serviços locais;
- Aumentar a apreciação e entendimento da paisagem, biodiversidade e herança locais e incentivar a sua conservação;
- Minimizar os impactos negativos do turismo no ambiente.

### Breve descrição do estudo

A estratégia de turismo sustentável para The Broads apresenta 5 linhas gerais orientadoras, tal como se descreve no quadro que se segue.

**Quadro 6 – Linhas Gerais Orientadoras**

<b>Linhas Gerais Orientadoras</b>	<b>Descrição</b>
<b>Trabalhar em parceria</b>	Necessidade de criar uma parceria que execute uma colaboração efetiva entre as diversas entidades e o sector privado, sustentando assim a continuidade deste destino turístico. Necessidade de empenhamento da Broads Authority, responsável pela gestão da maior parte dos recursos de que o sector depende, na execução da estratégia
<b>Procurar um crescimento sustentável</b>	Crescimento da atividade turística tendo em conta a sustentabilidade. Crescimento sustentável tendo em conta o balanço entre as necessidades do sector do turismo (necessidade de mais visitantes e de novos desenvolvimentos) e o interesse do ambiente natural, da vida selvagem e das comunidades existentes nesta área.
<b>Reconhecer o ambiente como uma responsabilidade e oportunidade</b>	Reconhecimento da importância natural da região (área protegida no âmbito da Rede Natura e da Convenção de RAMSAR). Reconhecimento de que o ambiente natural deve ser considerado uma oportunidade para o desenvolvimento da atividade turística.
<b>Disseminar uma marca promissora</b>	Criação de uma marca e de um logo apelativos para atrair mais visitantes. Assegurar que a marca é bem aceite por todos os que estão envolvidos no sector turístico. Encorajar o uso de imagens e materiais da marca The Broads, de forma a

Linhas Gerais Orientadoras	Descrição
	assegurar que a experiência do visitante vai de acordo ao que a marca refere.
<b>Adotar uma abordagem integrada (turismo acessível)</b>	Dinamização de atividades turísticas que possam ser praticadas por qualquer pessoa (abordagem do turismo acessível).

Fonte: Broads Authority, 2011 (adaptado)

A visão apontada para os próximos 5 anos de aplicação e desenvolvimento da estratégia e plano de ação para o turismo sustentável refere que:



The Broads é um destino muito conhecido para passeios de barco e para férias no campo que tem vindo a consolidar a sua posição em Norfolk e Suffolk. É reconhecido como um destino com grande envolvimento do sector privado em parceria com a Broads Authority, autoridades locais, organismos de conservação da natureza, gestores do território e outros agentes locais interessados, coordenados pelo Turismo de The Broads. O número de visitantes aumentou, especialmente fora da época alta e proporcionalmente no sul de The Broads. Os negócios de turismo também aumentaram ao longo do ano e tem havido um continuado investimento na criação de serviços turísticos. Uma grande parte dos negócios alcançaram metas identificadas e muitos são reconhecidos nacionalmente pela sua qualidade. Uma grande variedade de experiências e atividades encontra-se disponível para todo o tipo de visitantes, incluindo as experiências e atividades de apreciação dos habitats das zonas húmidas, vida selvagem e o património de The Broads. A riqueza de biodiversidade e toda a qualidade ambiental tem aumentado e existe uma evidência clara de como estes aspetos têm sido suportados pelo turismo. Os locais reconhecidos como de importância internacional em termos de biodiversidade têm sido protegidos e melhorados. A maior parte das empresas de turismo estão ativamente envolvidas na gestão ambiental e estão a proporcionar aos seus visitantes informação de qualidade para valorizar a sua estadia em The Broads (adaptado de Broads Authority, 2011).

Tendo em conta esta visão foram definidos 7 objetivos estratégicos, divididos em diversas ações, com o intuito de orientar o turismo nos próximos 5 anos (2011-2015) (quadro 7).

**Quadro 7 – Objetivos Estratégicos**

Objetivos Estratégicos		Descrição
<b>Conhecimento da Marca</b>	Aumentar o conhecimento de The Broads como um destino especial e gerar mais visitas, de maior duração, particularmente na Primavera e Outono	Promoção do destino para aumentar número de visitas ao longo do ano. Elaboração de estratégia de marketing coerente para promover região. Disponibilização de atividades e eventos, utilizando os diversos meios de comunicação e a criação de uma imagem de marca apelativa.
<b>Qualidade consistente</b>	Continuar a aumentar a qualidade das experiências dos visitantes, proporcionando serviços consistentes que vão de encontro à necessidade de todos os visitantes	Oferta de experiências de qualidade tendo em conta vários aspetos: a melhoria da qualidade da oferta das empresas turísticas, a melhoria da qualidade dos serviços e infraestruturas de domínio público, da informação turística existente e da qualidade de ofertas de turismo acessível.
<b>Expansão Geográfica</b>	Aumentar a performance turística ao longo de toda a área de The Broads, especialmente no Sul e maximizar a conectividade com Norwich e a costa	Estender a atividade turística a toda a região, aumentando os benefícios do turismo às comunidades da área mais a sul, aumentando a capacidade de oferecer mais e mais diversificadas atividades, que permitam prolongar a estadia dos turistas e ainda reduzindo a pressão que se verifica em determinadas áreas.
<b>Experiências distintas</b>	Proporcionar aos visitantes um leque variado de oportunidades para experimentar, entender e apreciar o ambiente natural especial e a cultura e património de The Broads	Oferta de experiências variadas, quer a nível ambiental, quer a nível cultural, sem esquecer a necessidade de preservar e conservar as áreas ambientalmente mais sensíveis.
<b>Excelência dos canais navegáveis</b>	Manter a posição de The Broads como o principal destino interior de náutica de recreio e aumentar o valor fornecido pelos visitantes	Aumentar a qualidade da náutica de recreio, expandindo as áreas de ancoramento e infraestruturas associadas, bem como mantendo os canais navegáveis.
<b>Responsabilidade ambiental</b>	Respeitar o ambiente sensível de The Broads, minimizar impactos negativos nos recursos naturais, paisagens e biodiversidade e aumentar o apoio à conservação	Estabelecer e apoiar ações específicas que pretendam minimizar os efeitos negativos e reforçar os efeitos positivos, nomeadamente: planeamento e desenvolvimento controlado do território; promoção forte da gestão ambiental por parte das empresas (ao mesmo tempo que aumentam os visitantes, o uso de recursos deve ser diminuído); fornecimento e promoção de transportes de baixo impacto ambiental; reforçar a comunicação com os visitantes explicando como as suas ações podem provocar danos ou apoiar o ambiente.
<b>Clima de Negócios</b>	Fornecer as condições ideais para que os negócios e investimentos turísticos sejam um sucesso e contribuam para o bem-estar das comunidades locais	Necessidade de ações específicas para assegurar que os negócios e investimentos turísticos são apropriados, de forma a reforçar e manter a qualidade e diversidade da oferta turística.

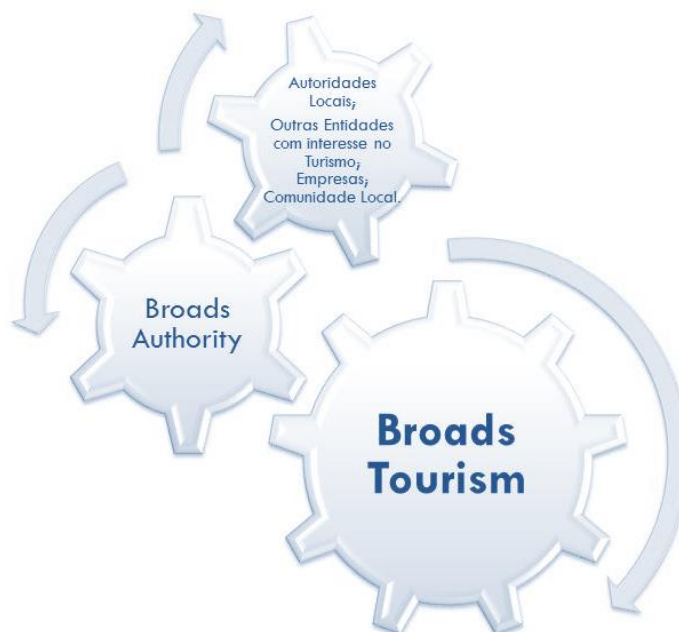
Fonte: Broads Authority, 2011 (adaptado)

Através destes objetivos é possível identificar as ações prioritárias a desenvolver. No entanto, é necessário que exista uma coordenação efetiva de toda a estratégia de forma a promover um bom relacionamento entre todos os agentes interessados no desenvolvimento sustentável do turismo em The Broads, ou seja, empresas, planeadores, entidades governamentais (locais e regionais) e comunidades (locais e visitantes).

#### Financiamento e Entidades Responsáveis

A estratégia define como coordenador geral de todo o processo de implementação a entidade de Turismo de The Broads (Broads Tourism), que deverá estabelecer uma parceria, tendo em conta os diversos agentes com interesse no turismo (figura 6). Neste sentido, a Broads Tourism é responsável por (Broads Authority, 2011):

- Juntar diferentes interesses para acordar as prioridades da estratégia e desenvolver anualmente o plano de ação;
- Alocar responsabilidades aos diferentes agentes envolvidos, por ação;
- Controlar o progresso das ações e os seus resultados.



**Figura 6 – Estrutura de coordenação da Estratégia de Turismo Sustentável em Broads**

(elaboração própria, com base em Broads Authority, 2011)

A figura apresentada pretende ilustrar a parceria existente entre as várias entidades e organismos com interesse no desenvolvimento sustentável do turismo em The Broads. Como se pode verificar, é a Broads Tourism a entidade responsável por estabelecer os contactos para que todos os agentes se consigam reunir e trabalhar em conjunto.

Nesta estrutura de coordenação a Broads Authority desempenha um papel importante, uma vez que é a agência estatutária responsável pela The Broads, nomeadamente no que diz respeito a áreas como informação, interpretação, planeamento, acessibilidade, conservação, manutenção da navegação e gestão (Broads Authority, 2011). No entanto, também as autoridades locais, bem como outros organismos e entidades com interesses no desenvolvimento do turismo em Broads têm um papel importante na aplicação da estratégia de turismo sustentável e do plano de ação, tais como as entidades locais, regionais e nacionais de promoção do turismo, empresas do sector turístico e ainda as comunidades locais.

Relativamente ao financiamento para aplicação das medidas e ações preconizadas nesta estratégia verifica-se que é a Broads Authority a entidade responsável por encontrar mecanismos de financiamento da estratégia. No entanto são apontados alguns programas e/ou organismos que podem auxiliar na questão do financiamento, como é o caso dos programas de financiamento do East of England Tourism (Turismo do Este da Inglaterra) e agências de desenvolvimento local e o Programa de Desenvolvimento Regional da Inglaterra.

### 3.4.2. PLAN GENERAL DEL TURISMO SOSTENIBLE DE ANDALUCIA 2008-2011

#### Características do Território

A região de Andaluzia (figura 7) possui uma diversidade e uma grande riqueza em termos de recursos naturais, paisagens, história e herança cultural, integrando três grandes âmbitos territoriais: o litoral, o urbano de interior e o rural de interior. Esta diversidade de âmbitos territoriais proporciona a existência de um carácter cultural muito marcante, evidenciado pela existência de mais de 1700 bens de interesse cultural declarados e um conjunto de festas e costumes próprios dos povos andaluzes, nomeadamente os relacionados com a gastronomia e com o flamenco (Junta de Andalucia, 2007a). Todos estes fatores evidenciam o forte carácter cultural concentrando, deste modo, inúmeros recursos histórico-culturais que lhe concedem uma posição de destaque no mercado turístico nacional e internacional.



**Figura 7 – Andaluzia**

É uma região com uma grande variedade de paisagens, desde o litoral, com mais de 500km de praias, e o interior, com áreas montanhosas, vales, planaltos e planícies. O litoral é composto por um conjunto de praias de características geomorfológicas muito díspares: é possível encontrar na

Andaluzia praias de costas baixas e arenosas, praias mistas e praias de costas altas (Junta de Andalucia, 2007a). Apresenta, na linha de costa atlântica, um conjunto de zonas húmidas, nomeadamente estuários e complexos lagunares, bem como complexos dunares litorais. Na linha de costa mediterrânea surgem frentes costeiras em falésia, angras fechadas e pequenas praias (Junta de Andalucia, 2007a).

Cerca de 20% do território está incluído na Rede de Espaços Naturais Protegidos (RENPA), nomeadamente no litoral andaluz (dunas, “marismas”, falésias, praias e estuários) e na zona serrana. Destaca-se a presença do Parque Nacional de Doñana e a Serra Nevada, como espaços declarados como Reservas da Biosfera, do programa MaB da UNESCO, e integrados na Rede Natura 2000. Outras áreas de grande interesse são as Serras de Cazorla, Segura e Las Villas, Serra de Grazalema, Cabo de Gata-Níjar, Serra das Nieves, Marismas del Odiel e Dehesas de Sierra Morena, bem como a Reserva Transfronteriza del Estrecho (Junta de Andalucia, 2007a).

No que se refere ao património histórico-cultural, o Catálogo Geral do Património Histórico Andaluz refere a existência de mais de 1700 bens de interesse cultural declarados, tal como já foi referenciado, dos quais se destacam a Mesquita e centro histórico de Córdoba, La Alhambra, o Generalife e Albaicín em Granada, Alcázar, a Catedral e o Arquivo das Índias de Sevilla, as cidades renascentistas de Úbeda e Baeza e a arte rupestre do Arco Mediterrâneo, tendo sido declarados como Património da Humanidade pela UNESCO (Junta de Andalucia, 2007a). Além destes recursos, também as festas populares (existiam em 2007 161 festas e eventos andaluzes declarados de Interesse Turístico), tais como as festas da Semana Santa, romarias, festas dedicadas a patronos, entre outras e os eventos relacionados com a gastronomia e o flamenco, representam importantes recursos turísticos para a região (Junta de Andalucia, 2007a).

O desenvolvimento turístico é baseado essencialmente na exploração dos recursos de sol e praia em algumas zonas do litoral. No entanto, também o património cultural existente em algumas cidades emblemáticas surge como recurso turístico de alguma importância. O sector turístico tem provocado uma sobre-exploração de alguns recursos, tanto naturais como culturais, com excessiva exploração de recursos naturais especialmente frágeis e processos de massificação, que retiraram atratividade turística ou que provocaram saturação no uso de infraestruturas básicas (Junta de Andalucia, 2007b).

A atividade turística tem uma importância colossal na economia andaluza, representando cerca de 11% do PIB em 2006, com receitas na ordem dos 15600 milhões de euros. O emprego na atividade turística cresceu cerca de 6,9% (Junta de Andalucia, 2007b). Apresenta no entanto uma baixa qualificação profissional, aspeto que necessita ser alterado de forma a manter os atuais níveis de competitividade em relação a outros destinos emergentes.



A oferta turística de alojamentos hoteleiros é a primeira a nível nacional, quer em número de estabelecimentos como em número de camas (17% e 18% respetivamente do total de estabelecimentos e camas de Espanha, segundo dados do INE espanhol de 2006). Tem-se verificado uma aposta na melhoria da qualidade da oferta de alojamento sendo que cerca de 42% de alojamentos hoteleiros são categoria superior (Junta de Andalucía, 2007b).

#### Tipo de Estudo/Estratégia desenvolvida

Este é um plano desenvolvido de forma a determinar as principais necessidades, objetivos, prioridades e programas de ação, bem como a definir um modelo e estratégia de desenvolvimento turístico da Comunidade Autónoma de Andalucía. É um plano de âmbito regional, que se desenvolve pela necessidade de configurar um novo modelo turístico para a região, tendo em conta o novo contexto competitivo dos destinos turísticos europeus, bem como tendo em conta o surgimento de novos produtos e tecnologias que vieram revolucionar o sector turístico.

#### Objetivos e preocupações de partida

Os objetivos gerais/finalidades deste plano são (Junta de Andalucía, 2007b):

- Estruturar uma política turística nas suas diversas dimensões de oferta e procura, de dimensão territorial e ambiental, de incorporação patrimonial e de respostas aos padrões de oferta do mercado
- Desenvolvimento de estratégias e políticas turísticas que garantam um modelo turístico sustentável desde o ponto de vista social, ambiental e económico baseado primordialmente na diferenciação
- Desenvolver um modelo turístico competitivo baseado na qualidade total, inovação e formação
- Fortalecimento do sector empresarial turístico e criação de emprego
- Estabelecer um processo de integração entre Planificação e Gestão

Estes objetivos pretendem que o destino turístico Andaluz se mantenha competitivo em relação a outros destinos, nomeadamente a destinos emergentes, que se encontram menos sobrecarregados, e que por isso se podem tornar mais atrativos. É necessário assim que a Andalucía apresente uma gestão que tenha em conta o ordenamento do espaço turístico, de forma a conseguir criar novas atratividades e reabilitar e recuperar áreas que se encontrem atualmente em declínio.

### Breve descrição do estudo

Este plano baseia-se em três grandes pilares – a adequação do espaço turístico; a convergência de políticas públicas e concertação social; e a atuação em marketing e produtos, centrada em segmentos específicos.

O primeiro pilar tem a ver com a **dimensão territorial do turismo**. O plano sugere que sejam criadas ferramentas que garantam a qualidade do espaço turístico, sendo para tal necessário identificar instrumentos e medidas que promovam o seu ordenamento e a sua otimização. A intervenção na adequação do espaço turístico materializa-se através dos planos diretores de âmbito rural e de cidades, através do Plano de Ordenamento Turístico de Âmbito Litoral, mediante a formulação de um MEAT (Marcos Estratégicos de Atuação Turística) para cada um dos espaços litorais, através dos instrumentos de gestão de espaços e, por último, mediante a transferência dos conteúdos das orientações estratégicas para os programas de iniciativa autónoma e de iniciativa local.

O segundo pilar refere-se à necessidade de **convergência das várias políticas públicas** com especial interesse para o sector turístico, nomeadamente as políticas de ordenamento do território, urbanismo, ambiente e património. A política de competitividade turística dos destinos litorais necessita que sejam tidos em conta aspetos como a infraestruturação territorial, a identificação dos elementos patrimoniais e identitários, de forma a possibilitar uma experiência única e diferenciadora ao turista. É referido também a necessidade de criar uma marca própria e diferenciadora que seja atrativa e que potencia um maior desenvolvimento (de qualidade e sustentável) do sector turístico. Por fim, é também referido a necessidade de melhorar os serviços oferecidos, sendo para tal necessário arranjar profissionais de turismo, com formação adequada e com interesse em promover da melhor forma o destino andaluz.

O terceiro pilar refere-se à atuação em **marketing e produtos**. É referido a necessidade de identificar estratégias com base nas particularidades e potencialidades de cada segmento específico do turismo existente na Andaluzia. Isto quer dizer que é necessário promover a identidade local dos vários destinos da Andaluzia, identificando as suas especificidades e potencialidades, permitindo assim criar novos produtos turísticos, que contribuam para a diminuição da sazonalidade, tão característica nesta área. Para tal, é necessário desenvolver uma estratégia de marketing, direcionada a mercados emissores não sazonais (europeus do norte e centro), com produtos apropriados, nomeadamente nos segmentos do turismo rural e de natureza, saúde e beleza, cultural, golf, entre outros que têm emergido nos últimos anos (Juta de Andalucia, 2006).

A posição competitiva que a Andaluzia possuía relativamente a outros destinos turísticos encontra-se, de momento, fragilizada, devido ao aumento da competitividade de novos destinos que são capazes de oferecer melhores preços ou que estão a desenvolver políticas ativas de adequação da oferta às novas exigências do mercado (Junta de Andalucia, 2007b). Assim, torna-se essencial atuar na configuração de novos espaços turísticos nas áreas litorais vagas, que oferecem estas oportunidades, assim como perfilar e ordenar adequadamente os espaços urbanos e rurais do interior, e atuar de forma urgente e muito eficaz na recuperação de espaços turísticos que apresentam um nível de desadequação na sua configuração (Junta de Andalucia, 2007). Esta posição leva à necessidade de atuação de forma coesa, utilizando todo o potencial existente para aproveitar a tendência positiva na valorização dos produtos baseados na identidade e na experiência dos destinos e diminuindo os processos mais deteriorantes do espaço turístico (Junta de Andalucia, 2007b).

Assim, a visão do plano passa pela necessidade de aplicação de uma estratégia de desenvolvimento e requalificação turística baseada na diferença, o que indica a necessidade de introduzir alterações na política de oferta que favoreçam a configuração de espaços turísticos bem ordenados e acondicionados para a sua missão competitiva e para a regulação e desenvolvimento de atividades empresariais de serviços de receção e organização de atividades de vários tipos (Junta de Andalucia, 2007b).

A Missão e Orientações estratégicas definidas no Plano encontram-se identificadas no quadro que se segue (quadro 8) (Junta de Andalucia, 2007b).

**Quadro 8 – Missão, Descrição e Orientações do Plano**

Missão	Descrição	Orientações
<b>A. Redefinição do posicionamento competitivo</b>	Estabelecimento de uma estratégia clara e integrada de posicionamento dos destinos andaluzes, a partir do reforço da identidade e dos componentes da estadia dos turistas que constroem experiência; na aposta na recuperação efetiva da atratividade do espaço turístico e aposta no valor dos recursos e elementos singulares (património territorial, cultura, paisagem); e no estabelecimento de novas formas de intervenção no espaço turístico que contenham as tendências de congestão urbana e perda de atração.	<p><b>A.1.</b> – Fomentar o desenvolvimento baseado na diferença a partir do reforço da identidade e do espaço turístico baseado no património natural, cultural e paisagístico</p> <p><b>A.2.</b> – Habilitar um instrumento de análise de mercados para orientar marcas e produtos</p> <p><b>A.3.</b> – Propiciar uma melhoria da relação entre o mercado emissor e as empresas andaluzas</p>
<b>B. Adequação da estrutura produtiva às novas necessidades</b>	Fortalecimento do sector produtivo do turismo profissional e gerador de emprego, implementação de estratégias dirigidas ao aumento da competitividade das empresas (qualidade, formação, inovação, cooperação); maior articulação produtiva com a economia regional. Fomentar a atividade empresarial em matérias de qualificação e diferenciação do destino turístico, com ofertas de experiências que garantam a satisfação do cliente.	<p><b>B.1.</b> – Atualização e adaptação dos destinos às exigências atuais em matéria de qualidade</p> <p><b>B.2.</b> – Incorporação de critérios gerais de acessibilidades</p> <p><b>B.3.</b> – Apoio aos segmentos específicos que reforcem a identidade e reduzam a sazonalidade</p> <p><b>B.4.</b> – Dispor de uma estrutura de destinos prioritários para cada segmento específico (sol e praia, cultural, rural e de natureza, negócios, saúde e beleza, golfe, náutico, idiomático, equestre, cruzeiros)</p> <p><b>B.5.</b> – Formulação de políticas diferenciadoras para cada grande âmbito do espaço turístico</p> <p><b>B.6.</b> – Propiciar uma incorporação corporativa e ativa dos agentes sociais na orientação dos destinos</p> <p><b>B.7.</b> – Modernizar e fomentar a inovação no tecido empresarial andaluz</p> <p><b>B.8.</b> – Internacionalizar a empresa turística andaluza</p> <p><b>B.9.</b> – Propiciar uma maior extensão da estabilidade e qualidade do emprego</p> <p><b>B.10.</b> – Capacitação dos recursos humanos favorecendo políticas de formação</p> <p><b>B.11.</b> – Impulsionar uma cultura inovadora nos produtos e ações em volta da integração ambiental</p>
<b>C. Melhorar a coerência e a eficácia na atuação conjunta</b>	Dotar de coerência e estrutura os agentes sociais que intervêm na atividade turística a partir do atual modelo e realidade associativa existente; estruturar o âmbito de atuação da política turística regional e estabelecer medidas de planificação e gestão adequadas à lógica das dimensões distintas do turismo (oferta e procura, território e património, mercado).	<p><b>C.1.</b> – Estabelecer os elementos de vinculação com as políticas patrimoniais (cultural e ambiente)</p> <p><b>C.2.</b> – Estabelecer os âmbitos de convergência entre a política turística, política comercial e política desportiva</p> <p><b>C.3.</b> – Estabelecer uma iniciativa de turismo sustentável como marco para a colaboração com outras entidades em matéria de desenvolvimento local</p> <p><b>C.4.</b> – Fomentar a formação de clubes de produtos</p> <p><b>C.5.</b> – Estabelecer um âmbito de atuação comum entre a política turística e o ordenamento do território, urbanismo e obras públicas</p> <p><b>C.6.</b> – Concertar medidas de colaboração entre a política de controlo ambiental e a turística</p> <p><b>C.7.</b> – Implementar sistemas de informação turística integral adaptadas à nova política</p> <p><b>C.8.</b> – Desenvolver um programa de valorização social do turismo por parte dos andaluzes</p>

O plano assume o desafio de protagonizar a importância do turismo como atividade estratégica para a região e colocar de parte esquemas onde os operadores turísticos assumiam em exclusivo o papel de intérpretes dos mercados emissores, estabelecendo com os destinos e com os hoteleiros os acordos que convinham à manutenção e desenvolvimento desta atividade.

O propósito de orientar a oferta e as ações para posições mais competitivas dos destinos andaluzes deve traduzir-se numa maior capacidade de adaptar os produtos às vontades dos turistas, acompanhar o ritmo de crescimento da capacidade de carga dos espaços turísticos e definir medidas eficazes para reduzir a sazonalidade.

Para tal desenvolveu-se uma estratégia baseada na diferença, aproveitando as oportunidades do património territorial, composto pelos recursos naturais, culturais e paisagísticos, num contexto de sustentabilidade máxima. Assim, o plano divide-se nos seguintes programas (quadro 9).

**Quadro 9 – Programas**

<b>Programa</b>	<b>Descrição</b>
<b>Adequação do Espaço Turístico</b>	Desenvolvimento de medidas concretas destinadas à intervenção nos espaços turísticos do litoral, meio rural e cidades do interior.
<b>Fortalecimento do tecido empresarial andaluz</b>	Desenvolvimento do turismo empresarial e reforço do tecido empresarial. Para tal é necessário desenvolver uma série de medidas de apoio e promoção direta à modernização das empresas e à melhoria da sua competitividade, baseada na inovação de produtos e na atuação conjunta das empresas.
<b>Desenvolvimento da promoção e comercialização turística</b>	Este programa pretende reforçar as ações de promoção dos destinos andaluzes, sendo que estas ações devem ser desenvolvidas em espaços especializados, mediante ações diretas e mediante ações de promoção no próprio espaço turístico andaluz.
<b>Qualificação dos recursos humanos</b>	Necessidade de fazer um esforço de requalificação dos recursos humanos através da adaptação da formação às novas necessidades.
<b>Inovação e investigação turística</b>	É essencial um forte impulso à inovação e à melhoria do conhecimento nas questões de maior relevância no novo ciclo da atividade turística. Para tal são definidas uma série de medidas que promovem a inovação e a incorporação de melhorias e adaptações do espaço turístico e seus produtos à estratégia de diferenciação baseada no património identitário e sustentabilidade.
<b>Solidariedade em matéria turística</b>	Contempla uma visão global de sustentabilidade na qual se incorpora a dimensão social e global da ação turística, incorporando os benefícios do turismo aos coletivos desfavorecidos e compartilhando com outros países e agentes a evolução do sector em Andaluzia.
<b>Sistemas de informação e apoio à gestão</b>	Criação de um plano de gestão com diversos indicadores, nomeadamente: gastos dos turistas no destino, entradas por turismo, emprego e emprego sazonal, distribuição sazonal da atividade, distribuição da atividade entre segmentos específicos, atividade vinculada a produtos identitários, avaliação dos turistas à qualidade turística, avaliação dos turistas ao ambiente urbano, comercialização vinculada a novas tecnologias e comercialização protagonizada pelos mercados de destino.

Fonte: Junta de Andalucia, 2007b

### Financiamento e Entidades Responsáveis

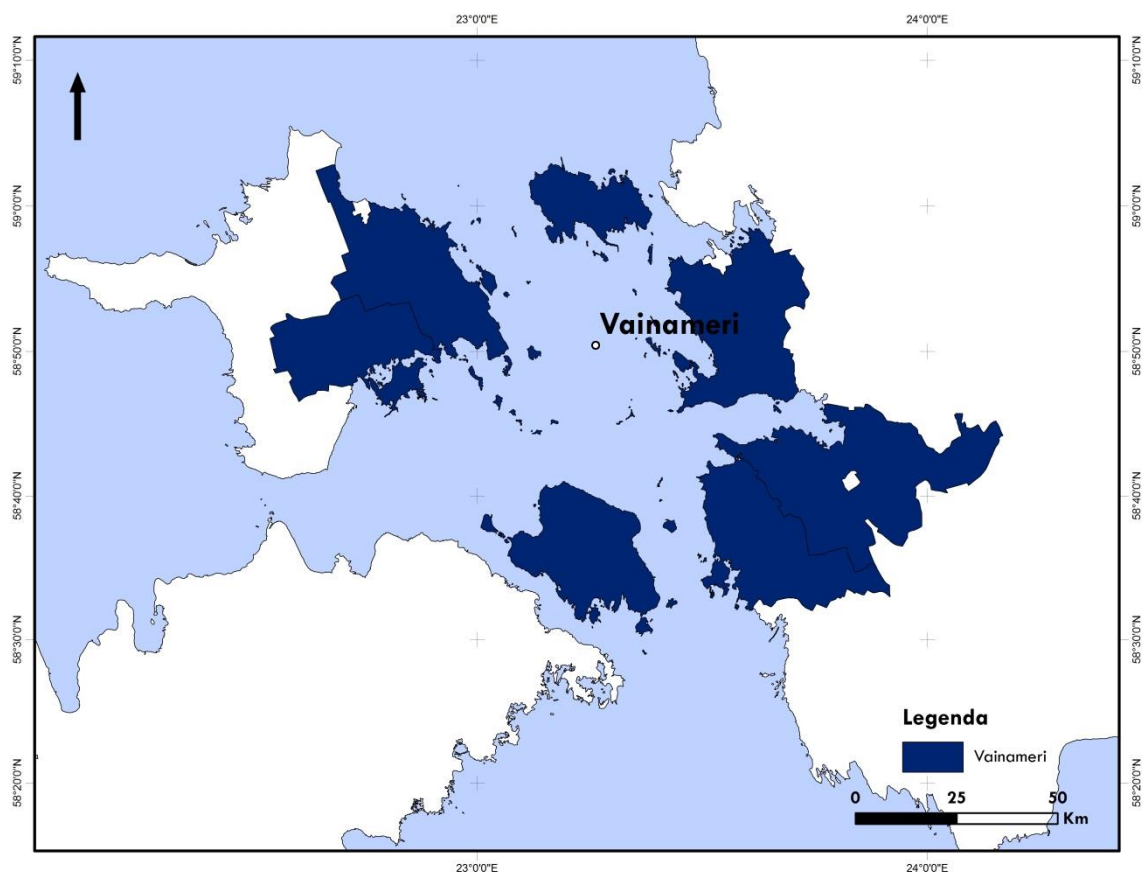
A elaboração do plano é da responsabilidade da *Consejería de Turismo, Comercio y Deporte* e a sua aprovação é realizada pelo *Consejo de Gobierno de la Junta de Andalucía*. Esta entidade é assim a responsável pela coordenação geral, bem como pelo financiamento, sendo que será esta entidade que deve congrega e servir de elo de ligação entre os diferentes agentes com interesse no desenvolvimento deste plano.

Foram identificados três desígnios para que o plano tenha sucesso. Em primeiro lugar, é necessário **“integrar a planificação e gestão”** mediante a aprovação anual de um Programa Operativo com um horizonte de programação de três anos e que deve ser revisto. Em segundo lugar, é necessário **“abordar a dimensão territorial do turismo”**, produzindo-se, para tal, um conjunto de instrumentos de intervenção integrados na gestão de espaços turísticos, que devem atuar de forma articulada com os programas de iniciativa da região autónoma e de iniciativa local. Por fim, é necessário **“melhorar substancialmente a coordenação inter-administrativa”**, elaborando-se um novo procedimento denominado Gestão de Processos que pretende manter ativa a inter-relação entre entidades, matérias e competências que intervêm na consecução das orientações estratégicas de maior relevância neste Plano (Junta de Andalucía, 2007b).

### 3.4.3. VAINAMERI PROJECT

#### Características do Território

Vainameri é uma região localizada no Arquipélago Oeste da Estónia (figura 8), caracterizada por uma diversidade de ecossistemas costeiros e marinhos, que fazem com que esta área seja considerada de grande importância em termos de conservação da natureza, tendo nomeadamente, algumas das suas áreas, a classificação RAMSAR<sup>17</sup>. No entanto, esta área, em termos socioeconómicos revela a existência de alguns problemas, fruto das várias ocupações que foi sofrendo ao longo dos tempos.



**Figura 8 – Enquadramento de Vainameri**

<sup>17</sup> "RAMSAR" é a denominação da Convenção sobre Zonas Húmidas que constitui um tratado intergovernamental adotado em 2 de Fevereiro de 1971, na cidade iraniana de Ramsar

A costa Oeste da Estónia, onde se insere Vainameri, é uma área com grande valor natural, sendo considerada uma das áreas mais importantes em termos de multifunções biológicas do mar Báltico (Jennersten, 2004). Apresenta uma grande variedade de ecossistemas, tais como (Kokovkin, 2005):

- Mar e zona fótica, com grande produção biológica e com comunidades de plantas raras (prados de *Zostera Zannichellia*; leitos de *Furcellaria/Phyllophora*). É uma importante zona de reprodução de peixes sendo também a área que representa o limite norte de peixes-agulha (*Belone belone*) e importante área de muda, alimento e reprodução de focas aneladas (*Pusa hispida*) e focas cinzentas (*Halichoerus grypus*). As áreas de águas rasas são importantes para diversas espécies de patos e outras aves aquáticas. Área a tornar-se importante em termos turísticos.
- Baías, lagoas e caniçais apresentam-se como importantes locais de paragem de gansos (*Anser anser*), cisnes (*Cygnus cygnus* e *Cygnus bewickii*) e patos. É uma área de grande importância para a desova de peixes, e como tal também para o comércio de peixe. Os caniços (*Phragmites australis*) são utilizados como coberturas de colmo e são considerados um recurso de significativo potencial para energia renovável. As lamas também são um recurso importante, com propriedades medicinais. Existem ainda mamíferos como as lontras. Estas áreas são assim muito ricas em termos de biodiversidade.
- Rios e valas, que foram dragados na sua maioria, causando algumas perdas na biodiversidade natural e no seu valor. Além disso, os rios e as correntes transportam significantes cargas de poluentes. No entanto, ainda são recursos muito importantes para a biodiversidade, nomeadamente como recarga das baías e lagoas, corredores migratórios de peixes, locais de alimento para aves, lontras, entre outros.
- Pastagens (costeiras, pantanosas, aluviais e alvares), que são locais de grande valor de biodiversidade, por serem propícias para a nidificação e migração de várias espécies de aves (pilritos, milherangos, pernas-vermelhas, gansos, entre outros). São usadas para pastagens e prados de feno e algumas têm grande valor para atividades recreativas.
- Bosques, sendo os mais importantes os prados arborizados, que providenciam locais de nidificação para águias e cegonhas negras. São caracterizados por uma grande diversidade de plantas, incluindo uma abundância em orquídeas e fungos ligado a velhas árvores.
- Ilhéus desabitados, com uma grande biodiversidade. Muitos deles estiveram já habitados, existindo, em alguns casos, casas de férias, o que levou a que algumas espécies tenham desaparecido devido ao impacto humano.

Relativamente à fauna que pode ser encontrada, esta também é muito variada, dada a variedade de ecossistemas que existem, o que proporciona a existência de uma diversidade de espécies faunísticas. Destaca-se a existência de mais de 270 espécies de aves (Anexo II) das quais 175



reproduzem na área (Kokovkin, 2005). Relativamente aos mamíferos, existem mais de 40 espécies, das quais mais de metade estão registadas do Livro Vermelho da região Báltica e Estónia (Kokovkin, 2005). Vivem nesta região focas de várias espécies, castores e lontras, ursos pardos, lobos, lince, raposas, guaxinins e martas, entre muitos outros (Kokovkin, 2005). Além destes, podem ainda encontrar-se na região, anfíbios, como sapos de várias espécies e rãs, répteis, como cobras e lagartos, peixes, de água doce e salgada, e por fim, invertebrados (Kokovkin, 2005).

No que diz respeito às condições socioeconómicas da região, Vainameri é uma área rural, muito dependente da agricultura e da pesca, que apresenta alguns problemas a nível socioeconómico, com taxa de desemprego elevada, baixa qualificação da população e uma certa marginalização socioeconómica, motivada pelas ocupações que foi sofrendo ao longo dos anos. As flutuações socioeconómicas que a região foi sofrendo influenciaram os ecossistemas costeiros, nomeadamente na metade do século XX (Kokovkin, 2005). A industrialização da agricultura e o regime repressivo da Estónia resultou numa diminuição considerável da população costeira e nos modos de vida costeiros amigos do ambiente (Kokovkin, 2005). A liberalização política e económica dos anos 90 trouxe também algumas ameaças: a sobre-exploração da costa e a venda de terrenos para variadas atividades não produtivas (em termos de gestão de ecossistemas), tais como habitação e turismo, sendo por isso necessário encontrar soluções sustentáveis a longo prazo, integrando a conservação da natureza, agricultura, desenvolvimento rural e regional (Kokovkin, 2005).

O sector do turismo encontra-se em crescimento, suscitando um aumento do emprego nas atividades rurais relacionadas com o turismo. São vários os estabelecimentos hoteleiros existentes nas várias ilhas, atraindo inúmeros visitantes. A atividade de observação de aves é a mais atrativa e popular, existindo também visitas de um dia e campistas. As áreas costeiras mais atrativas são Kassari, Kaina e Suuremoisa (Kokovkin, 2005).

#### Tipo de estudo/Estratégia desenvolvida

Este é um projeto desenvolvido entre 1997 e 2004, por iniciativa e financiamento da WWF Sueca, em parceria com parceiros da Estónia. Este projeto, apesar de cofinanciado pela WWF, entidade mais vocacionada para a proteção de espécies raras e sistemas ecológicos, tinha como preocupação principal a melhoria das condições de vida da população residente, através do desenvolvimento de ações antropocêntricas, nomeadamente a agricultura costeira, o desenvolvimento do turismo e do artesanato (Kokovkin, 2005). Não é uma estratégia de turismo sustentável, mas apresenta determinados programas e objetivos que permitem o desenvolvimento sustentado da região, tendo presente que a atividade turística poderá trazer benefícios económicos, sociais e ambientais à região.

### Objetivos e preocupações de partida

Os principais objetivos do projeto foram o restauro e a manutenção do valor da paisagem costeira, o aumento e a sustentabilidade dos valores naturais, o aumento da atratividade da área e, por fim, a criação de melhores condições de vida para a população rural, nomeadamente nas áreas menos povoadas (Kokovkin, 2005). Para atingir estes objetivos, o projeto baseava-se na conservação da natureza, através da produção agrícola de qualidade e “amiga do ambiente”.

Com estes objetivos, pretendia-se atingir os seguintes resultados:

1. Aumento das receitas da produção local;
2. Aumento do número de visitantes;
3. Manutenção e recuperação da biodiversidade;
4. Mudanças na abordagem à gestão do ecossistema, políticas de desenvolvimento regional e políticas de desenvolvimento da agricultura;
5. Aumento da sensibilização na Estónia e países vizinhos;
6. Criação de uma cadeia completa de produção (alimentos, artesanato, turismo) incluindo ligações internacionais, capacidade de construção das autoridades locais para suporte às empresas e dar uma orientação de mercado ao projeto.

### Breve descrição do estudo

Para o desenvolvimento deste projeto, foram definidas como principais iniciativas atividades que permitissem abordar as seguintes áreas: Paisagem e Gestão das Pastagens, Artesanato, Turismo de Natureza, Sensibilização e Divulgação. Cada uma destas áreas apresentava um conjunto de objetivos e resultados esperados, apresentados no quadro 10 (Kokovkin, 2005).

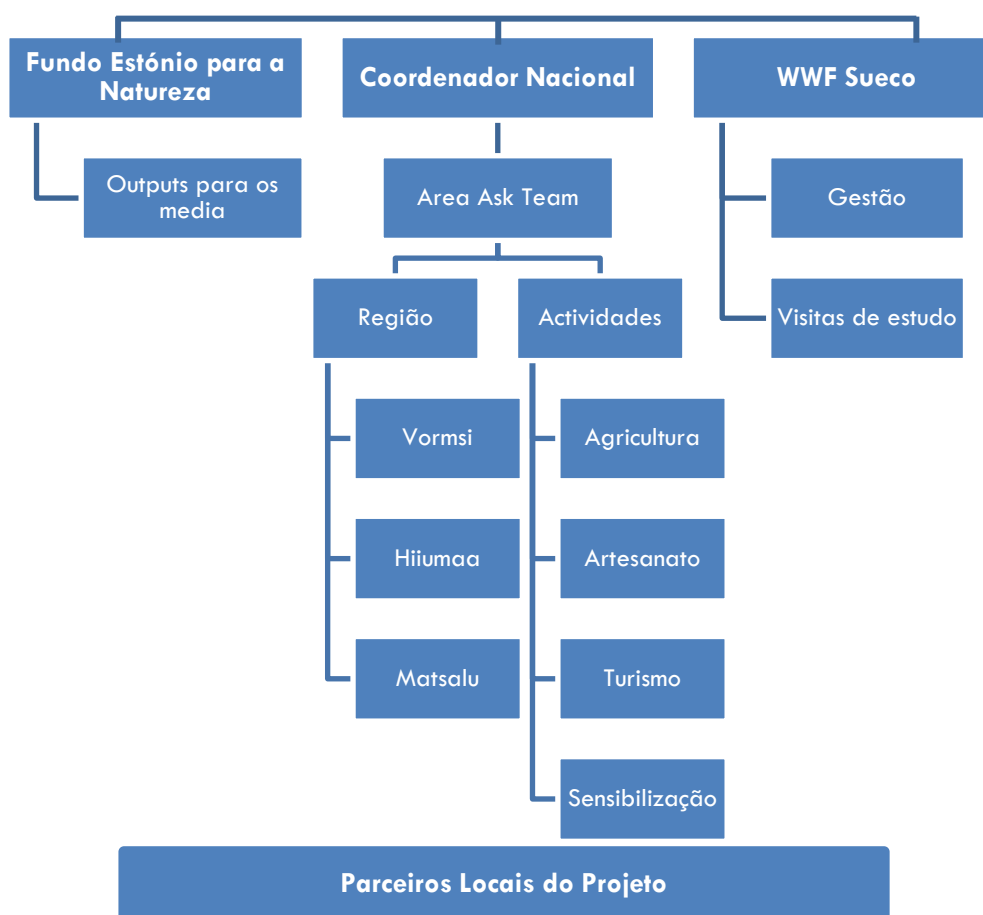
Como já foi referido, este projeto não é uma estratégia de desenvolvimento de turismo sustentável, tal como os outros que se apresentaram. No entanto, pelas atividades que apresenta, poderá funcionar como um projeto-piloto para a definição de uma estratégia que permita o desenvolvimento integrada desta região, apoiando-se nos produtos locais e nas atividades tradicionais existentes e desenvolvendo atividades turísticas sustentáveis, com base nesses produtos tradicionais.

Quadro 10 – Atividades e Resultados

Atividade/Iniciativas	Descrição	Objetivos	Resultados
<b>Paisagem/Gestão das pastagens</b>	Aumento do cultivo de pastagens não fertilizadas de forma a manter os valores biológicos	Modelar pastagens Estabelecer rebanhos de gado de alta qualidade Educação Visitas de Estudo Investigação de Indicadores das espécies	Marketing em restaurantes e lojas; Limpeza e desobstrução da paisagem; Elaboração de marketing “verde” para carne para cadeia de comerciantes a retalho; Criação de uma marca “verde” de carne para restaurantes de alta qualidade; Bovinos de corte autossustentado de produção de pastagem pastagens seminaturais
<b>Artesanato</b>	Produção de artesanato com utilização dos recursos naturais da região, obtidos na manutenção da paisagem e assegurando a subsistência a longo prazo para os residentes locais	Promoção de artesanato baseado na gestão das pastagens costeiras Estabelecimento de novas soluções de marketing (feiras, dias de mercado) Educação; Folhetos Informativos; Visitas de Estudo; Colocação de rótulos (Marca Vainameri) Contactos Internacionais (Associação de artesanato Sueca); Melhoria da qualidade de lã de ovelha e da sua criação	Estabelecimento do label Vainameri, incluindo desenho e critérios; Estabelecimento de contactos com artesãos internacionais; Importação de esperma de ovelha de grande qualidade para inseminação
<b>Turismo de Natureza</b>	Aumentar a atratividade da área para a prática de turismo de natureza de pequena escala, que adiciona aos residentes locais potenciais ganhos económicos.	Educação Folhetos Informativos Visitas de Estudo Desenvolvimento de uma rede com vários nós internacionais, sendo um caso de estudo teste da WWF, preenchimento da rede de turismo com contactos internacionais	Elaboração e implementação de três pacotes turísticos para membros da WWF: observação de aves, visitas às orquídeas e famílias na quinta; Estabelecimento de rede internacional
<b>Sensibilização e Divulgação</b>	Divulgar a informação, experiências e resultados ao público em geral, média e autoridades		Conclusão do projeto de website em Estoniano e Inglês, com diversas possibilidades dinâmicas Visitas de Estudo a áreas rurais da Estónia, Letónia e Rússia Visita de trabalho das autoridades locais e regionais da Estónia à Suécia

### Financiamento e Entidades responsáveis

Este projeto foi maioritariamente financiado pela WWF sueca, tendo no entanto o envolvimento de outras entidades, tais como a Agência Internacional de Desenvolvimento Sueca (SIDA – Swedish International Development) e duas organizações Estónias: a organização não-governamental *Arhipelaag* e o Fundo Estónio para a Natureza (Estonian Fund for Nature) (figura 9).



**Figura 9 – Esquema Organizativo do Projeto**

Fonte: Kokovkin, 2005

Estas foram as entidades responsáveis pelo desenvolvimento geral do projeto, no entanto, contaram com o apoio de grupos locais de população (agricultores, artesãos, penas empresas de ecoturismo) para a realização das atividades propostas, sendo que desta forma pretendiam aproximar todas as comunidades do projeto que estava a ser desenvolvido e trabalhar em conjunto com elas.

No quadro 11 elabora-se uma síntese da análise das três experiências, de forma a compará-las com as características naturais e dinâmicas socioeconómicas do nosso caso de estudo.

**Quadro 11 – Síntese comparativa das três experiências analisadas com o caso de estudo da região da Ria de Aveiro**

Estratégia	Estratégia e Plano de Ação para o Turismo Sustentável de Broadlands (2011 - 2015)	Plano Geral de Turismo Sustentável da Andaluzia	Vainameri Project - Estonia	Proposta de Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do Turismo na Ria de Aveiro
Características Naturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Paisagem marcada pela presença de três grandes rios: Waveney, Yare e Bure, nos quais desaguam outros três (Ant, Chet e Thurne)</li> <li>• Uma das principais áreas húmidas da Europa, com cerca de 200 km de cursos de água navegáveis</li> <li>• Área de aproximadamente 300 km<sup>2</sup>, dos quais 25% apresentam-se como áreas de interesse conservacionista a nível europeu, incluindo 3 Áreas Especiais de Conservação e duas Zonas de Proteção Especial. Além disso, muitas outras áreas da Broadlands são designadas como áreas húmidas de importância internacional, ao abrigo da Convenção de Ramsar</li> <li>• Destacam-se como principais habitats húmidos os rios e lagos, <i>reedbeds</i>, <i>carr woodland</i>, <i>grazing marsh</i> and <i>fen meadow</i>, que formam um dos mais complexos sapais (terrenos pantanosos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grande variedade de paisagens</li> <li>• Interior, com áreas montanhosas</li> <li>• Litoral, com mais de 500km de praias</li> <li>• Conjunto de praias de características geomorfológicas muito dispare (um conjunto de praias de características geomorfológicas muito dispare)</li> <li>• Zonas húmidas, nomeadamente estuários e complexos lagunares, bem como complexos dunares litorais</li> <li>• Linha de costa mediterrânea surgem frentes costeiras em falésia, angras fechadas e pequenas praias</li> <li>• Cerca de 20% do território está incluído na Rede de Espaços Naturais Protegidos (RENPA): litoral andaluz (dunas, "marismas", falésias, praias e estuários) e na zona serrana</li> <li>• Presença do Parque Nacional de Doñana e a Serra Nevada, como espaços declarados como Reservas da Biosfera, do programa MaB da UNESCO, e integrados na Rede Natura 2000</li> <li>• Outras áreas de grande interesse: Serras de Cazorla, Segura e Las Villas, Serra de Grazalema, Cabo de Gata-Níjar, Serra das Nieves, Marismas del Odiel e Dehesas de Sierra Morena, bem como a Reserva Transfronteriza del Estrecho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma das áreas mais importantes em termos de multifunção biológica no Mar Báltico. E de - Diversidade de espécies de fauna</li> <li>• Mar – zona fótica (a luz do dia chega ao fundo do mar), grande produção biológica, com comunidades de plantas raras. Importante zona de reprodução de peixes. Área a tornar-se importante em termos turísticos</li> <li>• Baías, Lagoas e caniçais – área de paragem de gansos, cisnes e patos. Locais de desova de peixes, importante área comercial. Caniços utilizados como coberturas de colmo e recurso de significado potencial para energia renovável. Lamas também são recurso importante, com propriedades medicinais. Mamíferos, como lontras. Riqueza em biodiversidade</li> <li>• Rios e valas – foram dragados na sua maioria, causando perdas na diversidade natural e valor. Transportam significantes cargas poluentes. No entanto ainda têm um papel importante na biodiversidade</li> <li>• Pastagens (costeiras, pantanosas) de grande valor para a biodiversidade, nidificação e migração de várias espécies de aves. Usadas para pastagens com grande valor para atividades recreativas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Paisagem marcada pela presença de um elemento caracterizador – Ria de Aveiro</li> <li>• Uma das principais áreas húmidas litorais de Portugal</li> <li>• Diversidade paisagística e ambiental, pela proximidade entre a serra e o mar, com paisagens tipicamente serranas contrastando com a planície costeira</li> <li>• Conjunto de praias marítimas de grande valor recreativo</li> <li>• Rede hidrográfica bastante densa, apresentando também um conjunto diversificado de praias fluviais de grande qualidade</li> <li>• Apresenta um conjunto de áreas naturais de grande importância classificadas, nomeadamente a Zona de Proteção Especial (ZPE) Ria de Aveiro; Sítios de Interesse Comunitário (SIC) Barrinha de Esmoriz, Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas; Rio Vouga, no âmbito da Rede Natura 2000; a Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, pertencente à Rede Nacional de Áreas Protegidas; e por fim, a Pateira de Fermentelos, classificada ao abrigo da Convenção RAMSAR.</li> </ul>

Estratégia	Estratégia e Plano de Ação para o Turismo Sustentável de Broads (2011 - 2015)	Plano Geral de Turismo Sustentável da Andaluzia	Vainameri Project - Estonia	Proposta de Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do Turismo na Ria de Aveiro
Dinâmicas socioeconómicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 93 freguesias</li> <li>• A maioria da população ativa trabalha fora da área de The Broads.</li> <li>• Dificuldade de manter os serviços rurais</li> <li>• Cerca de 466 propriedades classificadas como casas de férias ou segunda residência.</li> <li>• Área de população mais envelhecida do que a restante área de Norfolk.</li> <li>• Principais sectores de atividade económica: turismo, incluindo o aluguer de embarcações, a construção de embarcações e a agricultura.</li> <li>• Pequena economia local: apanha e corte de juncos, fenos, palha e os moinhos representam uma pequena parte da economia local, no entanto são importantes como atividades tradicionais e culturais da região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 8 províncias: Almeria, Cadiz, Córdoba, Granada, Huelva, Jaén, Málaga e Sevilha.</li> <li>• Elevados níveis de desemprego na comunidade autónoma, apresentando a maior taxa de desemprego a nível nacional</li> <li>• Perto de 65% da população ativa dedica-se aos serviços (comercio, hotelaria, educação, entre outras))</li> <li>• A atividade turística com grande importância na economia andaluza</li> <li>• Baixa qualificação profissional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Poucas mudanças na população rural desde 1995 – cerca de 5000 habitantes.</li> <li>• Desemprego elevado</li> <li>• Marginalização socioeconómica</li> <li>• Baixa qualificação da população rural</li> <li>• Baixo nível de infraestruturação</li> <li>• Emprego rural a diminuir</li> <li>• Necessidade de reduzir a dependência da agricultura e estimular outras atividades</li> <li>• Agricultura é a atividade humana com maior impacto na área</li> <li>• Exploração das costas e venda de terra para prática não produtivas, como habitação e turismo</li> <li>• Necessidade de integrar a conservação da natureza, agricultura, desenvolvimento rural e regional para restaurar o bom funcionamento dos ecossistemas semi-naturais costeiros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Composta por 11 municípios</li> <li>• Elevada capacidade de fixação da população, tendo vindo a registar crescimento populacional nos últimos anos, sendo que apenas Sever do Vouga e Mira registaram diminuição nos quantitativos populacionais</li> <li>• Conjunto de boas acessibilidades rodoviárias e ferroviárias</li> <li>• Elevado dinamismo industrial, com consequências positivas na oferta de emprego</li> <li>• Turismo como um dos principais sectores da atividade económica, mas de forte carácter sazonal</li> <li>• Abandono progressivo do sector primário (agricultura, pecuária e pescas)</li> <li>• Nos últimos anos tem vindo a verificar-se um aumento significativo da taxa de desemprego</li> </ul>
Programa e Objetivos	Estratégia desenvolvida com o objetivo de conseguir uma gestão sustentável do turismo, tendo em conta os impactos que essa atividade pode causar no ambiente, bem como tendo em conta a qualidade de vida das comunidades locais e dos visitantes que aí se deslocam.	Plano desenvolvimento com base na necessidade de adequação do espaço turístico, convergência de políticas públicas e concertação social e atuação em marketing e produtos centrados em segmentos específicos	Projecto que tem como objetivo restaurar e manter a paisagem valorizada costeira, aumentar e sustentar valores naturais, aumentar a atratividade da área e criar melhores condições de vida para a população rural em áreas pouco povoadas.	Não apresenta estratégia estruturada ao nível do desenvolvimento sustentável do turismo. Pretende-se com esta investigação desenvolver um modelo estratégico para a região.

### 3.5. SÍNTESE



O turismo é uma das principais atividades económicas existentes nas áreas costeiras. Por outro lado, as áreas costeiras são as mais apetecíveis a quem procura um local atrativo em termos paisagísticos e climáticos e que proporcionam o bem-estar e a possibilidade de praticar um conjunto de atividades de recreio e lazer, para qualquer faixa etária. A procura por áreas de elevada qualidade ambiental levou a que a preservação do meio ambiente, a manutenção da biodiversidade e a conservação e desenvolvimento do património cultural e social se tornassem fatores essenciais na definição e implementação de estratégias turísticas em qualquer destino, nomeadamente os destinos costeiros.

A melhoria da qualidade de vida a nível global permitiu que cada vez mais pessoas pudessem deslocar-se facilmente e assim, que o turismo tivesse um desenvolvimento e um crescimento muito acelerado, que levou à perda de qualidade e de identidade de muitos destinos. Além disso, o rápido crescimento da atividade turística criou situações de insustentabilidade, descaracterizando muitos destinos turísticos. Esta insustentabilidade verificada no turismo foi ainda mais visível em determinadas áreas costeiras, que tiveram um crescimento caótico ao nível de infraestruturas e equipamentos, e que, por esse motivo, viram a sua qualidade paisagística diminuir consideravelmente, entrando-se, em muitas áreas, num processo de declínio no que concerne à prática turística. Assim, é urgente a definição e aplicação de regras que permitam um desenvolvimento sustentado e ordenado da atividade turística nestas áreas costeiras.

A aplicação do conceito de sustentabilidade ao turismo das áreas costeiras será assim uma necessidade indiscutível, pois permitirá um desenvolvimento equilibrado, tendo em conta a proteção dos recursos naturais, mas também não esquecendo as necessidades socioeconómicas das populações que vivem dessa atividade.

São vários os documentos e estratégias que identificam medidas de aplicação do turismo sustentável a nível global, bem como a nível da sua aplicação às áreas costeiras, já referenciadas anteriormente e que se têm demonstrado casos de sucesso.

A análise efetuada neste capítulo permitiu verificar que o processo de desenvolvimento de estratégias de turismo sustentável nas zonas costeiras tem sido aplicado em cada vez mais regiões costeiras. A dificuldade que sentimos na seleção dos casos de estudo é disso evidência, pois são inúmeros os casos de sucesso que fomos encontrando aquando da pesquisa que efetuámos. No entanto, a escolha recaiu sobre os territórios que nos pareceram ser mais semelhantes à área de estudo da região da “Ria de Aveiro”, quer em termos de características do território, quer em

temos de escala de análise, de forma a podermos de alguma forma comparar os casos de estudo com a nossa área de estudo.

Assim, e no que diz respeito a *The Broads* no Reino Unido, constatámos que são vários os pontos de contacto com a nossa área de estudo. Em primeiro lugar, esta área é constituída por uma rede de rios, lagos navegáveis e sapais em torno dos quais se desenvolve toda a estratégia de turismo sustentável, sendo possível a realização de diversas atividades turísticas e de recreio e lazer. Existe também nesta área um conjunto de recursos naturais terrestres, de grande valor e que também permitem a realização de diversas atividades, tendo sempre em conta a sustentabilidade dos locais. Por fim, foram já criadas redes de percursos cicláveis, tal como têm sido criadas ou projetadas na nossa área de estudo.

São dois os objetivos principais deste estudo e que sugerem pistas para a nossa área: preservar as especificidades locais do território como fator de diferenciação em termos turísticos, nomeadamente os recursos aquáticos, potenciando os recursos existentes e criando experiências únicas ao visitante, através do desenvolvimento de atividades diferenciadoras muito ligadas à exploração do turismo náutico; aumentar a qualidade de vida das comunidades locais através do incentivo dado à criação de serviços locais, como por exemplo a exploração do conceito de férias de barco, sendo para tal necessário trabalhar em parceria com todos os agentes com interesse no desenvolvimento do sector turístico.

Relativamente à região da Andaluzia foi constatada a enorme importância do sector turístico para esta região, nomeadamente o turismo de sol e praia, muito associado ao turismo histórico-cultural, que tem originado um conjunto de pressões, pela sua excessiva massificação, que levaram a uma perda da qualidade turística, o que fez com que as entidades responsáveis tomassem a decisão de elaborar uma estratégia de turismo sustentável, com o objetivo de combater as pressões e dar mais qualidade ao serviço oferecido. Em termos de pistas para o nosso estudo, este plano evidencia a necessidade de criar um novo modelo turístico, baseado na diferenciação, na qualidade do produto, na inovação dos serviços e na formação dos recursos humanos, uma vez que é uma região que começa a perder competitividade face aos novos destinos turísticos costeiros que têm surgido.

Por fim, o projeto desenvolvido em *Vainamerí* é um projeto diferente dos analisados anteriormente, pois o objetivo final não é o desenvolvimento sustentável do turismo, mas principalmente a conjugação da necessidade de proteção de espécies raras e sistemas ecológicos com a melhoria das condições de vida da população residente. No entanto, a forma como foi desenvolvido, tendo em conta a potenciação dos recursos endógenos e a valorização do conhecimento das populações



locais mereceu o nosso interesse pois assemelha-se ao que pretendemos evidenciar na estratégia que iremos propor para a região da Ria de Aveiro.

A principal pista que este projeto nos sugere tem em conta o desenvolvimento do turismo de natureza de pequena escala, de forma a possibilitar ganhos económicos às comunidades locais, através do desenvolvimento de serviços específicos e singulares. Mais uma vez, é referido o fator de diferenciação como aposta para o desenvolvimento sustentável dos locais e do próprio turismo, como forma de atrair turistas a locais diferentes dos destinos habitualmente oferecidos.

Concluindo, parece-nos que através da análise efetuada é possível constatar a necessidade de integração dos conceitos e estratégias de turismo sustentável com os conceitos de gestão integrada das zonas costeiras identificados no capítulo anterior, para se atingir os níveis de sustentabilidade que se pretendem e requalificar áreas costeiras que foram sofrendo um processo de degradação causado pelas práticas turísticas de massas e sem uma orientação estratégica definida.



## **CAPÍTULO 4 – AS ÁREAS COSTEIRAS PORTUGUESAS E AS POTENCIALIDADES DO TURISMO SUSTENTÁVEL**

*“Se eu fosse pintor, passava a minha vida a pintar o pôr do Sol à beira-mar. Fazia cem telas, todas variadas, com tintas novas e imprevistas. É um espectáculo extraordinário.”*

Raul Brandão in “Os Pescadores”, pág. 59



## 4.1. INTRODUÇÃO

Portugal tem uma grande diversidade de recursos e produtos turísticos sendo, no entanto, os mais explorados, o sol e mar *“proporcionado por um clima aprazível e uma faixa costeira extensa e diversificada”* (Albuquerque & Godinho, 2001, pág. 35). Para isto contribui o facto das áreas costeiras possuírem condições naturais únicas que permitem a prática de um turismo, ainda que maioritariamente sazonal, preferido pela maioria dos turistas. Por estes motivos, as áreas costeiras são responsáveis pela vinda de cerca de 90% dos turistas que visitam Portugal (Plano Tecnológico, 2005).

As zonas costeiras são áreas onde existe uma forte concentração de atividades e funções, relacionadas com a promoção do turismo. Como refere Careto e Lima ( GEOTA, 2006, pág. 59) *“(...) o desenvolvimento turístico nas zonas costeiras, onde este mais se tem intensificado, tem por base um modelo de crescimento extensivo, cujas principais características são:*

- *Um sistema de gestão que tem como objectivo básico o incremento do número de visitantes, independentemente da capacidade de acolhimento do território;*
- *A prioridade dos benefícios a curto prazo em detrimento dos efeitos a médio e longo prazo;*
- *A criação de uma oferta turística homogénea e padronizada que reproduz, de forma praticamente milimétrica, as mesmas formas de ocupação do território e as mesmas estruturas arquitectónicas; uma escassa presença da cultura e tradições locais na configuração da oferta turística;*
- *Uma forte pressão sobre o ambiente que provoca graves impactes no meio físico e que deteriora a qualidade ambiental e paisagística do território.”*

A grande procura destas áreas para a prática do turismo tem vindo a originar e a intensificar os problemas ambientais e culturais destas regiões, tal como já foi referido no capítulo anterior<sup>18</sup>. Este aumento contribui para a diminuição da atratividade das áreas costeiras e, consequentemente, para a diminuição dos benefícios que a atividade turística poderá ter sobre estas áreas. Assim, o sector do turismo não pode ignorar as características ambientais e culturais dos destinos costeiros no seu planeamento, e por isso, só tem a lucrar com a implementação de práticas ambiental e economicamente sustentáveis, que tenham em conta a biodiversidade e os recursos naturais existentes, bem como as comunidades locais.

Portugal apresenta fatores competitivos muito interessantes, uma vez que num espaço geográfico relativamente pequeno podem ser encontrados diversos recursos turísticos motivadores de procuras

---

<sup>18</sup> Ver página 68

muito diferenciadas. No entanto, muitos destes recursos encontram-se subaproveitados ou mesmo esquecidos, o que determina que não lhes seja reconhecida importância pelos turistas que nos visitam. É, desta forma, necessário apostar na (re)qualificação destes recursos, valorizando-os e dotando as regiões de Portugal de infraestruturas turísticas que permitam captar o interesse dos veraneantes. Como é referido no Plano Tecnológico apresentado pelo Governo Português “*é necessário implementar um modelo que potencie a competitividade do turismo português, nomeadamente através do aproveitamento da diversidade regional da oferta nacional, do esforço da inovação empresarial, do desenvolvimento da cooperação entre os sectores públicos e privados, da requalificação das zonas tradicionais e dos produtos mais conhecidos, por forma a potenciar sinergias e a garantir acções complementares*”. (UCPT, s/d, pág. 4 e 5)

Neste capítulo será elaborada uma breve caracterização das áreas costeiras portuguesas, incidindo nomeadamente sobre as suas principais potencialidades turísticas e sobre a necessidade de uma Gestão Integrada das Áreas Costeiras, onde o turismo deve ser um fator primordial. Seguidamente será abordada a evolução do turismo a nível nacional, no que diz respeito aos Planos Nacionais de Turismo concluindo-se o capítulo com uma avaliação sintética da importância do turismo costeiro.

## 4.2. ÁREAS COSTEIRAS PORTUGUESAS

A área costeira portuguesa apresenta uma extensão de linha de costa com aproximadamente 1187 km e uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) com mais de 1700000 km<sup>2</sup> sendo considerada uma das maiores da Europa (CE, 2008).

Todo o litoral português é constituído por uma elevada riqueza natural e fortes potencialidades a nível recreativo e de lazer, nomeadamente pela amenidade do clima que o caracteriza. Além disso é a área portuguesa que apresenta melhores condições de acessibilidade e a que proporciona uma maior oferta de emprego. Estes fatores são determinantes na justificação do facto de aproximadamente 60% da população do território continental se encontrar concentrada na faixa litoral<sup>19</sup>.

São várias as atividades económicas que se praticam na região costeira. Estas atividades conferem um valor estratégico fundamental para o desenvolvimento do país. É nesta área que se concentram “as principais áreas urbanas e industriais, bem como as áreas de turismo intensivo, que alternam com áreas naturais, rurais e de pesca” (Instituto da Água, 2009, pág. 19). Tal como já foi referido anteriormente, as áreas costeiras de Portugal são responsáveis pela vinda de cerca de 90% dos turistas que visitam Portugal (Plano Tecnológico, 2005), sendo o sol e o mar os recursos turísticos mais explorados devido à amenidade do clima e à diversidade de paisagens que a faixa costeira portuguesa proporciona. Também o sector da pesca tem um peso significativo nestas áreas, aliada à extensa ZEE que Portugal possui. Apesar do número de empregos na pesca e atividades relacionadas não ser significativo para o valor total dos empregos em Portugal<sup>20</sup>, muitas populações costeiras são ainda bastante dependentes desta atividade, bem como de atividades conexas (CNADS, 2001). A pesca artesanal é ainda uma importante fonte de subsistência de muitas destas populações.

---

<sup>19</sup> Considerando a população residente em 2011 nos municípios costeiros portugueses, segundo os dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística, numa faixa a menos de 50 km da linha de costa.

<sup>20</sup> As atividades da Pesca, Aquicultura e Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos empregavam, em 2011, 19699 pessoas (Censos 2011, INE). Se associarmos a este valor o número de empregados nos sectores de Transportes marítimos de passageiros e Transportes marítimos de mercadorias, o valor ascende aos 22813 empregos. Este valor corresponde apenas a 0,52% do total de população empregada em Portugal em 2011. No entanto, não deixa de ser um valor significativo para as comunidades locais piscatórias.

O território português apresenta uma variedade de relevo que também é perceptível em todo o litoral. É um litoral bastante linear, mas com alternâncias entre costas baixas com extensos areais, costas altas rochosas e ainda costas baixas mas também rochosas (Brito, 1994). Esta diversidade de paisagens do litoral português proporciona a existência de diversos e importantes ecossistemas costeiros. Destacam-se, entre eles:

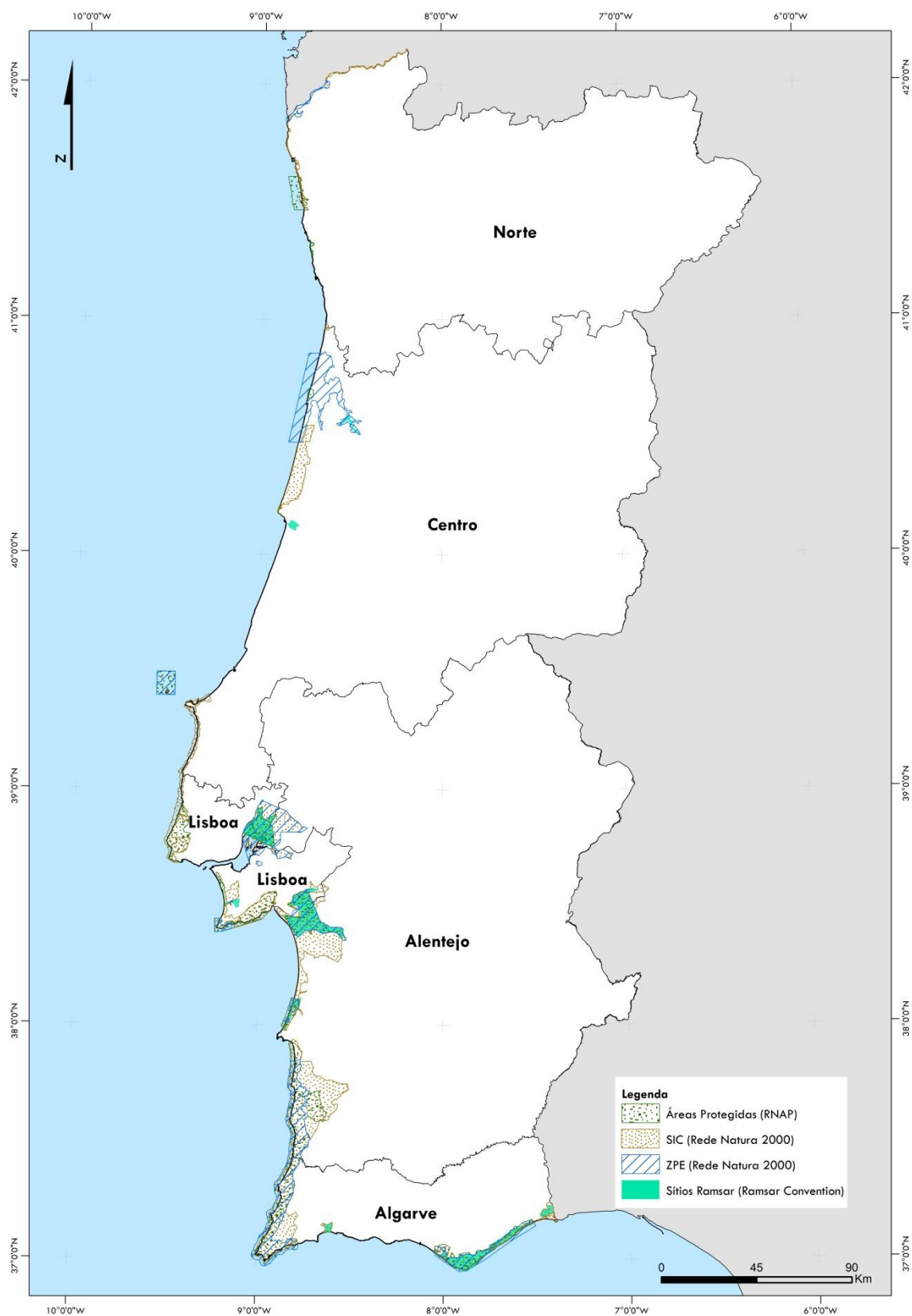


- as praias arenosas, com cerca de 591 km de extensão (GEOTA, 2005), muitas das quais com cordões dunares extensos, que funcionam não só como proteção às populações costeiras das investidas do mar, mas também como áreas de grande riqueza biológica;
- as praias rochosas, com cerca de 348 km (GEOTA, 2005)
- as zonas húmidas costeiras, onde se destacam os estuários do Douro, Mondego, Tejo e Sado, a Laguna de Aveiro, a Ria Formosa, entre outros.

Esta diversidade de ecossistemas torna o litoral português uma das áreas mais valiosas em termos de recursos naturais, sendo muito importante a sua conservação e proteção, uma vez que possuem “ecossistemas com grande diversidade biológica, altamente produtivos e que constituem o habitat de «nurseries» de um grande número de espécies marinhas” (CNADS, 2001, pág. 8). De acordo com o Relatório de Estado do Ambiente da Europa de 2007, a zona costeira portuguesa inclui-se no ambiente marinho Pan-europeu designado por Costa Ibérica (EEA, 2007). Este ecossistema é muito rico no que diz respeito à flora e fauna litoral, existindo uma grande diversidade biológica nos vários ecossistemas costeiros. Destacamos a importância e a diversidade existente nas dunas litorais, com várias espécies florísticas que dependem destes habitats; e as zonas húmidas costeiras, com grande diversidade ao nível da fauna e da flora, sendo mesmo consideradas como das áreas mais ricas em diversidade biológica.

Devido à importância destes ecossistemas e à necessidade de proteção e conservação dos recursos existentes, várias áreas costeiras de Portugal têm sido classificadas como áreas protegidas ao abrigo de diversos estatutos de proteção do património natural, de âmbito regional, nacional e internacional. Ao nível das áreas protegidas costeiras e marinhas de âmbito regional e nacional, destacamos os Parques Naturais, Reservas Naturais, Paisagens Protegidas e Monumentos Naturais, classificados de acordo com as especificidades naturais que apresentam. Na figura que se segue (figura 10) é possível verificar a existência de diversas tipologias de áreas protegidas, nomeadamente ao abrigo da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), Rede Natura 200 (SIC – Sítios de Interesse Comunitário e ZPE – Zonas de Proteção Especial) e ainda Convenção sobre Zonas Húmidas (Convenção Ramsar).





**Figura 10 – Áreas Naturais com estatuto de proteção**

Pela análise da figura anterior é perceptível a importância da conservação da natureza na costa portuguesa, existindo um total de 54 áreas litorais classificadas como áreas de interesse natural ao abrigo de diversos estatutos de proteção já referenciados. Muitas destas áreas são sobrepostas por vários estatutos de proteção, facto que evidencia a sua importância e a necessidade de desenvolver estratégias que fomentem a sua proteção e conservação (quadro 12).

**Quadro 12 – Áreas de Interesse Natural, classificadas ao abrigo de diversos estatutos de proteção**

Nome	Tipo	Código	Área (ha)
Ria Formosa	Ramsar	212	16003.32
Sapal de Castro Marim	Ramsar	829	2142.13
Ria de Alvor	Ramsar	827	1430.01
Lagoa de Santo André e Lagoa da Sancha	Ramsar	828	2708.26
Lagoa de Albufeira	Ramsar	825	1408.07
Estuário do Tejo	Ramsar	211	14416.14
Estuário do Sado	Ramsar	826	25657.51
Estuário do Mondego	Ramsar	1617	1518.11
Pateira de Fermentelos (e vales dos Rios Águeda e Cértima)	Ramsar	2089	1554.24
Estuários dos Rios Minho e Coura	ZPE	PTZPE0001	3392.92
Ilhas Berlengas	ZPE	PTZPE0009	9560.42
Estuário do Sado	ZPE	PTZPE0011	24632.50
Lagoa Pequena	ZPE	PTZPE0049	68.77
Cabo Espichel	ZPE	PTZPE0050	3415.78
Açude da Murta	ZPE	PTZPE0012	497.70
Lagoa de Santo André	ZPE	PTZPE0013	2164.61
Lagoa da Sancha	ZPE	PTZPE0014	408.80
Estuário do Tejo	ZPE	PTZPE0010	44771.80
Ria Formosa	ZPE	PTZPE0017	23269.66
Costa Sudoeste	ZPE	PTZPE0015	74414.89
Ria de Aveiro	ZPE	PTZPE0004	51406.63
Monchique	ZPE	PTCON0037	76544.60
Estuário do Tejo	SIC	PTCON0009	44010.83
Rio Minho	SIC	PTCON0019	4554.38
Arquipélago da Berlenga	SIC	PTCON0006	95.77
Sintra / Cascais	SIC	PTCON0008	16632.05
Estuário do Sado	SIC	PTCON0011	30967.52
Arrábida / Espichel	SIC	PTCON0010	20661.53
Comporta / Galé	SIC	PTCON0034	32050.81
Costa Sudoeste	SIC	PTCON0012	118266.58
Ria Formosa / Castro Marim	SIC	PTCON0013	17519.62
Litoral Norte	SIC	PTCON0017	2796.30
Barrinha de Esmoriz	SIC	PTCON0018	396.19
Fernão Ferro / Lagoa de Albufeira	SIC	PTCON0054	4318.22
Ria de Alvor	SIC	PTCON0058	1454.31
Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas	SIC	PTCON0055	20530.46
Peniche / Santa Cruz	SIC	PTCON0056	8285.55
Sintra-Cascais	AP	PNT	14450.85
Estuário do Tejo	AP	RN	14192.44
Estuário do Sado	AP	RN	23971.34
Berlengas	AP	RN	9560.43

Nome	Tipo	Código	Área (ha)
<b>Arriba Fóssil da Costa da Caparica</b>	AP	PP	1551.50
<b>Dunas de São Jacinto</b>	AP	RN	995.77
<b>Ria Formosa</b>	AP	PNT	17900.92
<b>Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina</b>	AP	PNT	89571.93
<b>Lagoas de Santo André e Sancha</b>	AP	RN	5265.71
<b>Litoral Norte</b>	AP	PNT	8762.74
<b>Arrábida</b>	AP	PNT	17635.45
<b>Gruta do Zambujal (Arrábida)</b>	AP	SC	5.44
<b>Pedra da Mua (Arrábida)</b>	AP	MN	7.09
<b>Jazida de Icnofósseis dos Lagosteiros (Arrábida)</b>	AP	MN	4.71
<b>Jazida de Icnofósseis dos Lagosteiros (Arrábida)</b>	AP	MN	0.37
<b>Cabo Mondego</b>	AP	MN	117.68
<b>Litoral de Vila do Conde e Reserva Ornitológica do Mindelo</b>	AP	PP-R	379.61

Fonte: [www.icnf.pt](http://www.icnf.pt), 2013

Como Estado costeiro, Portugal possui um vasto património histórico-cultural costeiro, marinho e subaquático, “associado às funções de defesa e às sucessivas actividades económicas e sociais que se têm localizado nestes espaços ao longo dos diferentes ciclos de crescimento e desenvolvimento da sociedade portuguesa” (Instituto da Água, 2009, pág. 22). Entre as diversas tipologias de património destacam-se nomeadamente o património arquitetónico (fortes, barras, faróis, moinhos de mar e de vento, marinhas de sal) e património cultural e etnográfico (embarcações tradicionais nas várias comunidades piscatórias, trajes tradicionais, artesanato, arqueologia subaquática, actividades económicas tradicionais – pesca, salicultura, entre outras). Muito desse património tem vindo a ser destruído devido à urbanização excessiva que se tem sentido nas áreas costeiras, causada não só pela crescente litoralização, como também pelo desenvolvimento do turismo de sol e praia, que não tem tido em conta a sustentabilidade destes locais ao nível ambiental e patrimonial. Assim parece-nos necessário tomar medidas que, em primeiro lugar identifiquem e inventariem a diversidade de património existente nas áreas costeiras, para que num segundo momento, se possam criar condições para a sua proteção e conservação e para o seu aproveitamento turístico, de forma sustentável.

### 4.3. A GESTÃO COSTEIRA EM PORTUGAL

O litoral português é caracterizado por uma *“elevada sensibilidade ambiental e grande diversidade de usos, constituindo simultaneamente suporte de actividades económicas, em particular o turismo e actividades conexas como o recreio e lazer”* (Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro). Por este motivo, as intervenções prioritárias para esta área prendem-se com a defesa e proteção costeira para que as actividades económicas aí realizadas não percam a sua importância.

Desde a década de 70 que têm sido elaboradas algumas iniciativas nacionais com incidência sobre as zonas costeiras e que pretendem essencialmente a correta gestão e planeamento das diversas actividades económicas existentes, bem como a proteção e a conservação destes ecossistemas. O Regime do Domínio Público Marítimo, implementado pelo Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro e revisto pela Lei 16/2003 foi a primeira iniciativa a acontecer, permitindo assegurar uma faixa de proteção de 50 metros relativo à linha máxima da preia-mar de águas vivas equinociais.

Em 1990, através do Decreto-Lei n.º 302/90, de 26 de Setembro, foi estabelecido o Regime de Gestão Urbanística do Litoral, determinando os princípios a que devia obedecer a ocupação, uso e transformação da faixa costeira (faixa com 2 km de largura) e que deveriam ser tidos em conta na elaboração dos instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território.

Posteriormente, através do Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro foi regulado a elaboração e aprovação dos planos de ordenamento da orla costeira (POOC). Esta foi uma das iniciativas com maior impacto na zona costeira, tendo sido elaborados os POOC dos vários troços costeiros portugueses, apesar de apenas em 2005 ter sido aprovado o último POOC (Vilamoura – Vila Real de Sto. António). Estes planos incidem sobre as águas marítimas costeiras e interiores e respetivos leitos e margens, com uma faixa de proteção máxima de 500 m, contados da linha que limita a margem das águas do mar e faixa marítima de proteção, que tem como limite máximo a batimétrica -30 m. *“Os objectivos gerais incidem sobre o ordenamento dos diferentes usos e actividades específicas da orla costeira, a classificação das praias e a regulamentação do uso balnear, a valorização e qualificação das praias, o desenvolvimento das actividades específicas da orla costeira e a defesa e conservação da natureza.”* (MAOTDR, 2007a)

Já em 1998, através da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 86/98, de 10 de Julho, foi aprovada a Estratégia para a Orla Costeira (Programa Litoral 1998), que definiu as linhas de orientação e clarificou os propósitos de intervenção no espaço litoral, através da definição de domínios prioritários de atuação. Este programa teve como principais objetivos a *“defesa,*

requalificação e aproveitamento sustentável dos recursos naturais da zona costeira” sendo uma das principais prioridades “a gestão integrada e coordenada da zona costeira e, a clarificação da estrutura jurídico-administrativa” (Alves, 2006, pág. 80).

Em 1999 foi apresentado o Programa Litoral 1999 que visava “... continuar e consolidar o esforço de intervenção (essencialmente de acção) (...), de forma coerente e articulada, com a apresentação do Programa Litoral/98. Requalificando, defendendo, estancando e invertendo tendências delapidadoras de recursos.” (INAG, 1999)

O Programa FINISTERRA – Programa de Intervenção na Orla Costeira Continental, criado através da RCM n.º 22/2003, de 18 de Fevereiro, visava a requalificação e reordenamento do litoral português, através da adoção de um conjunto integrado de medidas e intervenções estruturantes, permitindo a concretização das ações previstas nos POOC (MAOTDR, 2007a).

Estes são apenas alguns dos instrumentos que têm vindo a ser produzidos no sentido de melhorar a gestão e o ordenamento das áreas costeiras. Como refere Alves (2006, pág. 43) “As iniciativas ocorridas nos últimos anos são diversas, na forma e no conteúdo. Se por um lado, se procedeu a algumas alterações legislativas, por outro, intensificaram-se as políticas e os programas nos últimos anos, em matéria, directamente relacionada com o ordenamento e gestão da zona costeira nacional.”

O quadro seguinte (quadro 13), baseado em Alves (2006) apresenta uma listagem do conjunto de instrumentos e iniciativas que têm vindo a ser produzidos em Portugal.

**Quadro 13 – Instrumentos e iniciativas relacionadas com o Ordenamento e Gestão Costeira Nacional**

Tipologia	Antes de 1992	Entre 1992 e 1997	Depois de 1997
Políticas e Programas		Rede Nacional de Áreas Protegidas	Programa Litoral 98 e 99
			Programa FINISTERRA
			Plano Nacional de Política do Território
			Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
			Estratégia Nacional para o oceano
			Plano Nacional da Água
			Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras
			Programa Polis Litoral
			Estratégia Nacional para o Mar

Tipologia	Antes de 1992	Entre 1992 e 1997	Depois de 1997
<b>Metodologias e Instrumentos</b>	Carta Europeia do Ordenamento do Território Carta Europeia do Litoral	Planos de Ordenamento da Orla Costeira	Carta de Risco do Litoral Conclusão dos POOC Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Monitorização da Morfologia da Linha de Costa Plano Sectorial da Rede Natura 2000 Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território
		Livro Branco da Política Marítimo-Portuária Rumo ao Séc. XXI Programa de Demonstração da Gestão Integrada Costeira	Relatório de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território Programa de Demonstração de GIZC Plano Estratégico de Esposende Projeto SIAM I e II Projeto TICOR Projeto ICrew Projeto MONAE Projeto EUROSION Projeto COPRANET Programa INTERREG Memorando 2004 da Associação Nacional de Municípios Portugueses
<b>Boas Práticas e Lições Aprendidas</b>			
<b>Diplomas Legislativos</b>	DL nº 468/71, 5 de Novembro	Portaria nº 114/92, 24 Fevereiro	DL nº 113/97, 10 Maio
	DL nº 90/71, 22 de Março	Portaria nº 363/92, 27 Abril	Lei nº 48/98, de 11 de Agosto
	DL nº 292/80, 16 de Agosto	DL nº 201/92, 29 Setembro	DL nº 380/99, de 22 de Setembro
	Portaria nº 691/84, 6 de Setembro	Portaria nº 591/93, 15 Junho	Lei 16/2003, de 4 de Junho
	Portaria nº 134/90, 19 de Fevereiro	DL nº 309/93, 2 Setembro	Lei 54/2005, de 15 de Novembro
	Portaria nº 151/90, 24 Fevereiro	Portaria nº 287/93, 15 de Junho	Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro
	Portaria nº 372/91, 2 Maio	DL nº 45/94, de 22 de Fevereiro	
	Portaria nº 373/91, 2 Maio	Portaria nº 327/94, 28 Maio	
	Decreto nº 37/91, 18 de Maio	DL nº 218/94, 2 Setembro	
		Portaria nº 513/95, 30 Maio	
		Portaria nº 927/95, 24 Julho	
		DL nº 218/95, 26 Agosto	
		Decreto Legislativo Regional nº 20/95/M, 30 Agosto	
		DL nº 290/95, 10 Novembro	
		Portaria nº 767/96, 30 Dezembro	

Fonte: Alves, 2006 (pág. 44 e 45)

Como se pode constatar, a problemática da Gestão das Zonas Costeiras em Portugal tem sido tomada em consideração ao longo dos últimos anos. No entanto, a maior parte destas iniciativas ficaram aquém das expectativas, ou por falta de meios técnicos e recursos financeiros para a sua concreta implementação, ou por falta de vontade política.

#### **4.3.1. A ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A GESTÃO INTEGRADA DA ZONA COSTEIRA**

Com o intuito de responder à Recomendação 2002/413/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de Maio de 2002 e à Recomendação 160/2005, do Conselho da Europa, que consubstancia a anterior, foi inicialmente elaborado o documento “Bases para a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional”, onde foram identificados e estabelecidos os princípios e objetivos fundamentais, bem como as opções estratégicas da Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional (MAOTDR, 2007a). Nessa altura, e estando em funções o XVII Governo de Portugal, era expressado no seu Programa a necessidade de uma visão estratégica integrada do litoral, sendo uma das suas prioridades o desenvolvimento de uma política integrada e coordenada para o Litoral, em articulação com a política do Mar. O Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), apresentava como uma das suas missões, consagradas na Lei Orgânica do respetivo Ministério “Definir a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional e garantir a sua execução e avaliação” (alínea j) do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro).

Cabia ao Instituto da Água, I. P. (INAG), organismo da administração indireta do Estado, como Autoridade Nacional da Água, executar as seguintes atribuições, no âmbito específico das zonas costeiras: “*Promover a elaboração e a execução da estratégia de gestão integrada da zona costeira, e assegurar a sua correcta aplicação ao nível regional*” e “*Assegurar as atribuições relativas à protecção e valorização das zonas costeiras*” (alíneas d) e j) do ponto 2 do artigo 17º do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro). Assim, e após a discussão pública das Bases para a Estratégia de gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, o Instituto da Água publicou, em Março de 2009, a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, com a missão de “(...) *garantir a adequada articulação e coordenação das políticas e dos instrumentos que asseguram o desenvolvimento sustentável da zona costeira*” (Instituto da Água, 2009, pág. 10).

A ENGIZC aponta como Visão a alcançar em 20 anos “*Uma zona costeira harmoniosamente desenvolvida e sustentável tendo por base uma abordagem sistémica e de valorização dos seus recursos e valores identitários, suportada no conhecimento científico e gerida segundo um modelo que*

articula instituições, coordena políticas e instrumentos e assegura a participação dos diferentes actores intervenientes” (Instituto da Água, 2009, pág. 33).

Foram estabelecidos como princípios fundamentais que a Estratégia deve observar, os seguintes (Instituto da Água, 2009, pág. 35):



- **“Sustentabilidade e solidariedade intergeracional**, promovendo a compatibilização em todo o território nacional entre o desenvolvimento sócio-económico, a conservação da natureza e da biodiversidade, num quadro de qualidade de vida das populações actuais e vindouras;
- **Coesão e equidade social**, assegurando o equilíbrio social e territorial e uma distribuição equilibrada dos recursos e das oportunidades, pelos diversos grupos sociais, classes geracionais, territórios e lugares;
- **Prevenção e precaução**, prevendo e antecipando os problemas e adoptando uma atitude cautelosa face ao défice de conhecimento ou à capacidade de intervenção, minimizando riscos ou impactos negativos;
- **Abordagem sistémica**, criando uma nova cultura de abordagem transversal, intersectorial, interdisciplinar, que permita uma visão integradora e prospectiva da zona costeira;
- **Suporte científico e técnico**, apoiando as decisões de medidas de ordenamento e gestão na compreensão dos fenómenos e na sua evolução dinâmica;
- **Subsidiariedade**, coordenando os procedimentos dos diversos níveis da Administração Pública, de forma a privilegiar o nível decisório mais próximo do cidadão;
- **Participação**, potenciando o activo envolvimento do público, das instituições e agentes locais e reforçando a consciência cívica dos cidadãos, através do acesso à informação e à intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão territorial;
- **Co-responsabilização**, assumindo a partilha da responsabilidade nas opções de gestão da zona costeira com a comunidade, os agentes económicos, os cidadãos e associações representativas, não só pelo princípio do poluidor - pagador e do utilizador - pagador, mas também pela procura de formas institucionais que permitam uma gestão mais próxima dos cidadãos e dos utentes da zona costeira;
- **Operacionalidade**, criando mecanismos legais, institucionais, financeiros e programáticos céleres, eficazes e com fontes de financiamento próprias, capazes de garantir a realização dos objectivos e das intervenções.”



Para que se possa alcançar a Visão preconizada, foram identificadas três grandes opções estratégicas, que se desdobram em quatro objetivos temáticos e quatro objetivos transversais, que, por sua vez apresentam 20 medidas. Assim, as opções estratégicas são (Instituto da Água, 2009, pág. 39):



- *“Um modelo de ordenamento e desenvolvimento da zona costeira que articule as dinâmicas sócio-económicas com as ecológicas na utilização dos recursos e na gestão dos riscos (abordagem ecossistémica);*
- *Um modelo institucional de GIZC alicerçado na articulação de competências, tendo por base a co-responsabilização institucional em torno de uma entidade coordenadora nacional;*
- *Um modelo de governança de GIZC assente na cooperação público-privado, que aposte na convergência de interesses através de parcerias para a gestão das zonas costeiras, incluindo a figura de associações de utilizadores, assumindo a co-responsabilização na partilha de riscos.”*

No quadro seguinte (quadro 14) apresentam-se as medidas identificadas e a sua correspondência para os diversos objetivos (temáticos e transversais) definidos.

**Quadro 14 – Medidas identificadas na Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras**

		CONSERVAR E VALORIZAR OS RECURSOS E O PATRIMÓNIO NATURAL, CULTURAL E PAISAGÍSTICO	ANTECIPAR, PREVENIR E GERIR SITUAÇÕES DE RISCO E DE IMPACTOS DE NATUREZA AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÓMICA	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ATIVIDADES CRIADORAS DE EMPREGO E GERADORAS DE RIQUEZA E DE USOS ESPECÍFICOS	DESENVOLVER O CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE OS ECOSISTEMAS E AS PAISAGENS COSTEIRAS	DESENVOLVER A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	REFORÇAR E PROMOVER A ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E A COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS E INSTRUMENTOS	DESENVOLVER MECANISMOS E REDES DE MONITORIZAÇÃO E OBSERVAÇÃO	PROMOVER A INFORMAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA
MEDIDAS		OBJETIVOS TEMÁTICOS				OBJETIVOS TRANSVERSAIS			
NORMATIVAS	M_01: Reforçar e promover um quadro normativo específico para a gestão da ZC	X	X	X	X		X		
	M_02: Incentivar e efetivar os mecanismos de gestão de utilização da zona costeira	X	X	X			X		
	M_03: Clarificar os procedimentos do licenciamento das principais atividades valorizadoras de recursos específicos exercidas na zona costeira			X			X		
TEMÁTICAS	M_04: Completar a constituição de uma rede coerente e integrada de áreas marinhas	X		X	X				
	M_05: Assegurar a implementação do programa de intervenção prioritária de valorização da zona costeira	X	X						
	M_06: Promover a gestão integrada dos recursos minerais costeiros		X				X		
	M_07: Identificar e caracterizar as áreas de risco e vulneráveis e tipificar mecanismo de salvaguarda		X				X		
	M_08: (Re)Avaliar a necessidade de intervenções “pesadas” de defesa costeira através da aplicação de modelos multicritérios		X				X		
	M_09: Incorporar nos planos de contingência os riscos específicos da zona costeira		X				X		
	M_10: Proceder ao inventário do domínio hídrico e avaliar a regularidade das situações de ocupação do domínio público marítimo	X	X				X	X	
	M_11: Integrar no quadro dos IGT a problemática da gestão integrada da ZC	X	X				X		
	M_12: Criar um quadro de referência estratégica para o desenvolvimento de atividades económicas de elevado valor acrescentado dirigidas à valorização dos recursos marinhos			X			X		
	M_13: Promover a criação de condições favoráveis ao acolhimento e ao desenvolvimento de atividades da náutica de recreio e de turismo costeiro sustentável			X			X		
	M_14: Promover publicações técnicas sobre as boas práticas para os usos e atividades sustentáveis da zona costeira	X	X	X			X		
	M_15: Criar a plataforma de conhecimento de I&D para a zona costeira	X	X	X	X	X	X	X	X
	M_16: Assegurar uma formação técnica adequada às exigências da GIZC		X		X				X
	M_17: Promover o desenvolvimento de mecanismos de cooperação entre estados e regiões em matéria de GIZC		X		X	X	X	X	

MEDIDAS		CONSERVAR E VALORIZAR OS RECURSOS E O PATRIMÓNIO NATURAL, CULTURAL E PAISAGÍSTICO	ANTECIPAR, PREVENIR E GERIR SITUAÇÕES DE RISCO E DE IMPACTOS DE NATUREZA AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÓMICA	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ATIVIDADES CRIADORAS DE EMPREGO E GERADORAS DE RIQUEZA E DE USOS ESPECÍFICOS	DESENVOLVER O CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE OS ECOSISTEMAS E AS PAISAGENS COSTEIRAS	DESENVOLVER A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	REFORÇAR E PROMOVER A ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E A COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS E INSTRUMENTOS	DESENVOLVER MECANISMOS E REDES DE MONITORIZAÇÃO E OBSERVAÇÃO	PROMOVER A INFORMAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA
		OBJETIVOS TEMÁTICOS				OBJETIVOS TRANSVERSAIS			
M	M_18: Desenvolver um programa nacional de monitorização dos sistemas costeiros, das comunidades bióticas e da qualidade ambiental	X	X	X			X	X	X
	M_19: Constituir a plataforma de cooperação que envolva instituições públicas e privadas e que seja um mecanismo para a interpretação da evolução da ZC	X	X	X	X	X	X	X	X
P	M_20: Desenvolver um programa de informação e sensibilização sobre a zona costeira	X	X	X	X	X	X	X	X

Legenda: M – Monitorização; P – Participação

Fonte: Instituto da Água, 2009

Para uma melhor concretização da ENGIZC, foi elaborada uma programação, onde se identificaram as prioridades de cada medida, classificadas da seguinte forma (INAG, 2009, pág. 77):



- “Prioridade 1 – medidas cujas principais ações são lançadas nos 3 primeiros anos embora possam ter execução e acompanhamento ao longo do período de vigência da ENGIZC;
- Prioridade 2 – medidas que incluem ações de curto e de médio/longo prazo;
- Prioridade 3 – medidas cujas principais ações ocorrem a médio/longo prazo, ficando sujeitas à avaliação prevista.”

No quadro seguinte (quadro 15) identificam-se as medidas da ENGIZC, consoante a prioridade definida.

**Quadro 15 – Medidas da ENGIZC consoante a prioridade**

Prioridade	Medida
<b>Prioridade 1</b>	M_01: Reforçar e promover um quadro normativo específico para a gestão da ZC
	M_02: Incentivar e efetivar os mecanismos de gestão de utilização da zona costeira
	M_04: Completar a constituição de uma rede coerente e integrada de áreas marinhas
	M_06: Promover a gestão integrada dos recursos minerais costeiros
	M_07: Identificar e caracterizar as áreas de risco e vulneráveis e tipificar mecanismo de salvaguarda
	M_09: Incorporar nos planos de contingência os riscos específicos da zona costeira
	M_11: Integrar no quadro dos IGT a problemática da gestão integrada da ZC
	M_15: Criar a plataforma de conhecimento de I&D para a zona costeira
<b>Prioridade 2</b>	M_17: Promover o desenvolvimento de mecanismos de cooperação entre estados e regiões em matéria de GIZC
	M_18: Desenvolver um programa nacional de monitorização dos sistemas costeiros, das comunidades bióticas e da qualidade ambiental
	M_19: Constituir a plataforma de cooperação que envolva instituições públicas e privadas e que seja um mecanismo para a interpretação da evolução da ZC
	M_20: Desenvolver um programa de informação e sensibilização sobre a zona costeira
	M_05: Assegurar a implementação do programa de intervenção prioritária de valorização da zona costeira
	M_08: (Re)Avaliar a necessidade de intervenções “pesadas” de defesa costeira através da aplicação de modelos multicritérios
	M_10: Proceder ao inventário do domínio hídrico e avaliar a regularidade das situações de ocupação do domínio público marítimo
	M_13: Promover a criação de condições favoráveis ao acolhimento e ao desenvolvimento de atividades da náutica de recreio e de turismo costeiro sustentável
<b>Prioridade 3</b>	M_03: Clarificar os procedimentos do licenciamento das principais atividades valorizadoras de recursos específicos exercidas na zona costeira
	M_12: Criar um quadro de referência estratégica para o desenvolvimento de atividades económicas de elevado valor acrescentado dirigidas à valorização dos recursos marinhos
	M_14: Promover publicações técnicas sobre as boas práticas para os usos e atividades sustentáveis da zona costeira
	M_16: Assegurar uma formação técnica adequada às exigências da GIZC

Fonte: Instituto da Água, 2009

É ainda referido nesta programação que “*As entidades envolvidas nas diversas medidas deverão, no âmbito das suas competências, assegurar os respectivos recursos técnicos e financeiros para a sua execução. Salienta-se que as medidas contempladas na ENGIZC traduzem uma nova forma de gerir a zona costeira, reorientando e potenciando sinergias existentes e estabelecendo metas comuns de actuação para um conjunto de entidades*” (Instituto da Água, 2009, pág. 77). Esta afirmação é muito importante, uma vez que assinala concretamente o modelo de governança que se pretende aplicar, ao identificar um coordenador da gestão costeira a nível nacional (INAG), mas que deve ser auxiliado pelos diversos sectores e grupos de interesse que têm influência sobre a zona costeira.

## 4.4. O TURISMO NACIONAL

### 4.4.1. INTRODUÇÃO

A importância do sector turístico no nosso país começou a ser sentida nos finais do séc. XIX e início do séc. XX, com a atividade termal. Esta era uma atividade muito procurada pelas classes sociais com maior poder económico sendo por isso uma atividade altamente seletiva e elitista (Arroteia, 1994). Também a procura de locais de veraneio ligados ao turismo de sol e praia, nomeadamente no Estoril, por estar próximo de Lisboa e Sintra e, ainda, o surgimento do turismo de culto religioso de Fátima, no início do séc. XX, possibilitaram que o sector do turismo em Portugal assumisse gradual e progressivamente, uma projeção internacional tornando-se, assim, numa atividade com grande destaque (Pina, 1988). Por estes motivos, e devido à posição favorável de Portugal, desde cedo este sector se revelou de grande importância estratégica para o desenvolvimento do país, pelo que, em 1911 foi constituído “*um Conselho de Turismo, coadjuvado por uma Repartição de Turismo*” (Pina, 1988, pág. 17), na dependência do Ministério do Fomento, e em 1975, a Secretaria de Estado do Turismo (ADTRC, 2002 e Arroteia, 1994).

Apesar das grandes potencialidades (sol, mar, praias, termas, paisagens, natureza, riqueza cultural, entre outras), o país encontrava-se desprovido das respetivas estruturas e equipamentos necessários para acolher os turistas. A capacidade de alojamento era diminuta e esparsa pelos principais centros urbanos, por algumas estâncias termais e algumas praias (ADTRC, 2002). As estradas e os meios de transporte eram também escassos, pelo que o país necessitava de ser provido de “*estruturas e equipamentos que atraíssem e fixassem o visitante*” (Pina, 1988, pág. 11), para que as riquezas naturais e socioculturais pudessem ser usufruídas da melhor forma.

O grande surto do desenvolvimento do turismo em Portugal foi sentido apenas a partir da década de 60 tendo sido considerado pela primeira vez como “*sector estratégico do crescimento económico*” (CST, 2001, pág. 24), no III Plano de Fomento (1968-1973). A partir desta altura, começou a ter relativo significado no conjunto de atividades nacionais.

Segundo os dados apresentados no PENT registou-se “*um crescimento anual nas receitas de 2,5% entre 2000 e 2004, atingindo os 6470 milhões de euros, o que equivale a 11% do PIB*” (MEI, 2007, pág. 15) nacional. O turismo é também uma das atividades com maior importância para o emprego nacional “*representando 10,2% da população activa em 2004*” (MEI, 2007, pág. 16). Com este plano (PENT), o Governo Português ambiciona desenvolver o sector do turismo, prevendo que em 2015 este sector contribua com “*mais de 15% do PIB e 15% do emprego nacional*” (MEI, 2007, pág. 6).

São quatro as principais razões que levam a considerar o turismo uma das atividades económicas mais importantes em Portugal (ADTRC, 2002):



- “Elevado potencial de desenvolvimento superior ao ritmo de crescimento da economia global;
- Renovação de uma territorialidade reforçada perante a ameaça de diluição ao nível europeu e mundial numa economia em globalização crescente e simultaneamente sem riscos de deslocalização;
- Efeito dinamizador evidente ao nível local, regional e mesmo nacional;
- Elevado efeito multiplicador de fileira com grande conexão de diferentes atividades.”

Tal como referia Lopes (2010, pág. 85) “As potencialidade do sector do turismo são uma componente estratégica de primeira importância para a reformulação do modelo de desenvolvimento económico de Portugal, sendo este sector, enquanto articulação complexa de múltiplas plataformas de serviços, com uma gama muito larga de qualificações, uma oportunidade de inovação empresarial, uma oportunidade de investimento e de construção de equipamentos, uma possibilidade de atracção de emprego para diferentes graus de qualificação e de especialização, além da articulação que exige, e consequente desenvolvimento de outros sectores económicos que lhe servem de suporte a montante e a jusante.”

Portugal possui uma excelente posição geográfica e uma variedade de paisagens naturais e de património cultural que lhe conferem um estatuto de grande vocação para o sector do turismo. Lopes (2010, pág. 18) evidenciava esse facto ao referir que “Portugal tem condições únicas para o turismo, quer ao nível dos seus recursos físicos (património, cultural, religioso, paisagístico e ambiental), permitindo a vivência de várias experiências distintas num curto espaço geográfico e de tempo, quer ao nível dos seus recursos intangíveis, como por exemplo os seus conteúdos históricos e a inteligência relacional dos portugueses.” Este facto permite que Portugal possua grandes aptidões para o desenvolvimento de um conjunto diversificado de “produtos” turísticos, tais como Turismo no Espaço Rural, Turismo de Natureza, Turismo Cultural e obviamente o Turismo de Sol e Mar. Por estas razões, o Turismo tem vindo a ser apontado pelos últimos governos como um sector estratégico do modelo de desenvolvimento económico do nosso país, sendo esta importância reconhecida em vários documentos oficiais ao longo dos últimos anos. Não obstante, e apesar de existir uma secretaria de estado do Turismo, este é um sector, que pela sua abrangência, necessita de uma forte articulação com outras áreas de ação governativa, pois existe uma relação de mutualismo entre o turismo e áreas como o ordenamento do território, os transportes, o ambiente, o mar, o emprego, o desporto, entre outros.

O Programa do XIX Governo de Portugal refere que a estratégia para o turismo se consubstancia “na diferenciação e autenticidade do serviço e do produto, com presença numa combinação de mercados que reduzam as debilidades actuais de concentração em mercados e produtos, através da incorporação de elementos de inovação, eficiência na gestão dos recursos financeiros e regulação da atividade, com vista ao reforço da competitividade e massa crítica dos agentes económicos na cena internacional” (PCM, 2011, pág. 51). Para tal, o Governo Português pretende implementar um conjunto de medidas que reforcem a atratividade do sector turístico, nomeadamente pela criação de “mecanismos e instrumentos de apoio às empresas turísticas”, pela “articulação de políticas com o ordenamento do espaço, o ambiente, os transportes, a saúde, o mar e a cultura”, apostando, para tal, na “Marca Portugal”, a ser difundida em mercados estratégicos e ainda “promover novos conteúdos de valorização do destino Portugal em cooperação com as indústrias criativas, com base na história, valores partilhados e autenticidade do produto turístico” (PCM, 2011, pág. 52).

Esta situação já era constatada por Lopes (2010) que referia que “o Estado tem um papel fundamental e único numa economia de serviços e, com certeza, na Constelação do Turismo: o de criador de condições para que os agentes económicos possam operar, isto é, o de facilitador, mas também o de regulador.” É assim importante que haja uma estreita relação entre os sectores público e privado, criando assim sinergias para que o desenvolvimento do turismo possa contribuir para um maior desenvolvimento sustentável do nosso país.

#### **4.4.2. DO PLANO NACIONAL DE TURISMO AO PENT – PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO**

Tal como tem vindo a ser referido, o sector do turismo em Portugal é considerado como motor de um processo de desenvolvimento integrado já que é gerador de infraestruturas, equipamentos, atividades e empregos, proporcionando a dinamização das atividades económicas locais, regionais e nacionais. O turismo apresenta-se, assim, como um sector estratégico de grande importância para o desenvolvimento económico de Portugal. Gerador de grande riqueza e emprego, com efeitos multiplicadores noutros sectores da economia, o seu desenvolvimento deve ser feito tendo em consideração os princípios da sustentabilidade.

Apesar da importância do turismo em Portugal começar a ser sentida no início do séc. XX, apenas em 1986 foi aprovado o primeiro Plano Nacional de Turismo (1986-1989), que visava, fundamentalmente “a contribuição para a atenuação dos défices cambiais; o ordenamento turístico do território; o incremento do turismo interno, como factor de melhoria da qualidade de vida dos residentes e a necessária preservação e valorização do património cultural e natural do País. Para alcançar tais desígnios, o Plano propõe-se actuar concertadamente nas diversas áreas-chave em que a



*indústria se movimenta: ordenamento territorial; termalismo; animação; estruturas administrativas, centrais e regionais; formação profissional; investimento e promoção.” (Pina, 1988, pág. 188)*

Como mencionava Arroteia (1994, pág. 79), o Plano Nacional do Turismo referia que o desenvolvimento do turismo em Portugal impunha que todas as ações a desenvolver se subordinassem aos seguintes princípios:



- “O crescimento do turismo terá de ser compatível com o desenvolvimento equilibrado das estruturas de apoio e de enquadramento;
- O turismo português assentará a base do seu desenvolvimento na defesa intransigente da qualidade da oferta;
- A recuperação das zonas com potencialidades de aproveitamento turístico, bem como o desenvolvimento das insuficientemente aproveitadas, será tarefa prioritária;
- A oferta turística de equipamentos será reorganizada e assentará na diversificação e no seu melhor ordenamento;
- A promoção turística será orientada de forma a diversificar mercados e aumentar receitas turísticas;
- O esforço de desenvolvimento turístico terá como pressuposto a participação das populações locais.”

Apesar da existência deste plano e da identificação dos principais objetivos que se pretendiam atingir com a implementação do mesmo, verificou-se que não houve uma aplicação concreta das medidas descritas, sendo que, até 2006 nunca se realizou qualquer estratégia que tivesse como objetivo a aposta concreta no desenvolvimento deste sector. Foram sendo definidas algumas medidas que pretendiam promover o destino Portugal, mas sem a aposta numa estratégia coerente, com a inclusão de objetivos específicos que se pretenderiam atingir ao desenvolver este sector.

No entanto, foram vários os autores que destacaram a importância da definição de uma política clara para o turismo. Destaca-se a opinião de Costa (2001, pág. 70), referindo ser necessário “uma aposta na criação de uma política polarizada, estruturada e coerente para a área do turismo, e que a mesma seja operacionalizada em acções convergentes em áreas como: promoção, licenciamento de novas unidades e formas de turismo com ofertas diversas (...); ordenamento sistematizado e coerente do território; formação de recursos humanos; consolidação do investimento nas áreas de maior ocupação turística; e estímulo a novas formas de investimento que permitam a expansão sustentada e sustentável do tecido empresarial, nomeadamente ao nível de áreas menos desenvolvidas.”

Apesar de ser considerado um sector estratégico apenas em 2006 é que foram apresentadas as Linhas Orientadoras do Plano Estratégico Nacional de Turismo (quadro 16). As linhas orientadoras apresentadas identificavam a atividade turística como estratégica para Portugal e de “vital importância para o projecto de desenvolvimento sócio-económico traçado para o nosso país” (Secretário de Estado do Turismo, 2006). Além disso, e como é referido pela SAER (2005, pág. 49) “(...) o sector do turismo tem uma importância singular porque é diversificado nas suas competências (permitindo ocupar múltiplas valências profissionais), porque é gerador de um volume considerável de emprego (o turismo como “oferta de sociedade” envolve uma parte significativa da população), porque é um indutor de mudança de comportamentos com relevância para os resultados económicos (porque implica a valorização da óptica do cliente como factor central de orientação dos comportamentos económicos) e porque pode, pela via da internacionalização, ganhar uma autonomia que o torne um sector motor da modernização económica.”

**Quadro 16 – Linhas Orientadoras do PENT (2006-2015)**

Linhas Orientadoras do PENT		Objetivo geral
1	<b>Mercados Emissores</b>	Apostar na captação de turistas de 20 mercados emissores internacionais e no desenvolvimento do turismo interno
2	<b>Estratégia de Produtos</b>	Consolidar e desenvolver 10 produtos turísticos estratégicos
3	<b>Linhas orientadoras para as regiões</b>	Desenvolver ofertas distintivas para as regiões capitalizando na vocação natural de cada região e desenvolvendo fatores de qualificação
4	<b>Linhas de orientação para os pólos de desenvolvimento turístico</b>	Desenvolver seis pólos turísticos para diversificar a oferta turística e Portugal e implementar um modelo de desenvolvimento sustentado
5	<b>Acessibilidades aéreas</b>	Reforçar as acessibilidades aéreas às cidades e regiões com maior potencial turístico em cada mercado emissor
6	<b>Eventos</b>	Dinamização de um calendário nacional de eventos que assegure a notoriedade do destino e o enriquecimento da experiência do turista
7	<b>Enriquecimento da oferta</b>	Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística
8	<b>Qualidade urbana, ambiental e paisagística</b>	Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística uma componente fundamental do produto turístico para valorizar/qualificar o destino Portugal
9	<b>Qualidade de serviço e de recursos humanos</b>	Reforçar a qualidade do turismo através da implementação de um sistema de qualidade turística e da formação e valorização dos recursos humanos
10	<b>Promoção e distribuição</b>	Implementar uma abordagem inovadora na promoção e distribuição
11	<b>Atuação dos agentes públicos e privados</b>	Promover a eficácia e modernização da atuação dos agentes públicos e privados

Fonte: Decreto-Lei n.º 67/2008, de 10 de Abril

A aposta do governo centra-se na diversificação, dinamização e inovação do sector turístico, apostando por isso em formas de turismo sustentável, mas que sejam rentáveis em termos económicos. Como tal, foi referido pelo Secretário de Estado do Turismo que “Portugal só conseguirá impor-se se tiver uma oferta de Excelência, diferenciadora e afirmativa do país como um

dos principais destinos turísticos de bem-estar e qualidade da Europa” (SET, 2006, pág. 3). Assim, em 2007, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de Abril, são aprovados os objetivos e linhas de desenvolvimento do Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), desenvolvido para o horizonte temporal 2006-2015, sendo o Instituto de Turismo de Portugal responsável pela sua implementação e pela articulação entre as entidades públicas para a sua concretização (RCM n.º 53/2007).

Sendo Portugal um destino que apresenta grandes mais-valias para o sector do turismo, a aposta do PENT é realizada em vários produtos estratégicos como potenciadores do desenvolvimento e crescimento do turismo:



SOL E MAR	TOURING CULTURAL E PAISAGÍSTICO
CITY BREAK	TURISMO DE NEGÓCIOS
TURISMO DE NATUREZA	TURISMO NÁUTICO
SAÚDE E BEM-ESTAR	GOLFE
RESORTS INTEGRADOS E TURISMO RESIDENCIAL	GASTRONOMIA E VINHOS

Estes produtos foram escolhidos “atendendo à competitividade actual e potencial de Portugal e ao possível contributo de cada um para os objectivos estratégicos do sector e do País” (SET, 2006, pág. 5). É pretendido com o PENT que o turismo dê um contributo significativo para o desenvolvimento sustentável do país, através da “melhoria da qualidade de vida dos Portugueses” e “promoção da coesão territorial e identidade nacional enquanto recurso indutor de inúmeras actividades com ele [turismo] relacionadas” (RCM n.º 53/2007).

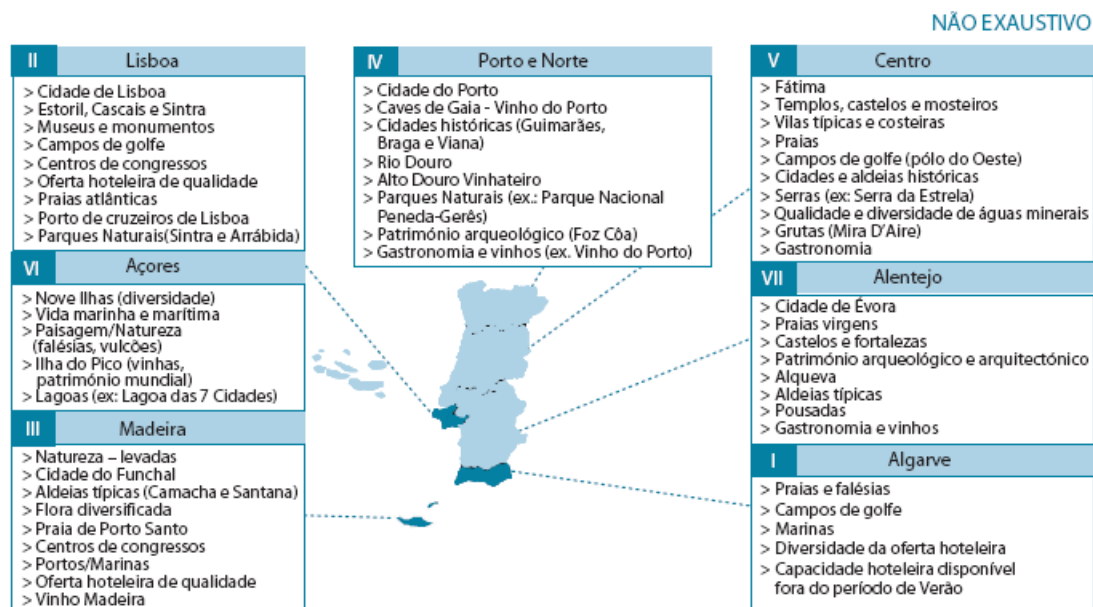
Como visão estratégica é referida no PENT que “Portugal deverá ser um dos destinos de maior crescimento na Europa, através do desenvolvimento baseado na qualificação e competitividade da oferta, transformando o sector num dos motores de crescimento da economia nacional”. (MEI, 2007, pág. 5). Para isso, propõe objetivos específicos para cada uma das regiões, que a seguir sumarizamos (quadro 17).

**Quadro 17 – Objetivos específicos por região turística**

Região	Objetivos específicos
<b>Algarve</b>	Requalificação do sector “efectuando-se uma aposta no Sol e Mar multi-segmentado, e na redução da sazonalidade potenciada pela aposta no Turismo de Negócios e no Golfe. Pretende-se ainda aumentar a diversidade, desenvolvendo outros produtos e potenciar Resorts Integrados com oferta hoteleira de referência internacional” (pág. 49)
<b>Lisboa</b>	Tornar-se “a montra de um Portugal moderno, autêntico, diverso e dinâmico, prevendo-se que o crescimento seja suportado pelo aumento dos turistas de lazer (City Break) e negócios e pelo cross selling com o Oeste e o Alentejo. No que diz respeito à oferta hoteleira de topo, pretende-se aumentar a especialização e a diversificação” (pág. 50)
<b>Madeira</b>	Considerada como um “destino maduro e reconhecido internacionalmente” (pág. 50), pelo que a aposta se centra numa qualificação dos seus recursos e desenvolvimento do destino Porto Santo.
<b>Porto e Norte</b>	“Pretende-se que o Turismo [na região] cresça em quantidade e valor. Os objectivos passam por um incremento significativo do Turismo de lazer na cidade do Porto e pelo desenvolvimento e protecção da região do Douro, onde se pretende um crescimento em quantidade acompanhado por um aumento do valor. Por outro lado, o produto Turismo de Negócios deverá reduzir a sazonalidade da região.” (pág. 51)
<b>Região Centro</b>	O turismo “deverá crescer em número de turistas e em valor. A estratégia prevê o cross selling com a região de Lisboa e do Porto e Norte. A atracção de turistas estrangeiros será feita através dos produtos Touring e Turismo de Natureza.” (pág. 52)
<b>Açores</b>	A aposta é o crescimento “em número de turistas e em valor, acompanhado da diversificação de Mercados. O Turismo de Natureza e Saúde e Bem-estar são os produtos de aposta desta região”. (pág. 53)
<b>Alentejo</b>	Apresenta-se como principal objetivo “crescer em número de turistas e sobretudo em valor, potenciando o cross selling com Lisboa. Pretende-se que o destino esteja associado ao contraste entre tranquilidade e diversão saudável. No que diz respeito aos produtos, o crescimento da região deve ser alavancado no Touring, Sol e Mar e Golfe”. (pág. 54)

Fonte: MEI, 2007

Os principais recursos por região podem ser visualizados na figura que se segue (figura 11).

**Figura 11 – Principais recursos por região, segundo o PENT**

Fonte: MEI, 2007

Os objetivos apresentados para cada uma das regiões têm como principal finalidade diminuir a sazonalidade existente e assegurar um crescimento sustentável do Turismo Nacional. Desta forma, é pretendido que todas as regiões sejam potenciadas, apostando nas singularidades que as distinguem, mas trabalhando sempre em conjunto. Só tendo em conta estas singularidades, o turismo poderá assumir “*um peso cada vez mais elevado na economia, tornando-se num dos principais motores de desenvolvimento*” (MEI, 2007, pág. 56) do nosso país.

Como já foi referido, foram selecionados 10 produtos turísticos estratégicos de acordo com as potencialidades e especificidades do nosso país (quadro 18). É, no entanto, importante identificar as principais estratégias para cada um deles, de forma a melhor se compreender os seus objetivos. Sendo assim, as principais estratégias para os produtos são (MEI, 2007).

**Quadro 18 – Principais estratégias identificadas para cada Produto Turístico Estratégico**

Produto turístico estratégico	Principais estratégias
<b>Sol e Mar</b>	“Requalificar o produto Sol e Mar, em especial no Algarve, e apostar em ofertas complementares que reforcem a proposta de valor para o turista”, uma vez que Portugal possui uma extensa costa e praias de elevada qualidade. No entanto, há uma necessidade de se requalificar determinadas regiões costeiras que se encontram em declínio, e aproveitar as potencialidades ainda não exploradas, atuando sempre tendo em atenção a proteção e conservação da orla costeira;
<b>Touring Cultural e Paisagístico</b>	“Potenciar a diversidade concentrada de recursos atractivos a curtas distâncias, face a outros destinos, para desenvolver o Touring Cultural e Paisagístico”, uma vez que Portugal possui riquezas culturais e paisagísticas únicas e de fácil acessibilidade, mas que necessitam de ser exploradas em termos turísticos
<b>City Break</b>	“Melhorar a acessibilidade a Lisboa e Porto, assim como a experiência do turista no Porto, desenvolvendo assim o produto City Break”, já que este produto está em crescimento a nível internacional, e estas duas cidades apresentam especificidades interessantes para o sector do turismo
<b>Turismo de Negócios</b>	Desenvolver o Turismo de Negócios pelo volume de viagens que representa e por contribuir para a redução da sazonalidade dos destinos
<b>Turismo de Natureza</b>	Desenvolver o Turismo de Natureza, que “apresenta lacunas de infra-estruturas e falta de experiência e know how”, criando assim uma oferta que respeite o ambiente
<b>Golfe</b>	Consolidar a forte projeção internacional de Portugal como destino de Golfe, sendo o destino de referência a nível europeu
<b>Turismo Náutico</b>	Apostar no Turismo Náutico, desenvolvendo infraestruturas de suporte, especialmente para os 3 segmentos – cruzeiros, iates e marítimo-desportivo
<b>Resorts Integrados e Turismo Residencial</b>	Desenvolver os Resorts Integrados e Turismo Residencial, principalmente nas regiões com menor expressão turística como o Alentejo e o Oeste, crescendo “em qualidade e não em quantidade, não confundindo Turismo Residencial com negócio imobiliário”
<b>Turismo de Saúde e Bem-Estar</b>	Desenvolver o Turismo de Saúde e Bem-Estar, alavancando o potencial dos Açores e da Madeira para o desenvolvimento de ofertas distintivas, aproveitando também o segmento das termas com forte afirmação no Centro e Norte de Portugal, criando infraestruturas mais modernas e mais convidativas aos turistas
<b>Gastronomia e Vinhos</b>	Tornar Portugal um destino de excelência do produto Gastronomia e Vinhos, beneficiando das condições do Douro e do Alentejo, sendo necessário adequar a oferta ao turista e apostar na animação das caves

Fonte: MEI, 2007

Para que o turismo em Portugal se assuma como uma atividade com forte notoriedade a nível internacional, é importante “*reforçar a qualidade do Turismo português ao longo dos ‘momentos de verdade’ através da implementação de um sistema de qualidade turística, e da formação e valorização dos recursos humanos*” (MEI, 2007, pág. 99) adequando esta formação às necessidades do sector, ou seja, é necessário trabalhar para o serviço ao turista, fazendo com que este se sinta bem quando visita Portugal, permanecendo a vontade de voltar e de levar recordações que possam divulgar o nosso país através do ‘passa-a-palavra’.

É também fundamental que a qualidade do serviço oferecido seja controlada e monitorizada, certificando que as entidades com ligação ao turismo cumprem os padrões exigidos, através do lançamento do programa de qualidade “*Qualidade Portugal – que fala da certificação ao longo de toda a cadeia de valor das empresas que cumpram standards de qualidade de serviço*” (MEI, 2007, pág. 100).

Outro fator relevante para que o turismo de Portugal se afirme positivamente é a promoção e distribuição do destino Portugal. Assim é importante fazer uma divulgação do nosso país, focando principalmente as características que nos diferenciam dos outros países e as especificidades que os turistas podem encontrar quando nos visitam. Esta divulgação deve ser feita por vários meios, nomeadamente divulgação nos mercados emissores e potenciais mercados emissores, e ainda através da internet, desenvolvendo e reforçando os sites do setor do turismo de Portugal.

No que diz respeito à atuação dos agentes públicos e privados do sector do turismo é essencial: “*optimizar a eficácia do relacionamento entre as empresas e o Estado através da criação de um ponto de contacto único para a comunicação entre o empresário e o Estado e da revisão do processo de licenciamento dos projectos turísticos*”; “*aumentar o conhecimento disponível do sector, monitorizando a actividade turística e aprofundando a informação dos mercados/segmentos de origem e do posicionamento de Portugal*”; “*promover a inovação do sector através do estímulo à investigação e desenvolvimento e à adopção de práticas inovadoras pelas empresas*”; e ainda “*criar condições para a modernização da gestão empresarial, potenciando o acesso a canais digitais e a técnicas de gestão de capacidade e serviço pelas empresas*”. (MEI, 2007, págs. 108 e 109).

Em Agosto de 2009, através do Decreto-Lei n.º 191/2009, de 17 de Agosto, foi finalmente aprovada a Lei de Bases do Turismo que “*estabelece as bases das políticas públicas de turismo, enquanto sector estratégico da economia nacional, e define os instrumentos para a respectiva execução*” (artigo 1º). São definidos nesta Lei de Bases os princípios gerais por quais as políticas públicas do turismo se devem reger, nomeadamente (artigos 4º, 5º e 6º do Decreto-Lei n.º 191/2009, de 17 de Agosto):



- Princípio da sustentabilidade – refere a necessidade de adotar políticas que fomentem “A fruição e a utilização dos recursos ambientais com respeito pelos processos ecológicos, contribuindo para a conservação da natureza e da biodiversidade; O respeito pela autenticidade sociocultural das comunidades locais, visando a conservação e a promoção das suas tradições e valores; A viabilidade económica das empresas como base da criação de emprego, de melhores equipamentos e de oportunidades de empreendedorismo para as comunidades locais.
- Princípio da transversalidade – refere a necessidade de articulação com as diferentes políticas sectoriais que influenciam o turismo “nomeadamente nos domínios da segurança e da protecção civil, do ambiente, do ordenamento do território, dos transportes e das acessibilidades, das comunicações, da saúde e da cultura”
- Princípio da competitividade – evidencia a necessidade de adoção de diferentes políticas que permitam uma maior competitividade do turismo em Portugal, sendo de destacar as “políticas de ordenamento do território que potencializem os recursos naturais e culturais como fontes de vantagem competitiva para os destinos e produtos turísticos”.

Esta Lei de Bases vem assim enquadrar a estratégia identificada no PENT e definir as áreas de atuação da Política Nacional do Turismo. Com o propósito de definir novos objetivos (nomeadamente os respeitantes aos indicadores de dormidas e receitas, tendo em conta a conjuntura económica atual) e de estabelecer uma nova organização administrativa das diferentes entidades regionais de turismo, foi recentemente aprovada a revisão do Plano Estratégico Nacional do Turismo para 2013-2015, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de Abril. A revisão do PENT tem em consideração a estratégia definida anteriormente para o desenvolvimento do turismo nacional, pretendendo enfatizar a marca “Destino Portugal”, de forma a agregar as várias ofertas existentes e contribuir para a coesão territorial e reforço da identidade nacional. São reforçadas e atualizadas as ideias-chave já identificadas na primeira versão do PENT, nomeadamente: “Clima e Luz”, “História, Cultura, Tradição e Mar”, “Hospitalidade”, “Diversidade Concentrada”, “Segurança” e “Paisagem e Património Natural” (RCM n.º 24/2013, de 16 de Abril). É também reforçada a questão da sustentabilidade, surgindo nesta revisão como o eixo central da nova visão do PENT (RCM n.º 24/2013, de 16 de Abril):



*“A nova visão tem como eixo central a sustentabilidade de Portugal enquanto destino turístico, a par da qualidade do serviço, da competitividade da oferta e da criação de conteúdos autênticos e experiências genuínas de acordo com as tendências identificadas na procura.”*

Neste sentido, são identificados vários níveis de sustentabilidade, com o objetivo de estimular efeitos positivos do desenvolvimento da atividade turística e diminuir os negativos, quer para as regiões, quer para as populações e comunidades locais (RCM n.º 24/2013, de 16 de Abril):



- *“Da sustentabilidade do desenvolvimento, fomentando o empreendedorismo e o desenvolvimento de fileiras relacionadas e potenciando a interação com as comunidades locais e as suas atividades produtivas;*
- *Da sustentabilidade económica do setor via qualificação dos recursos humanos e do produto;*
- *Da aposta na inovação e desenvolvimento de um modelo de gestão da sazonalidade;*
- *Do urbanismo, valorizando a autenticidade, pela conservação e valorização do património, e intervindo em áreas públicas e exteriores;*
- *Da sustentabilidade do ambiente, apostando na utilização racional dos recursos naturais e na valorização do património natural;*
- *Das paisagens naturais e culturais, focando na relação entre o turista e o espaço, região e comunidades da envolvente, contribuindo para a experiência global da visita.”*

Destaca-se, ainda, a constatação assumida da transversalidade que o sector do turismo aufere sendo identificada a necessidade de articulação do turismo com outras áreas de governação, nomeadamente ordenamento do território, ambiente, desenvolvimento rural, património cultural, saúde, desporto, infraestruturas e transporte aéreo (RCM n.º 24/2013, de 16 de Abril), além de um acompanhamento “por corretos mecanismos de coordenação” (RCM n.º 24/2013, de 16 de Abril), enfatizando-se assim a necessidade de uma gestão integrada nas áreas de desenvolvimento turístico. Neste âmbito é criada a Comissão de Orientação Estratégica do Turismo (COET), constituída pelos diversos ministros (Primeiro-ministro, Ministros de Estado e das Finanças, de Estado e dos Negócios Estrangeiros, da Administração Interna, da Economia e do Emprego, da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, da Saúde, da Educação e Ciência e membros dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira responsáveis pela área do turismo).



No que diz respeito à organização administrativa e territorial do sector do turismo são reconhecidas cinco Entidades Regionais de Turismo, correspondentes à NUTS II atualmente existentes. É apresentado um modelo de estrutura organizativa destas entidades, tendo em conta três grandes áreas: Direção, Desenvolvimento do Destino e Marketing & Venda (RCM n.º 24/2013, de 16 de Abril). Os produtos estratégicos identificados como prioritários de desenvolvimento seguem a mesma linha estratégica definida no PENT 2006-2015, existindo apenas ligeiras alterações, de forma a estruturar-se uma melhor valorização dos produtos identificados (quadro 19).

**Quadro 19 – Objetivos definidos para cada produto turístico estratégico (PENT 2013-2015)**

<b>Produto Turístico Estratégico</b>	<b>Objetivos</b>
<b>Sol e Mar</b>	<i>“Valorizar o sol e mar, melhorando as condições dos recursos, equipamentos, serviços e envolvente paisagística dos principais clusters, e assegurar a integração com outras ofertas complementares que enriqueçam a proposta de valor.”</i>
<b>Circuitos turísticos religiosos e culturais</b>	<i>“Reforçar os circuitos turísticos religiosos e culturais, segmentando-os para as vertentes generalista e temática. Individualizar o turismo religioso, conferindo-lhe um papel estratégico. Nos circuitos turísticos culturais, valorizar o relevante espólio existente ao nível do património classificados pela UNESCO, património artístico, militar, científico, industrial, etc. (...) Formatar itinerários que valorizem e integrem este património e incentiva a criação de experiências de turismo rural que qualifiquem e diversifiquem as ofertas.”</i>
<b>Estadias de curta duração em cidade</b>	<i>“Dinamizar estadias de curta duração em cidade, integrando recursos culturais, propostas de itinerários e oferta de experiências, incluindo eventos, que promovam a atratividade das cidades e zonas envolventes.”</i>
<b>Turismo de Negócios</b>	<i>“Desenvolver o turismo de negócios qualificando infraestruturas e estruturas de suporte, no reforço da captação proactiva de eventos e no desenvolvimento criativo de ofertas que contribuam para proporcionar experiências memoráveis aos participantes.”</i>
<b>Golfe</b>	<i>“Incentivar a promoção do Algarve como destino de golfe de classe mundial e dar maior visibilidade à área de influência de Lisboa.”</i>
<b>Turismo de Natureza</b>	<i>“Estruturar a oferta de turismo de natureza, nomeadamente através da contemplação e fruição do meio rural (turismo rural) e também de segmentos mais ativos, como passeios (a pé, de bicicleta ou a cavalo), de observação de aves ou do turismo equestre, melhorando as condições de visitação e a formação dos recursos humanos.”</i>
<b>Turismo Náutico</b>	<i>“Desenvolver o turismo náutico nos segmentos da náutica de recreio e do surfing, qualificando as infraestruturas para responder a uma procura crescente e dinamizando as atividades conexas.”</i>
<b>Turismo Residencial</b>	<i>“Consolidar os investimentos e garantir elevados padrões de qualidade em novos projetos de turismo residencial, produto de relevância estratégica acrescida, clarificando incentivos e procedimentos para a instalação em Portugal de indivíduos de nacionalidade estrangeira.”</i>
<b>Turismo de Saúde</b>	<i>“Qualificar a oferta de turismo de saúde, com vista ao desenvolvimento e crescimento deste produto de relevância estratégica para Portugal, nas componentes médica, termalismo, spa e talassoterapia, estimulando a estruturação e a promoção conjunta das valências médica e turística.”</i>
<b>Gastronomia e Vinhos</b>	<i>“Promover a riqueza e a qualidade da gastronomia e vinhos como complemento da experiência turística, estimulando a aplicação da marca/conceito «Prove Portugal» em produtos, equipamentos e serviços.”</i>

Fonte: PENT 2013-2015 (RCM n.º 24/2013, de 16 de Abril)

Toda a estratégia é alicerçada no desenvolvimento do mercado externo, uma vez que é assumido que este desenvolvimento irá beneficiar de igual forma o mercado interno, ao concentrar esforços na valorização e promoção concreta do “Destino Portugal” em função das características das diversas regiões turísticas (quadro 20).

Quadro 20 – Matriz de produtos vs. destinos

Produto Região	Sol e Mar	Circuitos turísticos religiosos e culturais	Estadias de curta duração em cidade	Turismo de Negócios	Golfe	Turismo de Natureza	Turismo Náutico	Turismo Residencial	Turismo de Saúde	Gastronomia e Vinhos
Algarve	P	C		D	P	D (obs. aves)	D (náutica de recreio e surfing)	P	C (spa/talass.) D (t. médico)	C
Lisboa (região)	C	P (inclui touring religioso e peregrinações)			D	C (passeios) D (t. equestre; obs. aves)	D (náutica de recreio e surfing)	D	C (spa/talass.)	C
Lisboa (cidade)		Short breaks	P	P					E (t. médico)	C
Madeira	D	P			C	P (passeios)	D (náutica de recreio) E (surfing)	E	C (spa/talass.)	C
Norte (região)		P (inclui touring religioso)			C	D (passeios) D (t. equestre)	E (náutica de recreio e surfing)		P (termas) C (spa/talass.)	C
Porto (cidade)		Short breaks	D	D					P (termas) E t. médico) C (spa/talass.)	C
Centro	C	P				D (passeios)	E (surfing)		P (termas) E (t. médico) C (spa/talass.)	C

Produto Região	Sol e Mar	Circuitos turísticos religiosos e culturais	Estadias de curta duração em cidade	Turismo de Negócios	Golfe	Turismo de Natureza	Turismo Náutico	Turismo Residencial	Turismo de Saúde	Gastronomia e Vinhos
Alentejo	C	P				D (t. equestre) D (obs. aves)	D (surfing)	E		C
Açores		D				P (passeios) D (obs. aves)	D (náutica de recreio) E (surfing)			C

P

Produto Consolidado

- Oferta organizada, procura primária e objeto de promoção externa

D

Produto em Desenvolvimento

- Oferta em estruturação, procura primária e objeto de promoção externa

C

Produto Complementar

- Valoriza e enriquece a oferta e corresponde à satisfação de uma motivação secundária de viagem

E

Produto Emergente

- Requer estruturação para atuação no médio prazo

Fonte: PENT 2013-2015 (RCM n.º 24/2013, de 16 de Abril) (adaptado)

A revisão do PENT apresenta 8 programas de desenvolvimento materializados em 40 projetos (quadro 21) sendo identificado para cada um “o fundamento e as atividades a desenvolver” (RCM n.º 24/2013, de 16 de Abril).

**Quadro 21 – Programas e Projetos do PENT 2013-2015**

Programas	Projetos
<b>Promoção e Venda</b>	Ancorar a comunicação nas pessoas e no propósito do Destino Portugal
	Alinhar a estratégia de comunicação do turismo nacional com as novas tendências
	Lançar um novo modelo de intervenção nos mercados alvo
	Implementar um programa de marketing dirigido aos agentes que organizam e distribuem o produto no mercado
	Diversificar a carteira de mercados turísticos para Portugal
<b>Conteúdos e Experiências</b>	Desenvolver conteúdos e estratégias de comunicação
	Incentivar a criação de experiências inovadoras e o empreendedorismo
<b>Produtos Estratégicos</b>	Sol e mar – qualificação do produto e enriquecimento da proposta de valor
	Circuitos turísticos religiosos e culturais – reforçar o desenvolvimento de experiências turísticas que destaquem a diversidade do património religioso e cultural
	Estadias de curta duração em cidade – melhorar as centralidades e enriquecer a oferta
	Turismo de negócios – promover a oferta de serviços e infraestruturas
	Golfe – incentivar a promoção de Portugal como destino de golfe de classe mundial
	Turismo de natureza – qualificar os recursos e os agentes em segmentos com potencial de diferenciação
	Turismo náutico – desenvolver a oferta de atividades náuticas
	Turismo residencial – promover a oferta existente e facilitar o acesso à informação por cidadãos estrangeiros
	Turismo de saúde – tornar Portugal num destino de excelência internacional para o produto
	Gastronomia e vinhos – enriquecer a experiência turística por via da gastronomia e vinhos nacionais
<b>Destinos Turísticos</b>	Desenvolver rotas aéreas de interesse turístico – initiative.pt 2.0
	Desenvolver o turismo marítimo e implementar um projeto para captação de cruzeiros (Cruise Portugal)
	Implementar um projeto para a captação de estágios desportivos
	Desenvolver o turismo militar
	Desenvolver o turismo científico
	Reforçar a competitividade do destino Algarve
	Desenvolver destinos turísticos sustentáveis
	Promover a implementação de sistemas de qualidade no sector do turismo
	Tornar Portugal num destino acessível para todos
	Promover a simplificação de processos e a redução de custos de contexto
<b>Capacitação Financeira e Modernização</b>	Consolidar a estrutura financeira das empresas
	Qualificar as empresas por via da modernização
	Valorizar a oferta turística
<b>Qualificação e Emprego</b>	Organizar a educação e a formação para o sector do turismo
	Desenvolver as profissões estratégicas para o turismo
	Proporcionar uma base de formação comum e transversal para os profissionais do turismo
	Qualificar outros profissionais para o turismo e a interação com o turista
	Promover o emprego jovem no sector do turismo
<b>Plataformas e Canais de Distribuição</b>	Disseminar o conhecimento sobre as novas tendências e a inovação no sector
	Criar referencial para a representação das empresas na Internet
	Preparar as empresas para as redes digitais
<b>Inteligência de Mercado e I&amp;DT</b>	Aprofundar o conhecimento de mercado
	Dinamizar projetos de I&DT com incidência no Turismo

Fonte: PENT 2013-2015 (RCM n.º 24/2013, de 16 de Abril) (adaptado)

Por fim é reforçada a questão da necessidade da Promoção de Portugal enquanto destino turístico estando esta promoção assente em três pilares (RCM n.º 24/2013, de 16 de Abril):



- a) *“Desenvolvimento da promoção e distribuição na Internet, reforçando a funcionalidade dos portais, (...), potenciando as redes sociais e as plataformas móveis (...);*
- b) *Redistribuição do investimento em promoção por mercado e produto, adequando recursos ao potencial de crescimento identificado e ao retorno do investimento promocional;*
- c) *Adequação da variedade de instrumentos de promoção à capacidade de conhecimento dos critérios de decisão do consumidor, assim como ao conhecimento sistematizado das diversas tipologias de segmentação”.*

Esta breve análise à evolução da Política Nacional do Turismo focada essencialmente no PENT e na sua revisão revela-nos que têm vindo a ser feitos esforços para melhorar a imagem de Portugal no que diz respeito à aposta turística, nomeadamente para os diferentes mercados externos que possam procurar Portugal como destino de férias. De facto são vários os recursos que Portugal possui que podem ser tornados produtos turísticos de sucesso. Faltava uma estratégia que os pusesse em evidência e que demonstrasse que estes produtos são de qualidade e que permitirão um crescimento económico apoiado no desenvolvimento do turismo. A realização destes documentos colocou o Turismo no centro da estratégia de desenvolvimento preconizada pelo Governo, permitindo assim o seu melhor desenvolvimento. Se na primeira versão, a estratégia era assumidamente focalizada na questão do crescimento económico e das mais-valias do sector para a economia portuguesa, a sua revisão parece já apostar nesse mesmo crescimento mas de forma sustentável, evidenciada pela definição de uma estratégia focalizada para o desenvolvimento sustentável, tendo em conta as diversas dimensões desse mesmo desenvolvimento.

São vários os produtos estratégicos seleccionados que podem contribuir para a sustentabilidade do sector. Estes aparecem repartidos por diversas tipologias e escalonados em termos de importância nas várias regiões turísticas. No entanto parece-nos que em determinadas regiões são as diversas tipologias em conjunto que poderão potenciar o sector do turismo e não a sua segmentação. É o caso da região Centro, onde existem inúmeras potencialidades distribuídas pelas várias tipologias de produtos estratégicos definidos no PENT mas que, por si só, não conseguem afirmar-se como um produto turístico. Deverá ser a conjugação das diferentes tipologias, bem como a sua correta qualificação e promoção turística, que permitirá o desenvolvimento de fatores de atratividade que consigam aliciar os visitantes para a descoberta dessas regiões.

As duas versões do plano referem a pretensão de articular o sector do turismo com outras áreas, principalmente o ordenamento do território, o ambiente, o desenvolvimento rural, o património cultural, a saúde, o desporto, as infraestruturas e o transporte aéreo. No entanto, não é referido como esta articulação irá ser desenvolvida, nomeadamente a articulação com o ordenamento do território, fator fundamental para um correto desenvolvimento do turismo. O turismo é um sector que depende fortemente do território, do ambiente e do património a estes associados. Como tal, é fundamental a definição de uma estratégia que preconize formas de atuação que permitam essa articulação, contribuindo assim eficazmente para a sustentabilidade dos locais e das comunidades.

#### 4.4.3. A IMPORTÂNCIA DO TURISMO COSTEIRO EM PORTUGAL

O turismo costeiro em Portugal é o produto turístico mais procurado, tendo sido a aposta mais forte desde a década de 60 (Daniel, 2010) sendo responsável pela atração de cerca de 90% dos turistas estrangeiros que visitam o nosso país e pela existência de aproximadamente 39000 empregos diretos (Comissão Europeia, 2008). No entanto, este valor refere-se apenas ao emprego em unidades de alojamento das regiões costeiras (Comissão Europeia, 2008). Se associarmos o valor correspondente às atividades marítimas de recreio<sup>21</sup> ultrapassam-se os 41000 empregos, superando todos os outros sectores de atividades marítimas<sup>22</sup> (Comissão Europeia, 2008). Constatase assim, a importância económica e social que o sector turístico costeiro assume.

A importância das áreas costeiras para o turismo em Portugal (e no resto do mundo) advém das potencialidades que estas áreas possuem e que as tornam as mais visitadas em termos mundiais. Da revisão da literatura efetuada, destacam-se como principais potencialidades das áreas costeiras (European Commission, 2000; Comissão Europeia, 2006; MDN, 2007; Comissão Europeia, 2008, Instituto da Água, 2009; UNEP, 2009; entre outros):



- Boas condições climáticas,
- Diversidade paisagística,
- Diversidade de recursos naturais, que permitem o desenvolvimento de atividades de turismo de natureza;

<sup>21</sup> As atividades marítimas de recreio empregam cerca de 2480 pessoas (Comissão Europeia, 2008)

<sup>22</sup> Pesca: 33743 empregos; Marinha: 14745 empregos; Construção Naval: 4336 empregos; Transporte marítimo: 3206 empregos; Portos marítimos e serviços relacionados: 2002 empregos (Comissão Europeia, 2008)

- Elevada quantidade de unidades de alojamento e de equipamentos e infraestruturas de apoio às atividades turísticas;
- Possibilidade de prática de diversos desportos náuticos e náutica de recreio, pesca desportiva e de lazer
- Diversidade de locais recreativos e de entretenimento.

Todas estas potencialidades conduzem à existência de diversos impactos turísticos negativos de carácter ambiental, económico, político e sociocultural, já referidos anteriormente<sup>23</sup>, que contribuem para que se comece a sentir uma diminuição desta importância.

Em Portugal, fatores como: “(i) *urbanização de ambientes naturais*; (ii) *ocupação de áreas sensíveis do ponto de vista do risco*; (iii) *perda de biodiversidade resultante, por exemplo, da erosão das dunas e de outros ecossistemas costeiros, devido às construções e a pressões originadas pela fruição da zona costeira*; (iv) *descaracterização da zona costeira e perda do seu valor cénico*” (Instituto da Água, 2009, pág. 26) e ainda a forte sazonalidade do turismo costeiro, têm vindo a ser referenciados como os principais problemas que assolam as regiões costeiras e que, por esse motivo, podem causar uma diminuição da qualidade turística destas áreas.

Uma forma de minimizar os impactos causados pelo turismo costeiro poderá passar pela afirmação das singularidades e especificidades dos territórios costeiros, apostando na inovação e na competitividade, fatores-chave para o desenvolvimento sustentável do turismo nas áreas costeiras portuguesas. Sendo um sector estratégico para Portugal, é necessário inovar na forma de apresentar os produtos turísticos, apostando nas especificidades de cada região costeira e mobilizando os conhecimentos disponíveis, combinando-os da forma mais eficaz (Oliveira, 2004). “A emergência de novos mercados, como os do turismo de aventura, ecoturismo, desportos radicais, circuitos pedestres, arqueologia industrial, termalismo, turismo cultural, etc.” (Costa, 2001, pág. 79), surgem como novas área de aposta turística, que apostam nos singularidades e especificidades dos locais. Capacidade de fazer diferente e de apresentar vantagens competitivas relativamente aos outros assumem-se cada vez mais como ideias chave de processos de desenvolvimento local.

Assim poderá diversificar-se o sector e reduzir os impactos causados e a própria sazonalidade tão característica destas áreas. Como é referido pela DGPIU (2008, pág. vi e vii)

---

<sup>23</sup> Ver página 46.





*“A diversificação pode contribuir para melhorar a atractividade dos destinos costeiros, ajudando-os a ir além do conceito tradicional de “mar-sol-areia”. A introdução de formas alternativas de turismo poderá ajudar a prolongar a época turística, acarretando múltiplos benefícios, entre os quais se referem os seguintes:*

- novas fontes de receitas, que por sua vez geram mais crescimento e emprego;*
- redução do impacto e das pressões ambientais, económicas e sociais causadas pela concentração do turismo num reduzido número de meses do ano;*
- criação de novas actividades susceptíveis de contribuir para a preservação e desenvolvimento do património local.”*

É sugerido pela Comissão Europeia que a chave para o desenvolvimento sustentável das regiões rurais reside no desenvolvimento de uma perspetiva independente e a descoberta do potencial endógeno (European Commission, 1999). O mesmo se pode e deve aplicar ao turismo nas áreas costeiras. Só através da descoberta de todo o potencial endógeno destas regiões se poderão alterar as práticas que têm vindo a ser mais usuais, nomeadamente de utilização destas áreas para um turismo massivo e insustentável que se baseia apenas no sol e mar.

Hoje em dia a motivação do turista está em mudança. A experiência refere que os turistas ficam com a visão de um destino pela sua impressão geral e não apenas pela qualidade do alojamento onde se instalaram (Nordin, 2003). Para além da procura tradicional do produto sol e mar fazem cada vez mais parte integrante das motivações que levam os turistas a escolher um destino de férias, a qualidade e diversidade, quer dos recursos naturais, quer dos recursos culturais e patrimoniais. É aqui que entra a questão da competitividade territorial, relacionada com as singularidades e potencial endógeno dos territórios costeiros. Farrel et. al. (1999, pág. 5) referia que *“um território torna-se competitivo sempre que possa fazer face à concorrência de um mercado, assegurando ao mesmo tempo uma durabilidade ambiental, económica, social e cultural baseada em lógicas de rede e de articulação interterritorial. Por outras palavras, a competitividade territorial supõe: ter em conta os recursos do território na procura de uma coerência de conjunto; a implicação dos actores e das instituições; a integração dos sectores de actividade numa lógica de inovação; a cooperação com os outros territórios e a articulação com as políticas regionais, nacionais, europeias e o contexto global”*. Deste modo, e no que diz respeito ao turismo costeiro, é essencial saber quais são as características específicas de cada área costeira, bem como as suas potencialidades, de forma a poder inovar-se na apresentação das singularidades dos territórios, tornado essas singularidades em novos e apetecíveis produtos turísticos, sem nunca esquecer a sustentabilidade dos locais.

Assim, o turismo costeiro deve ser planeado e gerido de forma a minimizar os impactos sobre o ambiente que esta atividade possa causar, fomentando a aplicação de estratégias de turismo sustentável, uma vez que estas áreas são, por natureza, locais privilegiados para a afirmação do sector turístico.

## 4.5. SÍNTESE



A área costeira portuguesa apresenta uma diversidade de recursos naturais e socioculturais, com qualidade significativa para a prática de um turismo de qualidade. De facto, a costa portuguesa é detentora de um conjunto diversificado de recursos turísticos motivadores de procura muito diferenciadas. No entanto, ainda não existe uma estratégia que defina as principais linhas orientadoras que se pretendem seguir para que os recursos não sejam explorados de forma insustentável. Acontece assim, que na maior parte das áreas costeiras portuguesas, o único recurso explorado é o “sol e mar”, de forma intensiva, levando muitas vezes à degradação dos ambientes costeiros e à perda de identidade das comunidades locais.

Têm sido vários os programas e estratégias que pretendem promover uma melhor requalificação e ordenamento do litoral português. No entanto, a sua aplicação não tem produzido resultados positivos visíveis provavelmente devido à dificuldade de vencer a inércia institucional e pela dificuldade tradicional de implementar formas de gestão integrada deste espaço, conjugando os vários interesses existentes.

A imposição da realização de uma estratégia de gestão integrada da zona costeira nacional, por parte da União Europeia, veio fortalecer a necessidade de se olhar de forma mais premente para estas áreas. Assim, este documento visa o desenvolvimento sustentável da área costeira portuguesa, de forma integrada e tendo em conta a necessidade de assegurar um equilíbrio entre o que são as necessidades do território e das comunidades e a preservação e conservação dos recursos naturais existentes.

Não sendo o seu objetivo final, a definição da Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira veio identificar algumas linhas orientadoras no que diz respeito ao sector do turismo, pois pretende-se que esta estratégia identifique um modelo de ordenamento e de desenvolvimento tendo em conta as várias dinâmicas socioculturais presentes nestes territórios, mas também as dinâmicas ecológicas e a utilização dos recursos costeiros pelas diversas atividades.

O sector do turismo é um dos que provoca maiores alterações ao espaço e ao ordenamento das áreas costeiras portuguesas sendo o produto “sol e mar” o mais procurado pelos turistas. Além disso, este foi um dos produtos definidos como estratégicos aquando da definição do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT). O PENT veio assim identificar as potencialidades existentes no território português, bem como apresentar algumas estratégias que permitissem uma diminuição do carácter sazonal do turismo, com o objetivo de tornar o destino Portugal um dos mais

importantes a nível europeu. No entanto, a visão estratégica apontava muito para o crescimento do sector em termos económicos e muito pouco para a necessidade de se efetuar esse crescimento de forma sustentável. A revisão intercalar efetuada recentemente veio alterar essa visão economicista e apresenta já uma visão que se baseia na sustentabilidade dos destinos, em termos económicos, territoriais, ambientais e culturais e ainda tendo em conta uma *“proposta de valor suportada em características distintivas e inovadoras do país”* (RCM n.º 24/2013, de 16 de Abril).

Estes dois documentos revelam a importância da necessidade de se aplicarem medidas concretas para o desenvolvimento e ordenamento do turismo nas áreas costeiras. Sendo o sector do turismo considerado como motor de um processo de desenvolvimento integrado para o nosso país, é necessário conjugar esforços para que as medidas previstas na ENGIZC e as orientações definidas pelo PENT sejam aplicadas para que as áreas costeiras se desenvolvam de forma sustentável, aproveitando e dinamizando os recursos que possuem.

A revisão intercalar do PENT de 2013 parece já evidenciar a necessidade de se identificarem linhas orientadoras tendo em conta as diversas regiões e suas especificidades. Parece-nos assim que é deixada uma porta aberta para a definição de uma estratégia de turismo sustentável para as áreas costeiras, pois possuindo Portugal uma extensa área costeira e sendo esta a mais procurada em termos turísticos, seria de fulcral importância a existência de uma estratégia capaz de dinamizar e promover estes territórios e aproveitar, preservando e conservando, o quadro de recursos, quer naturais, quer socioculturais, existentes.

É, assim, essencial que as linhas orientadoras identifiquem formas de atuação que permitam potenciar o desenvolvimento do turismo costeiro, apostando nas especificidades existentes em cada território e criando ferramentas de ordenamento concretas para estas áreas, tendo em conta a sua natureza frágil em termos de ecossistemas.

## CAPÍTULO 5 – A REGIÃO DA RIA DE AVEIRO

*“De um lado o mar bate e levanta constantemente a duna, impedindo a água de escoar; do outro é o homem que junta a terra movediça e a regulariza. Vem depois a raiz e ajuda-o a fixar o movimento incessante das areias, transformando o charco numa magnífica estrada, que lhe dá o estrume e o pão, o peixe e a água da rega. Abre canais e valas. Semeia o milho na ria. Povo a terra alagadiça e, à custa de esforços persistentes, obriga a areia inútil a renovar constantemente a vida.”*

Raul Brandão in “Os Pescadores”, pág. 71



## 5.1. INTRODUÇÃO

A área envolvente à Ria de Aveiro integra 11 municípios que apresentam uma forte ligação com este ecossistema e constitui pela sua localização, quadro de recursos e características biofísicas, um excelente caso de estudo quando se pretende abordar o desenvolvimento sustentável do turismo que se baseie no aproveitamento das características naturais, mas que mantenha uma estreita relação com o equilíbrio ambiental desejado. Já em 1991, era referido por Pinho a necessidade de *“privilegiar a atracção, desenvolvimento e diversificação das actividades económicas, como o turismo, o desporto náutico e o recreio, que genuinamente dependem da manutenção ou melhoria da qualidade ambiental da faixa costeira e envolvente lagunar”* (Pinho, 1991, pág. 28). O desafio que se coloca hoje é o de mostrar que é possível desenvolver uma estratégia de turismo sustentável, baseada nos recursos naturais locais e com uma perspectiva ambiental forte, onde a Ria possa assumir um papel central de interligação entre as várias atividades e acontecimentos turísticos. Neste desafio as singularidades territoriais, culturais e ambientais existentes podem e devem contribuir para a formação de produtos turísticos de qualidade e atrativos.

Apesar da existência de um quadro de recursos diversificado e qualificado verifica-se que a região da Ria de Aveiro necessita de um forte impulso em termos de desenvolvimento do turismo. É visível nesta região, bem como em quase todo o país, a existência de uma forte sazonalidade do turismo, uma vez que são os recursos costeiros, em especial, a praia e o mar, que cativam mais visitantes. Este fator prende-se, muitas vezes, com a falta de conhecimento em relação a outros recursos, também litorais, mas que não se encontram “transformados” em produtos turísticos. É importante valorizar esses recursos em termos turísticos, sem esquecer a sua importância para a sustentabilidade e, ainda, apostar em estratégias que permitam a quebra da forte sazonalidade que se sente no turismo da região. Esta visão integra-se assim nas preocupações de *Sustentabilidade* e *Competitividade* que têm marcado o debate em torno do desenho das estratégias e das políticas para o desenvolvimento do turismo, uma vez que estes dois vetores têm vindo a assumir um papel de relevo, tanto no contexto nacional como mesmo no contexto internacional.

Com este capítulo pretende-se elaborar uma caracterização da área de estudo tendo em conta os seus valores naturais e socioculturais, que podem contribuir para a afirmação turística da região. Esta caracterização permitirá evidenciar as potencialidades existentes na região, mas também perceber alguns dos constrangimentos que esta área possui no que concerne ao desenvolvimento do turismo sustentável.

## 5.2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A caracterização efetuada encontra-se dividida em 3 partes: uma caracterização geral, onde se apresenta um enquadramento da área de estudo, a caracterização paisagística e a identificação das principais características biofísicas e socioeconómicas; uma caracterização da oferta e da procura turística, tendo em conta a estatísticas do turismo; e uma identificação dos principais recursos turísticos existentes nesta região.

### 5.2.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

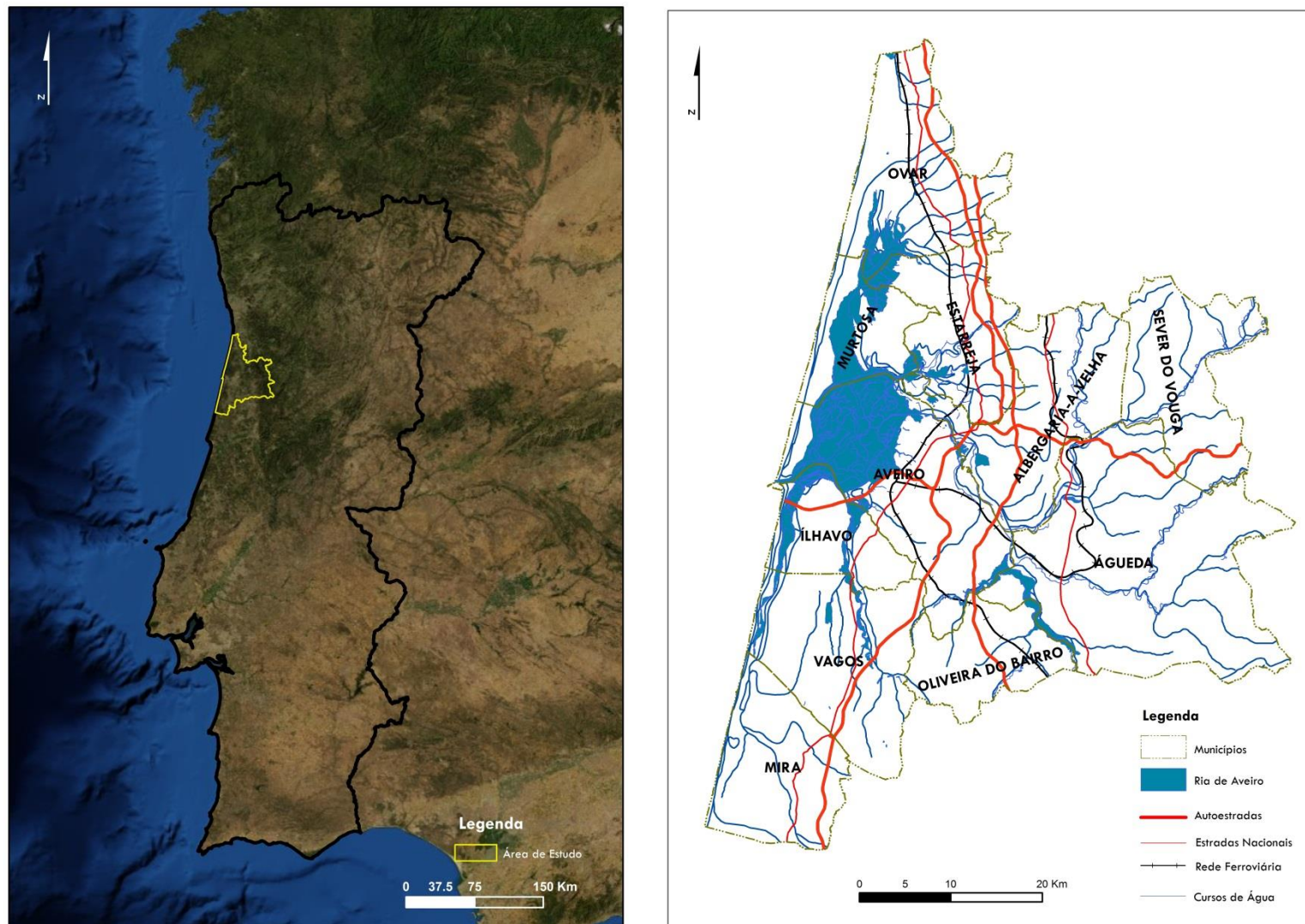
A área definida para este estudo e designada por região da Ria de Aveiro é caracterizada pela presença de uma extensa e vasta área lagunar “que ocupa cerca de 11 000 ha, tendo uma extensão aproximada de 45 km e uma largura de 8,5 km” (Fidélis, 2001, pág. 142) e que se estende por 10 municípios – Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mira, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar e Vagos, que, em conjunto com o município de Sever do Vouga<sup>24</sup>, compõem a área em estudo (figura 12). Esta área é “uma das maiores, mais expressivas e biologicamente mais significativas zonas húmidas litorais do país” (DGOTDU, 2004, pág. 142), constituindo “uma paisagem única (...) e um recurso que se desdobra em diversas potencialidades: plataforma portuária, pesca, salinas, aquacultura, agricultura, desporto, turismo, ou protecção da natureza” (CCDRC, 2011, pág. 73).

A rede viária que atravessa a área em estudo é constituída por três autoestradas (A1, A29/A17 e A25), dois itinerários complementares (IC1 e IC2 (N1)) e várias estradas nacionais. É, assim, um território que apresenta excelentes condições de acessibilidade rodoviária sendo que as três vias principais são das mais importantes do país, duas atravessando o território na direção Norte-Sul (A1 e A29/A17), fazendo ligação com Lisboa, e outra atravessando o território na direção Oeste-Este, fazendo a principal ligação viária com Espanha (A25). Além destas três principais ligações, o IC1 é atualmente uma via estruturante.

---

<sup>24</sup> Apesar de Sever do Vouga não estar englobado na área lagunar da Ria de Aveiro, este município é atravessado pelo Rio Vouga, principal curso de água que alimenta a “Ria”. Apresenta uma estreita relação e forte identidade com os restantes municípios da área em estudo, integrando a CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro. Além disso, é um concelho que apresenta características de transição entre o litoral, com topografia suave e o interior, com uma topografia bem mais acentuada. Estas características, associadas às restantes características ambientais e socioculturais, de forte potencialidade turística, que o município possui, justificam a inclusão de Sever do Vouga na área em estudo, permitindo uma maior diversificação da paisagem e dos recursos turísticos que podem ser oferecidos aos visitantes desta região.





**Figura 12 – Enquadramento da área em estudo** (Fonte: CAOP, 2013, Informação Cartográfica Municipal, 2013)

No que diz respeito às características paisagísticas e ambientais trata-se de uma área caracterizada pela riqueza ambiental, diversidade paisagística e geomorfológica, onde se verifica a transição entre duas Unidades Morfoestruturais: a Orla Mesocenozóica Ocidental ou Plataforma Litoral e o Maciço Antigo ou Maciço Hespérico. Em termos gerais poderá afirmar-se que a área da plataforma litoral é caracterizada por uma extensa superfície aplanada onde se destacam a presença de geossistemas<sup>25</sup> litorais e de costa lagunar – a Ria de Aveiro (Moreira, 2005), que modelam o território. No que diz respeito aos geossistemas litorais, esta área é caracterizada por dois cordões dunares, desde Ovar até Mira, separados apenas pela barra artificial da Ria de Aveiro. Este cordão dunar apresenta-se muito instável e encontra-se sujeito a uma forte erosão em quase toda a sua extensão. Não obstante existem ainda algumas áreas em que a presença da vegetação pioneira permite uma fixação das dunas diminuindo, assim, a sua instabilidade. Nestas áreas predomina a vegetação herbácea (Moreira & Neto, 2005).

Mais para o interior da área de estudo verifica-se uma progressiva mudança das características da paisagem. Na transição para o Maciço Antigo surgem áreas mais montanhosas que estabelecem *“uma transição clara entre a Beira Alta, de relevo acidentado e com uma paisagem bem diversificada, e a Beira Litoral mais plana”* (DGOTDU, 2004, pág. 43), visível principalmente nos municípios de Sever do Vouga e Águeda. Destacam-se nestes municípios a presença das serras do Arestal, Talhadas e Caramulo.

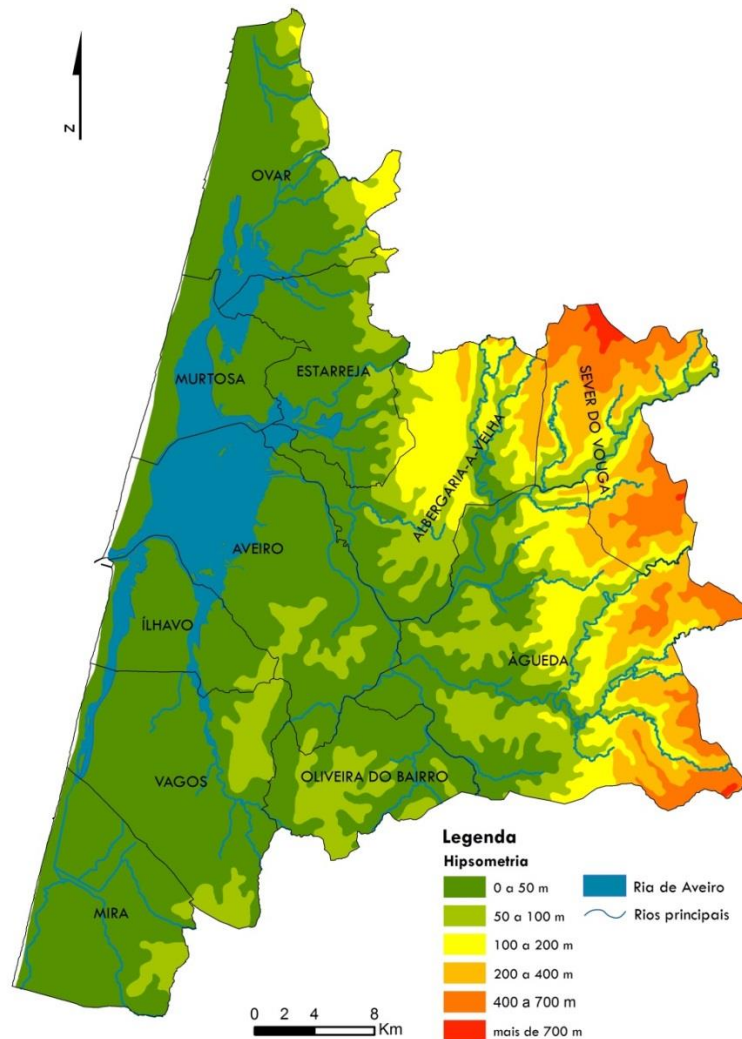
É também possível verificar a existência de uma rede hidrográfica bastante densa, pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Vouga. Esta rede *“trata-se de um conjunto hidrográfico de rios que atualmente desagüam de forma individualizada na Ria de Aveiro, muito perto da foz do Rio Vouga, havendo ainda uma densa rede de canais mareais e deltas relacionados com a mesma laguna”* (ARH Centro, 2012, pág. 16).

A figura que se segue (figura 13) permite verificar a variação da altitude na área em estudo, proporcionando uma diversidade paisagística que promove uma simbiose entre as áreas litorais e as áreas mais montanhosas, resultando em especificidades únicas tais como a proximidade entre o

---

<sup>25</sup> Geossistemas litorais são *“sistemas geomorfológicos discriminados pela dominância das formas de relevo litorais”, cuja “dinâmica depende directamente da acção dos agentes marinhos”, bem como da “natureza litológica, da estrutura e da tectónica da faixa costeira; da extensão e declive da plataforma continental; do regime e da amplitude das marés; do clima e da exposição da costa ao vento e à agitação marítima. A estes factores se juntam a rede hidrográfica, tendo em conta o seu traçado e o regime hidrológico; a evolução do solo e da cobertura vegetal; e ainda, a milenar ocupação humana, cada vez mais diversificada e intensa, nesta estreita faixa do território”* (Moreira, 2005, pág. 222).

mar e a serra. O conjunto hidrográfico existente é também um fator de grande importância para a qualidade paisagística, pois esta rede proporciona a existência de diversas praias fluviais, pequenas lagoas e quedas de água, entre outras características, que podem e devem ser aproveitadas para potenciar o setor do turismo na região, apostando na sustentabilidade e tornando-o competitivo relativamente a outras regiões do país.



**Figura 13 – Hipsometria e Principais cursos de água** (Fonte: <http://sniamb.apambiente.pt/webatlas/>, 2013)

Assim, esta área apresenta como características morfológicas principais um relevo mais acentuado de vales encaixados, na área mais a nascente; uma área de transição onde o relevo começa a ser menos declivoso e os vales são mais abertos e por fim, na área mais a poente, um relevo relativamente plano, níveis freáticos próximos da superfície do terreno e uma acentuada influência das marés no regime hidrológico dos canais (Moreira, 2005).

Sendo a Ria de Aveiro o principal elemento natural marcante do território em análise importa proceder à sua caracterização. A Ria de Aveiro apresenta “(...) uma extensão aproximada de 45

km...” (Fidélis, 2001) estendendo-se por inúmeros esteiros e canais, de onde se destacam os quatro braços mais importantes (Carrabau, 2005): Canal de Ovar, Canal da Murtosa, Canal de Ílhavo e Canal de Mira.

A classificação em termos geomorfológicos deste acidente costeiro litoral não é consensual. No entanto, e não sendo esse o objetivo deste estudo, iremos referir-nos à Ria de Aveiro como um sistema lagunar onde desaguam os Rios Vouga, Águeda, Antuã, Bôco, Cértima e as ribeiras de Mira e Ovar (Carrabau, 2005; Moreira, 2005). Esta área lagunar foi sendo progressivamente isolada do mar “por duas restingas arenosas, que progrediram de norte e de sul (A. F. Martins, 1947) e só não coalescem porque é mantida artificialmente uma abertura limitada por molhes. É a barra de Aveiro” (Moreira, 2005, pág. 238).

A Ria é constituída por “diversas e pequenas ilhas denominadas Monte Farinha, dos Ovos, do Amoroso, de Lavacos, da Gaivota, da Pedra, de Parrachil, da Tranqueira, de Sama, do poço da Testada, esta última a maior de todas. Por entre estas ilhas verifica-se a existência de um labirinto de canais, vales e esteiros. Os esteiros e canais são também notórios na Cidade de Aveiro: o canal Principal ou Central, atravessa a cidade, o canal de S. Roque, o canal do Cojo, o esteiro de Sá e o esteiro de Esgueira” (Carrabau, 2005, págs. 21 e 22).

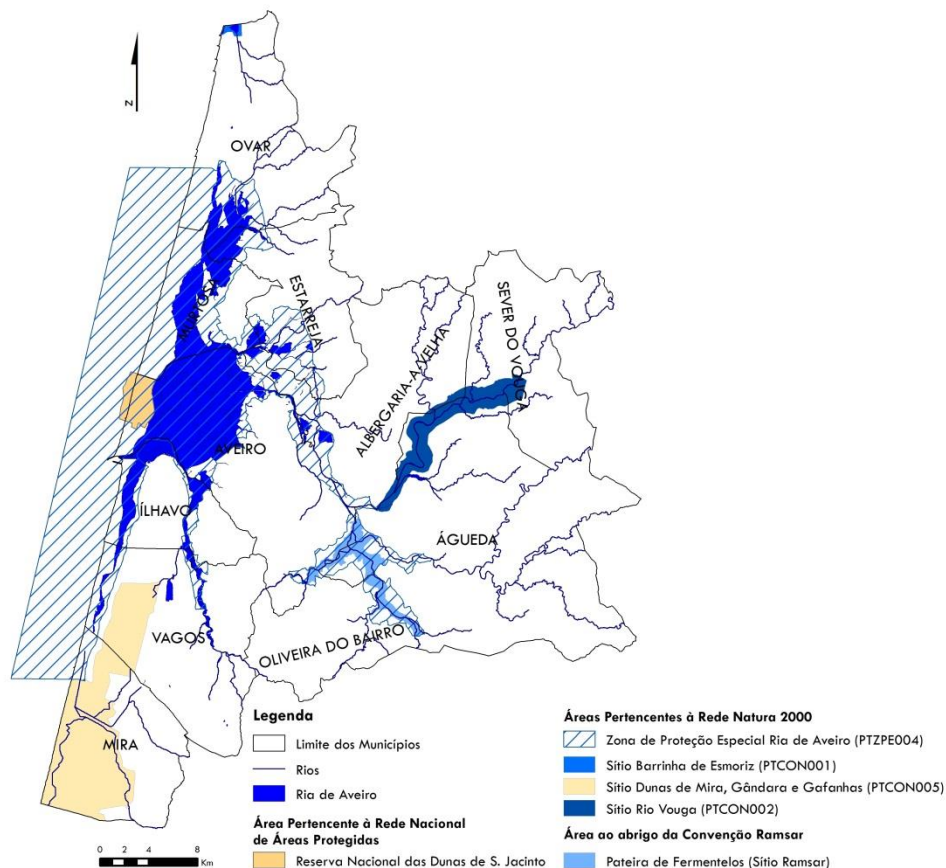
Foram identificados inúmeros habitats naturais e semi-naturais, que criaram condições para existência de um grande número de espécies neste sistema lagunar (Martins, 1997)<sup>26</sup>. Em 1998 foi classificada como Zona de Proteção Especial (código PTZPE0004), ao abrigo do Plano Sectorial Rede Natura 2000, tendo sido redefinida a sua área pelo Decreto-Lei n.º 384-B/1999, de 23 de Setembro (ICN, 2006b). As razões que levaram a esta classificação prendem-se com o facto da Ria de Aveiro ser a zona húmida de maior importância do norte de Portugal, nomeadamente para a conservação da avifauna aquática, funcionando como área de reprodução e alimentação para um largo número de espécies de aves (ICN, 2006b). Recentemente, a Pateira de Fermentelos (e vales dos Rios Águeda e Cértima), que se insere na ZPE Ria de Aveiro, foi classificada como Sítio RAMSAR (Código 2089) pela existência de “mosaicos de habitats e ecossistemas associados de

---

<sup>26</sup> Os habitats naturais identificados foram: “laguna; praias de areia sem vegetação; praias de areia com vegetação anual; dunas móveis embrionárias; dunas móveis de praia-barreira com *Ammophila arenaria*; vegetação aquática de água doce; rios sujeitos a marés e estuários, superfícies lodosas e arenosas; pastagens salgadas; estepes salgadas; lagos eutróficos naturais; lagos distróficos; charnecas Ibero-Atlântica de *Erica-ulex* e *Cistus*; prados húmidos semi-naturais de ervas altas: galerias ribeirinhas; florestas de caducifólias: vegetação ripícola; charnecas e moitas e sapais. De entre os habitats semi-naturais foram identificados os seguintes: florestas dunares de *Pinus pinaster*; salinas; prados semeados com fertilização intensiva; pomares e plantações de choupos ou árvores exóticas; cortinas de árvores; sebes; bocage; terras agrícolas” (Martins, 1997).

vegetação natural, sapal, paul, áreas agrícolas, entre outro em áreas inundáveis. Estes mosaicos conferem ao local potencialidades particulares únicas em termos de refúgio, alimentação e reprodução para as várias espécies de fauna, e avifauna em particular, bem como um potencial estético e paisagístico”<sup>27</sup>

Além destas áreas naturais de grande importância, quer para a conservação da natureza, quer para usufruto em termos de turismo, numa perspectiva de sustentabilidade, surgem outras áreas com características interessantes. Destacam-se a Reserva Natural das Dunas de São Jacinto que integra a Rede Nacional de Áreas Protegidas do Instituto de Conservação da Natureza e as áreas que integram o Plano Sectorial Rede Natura 2000 (figura 14). Dentro deste âmbito destacam-se, além da ZPE Ria de Aveiro já anteriormente referida, os Sítios de Interesse Comunitário (SIC) Barrinha de Esmoriz (código PTCON0018), Rio Vouga (código PTCON0026) e Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas (código PTCON0055) (ICN, 2006a).

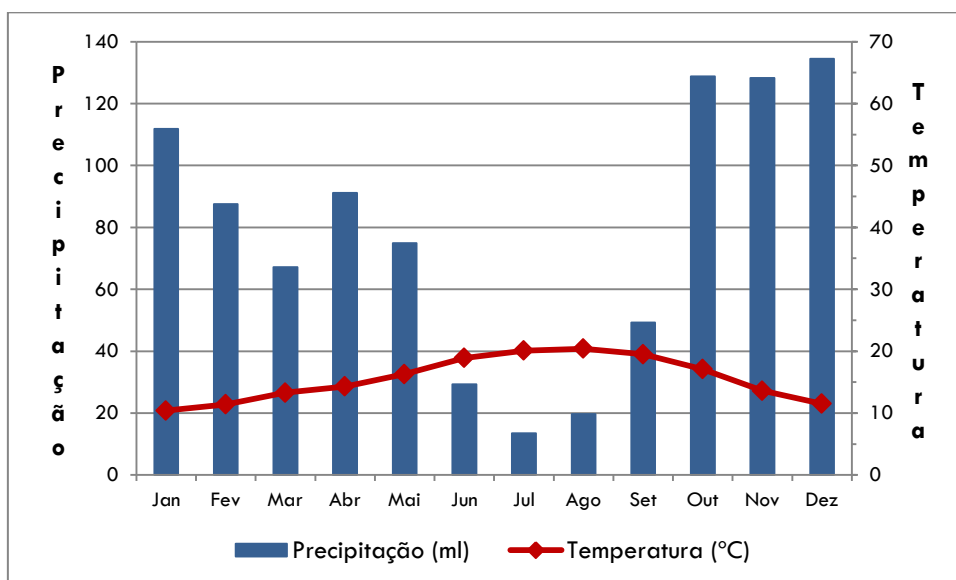


**Figura 14 – Áreas Naturais Classificadas na região em estudo**

Fonte: www.icnf.pt, 2013

<sup>27</sup> <http://www.icnf.pt/portal/icnf/noticias/gloablnews/sitios-ramsar-ribeira-do-vascao-e-pateira-de-fermentelos-classificados>, consultado a 13 de Fevereiro de 2013.

Sendo o turismo uma atividade muito dependente das condições climáticas parece-nos importante analisar as características termo-pluviométricas normais para a área em estudo (figura 15). Para tal utilizaram-se os dados disponíveis do Instituto de Meteorologia referentes às Normais Climatológicas<sup>28</sup> da temperatura e precipitação para a estação climatológica de Aveiro, localizada na Universidade de Aveiro, no período compreendido entre 1981-2010 (valores provisórios) ([www.meteo.pt](http://www.meteo.pt)).



**Figura 15 – Normais Climatológicas 1981-2010 (Estação climatológica de Aveiro)**

Fonte: [www.meteo.pt](http://www.meteo.pt), 2013

Para se classificar o tipo de clima presente nesta região optou-se por se recorrer à Classificação Climática de Köpen-Geiger ([www.meteo.pt](http://www.meteo.pt)), que permite identificar os diferentes tipos de clima, tendo em conta a análise da precipitação e da temperatura, durante um período de 30 anos.

Através do gráfico apresentado na figura 15 verifica-se que é entre os meses de Outubro e Fevereiro que ocorrem as maiores precipitações atingindo o seu máximo em Dezembro, com uma média de 134,5 ml de precipitação durante os 30 anos. Os meses de Verão (Junho, Julho e Agosto) apresentam uma precipitação reduzida sendo mesmo, em Junho e Agosto, inferior a 20 ml. No que diz respeito à temperatura verifica-se o contrário, ou seja, as temperaturas mais elevadas são as dos meses de Junho, Julho e Agosto, com cerca de 20°C de média nos 30 anos, e as temperaturas mais baixas surgem nos meses de Janeiro, Fevereiro e Dezembro, variando entre os 10,4 e os 11,5°C. Estas temperaturas são consideradas amenas, já que no Verão não são excessivamente

<sup>28</sup> Normal Climatológica de um elemento climático é o valor correspondente à média desse valor durante um período de 30 anos, período este fixado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM).



elevadas e no Inverno não chegam a descer abaixo dos 10°C. Pode concluir-se assim que esta região apresenta um Clima Temperado com Verão seco e suave, correspondente à classe Csb da Classificação de Köpen-Geiger e com um Inverno relativamente chuvoso mas de temperaturas consideradas amenas.

Em termos socioeconómicos, esta é uma região que tem demonstrado possuir uma capacidade de atração e fixação de população ainda significativa, evidenciada pelo crescimento populacional que se tem vindo a sentir nos últimos anos, tendo ultrapassado em 2011 os 350000 habitantes em toda a área de estudo (Anexo III – quadro 1). Entre 1991 e 2001 verificou-se um crescimento populacional que rondou os 8,5% e entre 2001 e 2011 manteve-se essa tendência de crescimento (cerca de 2,5%). Apesar de na última década o crescimento ter sido bastante inferior ao da década anterior representa, ainda, um valor bastante significativo, uma vez que a tendência regional foi de decréscimo populacional (a região Centro teve um decréscimo de 0,5% de população entre 2001 e 2011). Os fatores que, do nosso ponto de vista, mais contribuem para que esta área de estudo mantenha um crescimento positivo são, para além de ser uma área litoral, a existência de boas acessibilidades rodoviárias, quer para os principais centros urbanos (Porto, Coimbra, Lisboa), quer para Espanha (pela A25) e a existência de um forte dinamismo industrial, com consequências positivas na oferta de emprego. Apesar destes fatores de atração, tanto a taxa de atividade como a taxa de desemprego tiveram evoluções consideradas negativas na última década. A taxa de atividade sofreu um ligeiro decréscimo (variação negativa de 0,3%, situando-se em 2011 nos 47,3%). A taxa de desemprego aumentou significativamente, ultrapassando, em 2011 os 11% (Anexo III – quadro 2). Estes valores são compreensíveis à luz da atual conjuntura económica do nosso país.

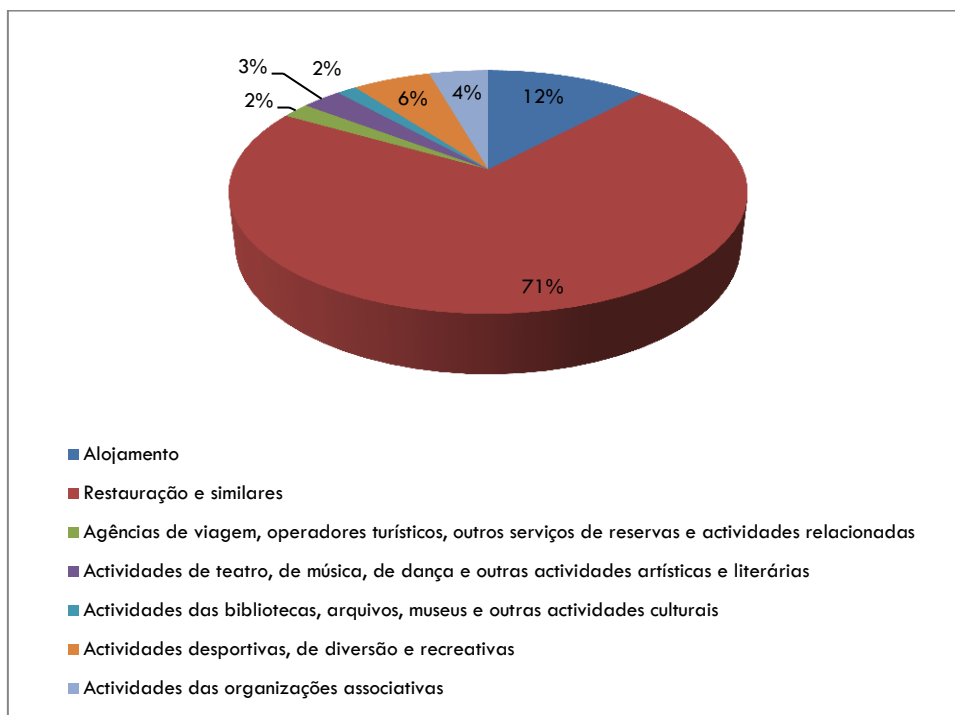
No que diz respeito à distribuição da população por sectores de atividade verifica-se que cerca de 60% da população encontra-se empregada no sector terciário (36% no sector terciário económico e 24% no sector terciário social). Já o sector secundário apresenta cerca de 37% de população empregada e o sector primário apenas 3% (Anexo III – quadro 3).

Sendo esta investigação relacionada com a atividade turística é importante perceber a distribuição da população empregada nas seguintes atividades<sup>29</sup>: Alojamento; Restauração e similares; Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reserva e atividades relacionadas; Atividades de teatro, de música, de dança, museus e outras atividades culturais; Atividades desportivas, de diversão e recreativas; e Atividades das organizações associativas. Do total de

---

<sup>29</sup> Seleccionámos estas atividades do conjunto de atividades contabilizadas pelo INE no âmbito da Classificação das Atividades Económicas (CAE Ver. 3).

população empregada na área de estudo verifica-se que cerca de 6% encontra-se a trabalhar numa destas atividades referidas. A figura 16 permite visualizar a distribuição desta população pelas diversas atividades.



**Figura 16 – Distribuição da população empregada nas actividades relacionadas com o sector do turismo**

Como se pode verificar é no sector da restauração e similares que se concentra a maioria da população empregada, seguindo-se o sector associado ao alojamento. Já as restantes actividades identificadas apresentam valores que se podem considerar residuais.



### 5.2.2. CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA E PROCURA TURÍSTICA

A caracterização da oferta e procura turística é fundamental para perceber como está a ser desenvolvido o sector do turismo na região da Ria de Aveiro. Para tal recorreu-se à informação do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Registo Nacional de Turismo do Instituto de Turismo de Portugal (RNT-TP). Seleccionaram-se para a análise os seguintes indicadores:

a) Oferta Turística

- Empreendimentos turísticos existentes e evolução do número de empreendimentos turísticos
- Capacidade de alojamento
- Empresas de animação turística e Operadores Marítimo Turísticos registados

b) Procura turística

- Entrada de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros
- Número de hóspedes por país de proveniência
- Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros
- Dormidas, por país de proveniência
- Estada média dos turistas nos estabelecimentos hoteleiros
- Taxa líquida de ocupação cama

#### **A Oferta**

O Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de Setembro, estabelece o *“novo regime jurídico de instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, (...) reunindo num único decreto-lei as disposições comuns a todos os empreendimentos, de modo a tornar mais fácil o acesso às normas reguladoras da actividade”*. Este novo regime jurídico veio trazer alterações relativamente à classificação dos empreendimentos turísticos, sendo que a nova classificação deixa de ter apenas em conta os requisitos físicos das instalações, para passar também a ter em conta a qualidade dos serviços prestados. Assim, são considerados empreendimentos turísticos *“os estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração, dispondo, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares”* (n.º 1 do artigo 2º do Decreto-lei n.º 39/2008, de 7 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de Setembro). Os empreendimentos turísticos podem dividir-se nas seguintes tipologias:

- a) Estabelecimentos Hoteleiros;
- b) Aldeamentos turísticos;

- c) Apartamentos turísticos;
- d) Conjuntos Turísticos (Resorts);
- e) Empreendimentos de turismo de habitação;
- f) Empreendimentos de turismo no espaço rural;
- g) Parques de campismo e de caravanismo;
- h) Empreendimentos de turismo de natureza.

Este diploma acrescenta a tipologia de Alojamento Local, como “as moradias, apartamentos e estabelecimentos de hospedagem que, dispondo de autorização de utilização, prestem serviços de alojamento temporário, mediante remuneração, mas não reúnam os requisitos para serem considerados empreendimentos turísticos” (n.º 1 do artigo 3º do Decreto-lei n.º 39/2008, de 7 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de Setembro). Estes alojamentos são ainda obrigados a estar registados nas câmaras municipais da sua área, para que possam ser comercializados para fins turísticos, quer pelos seus proprietários, quer por agências de viagens e turismo (n.º 3 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de Setembro).

Para uma efetiva aplicação deste novo regime jurídico e dando resposta à Lei de Bases do Turismo (Decreto-Lei n.º 191/2009, de 17 de Agosto) foi criado o Registo Nacional de Turismo (RNT), como forma de centralizar e disponibilizar informação acerca dos empreendimentos e empresas de turismo em Portugal. No entanto, este registo ainda não se encontra completo<sup>30</sup> no que diz respeito à informação disponível sobre empreendimentos turísticos. De facto verifica-se que para a área em estudo existem lacunas e imprecisões relativamente ao número destes empreendimentos. Por este motivo optámos por utilizar os dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística. Mas apesar dessa nossa opção pareceu-nos importante analisar também quer os dados disponibilizados já neste registo nacional de turismo (sabendo que não são os dados finais), bem como os dados existentes nas páginas de internet de cada município. Procurámos assim tentar perceber como se promove a oferta turística na área em estudo. Através da análise efetuada foi possível verificar que os dados são completamente díspares em cada uma das fontes consultadas. Verificámos também que a informação disponibilizada pelo INE e nas páginas de internet de cada município, as tipologias de empreendimentos turísticos referenciadas não correspondem à classificação e conceito expressos no novo regime jurídico (que data já de 2008). As estatísticas de turismo que são disponibilizadas pelo INE continuam a ter em conta a classificação de estabelecimentos hoteleiros antiga, ou seja, Hotéis, Pensões, Estalagens, Pousadas, Motéis, Hotéis-apartamento,

---

<sup>30</sup> Segundo informação referida em

<https://rnt.turismodeportugal.pt/RNET/Registos.ConsultaRegisto.aspx?Origem=CP&MostraFiltro=True>, consultado a 13 de Fevereiro de 2013.

Aldeamentos Turísticos e Apartamentos Turísticos. As páginas de internet de cada município baseiam-se basicamente nesta classificação, à exceção do município de Aveiro que apresenta já a classificação de acordo com o novo regime jurídico, ao identificar além dos empreendimentos turísticos, o alojamento local.

Esta discrepância ao nível da organização, classificação e sistematização da informação estatística dificulta uma análise mais rigorosa. Para atenuar os efeitos dessas divergências elaborámos um quadro comparativo (quadro 22) com os dados disponíveis nas estatísticas oficiais do INE, dados existentes no novo Registo Nacional de Turismo (RNT) e dados existentes nas diferentes páginas de internet de cada um dos municípios (CM). Neste quadro estão apresentados todos os locais de alojamento existentes, de acordo com as fontes já referidas. Optámos por referir unidades de alojamento, para evitar possíveis confusões com a terminologia utilizada em cada uma das fontes.

**Quadro 22 – Unidades de Alojamento, segundo o INE, RNT e CM's**

	Hotéis			Pensões /Residenciais /Hospedaria		Estalagens		Pousadas			Motéis		Hotéis- Apartamento			Aldeamentos turísticos			Apartamentos turísticos			Turismo Rural / Habitação		P. Juventude	Parques Campismo		Total Geral		
	INE	RNT	CM	INE	CM	INE	CM	INE	RNT	CM	INE	CM	INE	RNT	CM	INE	RNT	CM	INE	RNT	CM	RNT	CM	CM	RNT	CM	INE	RNT	CM
Águeda	1	3	1	2	4	2	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	5	3	11
Albergaria-a-Velha	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	3	3	5
Aveiro	11	13	13	6	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	17	14	21
Estarreja	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1	
Ílhavo	3	5	3	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	6	6	5
Murtosa	0	1	0	1	2	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	3	3	6
Oliveira do Bairro	1	1	0	1	2	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	4	
Ovar	3	5	4	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	4	5	9
Sever do Vouga	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	0	0	0	1	3	4
Vagos	1	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	3	
Mira	1	3	1	4	7	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	3	7	5	15
Total (Ria de Aveiro)	22	35	25	20	26	4	3	1	1	2	4	6	1	0	1	0	0	1	1	2	3	4	6	3	3	11	52	45	84

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2011), Registo Nacional de Turismo (2012), Câmaras Municipais (2012)

Ao analisarmos o quadro anterior verificamos que a grande diferença reside principalmente nos estabelecimentos de tipologia Hotel (comum às três fontes). No INE são contabilizados 22 hotéis, no RNT são contabilizados 35 e nas páginas de internet são contabilizados 25. Também no que diz respeito aos Parques de Campismo existe uma grande disparidade de números. O INE não indica qualquer número deste tipo de local de alojamento. Já o RNT apenas contabilizou até ao momento 3 parques de campismo na área em estudo, enquanto os municípios referem existir 11 parques no total. No que diz respeito ao total de locais de hospedagem referidos por cada uma das fontes, verificamos que no INE são referidos 53 locais de hospedagem, no RNT estão contabilizados até ao momento, 44 locais de alojamento e nas páginas dos municípios são referidos 84<sup>31</sup>.

Como se constata é impossível verificar qual das fontes poderá ter mais coerência e refletir aquilo que realmente existe no território em análise, o que torna muito difícil efetuar uma análise concreta da oferta de locais de alojamento. Além do mais, também não é possível contabilizar o designado “alojamento paralelo ou informal”<sup>32</sup> e ainda os valores de ocupação sazonal das habitações de segunda residência, dois tipos de alojamento muito comuns nesta área de estudo e que, especialmente na época balnear fazem aumentar a capacidade de alojamento das áreas costeiras muitas vezes para mais do dobro da sua população.

Por todos estes motivos procurámos, neste trabalho, analisar em concreto as estatísticas disponíveis no Instituto Nacional de Estatística pois, para além de representarem valores oficiais constitui também a fonte que apresenta um maior conjunto de informação que permite uma análise mais detalhada da oferta e da procura turística desta região.

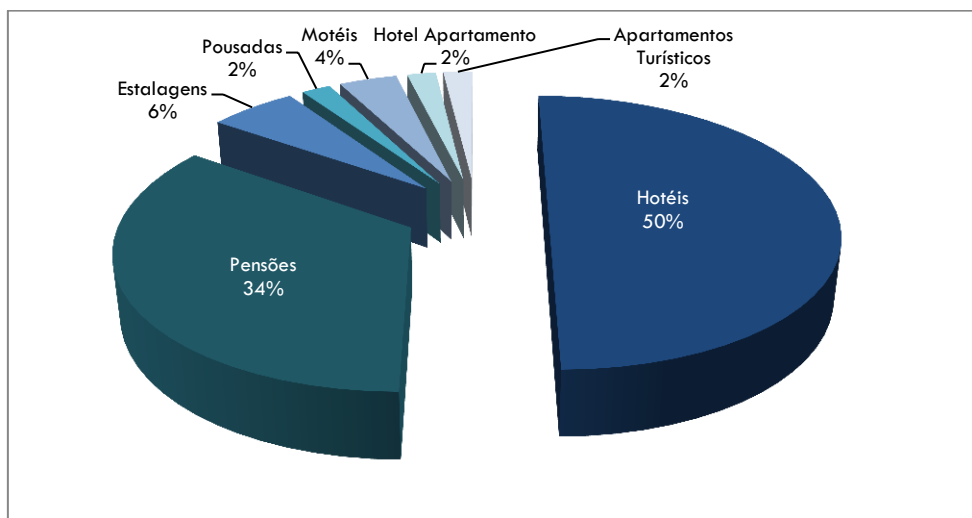
Assim, no que se refere ao número de estabelecimentos hoteleiros existiam, em 2011, tal como já foi verificado no quadro 22, 52 estabelecimentos hoteleiros distribuídos tal como se indica na figura que se segue (figura 17). Verifica-se uma grande predominância dos estabelecimentos de

---

<sup>31</sup> Através do recente projeto PRORía – Implementação e Promoção do Pólo de marca Turística Ria de Aveiro (2013), implementado pela Turismo Centro de Portugal (TCP) e que será analisado no capítulo seguinte, foi efetuado um levantamento mais atualizado das unidades de alojamento existentes na região, tendo já em conta a classificação do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de Setembro. Deste levantamento foi possível constatar que já estão identificados 117 unidades de alojamento na área de estudo, pertencentes às seguintes classificações: Hotelaria (40), Apartamentos Turísticos (2), Turismo de Habitação (5), Turismo no Espaço Rural (2), Parques de Campismo e Caravanismo (13) e Alojamento Local (55).

<sup>32</sup> Considera-se alojamento paralelo ou alojamento informal é aquele que está à margem da formalidade que regula a atividade turística, sem qualquer processo de autorização ou licenciamento e sem quaisquer registos e que é comum observar nas praias portuguesas.

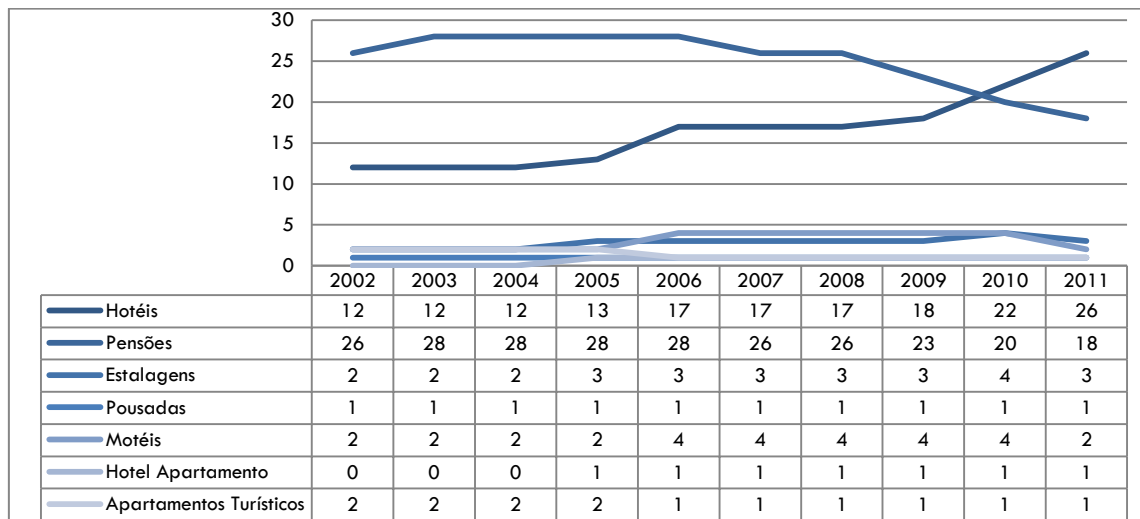
classificação Hotel e Pensão, representando 50% e 34%, respetivamente, de todos os estabelecimentos hoteleiros nesta região.



**Figura 17 – Estabelecimentos Hoteleiros na área de estudo em 2011** (Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt))

No que diz respeito à evolução do número de estabelecimentos hoteleiros na região da Ria de Aveiro, no período 2002 a 2011 (figura 18), é possível verificar que entre 2002 e 2006 houve um acréscimo de 10 unidades hoteleiras nesta região, nomeadamente devido ao aparecimento de duas Pensões em 2003, uma Estalagem e um Hotel Apartamento em 2005, dois Motéis e quatro Hotéis em 2006. No entanto, em 2007 verifica-se que desapareceram dos dados estatísticos duas pensões (uma em Ovar e outra em Mira), tendo os restantes estabelecimentos hoteleiros mantido o mesmo número. Já em 2009 registou-se nova redução de 3 pensões (Albergaria, Ovar e Vagos), no entanto apenas se verificou uma redução total de 2 estabelecimentos hoteleiros. Este facto pode ser explicado pelo novo enquadramento legal dos estabelecimentos hoteleiros, que obrigou à alteração de categoria de alguns estabelecimentos. Em 2010 verifica-se novamente um acréscimo de 2 estabelecimentos hoteleiros no total. É interessante verificar que esse crescimento foi devido ao aumento de hotéis e estalagens e ao desaparecimento de algumas pensões. Como se pode verificar na figura que se segue houve um aumento de 4 hotéis em toda a região, a criação de mais uma estalagem e a diminuição de 3 pensões. Em 2011 registou-se o desaparecimento de uma unidade hoteleira mas, no entanto, voltaram a existir alterações significativas na tipologia dos estabelecimentos hoteleiros da região, como se constata na figura que se segue. Mais uma vez, reportamo-nos ao novo enquadramento legal dos estabelecimentos hoteleiros que poderá ter justificado estas discrepâncias. Verifica-se também que parece haver cada vez mais uma maior necessidade de criar estabelecimentos hoteleiros que ofereçam mais serviços, uma vez que é na

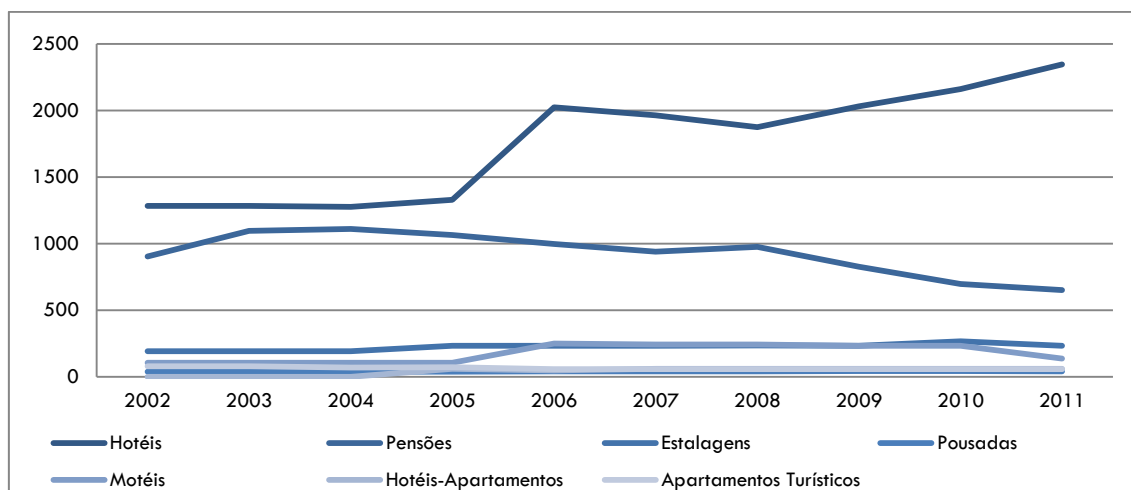
tipologia “Hotéis” que se verifica um maior aumento de unidades, sendo esta tipologia aquela que necessita, por imposição legislativa, de oferecer mais serviços ao turista.



**Figura 18 – Evolução do N° de estabelecimentos Hoteleiros, por tipo, na região Ria de Aveiro**

(Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt))

Segundo os dados do INE em 2011, a área de estudo possuía uma capacidade de 3528 camas (figura 19). Da análise da evolução da capacidade de alojamento ressalta a existência de três períodos distintos nos últimos 10 anos. O primeiro, verificado em 2006 (3652 camas), com um aumento significativo do número de camas (mais 750 camas de 2005 para 2006), que acompanha o aumento de número de estabelecimentos hoteleiros sentido na mesma altura, nomeadamente Hotéis e Motéis. O segundo, em 2007, onde se verificou uma diminuição no número de camas disponíveis, que continuou a verificar-se em 2008. O terceiro período refere-se a partir de 2009, continuando a manter-se em 2011, em que se tem registado um aumento no número de camas disponíveis na região, apesar de não ter regressado ao valor máximo atingido em 2006.

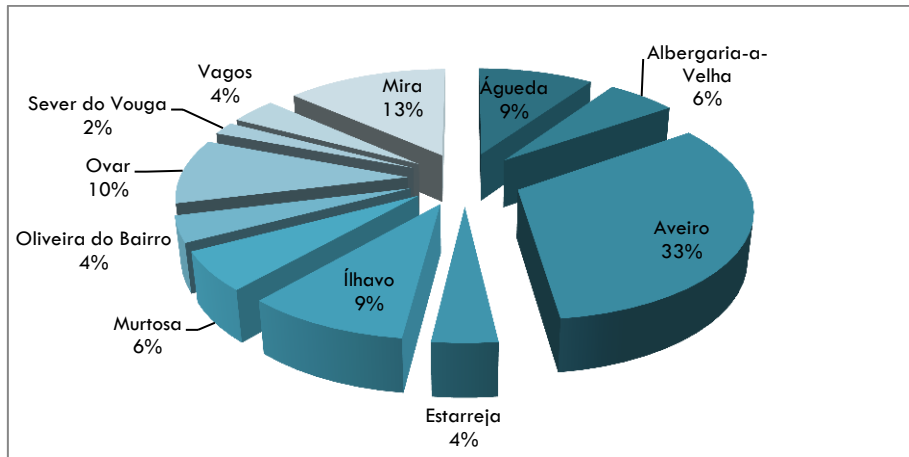


**Figura 19 – Evolução da capacidade de alojamento na Ria de Aveiro** (Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt))

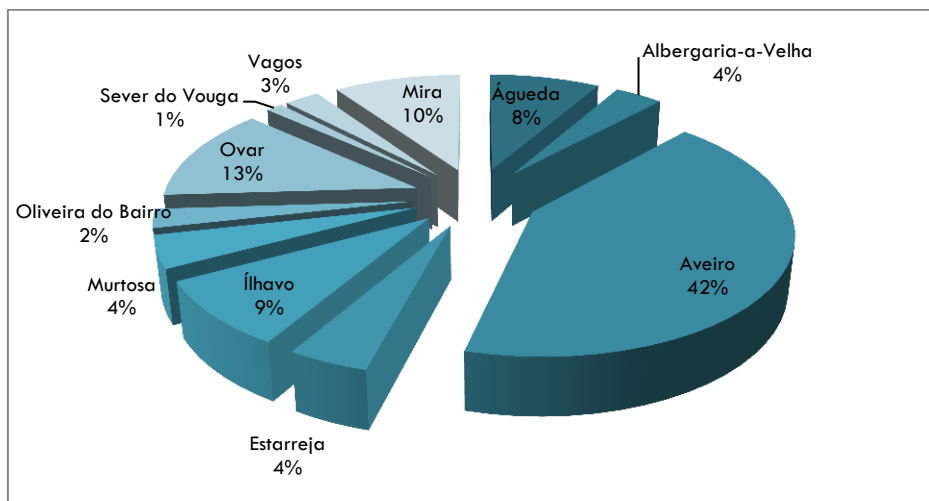
Através da análise do número de estabelecimentos e capacidade de alojamento da área de estudo em 2011 podemos constatar que esta possui apenas 12,6% do total de estabelecimentos da Região Centro (total de 414 estabelecimentos hoteleiros, segundo dados do INE). Já no que se refere ao conjunto de estabelecimentos de Portugal Continental, esta percentagem baixa para 2,6% (total de 2019 estabelecimentos hoteleiros, segundo dados do INE). Quanto à capacidade de alojamento, esta representa cerca de 8% da capacidade da Região Centro (40733 camas, segundo dados do INE) e 1,2% da capacidade de Portugal (289107 camas, segundo dados do INE). Num contexto de desenvolvimento e inovação do sector do turismo este é um dado a reter uma vez que para se apostar no sector, também a oferta em termos de alojamento deverá ser mais diversificada e qualificada.

Ao fazer a análise da distribuição dos estabelecimentos hoteleiros e da capacidade de alojamento pelos diferentes concelhos da “Ria de Aveiro” verifica-se que Aveiro, Mira, Ovar, Ílhavo e Águeda são os que possuem maior quantidade de estabelecimentos e maior capacidade de alojamento (figuras 20 e 21).





**Figura 20 – Distribuição dos Estabelecimentos Hoteleiros, por concelhos, 2011** (Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt))

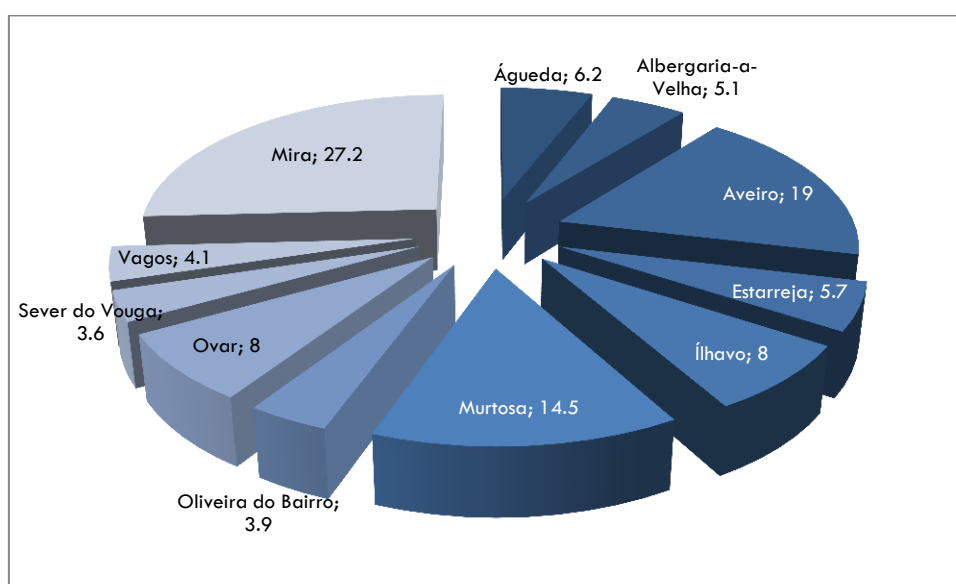


**Figura 21 – Distribuição da Capacidade de Alojamento, por concelhos, de 2011** (Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt))

As razões para esta concentração de estabelecimentos nestes cinco concelhos parecem-nos óbvias. A cidade de Aveiro representa o principal pólo e a principal centralidade urbana da área de estudo sendo, ainda, administrativamente a capital de distrito. Por esta razão, é natural que aqui se concentrem a maioria dos serviços, potenciando uma maior apetência para a instalação de empreendimentos turísticos. Mira e Ovar são municípios que têm já uma grande tradição em termos de turismo, tendo sido o seu processo de desenvolvimento muito baseado na exploração deste sector, além de que a aposta no turismo foi sempre vista como prioritária, nomeadamente o turismo de sol e praia, pela qualidade das suas praias e pela envolvente que possui, com características naturais de grande qualidade. Ílhavo é o município que mais perto se encontra de Aveiro e que possui praias de excelente qualidade, sendo muitas vezes referidas como as “praias de Aveiro”. Por este motivo é um município que também apresenta um valor importante no que se refere aos

estabelecimentos hoteleiros e capacidade de alojamento. Por fim Águeda apresenta uma tradição e um carácter mais industrial e muito por este motivo existe uma maior concentração de estabelecimentos hoteleiros que permitem, a quem se desloca a negócios, alojar-se mais perto do local que necessita.

É, no entanto, interessante analisar a capacidade de alojamento por cada 1000 habitantes. Pelo gráfico seguinte verificamos que Mira é o município que apresenta maior capacidade de alojamento por cada 1000 habitantes (24,9‰), apesar da capacidade de alojamento total e o número de estabelecimentos do município serem bastante inferiores aos de Aveiro, como já se verificou anteriormente. De seguida surge, como não é de estranhar, o município de Aveiro, com uma capacidade de alojamento por cada 1000 habitantes de 19‰ (figura 22). Este facto deve-se essencialmente à grande concentração de estabelecimentos hoteleiros existentes neste município que faz com que a sua capacidade de alojamento seja realmente significativa. O município de Murtosa, apesar de apresentar apenas 4% do total de estabelecimentos de toda a região e 6% da sua capacidade total de alojamento, quando analisando esta capacidade relativamente à sua população, verifica-se que para cada 1000 habitantes existe uma capacidade de alojamento de 14,5‰.



**Figura 22 – Capacidade de alojamento, por cada 1000 habitantes** (Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt))

Este indicador permite-nos concluir que municípios com menor população, como é o caso de Mira e Murtosa, possuem uma capacidade de alojamento bastante elevada para a população que neles habita. Este cenário é o reflexo de uma tradição turística destes municípios e da sua capacidade de atrair visitantes. É por isso que nestes municípios e em particular na época estival, a população

presente atinge valores muito elevados, chegando mesmo a duplicar o seu valor, facto que representa neste período efeitos negativos de sobrecarga dos sistemas de infraestruturação básica.

Se analisarmos este indicador para toda a área em estudo, verificamos que a capacidade de alojamento por cada 1000 habitantes é em média 9,6‰. Este valor encontra-se abaixo do valor registado para a região centro (17,6‰), o que não é de estranhar, pois como já tinha sido verificado, a capacidade de alojamento da “Ria de Aveiro” é bastante inferior à capacidade total da região Centro, onde se encontra inserida.

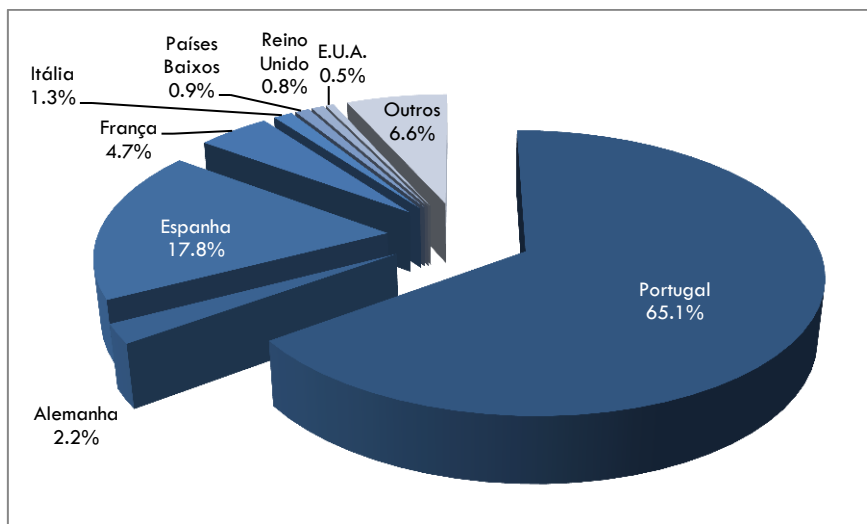
Ainda no que respeita à oferta turística, destaca-se a presença de 21 empresas de animação turística e 21 operadores marítimos turísticos nesta região, registadas no Instituto de Turismo de Portugal, IP (Anexo IV – quadros 1 e 2).

Estas empresas oferecem uma quantidade de atividades relacionadas com o ar (ex. aeromodelismo, paraquedismo, etc.), a terra (pedestrianismo, rappel, etc.), a água (canoagem, surf, etc.) e a exploração de instalações fixas (artes gráficas, visitas a monumentos, etc.). Algumas destas atividades são reconhecidas como turismo de natureza, pelo Instituto Nacional de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF).

Pela análise dos quadros do anexo IV verifica-se a existência de uma quantidade significativa de empresas de animação turística e de operadores marítimos turísticos, que podem proporcionar diversas experiências ao visitante que procura esta região. Parece-nos, no entanto, que a maior parte das empresas oferecem o mesmo tipo de serviços sendo, portanto, necessário encontrar uma plataforma que permita aos vários operadores identificar dois aspetos: em primeiro lugar, se as suas ofertas estão direcionadas para o visitante; em segundo lugar, se não existirão outras experiências que cativem mais visitantes e baseadas nos recursos endógenos da região e, por fim, perceber até que ponto podem trabalhar em conjunto sem que sobreponham as suas atividades e sem que haja oferta excessiva num local e deficitária noutro.

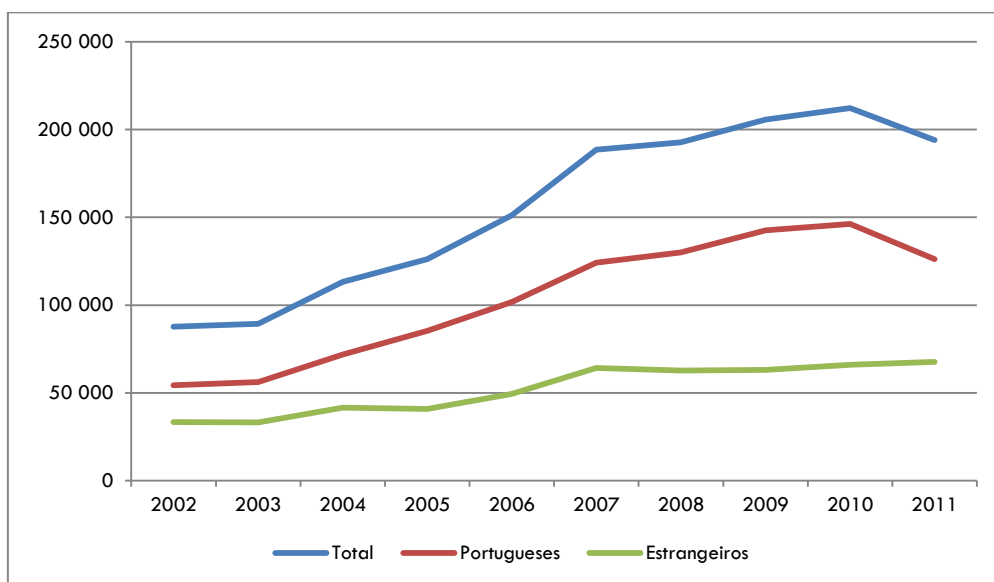
### **A Procura**

Pela análise dos dados referentes à entrada de hóspedes nos estabelecimentos turísticos, verifica-se que na sua maioria correspondem a hóspedes portugueses, com mais de 65% do total de entradas (figura 23), o que revela que esta região se baseia maioritariamente no turismo interno. Os hóspedes espanhóis atingem quase os 18% do total de entradas de hóspedes e os franceses perto de 5%.



**Figura 23 – Hóspedes, por país de proveniência, 2011** (Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt))

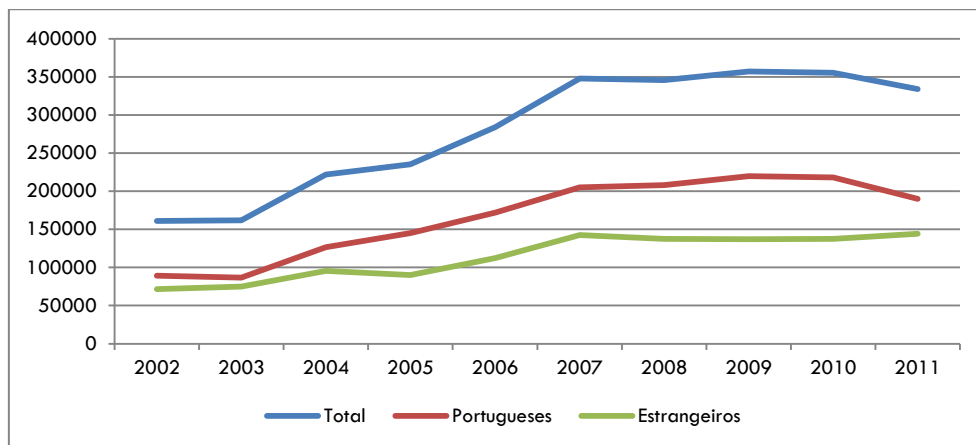
Analisando a evolução das entradas ao longo dos últimos anos, verifica-se um contínuo aumento desde 2003, com maior expressão até ao ano de 2007. Entre 2007 e 2008 parece existir uma quase estagnação no número de entradas de hóspedes, sendo que em 2009 volta a existir um ligeiro aumento, até 2010, tendo ultrapassado a barreira dos 200000 hóspedes. No entanto, no ano de 2011, voltou a verificar-se uma acentuada diminuição no número de hóspedes (figura 24) nesta região, nomeadamente devido a uma diminuição dos hóspedes portugueses.



**Figura 24 – Entrada de Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros** (Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt))

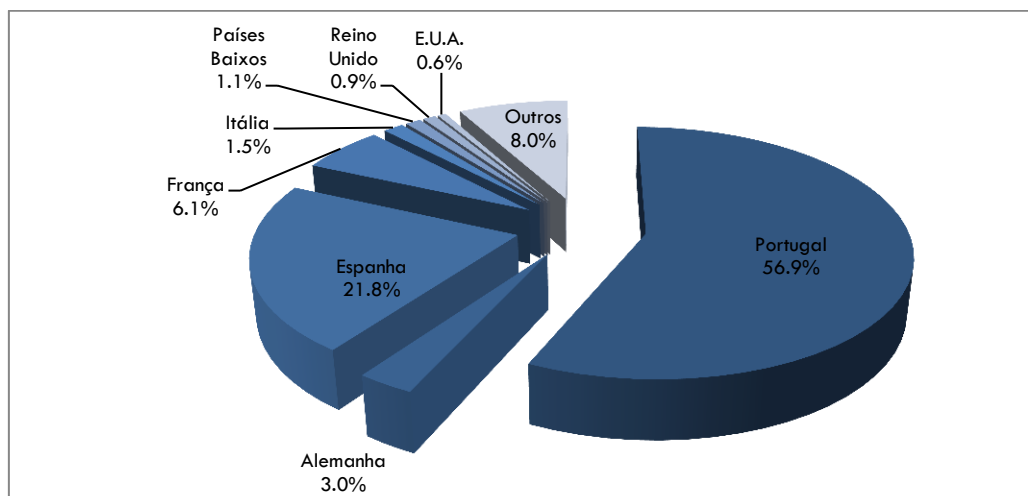
A variação das dormidas entre 2002 e 2010 indica-nos, tal como a entrada de hóspedes, um aumento muito significativo entre 2002 e 2007, ano em que se alcançaram as 350000 dormidas

nesta região (figura 25). A partir de 2007 verifica-se uma estagnação do número de dormidas, o que indica, através da análise conjunta do número de hóspedes e do número de dormidas, que, a partir de 2007 os turistas passaram a pernoitar menos noites, já que o número de dormidas em 2009 e 2010 não acompanhou o crescimento do número de hóspedes entrados nesses mesmos anos. Em 2011, tal como aconteceu com a entrada de hóspedes, o número de dormidas também diminuiu significativamente. No entanto, esta diminuição foi sentida por parte dos hóspedes portugueses, já que o número de dormidas dos hóspedes estrangeiros aumentou.



**Figura 25 - Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros** (Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt))

Sendo esta área caracterizada maioritariamente pela presença de hóspedes portugueses, não é de estranhar que mais de 50% das dormidas sejam efetuadas por estes hóspedes. Não obstante, cerca de 22% das dormidas são de hóspedes espanhóis, seguidos dos franceses com perto de 6% (figura 26).



**Figura 26 – Dormidas, por país de proveniência, 2011** (Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt))

Relativamente à taxa líquida de ocupação cama nos estabelecimentos hoteleiros da região, verifica-se que o valor é relativamente baixo (26% no ano de 2011). Constatou-se assim que existe uma oferta de camas superior às necessidades da região. Além disso, este valor tem vindo a diminuir nos últimos três anos, ao contrário do que se passa na região Centro e em Portugal, onde se verifica um aumento da taxa líquida de ocupação cama (quadro 23).

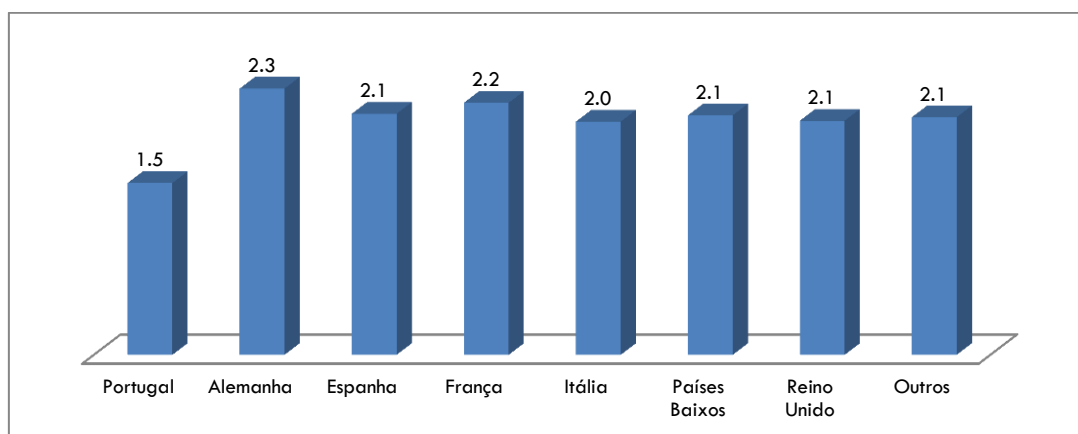
**Quadro 23 – Taxa líquida de Ocupação Cama (comparação com Portugal e Região Centro)**

	2009	2010	2011
<b>Portugal</b>	38,3	38,7	40
<b>Centro</b>	36,7	37,7	38,5
<b>Área de estudo</b>	29,1	28,5	26

Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

Estes valores tornam claro que para a quantidade de turistas que visita a região, o número de camas disponíveis é excessivo, pelo que há necessidade de repensar a estratégia que está a ser seguida ao nível da oferta turística. A oferta de unidades mais atrativas (com melhoria das já existentes), ou de programas de descoberta da região poderão incentivar a procura desta área e permitir, assim, que a taxa líquida de ocupação cama possa aumentar.

No que diz respeito à estada média (relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes) de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros verifica-se, que em média, cada turista permanece apenas 1,7 noites nos estabelecimentos hoteleiros da região. No entanto, quando analisando a estada média dos turistas por país de proveniência, verifica-se que os turistas portugueses, apesar de serem os que mais visitam a região, acabam por ser aqueles que menos tempo permanecem (figura 27).



**Figura 27 – Estada média dos turistas nos estabelecimentos hoteleiros, 2011** (Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt))

De facto, verifica-se pela análise deste gráfico que os hóspedes provenientes de Portugal são aqueles que passam menos tempo hospedados na região, com uma média de 1,5 noites. Ao contrário, são os hóspedes alemães e franceses que permanecem, em média, mais tempo alojados na região, com 2,3 e 2,2 noites, respetivamente.

Esta breve análise estatística dos estabelecimentos hoteleiros, capacidade de alojamento, hóspedes e dormidas permite-nos constatar que a Ria de Aveiro tem já uma procura que se pode considerar relativamente significativa. Apesar disso foi notória a quebra no número de hóspedes entrados em 2011, o que se pode ficar a dever à conjuntura económica que o país atravessa pois, como se verificou, o turismo da região vive grandemente do mercado interno. Verifica-se também que o número de camas disponíveis é, de momento, excessivo para a quantidade de turistas que visitam a região, pois a taxa líquida de ocupação cama fica muito aquém do que seria desejado. Não obstante, e por indisponibilidade de dados, a análise da taxa de ocupação cama não foi feita mensalmente. Possivelmente verificar-se-ia que durante os meses de Verão estes valores de taxa de ocupação cama seriam bem mais elevados, já que essa é a época onde se verifica a maior presença de turistas na região.

### **5.2.3. OS RECURSOS TURÍSTICOS DA RIA DE AVEIRO**

A região da Ria de Aveiro é uma região que apresenta variadíssimos recursos naturais e socioculturais, tais como praias marítimas e fluviais, frentes ribeirinhas, marinhas de sal, florestas, reserva natural e áreas de interesse conservacionista, aldeias serranas, património construído, nomeadamente religioso, casas de interesse (arte nova, palheiros), museus, azulejaria, estações arqueológicas, entre outros.

A proximidade entre o mar e a serra cria condições para a existência de paisagens diversificadas, nomeadamente encostas e vales encaixados, com paisagens tipicamente serranas, contrastando com a planície costeira, onde surgem praias arenosas e uma vasta área lagunar que modela o território, numa área geográfica relativamente pequena (cerca de 45 km de largura máxima), características estas que podem e devem ser aproveitadas para potenciar o sector do turismo na região, apostando na sustentabilidade e tornando-o competitivo relativamente a outras regiões do país. É assim uma área caracterizada por uma grande qualidade a nível ambiental e patrimonial, apresentando uma diversidade de recursos naturais, culturais, arquitetónicos e etnográficos de grande valor.

A diversidade de recursos passa em primeiro lugar pela existência da “Ria de Aveiro” que desempenha um efeito regulador sobre a paisagem envolvente, tendo sido fortemente condicionada pela presença humana. É uma área que *“resulta e é condicionada por fortes intervenções humanas, nomeadamente pela fixação da barra e dragagem de canais para a navegação, pela construção de diques, de tanques de piscicultura e de salinas; pela colheita do moliço e do caniço; pelas actividades agrícolas nas zonas envolventes; pela construção de vias de circulação automóvel; pela poluição urbana e industrial; pela pesca e apanha de bivalves, etc.”* (DGOTDU, 2004, pág. 143). São vários os afluentes que desaguam no rio Vouga, destacando-se como principais os rios Caima, Sul e Antuã, na margem direita, e os rios Águeda, Cértima e Alfusqueiro, na margem esquerda (Almendra, 2012). Esta rede de afluentes proporciona a existência de características especiais para o sector do turismo, nomeadamente pela presença de praias fluviais (cerca de 19) que se encontram um pouco por toda a região. Além da “Ria” e de todos os seus afluentes, salientam-se as praias costeiras que se estendem desde Ovar até Mira. Estas são, sem dúvida, as áreas de maior afluência turística, essencialmente no Verão, onde se verifica a presença de muitos visitantes que procuram o produto sol/mar para os seus tempos de lazer.

Nestas áreas, são também vários e extensos os pinhais litorais (Pinhal do Regente Rei, Pinhal de Ovar, entre outros) e ainda as áreas de proteção da natureza, com interesse a nível municipal (Pateira de Frossos, Lago do Mar, Barrinha e Lagoa da Mira), regional (Ria de Aveiro), nacional (Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto) ou mesmo internacional (ZPE Ria de Aveiro, Sítio das Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas, Sítio da Barrinha de Esmoriz – ao abrigo da Rede Natura 2000; Pateira de Fermentelos – sítio RAMSAR).

É ainda visível a crescente oferta em percursos pedonais e/ou Cicláveis cuja conceção de traçado revela uma forte ligação ao património natural da região e que podem, assim, proporcionar vivências e experiências únicas. Destacam-se os percursos existentes em Águeda, Estarreja, Ílhavo, Mira, Murtosa, Ovar e Sever do Vouga que possibilitam um contacto com a natureza e com o património local construído.

Com o objetivo de melhor identificar os principais recursos existentes no território foi elaborado o quadro que se segue (quadro 24), discriminando, por concelho os diferentes recursos, divididos nas seguintes tipologias: Património Natural, Património Cultural, Gastronomia e Eventos. Para a elaboração deste quadro utilizou-se a informação disponível no UNIR@RIA – Plano Intermunicipal de ordenamento da Ria de Aveiro, PEDTRL – Plano Estratégico de Desenvolvimento da Rota da Luz e o trabalho de campo realizado. São ainda apresentados mapas da distribuição dos principais recursos, equipamentos e infraestruturas turísticas (figura 28 e figuras parcelares por tipologia – alíneas a) a s) da figura 28) baseado no Sistema de Informação Geográfica (SIG) que foi



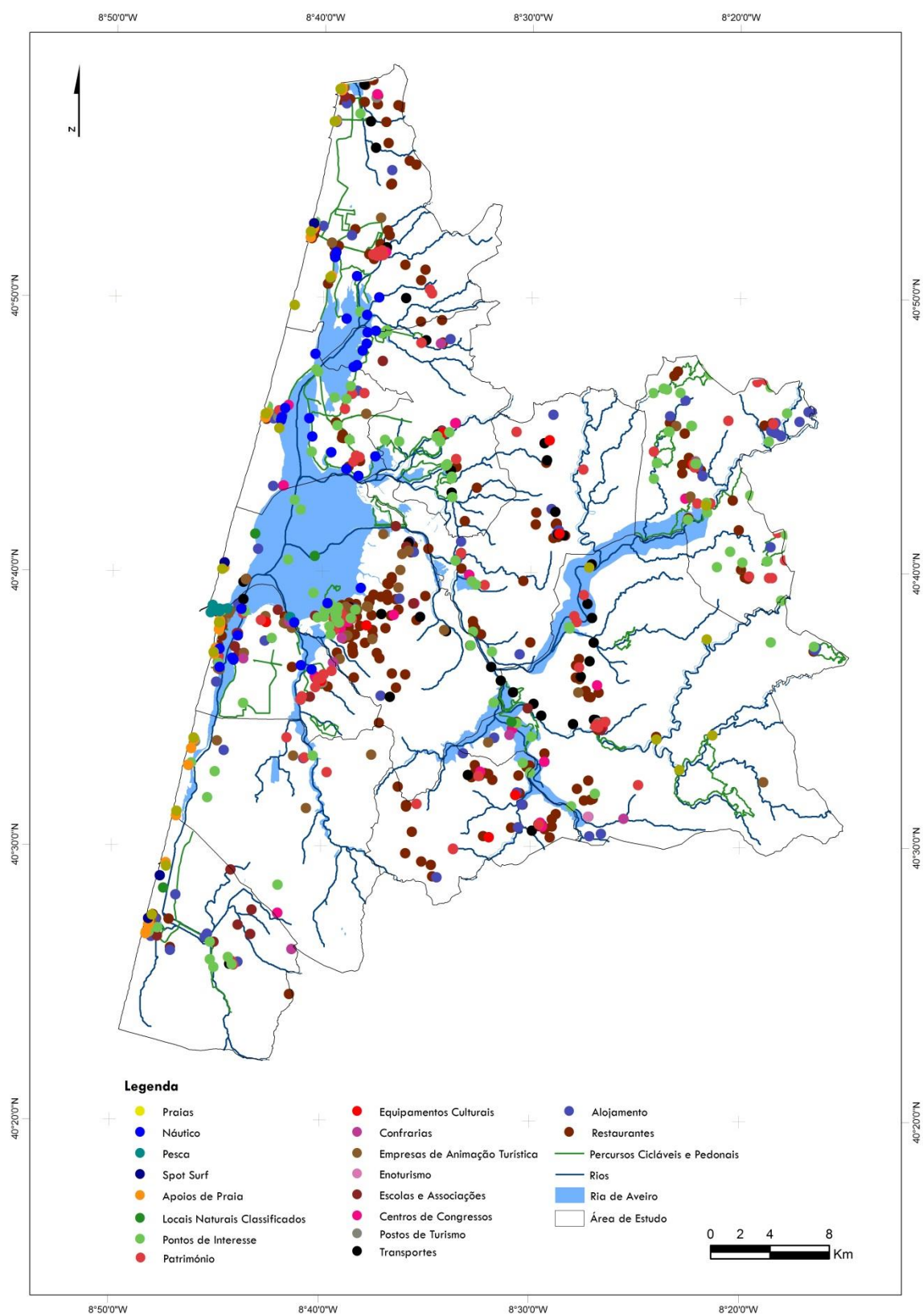
elaborado no âmbito do “Desenvolvimento de um Sistema de Informação da Oferta Turística da Ria de Aveiro”, integrado projeto PRORIA – Implementação e Promoção do Pólo de Marca Turística Ria de Aveiro (<http://sig.riadeaveiro.pt/web/>). Como a área de estudo não é convergente, foram retirados os recursos identificados para o município de Anadia e acrescentados os recursos do município de Mira.

**Quadro 24 – Recursos Turísticos da Ria de Aveiro**

Concelho	Património Natural	Património Cultural	Gastronomia	Eventos
<b>Águeda</b>	Pateira de Fermentelos Praias Fluviais Áreas Serranas do interior do concelho Trilhos pedestres com mais de 40 km Rede hidrográfica – rios Cértima, Vouga e Águeda Áreas ribeirinhas	Aldeias serranas – Macieira de Alcoba, Urgueira, Carvalhal e Ventoso Património religioso – diversas igrejas e capelas, com destaque para a Igreja Paroquial da Trofa Panteão dos Lemos (Monumento Nacional) Pelourinhos Estação Arqueológica do Cabeço do Vouga/Sítio da Mina Casa Museu de Etnografia da Região do Vouga Museu da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro Museu Ferroviário de Macinhata do Vouga Linha do Vouga	Leitão assado à Bairrada Carne de carneiro Peixe Enguias Lampreia Doçaria Pastéis de Águeda Fuzis Sequilhos	Festa Anual do leitão à Bairrada Expo-regiões Festival de Bandas do concelho Campeonato Nacional e Europeu de Motocross
<b>Albergaria-a-Velha</b>	Pateira de Frossos Áreas ribeirinhas	Monumentos Megalíticos do taco Património religioso – igrejas e capelas, com destaque para o Santuário de Nossa Senhora do Socorro Pelourinho de Frossos Casas de Interesse – Solares Moinhos do Fontão Diversidade de grupos folclóricos e de bandas musicais	Peixe Caldeiradas de peixe Caldeiradas de Enguias Lampreia Doçaria Arroz-doce Bilharacos de Natal	Romaria Anual ao Santuário de Nossa Senhora do Socorro
<b>Aveiro</b>	Canais da Ria de Aveiro Reserva natural das Dunas de S. Jacinto Praia de S. Jacinto Espécies de fauna e flora associadas ao ecossistema da Ria de Aveiro	Casas de Interesse – Arte Nova Moliceiros Património Religioso – diversas igrejas e capelas, com destaque para a Sé Catedral de Aveiro Museu de Santa Joana Princesa Estações Arqueológicas Pelourinhos e cruzeiros Peças de Cerâmica	Peixe Caldeiradas de Enguia Fritadas de peixe da Ria Mexilhões Pitêu de Raia Bacalhau Carne Rojões Cabrito	Feira de Março Feira de Artesanato da Região de Aveiro Agrovouga Feira de Gastronomia Festa de S. Goncalinho

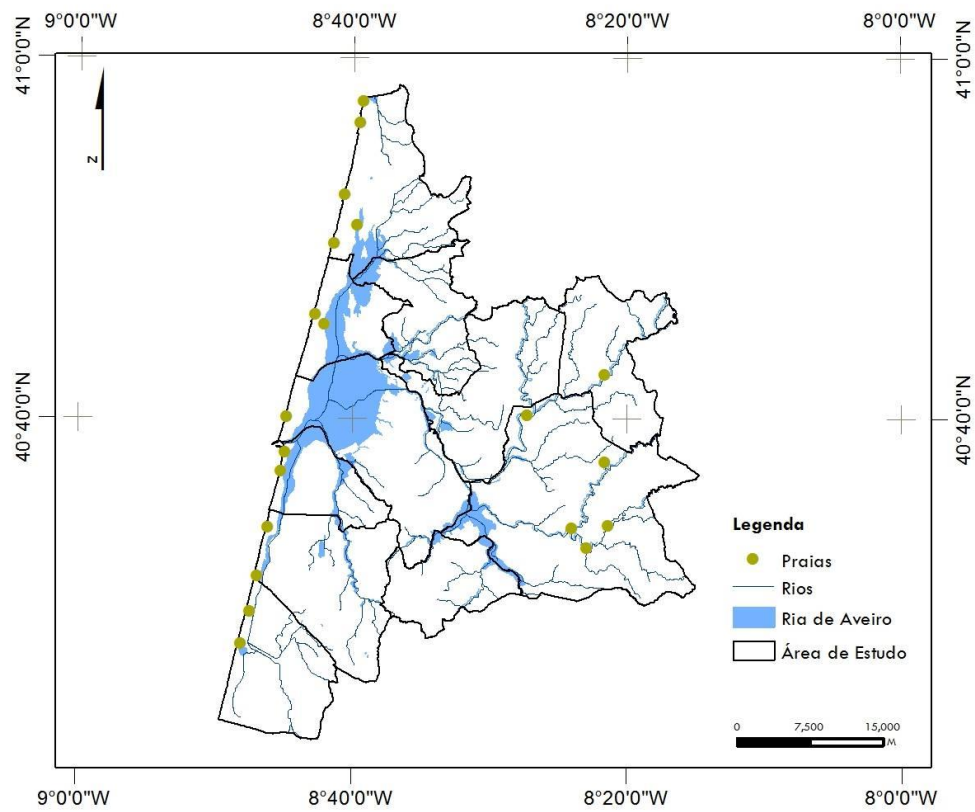
Concelho	Património Natural	Património Cultural	Gastronomia	Eventos
		Azulejaria	Doçaria Ovos Moles Bolos de gemas Cavacas Folares	
<b>Estarreja</b>	Percursos pedestres do BioRia Mosaico Agrícola do Baixo Vouga Lagunar (Bocage) Áreas ribeirinhas Rede Hidrográfica	Casa Museu Egas Moniz Património Religioso – diversas igrejas e capelas Casas de interesse – Palacetes, Solares Moliceiros	Peixe Caldeiradas Enguias Carne Dobrada Vitela Assada Rojões Pão Broa de Milho	Carnaval
<b>Ílhavo</b>	Praias – Barra e Costa Nova Ria de Aveiro Mata Nacional	Farol da Barra Palheiros da Costa Nova Património Religioso – diversas igrejas e capelas, com destaque para a Capela de Nossa Sr.ª Da Penha de França Quinta da Ermida Aldeia da Vista Alegre Museu Marítimo de Ílhavo Navio-Museu Santo André Museu da Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre	Peixe Bacalhau Caldeirada de Enguias Marisco Peixe Fresco Doçaria Folares de Vale de Ílhavo	Festival Gastronómico do Bacalhau
<b>Mira</b>	Praias – praia de Mira e Poço da Cruz Barrinha de Mira Lagoa de Mira Lago do Mar Floresta Linhas de Água (Valas)	Património Religioso – diversas igrejas e capelas com destaque para a Igreja Matriz de Mira e Capela da Praia de Mira Moinhos de água Pelourinhos e Cruzeiros Casas de Interesse – Casa gandareza Palheiros de Mira (já se encontram muito poucos) Museu Etnográfico Arte Xávega	Peixe Caldeiradas de Peixe Caldeirada de Enguias Enguias suadas Arroz de galo Sarrabulho Favas à Moda de Mira Torresmos Filhós Arroz doce Fatias Douradas (Rabanadas)	Festa de S. Tomé Provas de Columbofilia

Concelho	Património Natural	Património Cultural	Gastronomia	Eventos
<b>Murtosa</b>	Percursos do NaturRia Praia da Torreira Ria de Aveiro Mosaico Agrícola	Pesca Tradicional na Ria Arte Xávega Património Religioso – diversas igrejas e capelas Museu Etnográfico da Murtosa Casa Museu Custódio Pato Moliceiros	Caldeirada de Enguias Enguias de Escabeche Enguias Fritas Peixe Fresco	Festa de S. Paio da Torreira
<b>Oliveira do Bairro</b>	Parte da Pateira de Fermentelos Áreas ribeirinhas do Rio Cértima e Levira Mosaico Agrícola Encostas de Vinhas	Património religioso – diversas igrejas e capelas Museu de S. Pedro Museu Municipal de Velharias Integrado no Roteiro Vitivinícola da Bairrada	Carne Leitão assado à Bairrada Carne de Porco Chanfana de Carneiro Enguias Vinhos da Bairrada – brancos tintos e espumantes	FIACOB Marchas Populares
<b>Ovar</b>	Praias – Esmoriz, Cortegaça, Furadouro, Maceda, Arada e Torrão do Lameiro Praia Fluvial do Areinho Ria de Aveiro Floresta Trilho florestal	Património religioso – diversas igrejas e capelas com destaque para as Capelas dos Passos com cenas da Paixão de Cristo Museu de Ovar Casa-Museu de Arte Sacra Museu Júlio Dinis (casa owarenses) Museu Escolar Oliveira Lopes Museu Etnográfico de Válega Azulejaria	Carne Rojões Peixe Caldeirada de Enguias Doçaria Pão-de-ló de Ovar	Carnaval Eventos associados à Páscoa, com a romaria das Capelas dos Passos
<b>Sever do Vouga</b>	Área montanhosa Floresta Percursos pedestres Parque da Cabreira Minas do Braçal Praias Fluviais Áreas ribeirinhas do Rio Vouga	Ecopista na antiga Linha do Vouga Recuperação de Casas de Aldeias Património arqueológico e histórico – antas, monumentos pré-históricos, calçada romana Património religioso – arte sacra	Carne Vitela à Lafões	Feira do Mirtilo
<b>Vagos</b>	Praias – Vagueira e Areão Ria Floresta Canal e vale do Rio Bouco	Património religioso – destaque para Santuário de N.ª Sr.ª de Vagos Arte Xávega	Peixe Caldeiradas Peixe fresco Carne Assados de Coelho Chanfana de Carneiro	Festa de N.ª Sr.ª de Vagos

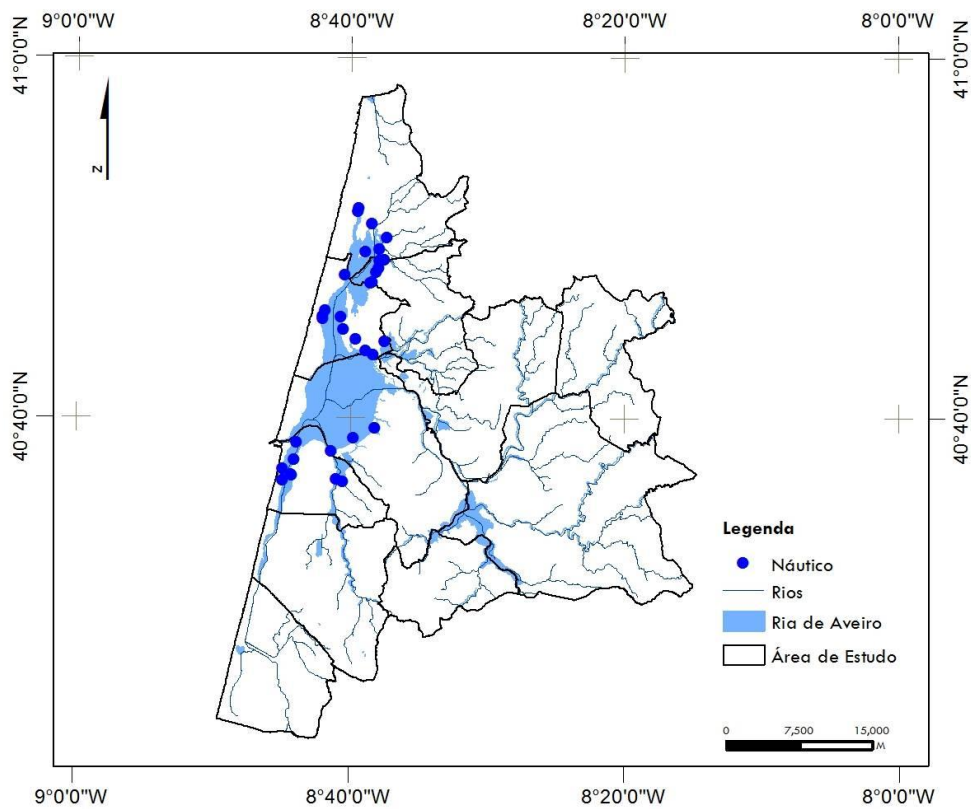


**Figura 28 – Recursos Turísticos da região da Ria de Aveiro**

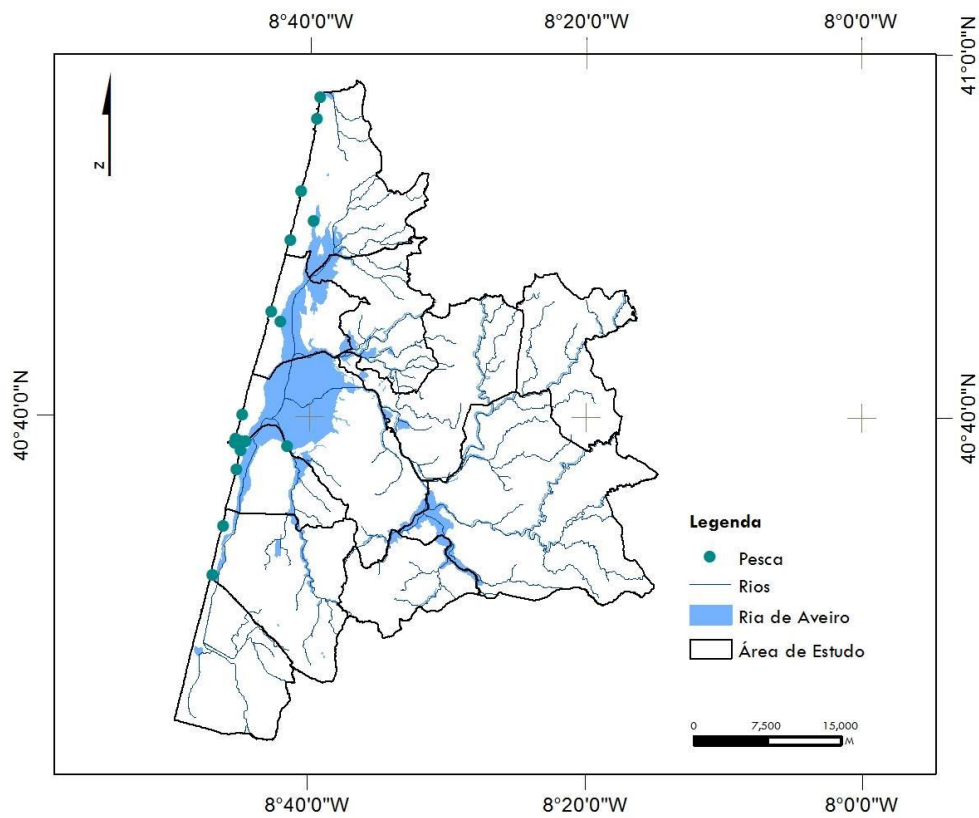
Fonte: PRORía, 2013



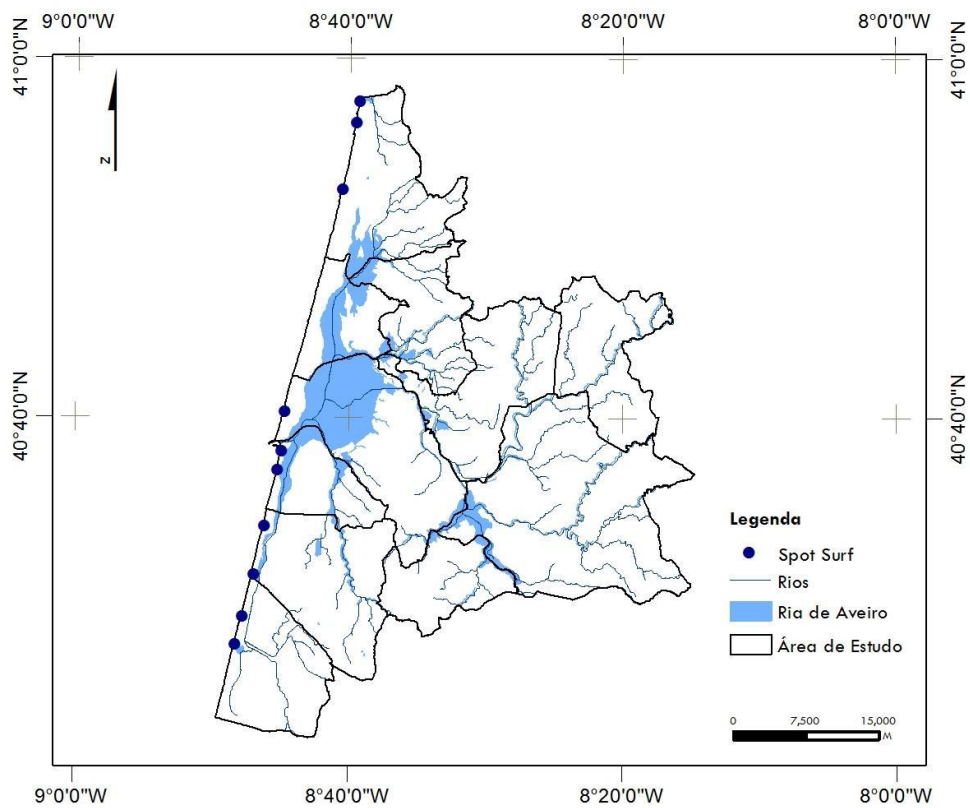
**Figura 28 (a) – Praias** (Fonte: PRORia, 2013)



**Figura 28 (b) – Náutico** (Fonte: PRORia, 2013)

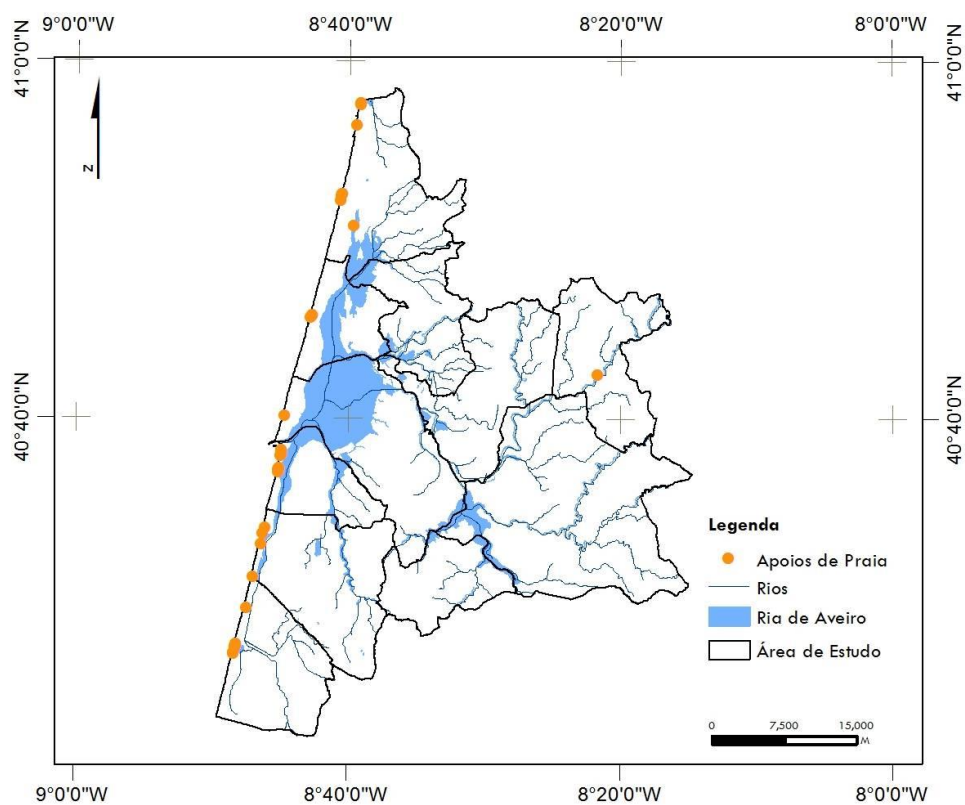


**Figura 28 (c) – Pesca** (Fonte: PRORía, 2013)

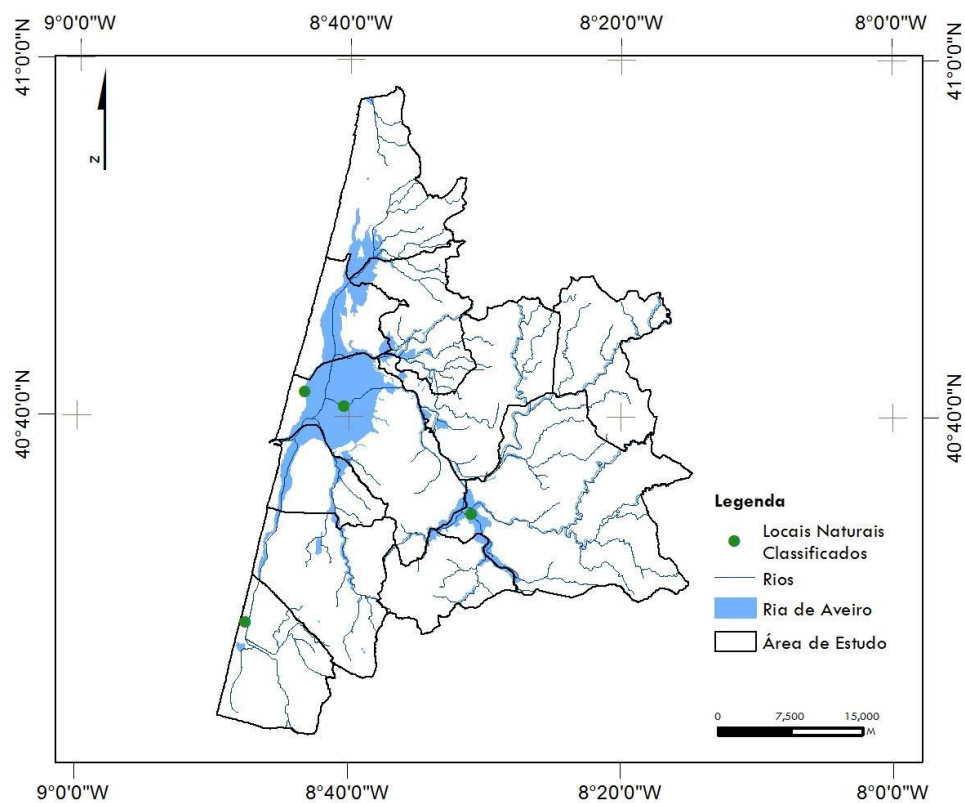


**Figura 28 (d) – Spot Surf** (Fonte: PRORía, 2013)



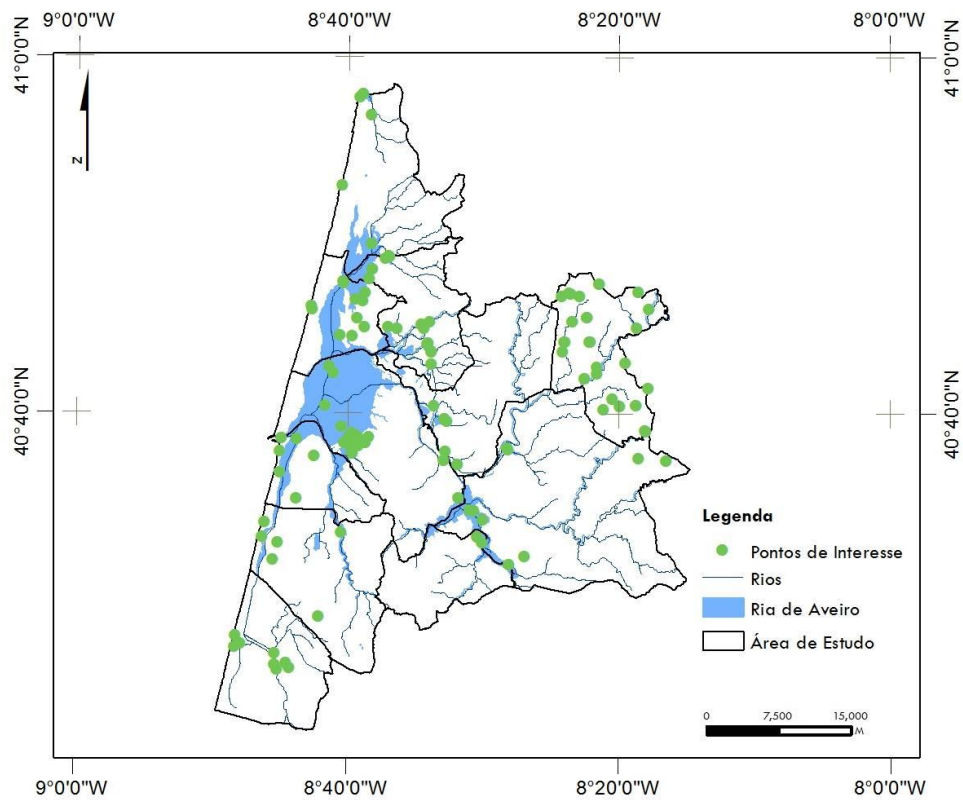


**Figura 28 (e) – Apoios de Praia** (Fonte: PRORía, 2013)

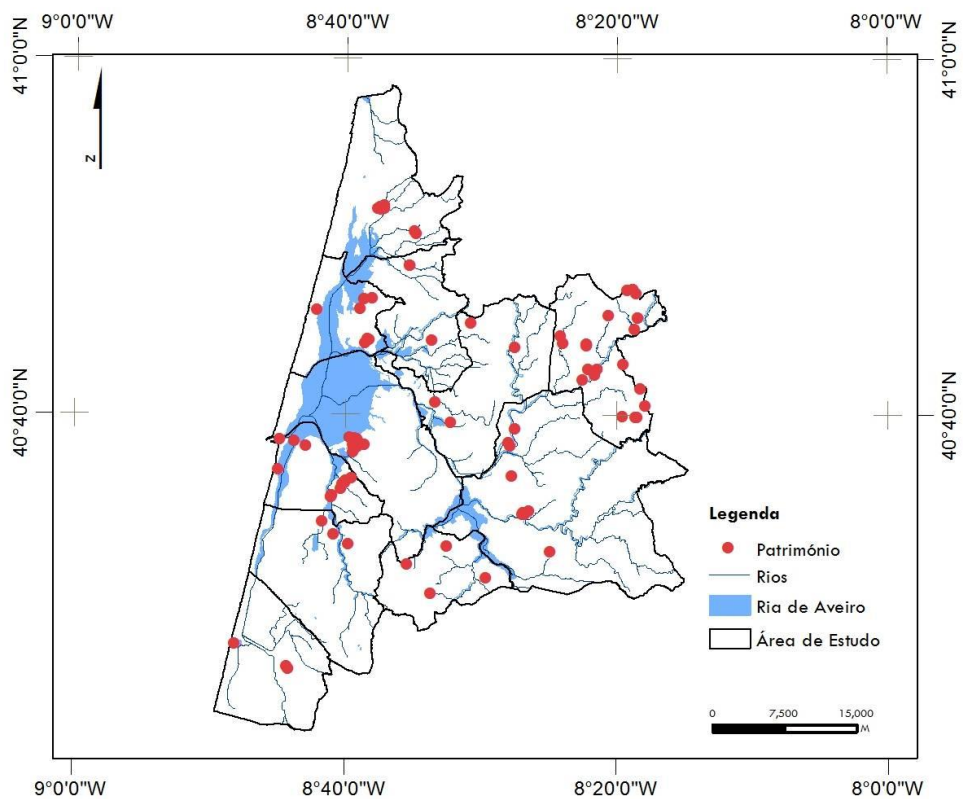


**Figura 28 (f) – Locais Naturais Classificados** (Fonte: PRORía, 2013)

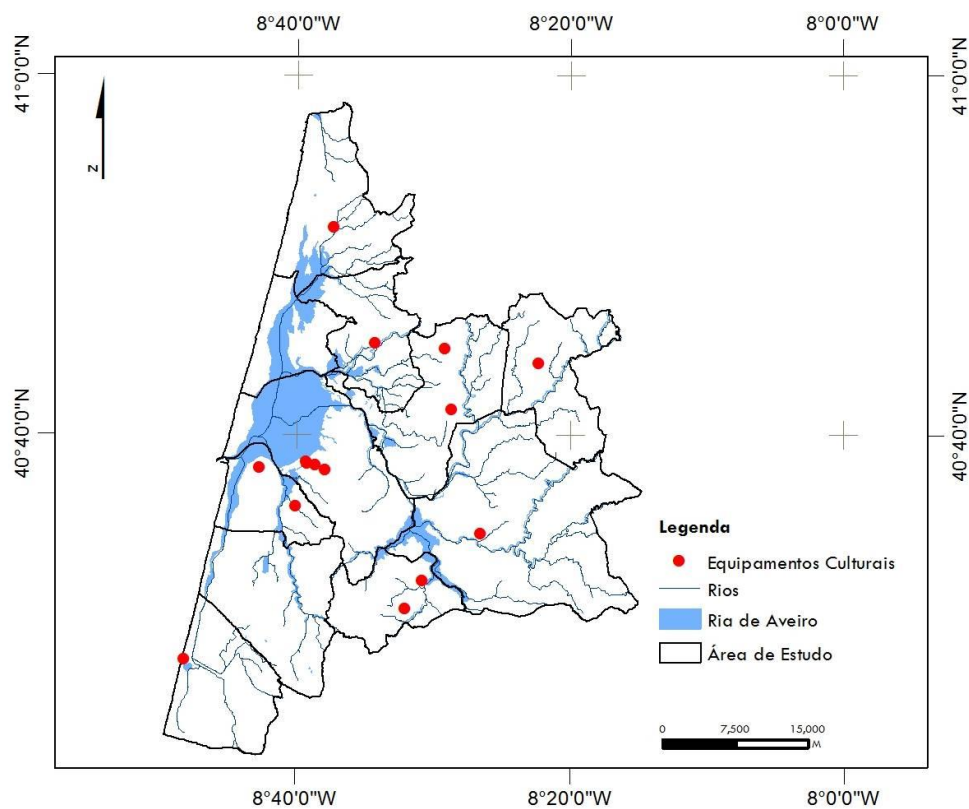




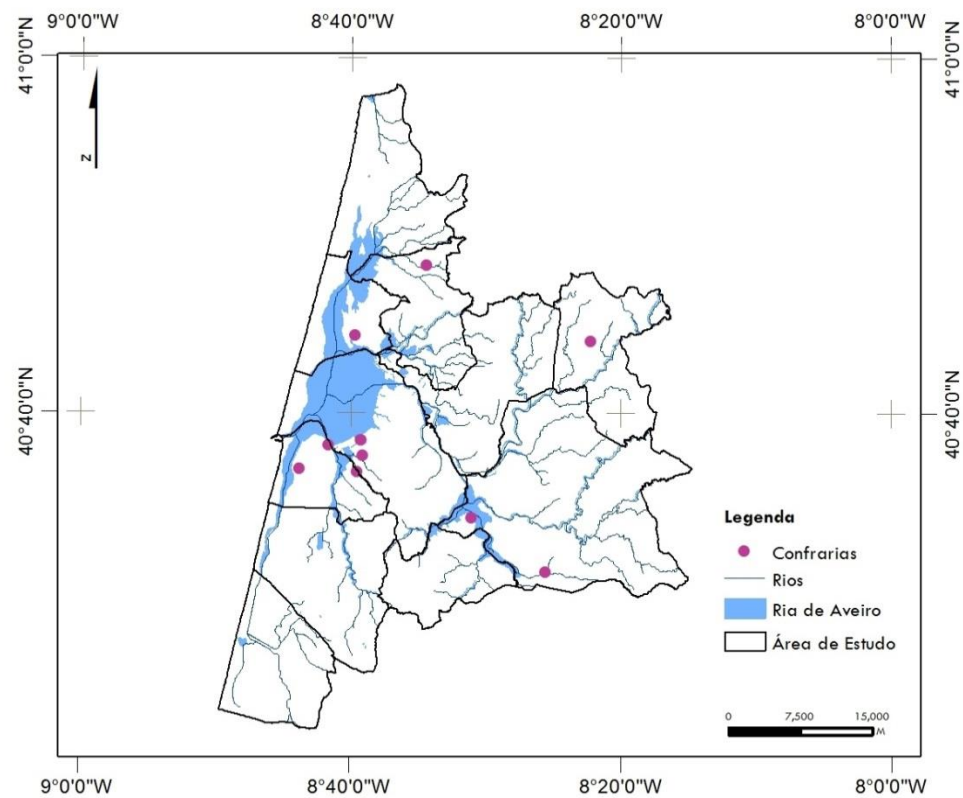
**Figura 28 (g) – Pontos de Interesse** (Fonte: PRORíA, 2013)



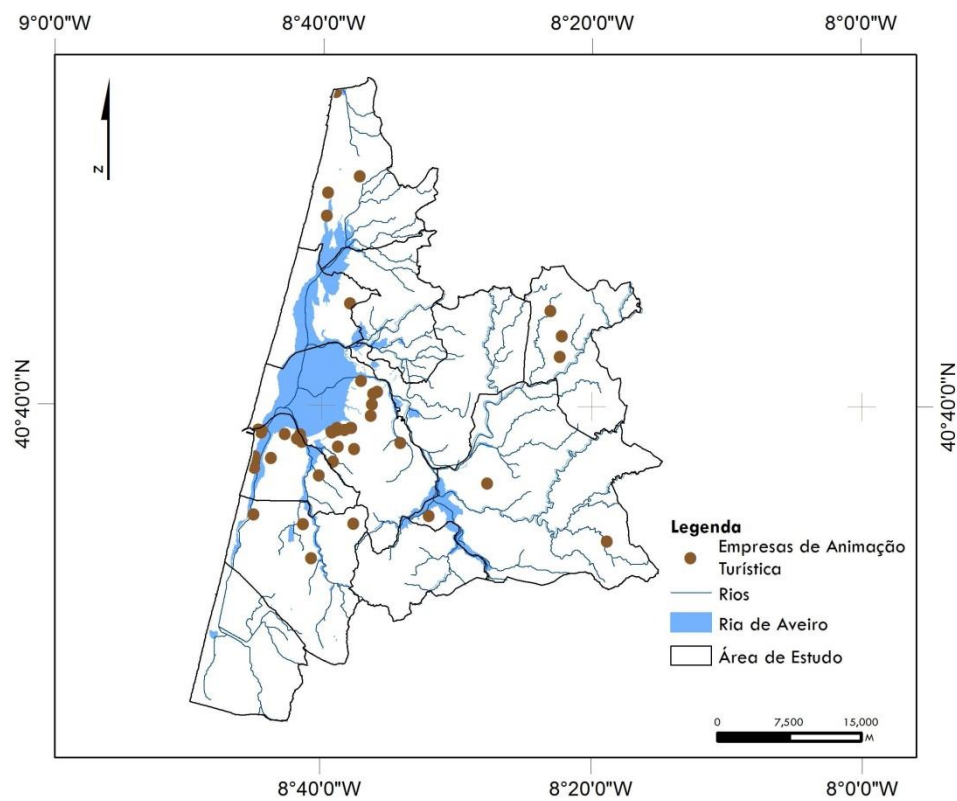
**Figura 28 (h) – Património** (Fonte: PRORíA, 2013)



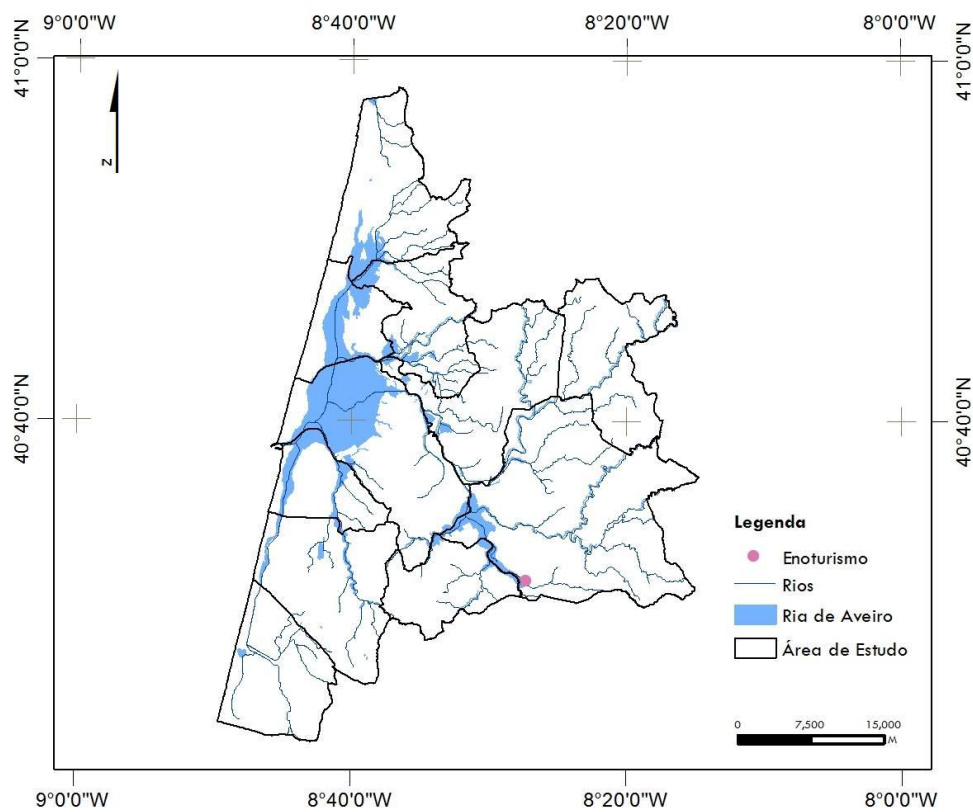
**Figura 28 (i) – Equipamentos Culturais** (Fonte: PRORía, 2013)



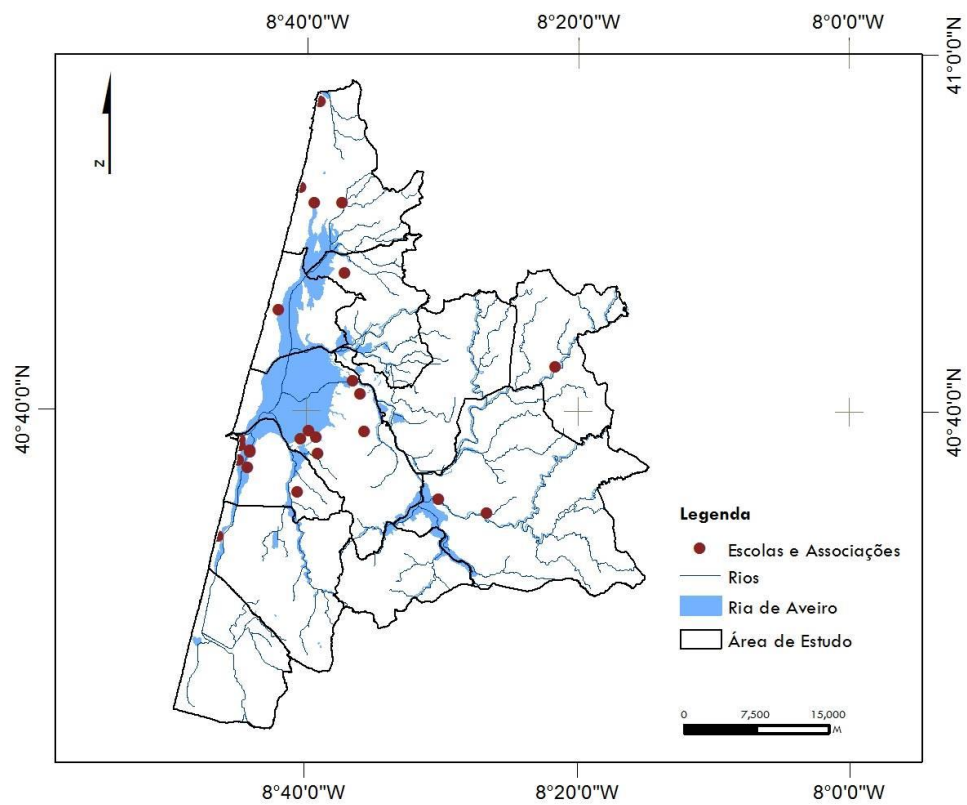
**Figura 28 (j) – Confrarias** (Fonte: PRORía, 2013)



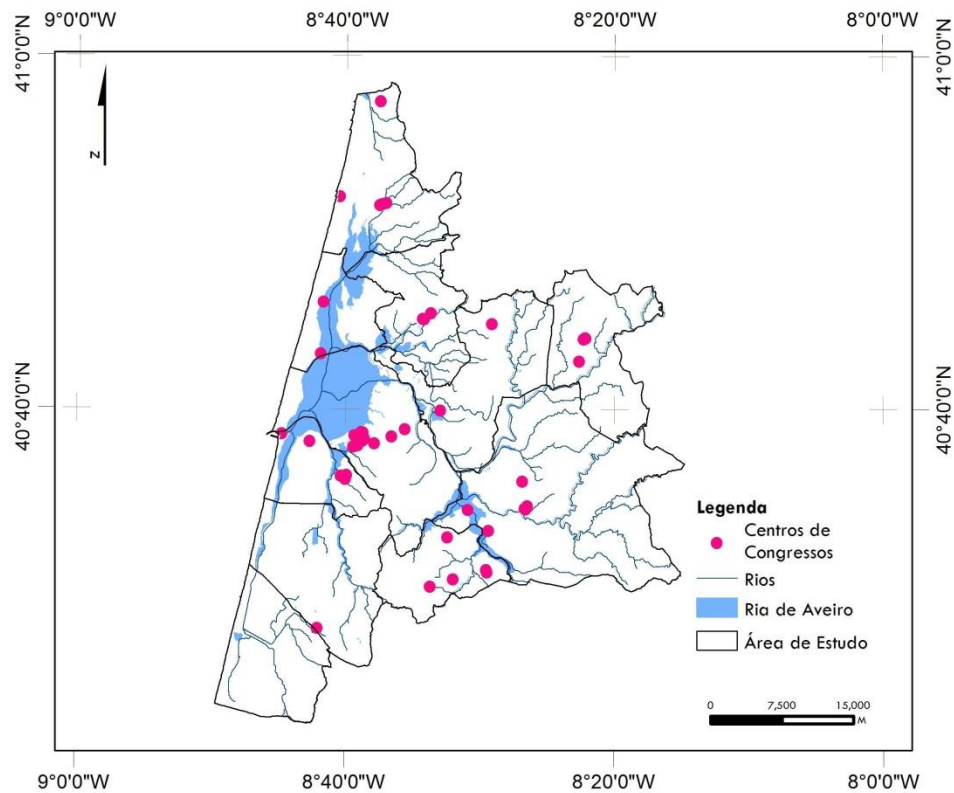
**Figura 28 (k) – Empresas de Animação Turística** (Fonte: PRORíA, 2013)



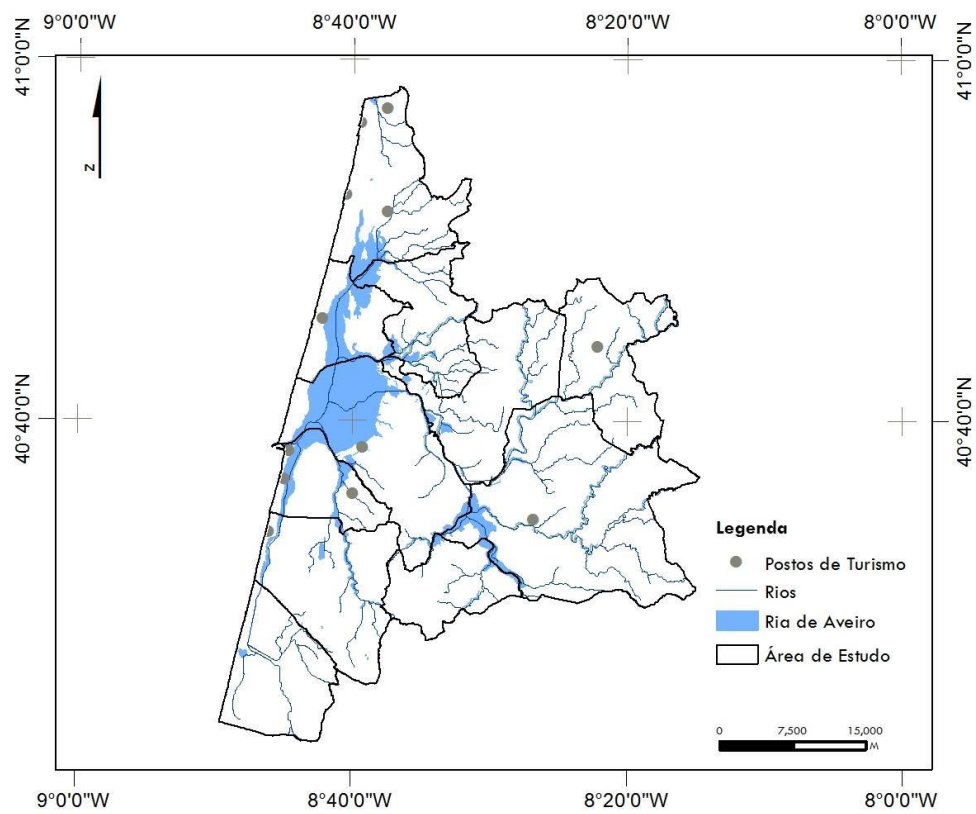
**Figura 28 (l) – Enoturismo** (Fonte: PRORíA, 2013)



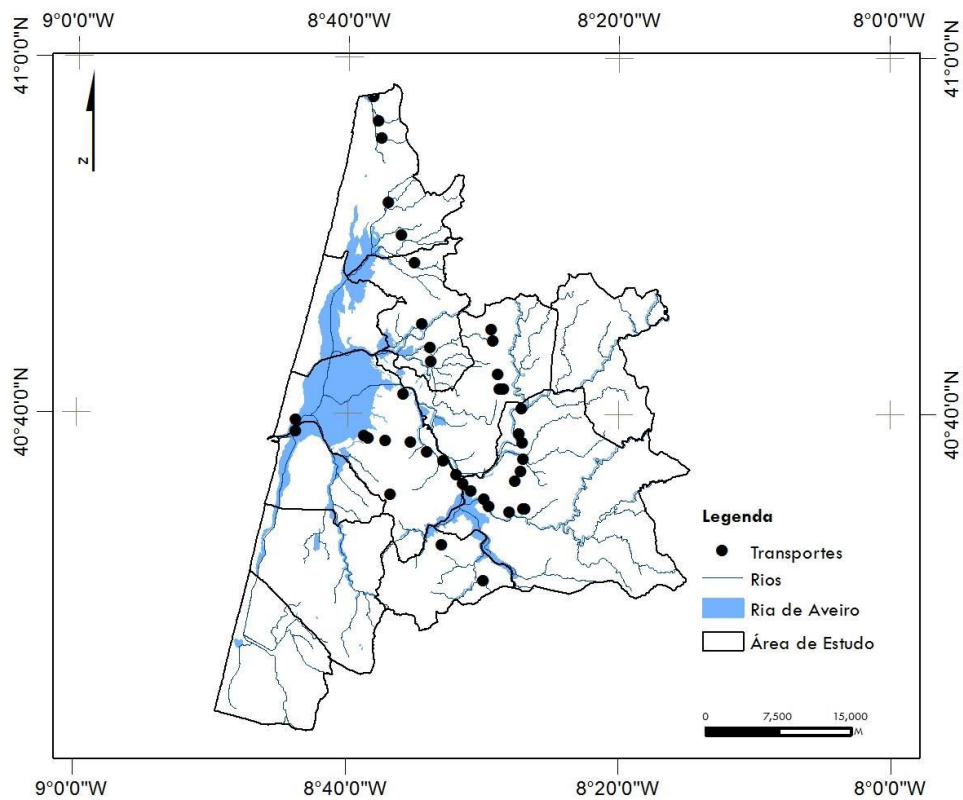
**Figura 28 (m) – Escolas e Associações** (Fonte: PRORía, 2013)



**Figura 28 (n) – Centros de Congressos** (Fonte: PRORía, 2013)

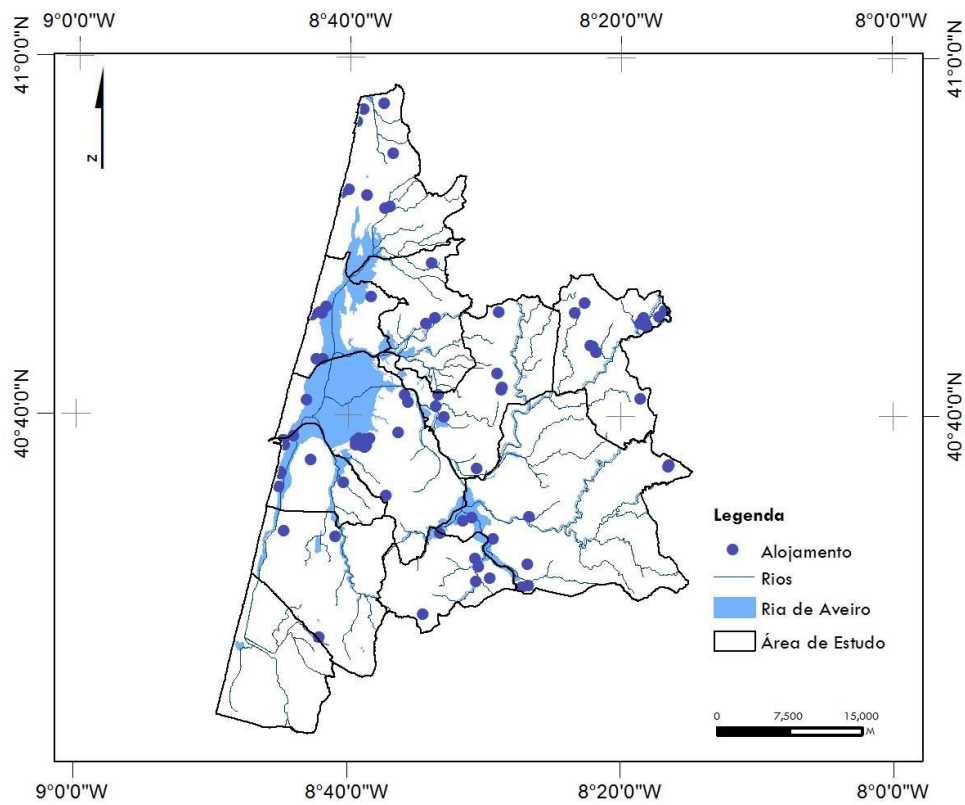


**Figura 28 (o) – Postos de Turismo** (Fonte: PRORía, 2013)

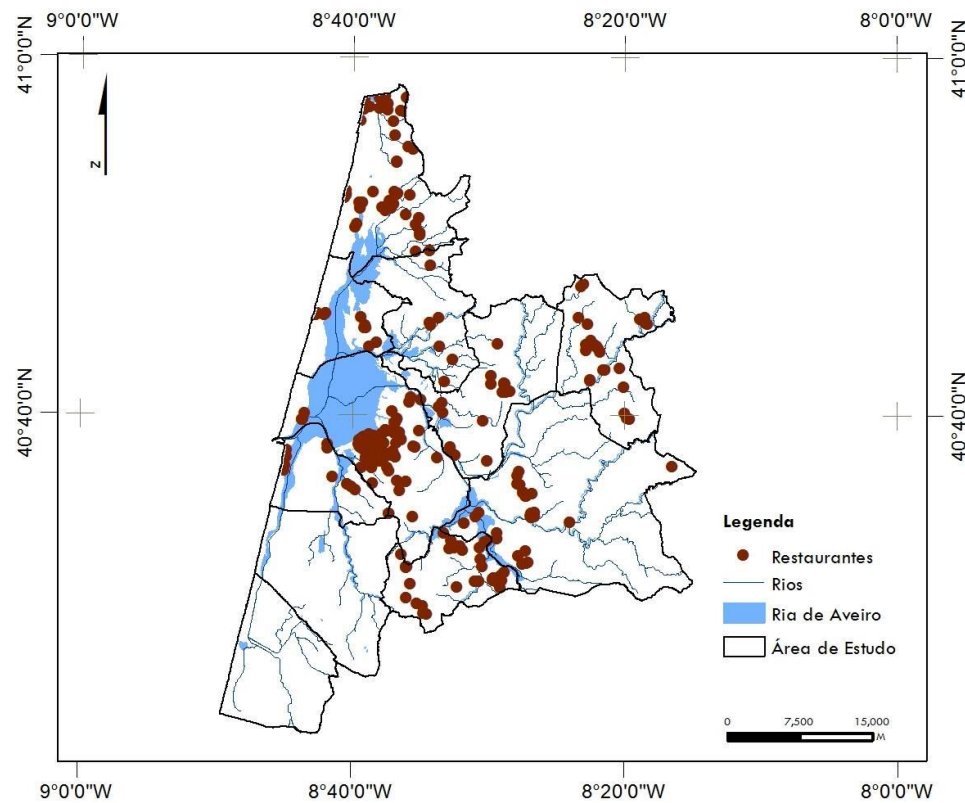


**Figura 28 (p) – Transportes** (Fonte: PRORía, 2013)

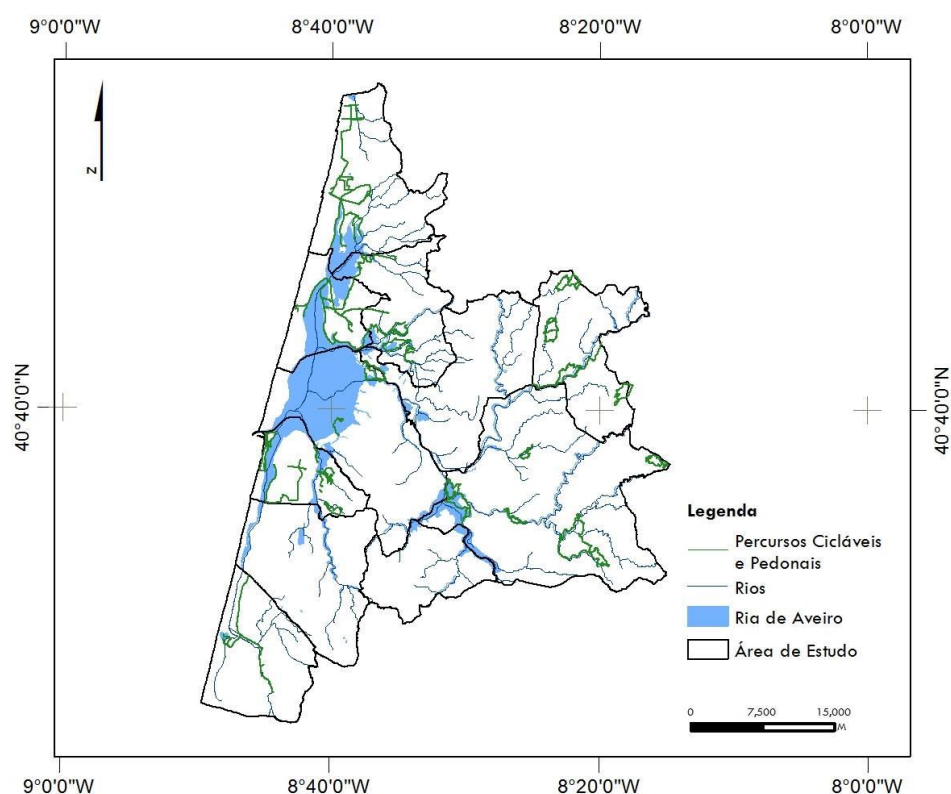




**Figura 28 (q) – Alojamento** (Fonte: PRORia, 2013)



**Figura 28 (r) – Restaurantes** (Fonte: PRORia, 2013)



**Figura 28 (s) – Percursos Cicláveis e Pedonais** (Fonte: PRORia, 2013)

O quadro 24 e a figura 28 evidenciam a diversidade de recursos, equipamentos e infraestruturas turísticas existentes na área em estudo, tal como já foi referido anteriormente. Efetivamente existe uma grande densidade e diversidade de recursos, equipamentos e infraestruturas presentes em todo o território, facto que dificulta a leitura da figura 28. No entanto, esse era um dos objetivos da sua apresentação: evidenciar e referenciar essa diversidade e quantidade e assim alertar para a dimensão das oportunidades passíveis de serem exploradas na definição e implementação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável do turismo.

### 5.3. SÍNTESE



Foi pretendido com este capítulo caracterizar o território em análise e identificar as suas principais potencialidades em termos turísticos. A região da Ria de Aveiro apresenta um conjunto bastante diversificado de recursos naturais e socioculturais,

bastante apetecíveis para o sector turístico. A proximidade entre o mar e a serra cria paisagens únicas, caracterizadas pela sua especificidade local, mas que podem ser trabalhadas em conjunto para potenciar o sector do turismo e tornar esta região mais competitiva relativamente a outras existentes no país.

Em termos de oferta e procura turística, verificou-se que é uma região que apesar de algumas oscilações, tem vindo a aumentar quer a sua capacidade de alojamento nos últimos 10 anos, quer o número de hóspedes que permanecem na região. No entanto, em termos comparativos, a oferta hoteleira nesta região é muito baixa quer relativamente à região centro, quer relativamente à oferta existente em todo o território nacional. Também se verificou que a capacidade de alojamento por cada 1000 habitantes é muito baixa, em termos médios da região, o que parece indicar que ainda existe espaço para a criação de novas unidades hoteleiras. No entanto, se analisarmos a procura turística relativamente à taxa líquida de ocupação cama dos estabelecimentos hoteleiros na região, verifica-se que apenas 26% do total de camas disponíveis foi ocupado no ano de 2011. Estes valores tornam claro que para a quantidade de turistas que visita a região, o número de camas disponíveis é excessivo, pelo que há necessidade de aplicar estratégias inovadoras ao sector do turismo, tentando captar mais visitantes para a região, através da diversificação de produtos que se podem apresentar, dadas as especificidades naturais e culturais existentes em toda a área em estudo.

Foi ainda confirmado a existência de um conjunto diversificado de recursos turísticos que poderão sustentar uma abordagem diferenciadora para o turismo na região. Os recursos apresentam uma grande variedade, desde recursos naturais muito ligados à presença da Ria de Aveiro e de todo o ecossistema envolvente, potenciando a existência de uma paisagem muito caracterizadora da área e ainda um conjunto de espécies, quer florísticas, quer faunísticas de grande interesse conservacionista; até ao conjunto de recursos histórico-culturais dos diversos municípios.

Também foi constatado que começam a surgir já muitas empresas de animação turística que têm vindo a apostar cada vez mais na exploração dos recursos endógenos da região, nomeadamente na exploração do ecossistema Ria de Aveiro, na visita a museus e a áreas naturais como o BIORIA e ainda na aposta em experiências alternativas, como é o caso das atividades radicais, onde se



destaca o surf, ou atividades tradicionais, onde se destaca a visita a locais produção de sal artesanal.

Assim, esta análise evidencia a necessidade de se integrar numa estratégia comum os recursos de toda esta região, de forma a poderem ser potenciados e explorados de forma sustentável, criando benefícios quer para as comunidades locais, quer para os visitantes.



## CAPÍTULO 6 – OS DIFERENTES INSTRUMENTOS DO TERRITÓRIO

*“É neste ponto, depois da barra, que a ria desvanecida se imaterializa e atinge a perfeição suprema. S. Jacinto das Areias, pintado de vermelho e envernizado de novo, revê-se no espelho límpido das águas. Adiante há um pinheiral na duna, pequenino e já misterioso. À direita, em diferentes gradações de roxo, o vasto acampamento das salinas estende-se muito ao longe até à serra. Azul, azul-vivo, azul que a luz trespasa e estremece, azul que não tem limites. Também a terra se prolonga e o amplo panorama se torna irreal. (...) As terras alagadas têm tanta transparência como a ria. Distingo árvores, mas as árvores são traços de cor diluída e nascem na água; adiante, riscos de uma paliçada ou um pedaço de areia desvanecida... O que há é azul a jorros, uma vasta amplidão indistinta como num sonho, cheia de ar húmido e envolvida em luz carinhosa.”*

Raul Brandão in “Os Pescadores”, pág. 64



## 6.1. INTRODUÇÃO

São vários os instrumentos legais, programas e planos estratégicos e/ou de ordenamento do território que têm influência na área em estudo. Estes instrumentos têm carácter nacional, regional e local e identificam objetivos e estratégias que permitem aos diversos territórios seguir orientações que levem ao desenvolvimento de estratégias e ações concretas de âmbito local.

São diversas as áreas de intervenção destes instrumentos desde o ordenamento do território, a conservação da natureza, o turismo, os transportes, os recursos hídricos, entre outros. De acordo com os objetivos do presente trabalho, e de acordo com a área de estudo definida, parece-nos importante destacar aqueles que maior influência têm sobre o turismo, as áreas costeiras e o ordenamento do território, os recursos hídricos e a conservação da natureza. O quadro seguinte (quadro 25) pretende apresentar aqueles que considerámos de maior importância para o trabalho em desenvolvimento.

**Quadro 25 – Instrumentos de interesse para a investigação na área em estudo**

<b>Incidência</b>	<b>Instrumentos</b>	<b>Domínio Principal</b>
<b>Nacional</b>	Plano Estratégico Nacional para o Turismo	Turismo
	Programa Nacional de Turismo de Natureza	Turismo
	Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras	Conservação da Natureza
	Plano Sectorial da Rede Natura 2000	Conservação da Natureza
<b>Regional</b>	Plano Regional de Ordenamento do Território	Ordenamento do Território
	Programa Operacional Regional do Centro – Mais Centro	Estratégico/Enquadramento Financeiro
	Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar – Marinha Grande	Ordenamento do Território
<b>Intermunicipal</b>	Projeto ESGIRA-MARIA	Gestão Integrada
	Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território (UNIR@Ria)	Ordenamento do Território
	Polis Litoral Ria de Aveiro	Estratégico/Enquadramento Financeiro
	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo da Rota da Luz	Turismo
	PRORRia – Implementação e Promoção do Pólo de Marca Turística Ria de Aveiro	Turismo
<b>Municipal</b>	Planos Diretores Municipais	Ordenamento do Território
	Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto	Conservação da Natureza

Fonte: elaboração própria (baseada em Fidélis, 2011)

Pretende-se com esta análise identificar as principais medidas e/ou estratégias apresentadas em cada um dos instrumentos que possam ter influência no desenvolvimento sustentável do turismo na região da Ria de Aveiro.

## 6.2. ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS COM APLICAÇÃO NA ÁREA EM ESTUDO

### 6.2.1. PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DE TURISMO

A análise que se irá efetuar tem em conta a recente aprovação da revisão do Plano Estratégico Nacional de Turismo para 2013-2015. Este plano identifica linhas de atuação específicas para cada um das regiões de turismo definidas, sendo que no caso da região Centro (região onde está inserido o Pólo de Marca Turística Ria de Aveiro), são considerados como principais produtos estratégicos a estruturar “a oferta de circuitos turísticos religiosos e culturais, de turismo de saúde e de turismo de natureza para promoção internacional” (RCM n.º 24/2013, de 16 de Abril, pág. 2181). Não obstante, são também identificados como de relevância estratégica os produtos Sol e Mar e Gastronomia e Vinhos (como produtos complementares) e o produto Turismo Náutico (como produto emergente). Destacam-se como principais linhas de atuação (quadro 26).

**Quadro 26 – Linhas de atuação ao nível do produto, segundo o PENT**

Produto Estratégico	Linhas de atuação	
Circuitos Turísticos Religiosos e Culturais	Colocar os recursos georreferenciados em valor e desenvolver conteúdos e informação para o cliente	
	Incentivar e diversificar as experiências de turismo rural e colocar o produto no mercado	
Turismo de Saúde	Ao nível da procura termal	Requalificar zonas envolventes (às áreas termais)
		Desenvolver serviços especializados
		Criar conteúdos para disponibilização de canais internos e externos
		Reposicionar o produto termal no mercado
	Ao nível do bem-estar (spa e talassoterapia)	Desenvolver conteúdos para a sua disponibilização em canais específicos
		Apostar na diversidade de experiências de spa e talassoterapia
	Ao nível do turismo médico	Elaborar diagnóstico global da articulação entre serviços médicos e de turismo
		Proceder à análise da situação competitiva nacional
Definir o modelo de negócio que melhor potencie os serviços de turismo		
Turismo de Natureza	Desenvolver infraestruturas e serviços especializados	
	Diversificar experiências de turismo rural e criar conteúdos e a sua disponibilização em canais	
	Colocar o produto dos passeios a pé, de bicicleta ou a cavalo no mercado	
Sol e Mar	Estruturar ofertas para complementar outras motivações de procura primária	
Gastronomia e Vinhos	Densificar atividades	
	Desenvolver conteúdos e experiências	
	Integrar a oferta em plataformas de promoção e comercialização	
Turismo Náutico	Divulgar a oferta de surfina	

Fonte: RCM n.º 24/2013, de 16 de Abril

São considerados produtos sem expressão as Estadias de curta duração em cidade; o Golfe; o Turismo de negócios; e o Turismo residencial.

Da análise efetuada a este documento, verifica-se a necessidade de se conjugar os diferentes produtos de forma a obter um produto estratégico com dimensão para a região Centro. O mesmo pode ser referido para a região da Ria de Aveiro. São diversos e complementares entre si os recursos existentes nesta região, pelo que só a aposta globalizante no desenvolvimento dos diversos produtos poderá surtir efeitos no desenvolvimento sustentável do turismo.

### 6.2.2. PROGRAMA NACIONAL DE TURISMO DE NATUREZA

O Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), criado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de Agosto, foi pensado inicialmente para ser aplicado “na Rede Nacional de Áreas Protegidas, visando a promoção e afirmação dos valores e potencialidades que estes espaços encerram, especializando uma atividade turística, sob a denominação ‘turismo de natureza’, e propiciando a criação de produtos turísticos adequados” (RCM n.º 112/98, de 25 de Agosto).

Pretendendo atingir os vetores estratégicos de conservação da natureza, desenvolvimento local, qualificação da oferta turística e diversificação da atividade turística, o PNTN definiu os seguintes objetivos (RCM n.º 112/98, de 25 de Agosto):



- a) *Compatibilizar as actividades de turismo de natureza com as características ecológicas e culturais de cada local, respeitando as respectivas capacidades de carga;*
- b) *Promover projectos e acções públicas e privadas que contribuam para a adequada visitabilidade das AP [Áreas Protegidas], através da criação de infra-estruturas, equipamentos e serviços;*
- c) *Promover no interior das AP a instalação e o funcionamento dos diferentes serviços de hospedagem em casas e empreendimentos turísticos de turismo em espaço rural;*
- d) *Promover a instalação e o funcionamento de «casas de natureza», como infra-estruturas de alojamento que, não sendo as únicas nas AP, delas serão exclusivas;*
- e) *Valorizar a recuperação e ou a reconversão dos elementos do património construído existentes, passíveis de utilização pelas actividades de turismo de natureza;*

- f) *Promover a criação de infra-estruturas e equipamentos necessários às actividades de turismo de natureza que salvaguardem a sua adequada integração;*
- g) *Instalação em cada AP de centros de recepção e ou interpretação, circuitos interpretativos, núcleos eco-museológicos e de sinalização adequada às funções de recepção, informação, interpretação e visitas turísticas;*
- h) *Incentivar práticas turísticas, de lazer e de recreio não nocivas para o meio natural e compatíveis com a sua preservação;*
- i) *Fomentar actividades que contribuam para a sensibilização e educação ambientais dos visitantes e população em geral;*
- j) *Incentivar a criação de micro e pequenas empresas de serviços de alimentação e bebidas e de animação turística, particularmente as iniciativas endógenas que promovam o desenvolvimento local e as relações de proximidade entre as populações e os turistas;*
- k) *Incentivar o aparecimento de novas profissões e actividades na área do turismo mais aliciantes à fixação dos jovens;*
- l) *Promover as actividades de animação que se destinem à ocupação dos tempos livres dos visitantes e que contribuam para a divulgação e interpretação do património natural e cultural;*
- m) *Promover os produtos de base locais e a sua comercialização, nomeadamente através da gastronomia;*
- n) *Divulgar as manifestações tradicionais e etnográficas locais como forma de afirmação da identidade cultural.*

No entanto, com a evolução das políticas que visam a obtenção de um desenvolvimento sustentável, e de forma a possibilitar o desenvolvimento de actividades consideradas como Turismo de Natureza a outros locais com valores naturais importantes, mas que não se encontram abrangidos por áreas protegidas, foi decidido reconhecer as actividades de turismo de natureza como “*actividades de animação turística desenvolvidas em áreas classificadas ou outras com valores naturais (...), desde que sejam reconhecidas como tal pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.).*”<sup>33</sup>

O reconhecimento das actividades de turismo de natureza é obrigatório quando é pretendido que estas actividades sejam efetuadas na Rede Nacional de Áreas Protegidas. Fora desta rede, o reconhecimento é opcional. As actividades de turismo de natureza são reguladas pelo Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de Maio, que “*estabelece as condições de acesso e de exercício da actividade*

---

<sup>33</sup> <http://www.icnf.pt/portal/icnf/faqs/turismo-de-natureza>, consultado a 12 de Fevereiro de 2013.



das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos” e pela Portaria n.º 651/2009, de 12 de Junho, que “define o Código de Conduta a adotar pelas empresas de animação turística e pelos operadores marítimo-turísticos que exerçam atividades de turismo de natureza e o logótipo que os identifica”, sem prejuízo do “disposto nos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas, nos diplomas de classificação ou reclassificação dessas áreas, no Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 53-A/2008, de 22 de setembro, no Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, e Decreto Regulamentar n.º 9/2006, de 6 de janeiro”<sup>34</sup>.

No entanto, não é fácil compreender quais as atividades que são reconhecidas pelo ICNF como atividades de turismo de natureza, pois apenas são discriminadas as atividades que são passíveis de ser realizadas nas áreas pertencentes à Rede Nacional de Áreas Protegidas, deixando assim uma indefinição relativamente ao que o ICNF considera como atividades de turismo de natureza que se podem realizar fora da rede mencionada. Não obstante, e baseando-nos nas determinações impostas pelos diversos diplomas já referidos e pelo ICNF, é possível realizar atividades de turismo de natureza na área da Ria de Aveiro, pelo que as medidas preconizadas no Programa Nacional de Turismo de Natureza podem e devem ser aplicadas na área em estudo.

### **6.2.3. ESTRATÉGIA NACIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DAS ZONAS COSTEIRAS**

A **Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras** foi já analisada, em termos genéricos num capítulo anterior. No entanto, parece-nos pertinente identificar as principais medidas preconizadas nesse documento que dizem respeito ao desenvolvimento do sector turístico.

É referido na Estratégia que o sector turístico surge como um sector de extrema importância para alcançar o desenvolvimento sustentável das áreas costeiras, nomeadamente através do produto turístico Sol e Praia e também do produto Náutica de Recreio, dois produtos que apresentam grandes vantagens competitivas na área em estudo.

O objetivo “*Promover o desenvolvimento sustentável de actividades geradoras de riqueza e que contribuam para a valorização de recursos específicos da zona costeira*” (Instituto da Água, 2009, pág. 41) evidencia, quer a importância que as diferentes atividades económicas têm nesta zona, nomeadamente o turismo, quer os impactos que estas causam neste ecossistema e que podem colocar em causa a sua sustentabilidade. Por este motivo é considerado “central (...) a

---

<sup>34</sup> Idem.

*compatibilização entre o uso económico e a salvaguarda dos valores naturais da zona costeira numa perspectiva sócio-ecológica.” (Instituto da Água, 2009, pág. 44)*

Apesar de este sector ser transversal a todas as medidas apresentadas pela ENGIZC (Instituto da Água, 2009, pág. 71), esta apresenta uma medida vocacionada para o desenvolvimento sustentável da atividade turística nas áreas costeiras: “M\_13: Promover a criação de condições favoráveis ao acolhimento e ao desenvolvimento de atividades da náutica de recreio e de turismo costeiro sustentável”. Esta é uma medida com prioridade 2, ou seja, deve ser executada, essencialmente a médio/longo prazo. Apresenta como principais ações:

- a criação de um Guia sobre a náutica de recreio,
- a certificação das marinas portuguesas,
- a realização de um programa de promoção internacional de um produto turístico náutico assente numa rede de infraestruturas náuticas nacionais;
- a criação de um roteiro sobre o turismo costeiro.

Além desta medida destacamos ainda as medidas M\_03: Clarificar os procedimentos do licenciamento das principais atividades valorizadoras de recursos específicos exercidas na zona costeira; M\_12: Criar um quadro de referência estratégico para o desenvolvimento de atividades económicas de elevado valor acrescentado dirigidas à valorização dos recursos marinhos; M\_14: Promover publicações técnicas sobre as boas práticas para os usos e atividades sustentáveis da zona costeira; e M\_20: Desenvolver um programa de informação e sensibilização sobre a zona costeira. Todas estas medidas são de grande importância para um correto planeamento da atividade turística nas zonas costeiras, tendo em vista o desenvolvimento sustentável destas áreas.

#### **6.2.4. PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA 2000**

O **Plano Sectorial da Rede Natura 2000** constitui um “*instrumento de gestão territorial de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização dos sítios e das ZPE do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão da biodiversidade*” (RCM n.º 115-A/2008, de 21 de Julho).

A elaboração do PSRN2000 tem como principais objetivos (RCM n.º 115-A/2008, de 21 de Julho):



- a) *Estabelecer orientações para a gestão territorial das ZPE e Sítios;*
- b) *Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território;*
- c) *Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nos Sítios e ZPE;*
- d) *Estabelecer directrizes para o zonamento das áreas em função das respectivas características e prioridades de conservação;*
- e) *Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger;*
- f) *Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores;*
- g) *Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacte ambiental e na análise de incidências ambientais.*

Sendo a Ria de Aveiro uma das mais importantes áreas húmidas de Portugal Continental e existindo nesta área em estudo uma Zona de Proteção Especial (Ria de Aveiro – PTZPE0004) e dois Sítios de Importância Comunitária (Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas – PTCON0055; e Rio Vouga – PTCON0026) torna-se importante perceber quais os objetivos e de que forma se aplicam as medidas e estratégias deste Plano Sectorial tendo em conta quer a gestão da biodiversidade, quer a mais-valia desta biodiversidade para o desenvolvimento sustentável do turismo.

#### Zona de Proteção Especial Ria de Aveiro

A ZPE Ria de Aveiro é uma “importante e extensa zona húmida. Trata-se de um sistema lagunar complexo, constituído por uma rede principal de canais de maré permanentemente ligados e por uma zona terminal de esteiros com canais estreitos e de baixas profundidades. A ligação ao mar faz-se através de uma barra existente no cordão litoral. Destaca-se a existência de extensas áreas de sapal, salinas, áreas significativas de caniço e importantes áreas de bocage, associadas a áreas agrícolas, onde se incluem as abrangidas pelo Aproveitamento Hidroagrícola do Vouga. Estas áreas apresentam-se como importantes locais de alimentação e reprodução para diversas espécies de aves, sendo que a área alberga regularmente mais de 20.000 aves aquáticas, e um total de cerca de 173 espécies, com particular destaque para o elevado número de aves limícolas.” (ICN, 2006b)

É referido na Ficha de orientações relativamente à gestão desta ZPE que devem ser compatibilizadas as atuais atividades “com os *objectivos de conservação da natureza, através da promoção de boas práticas ambientais e do zonamento de área sensíveis (instrumentos de gestão territorial)*” (ICN, 2006b). Assim, e relativamente ao sector do turismo deve ser condicionada a expansão urbano-turística, ordenada e regulamentada a atividade de observação de espécies de fauna, bem como de outras atividades de recreio e lazer, além de todas as outras medidas que visam a melhoria da qualidade ambiental da zona e que indiretamente afetam, de forma positiva, a prática de atividades turísticas e de lazer sustentáveis.

#### Sítio Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas

Este sítio é caracterizado “por um cordão dunar litoral contínuo, formando uma planície de substrato arenoso com um povoamento vegetal de resinosas e matos, com pequenas lagoas abastecidas por linhas secundárias de água doce. A tipologia das dunas, a especificidade dos espaços intradunares, a pujança das dunas primárias e a excelência das dunas longitudinais, associadas a um estado de conservação razoável, conferem ao Sítio, num contexto europeu, uma reconhecida importância quer em termos de desenvolvimento espacial, quer em termos de unidade sedimentar e ecológica.” (ICN, 2006c)

A análise efetuada permite-nos verificar a preocupação existente com a pressão urbano-turística que esta área sofre. Assim, é referido nas orientações de gestão que “deverá ser ordenada a ocupação urbana e turística por forma a garantir a salvaguarda dos valores naturais em presença. Deverão ser implementadas medidas de protecção ao sistema dunar, e de salvaguarda do seu atravessamento para acesso às praias ou para a instalação de infra-estruturas” (ICN, 2006c). É ainda referido a necessidade de ordenar a prática de desporto de natureza, bem como as atividades de recreio e lazer.

#### Sítio Rio Vouga

O Sítio Rio Vouga encontra-se localizado “num vale encaixado em cujas vertentes predominam matos e manchas exóticas, apresentando uma galeria ripícola geralmente bem conservada” (ICN, 2006d), envolvendo áreas dos municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga. É um sítio importante para a conservação de espécies piscícolas e vegetação ripícola, por ser um local de desova de espécies migradoras. Como tal, são apresentadas diversas medidas de orientação de gestão, com vista à conservação das espécies piscícolas. Relativamente à atividade turística, é referido a necessidade de se condicionar a expansão urbano-turística, condicionar a pesca, ordenar acessibilidades e ordenar a prática de desportos de natureza.

### 6.2.5. PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO CENTRO

A elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C) foi determinada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º31/2006, de 23 de Março. Pretendia-se com este Plano dar resposta ao estabelecido na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo, que refere a necessidade de elaborar instrumentos de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica, de âmbito regional, definindo assim as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da Região Centro e o modelo de organização territorial a nível regional (CCDRC, 2011). Refere-se que este Plano não obteve ainda a sua plena eficácia, no entanto, apresentamos uma breve análise dos documentos disponibilizados no âmbito do Período de Discussão Pública. O âmbito territorial do PROT-C engloba toda a área de intervenção da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) “com uma extensão de 23659 km<sup>2</sup>, abrangendo 1783596 habitantes distribuídos por 78 municípios” (CCDRC, 2011, pág. 16), sendo que os municípios que integram a área de estudo definida pelo presente trabalho estão integrados neste âmbito regional.

A visão estratégica do Plano é fundamentada pelos seguintes aspetos (CCDRC, 2011):



- Valorizar estrategicamente os ativos específicos de internacionalização da Região;
- Viabilizar a transição sustentada da Região para a Sociedade Inclusiva do Conhecimentos;
- Uma visão estratégica territorialmente diferenciada para o mundo rural;
- **Valorizar complementaridades e sinergias entre recursos turísticos suscetíveis de reconhecimento pela procura;**
- **Valorizar os recursos culturais e patrimoniais como ativos específicos de afirmação;**
- Valorizar o potencial de energias renováveis da Região como fator de diferenciação competitiva;
- Organizar e valorizar o potencial para o policentrismo;
- **Potenciar a biodiversidade e as suas mais-valias ambientais;**
- Implementar políticas de prevenção e mitigação de riscos;
- Uma estratégia para os territórios de baixa densidade.

No âmbito deste estudo são três aspetos desta visão que merecem destaque, e dos quais destacamos as prioridades identificadas pelo PROT-C (quadro 27).

**Quadro 27 – Visão do PROT-C no que diz respeito ao Turismo**

Visão	Prioridades
<b>Valorizar complementaridades e sinergias entre recursos turísticos suscetíveis de reconhecimento pela procura</b>	Maximizar sinergias e complementaridades entre os modelos de Região Centro para consumo interno turístico e de Região Centro como fator de atratividade da procura turística internacional
	Explorar na Região oportunidades decorrente do quadro de produtos estratégicos e complementares definidos em sede do Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), aumentando a representatividade de produtos como o turismo religioso e turismo náutico numa próxima e eventual revisão do PENT
	Posicionar estrategicamente a Região não só em relação às marcas Douro e Alentejo e viabilizar uma geoestratégia turística para o território que situe a Região em relação aos fluxos de touring horizontal (E-W) e vertical (N-S) que atravessam a Região, e que tire partido do estatuto de plataforma distribuidora de fluxos viários – (hub) entrada terrestre
<b>Valorizar os recursos culturais e patrimoniais como ativos específicos de afirmação</b>	Estabelecer quadros normativos e de intervenção de qualificação do património cultural, ambiental, urbanística, infraestrutural, de recursos humanos e organizacional, que potenciem a viabilização de complementaridades e sinergias entre recursos turísticos, segundo uma lógica de organização da oferta
	Proteção, salvaguarda, valorização e fruição do património histórico-arqueológico e arquitetónico como fator de desenvolvimento e de garantia de originalidade, diferenciação e afirmação de identidade e memória
	Reforço da incorporação da componente cultural nos produtos de turismo cultural e de natureza, ao serviço da qualificação da Região Centro como destino turístico
<b>Potenciar a biodiversidade e as suas mais-valias ambientais</b>	Preservação e recuperação de elementos patrimoniais rurais e de paisagens culturais, como partes integrantes de estratégias de desenvolvimento rural e de afirmação de marcas do território
	Valorização do património cultural histórico-arqueológico como elemento estruturante dos processos de regeneração urbana
	Promover condições de utilização sustentável dos recursos hídricos enquanto recursos com valor económico, social e ambiental
	Valorizar a integração da diversidade, qualidade e singularidade das paisagens da Região e do património histórico e cultural
	Respeitar o carácter diferenciador dos valores naturais, patrimoniais, sociais e económicos da zona costeira
	Promover o valor social, económico e ambiental dos valores e dos recursos naturais
	Definir uma rede constituída pelas áreas classificadas e outras áreas de valia ambiental e ainda pelos corredores ecológicos suscetíveis de assegurar a conservação e valorização do património natural, designada Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA)

Fonte: CCDRC, 2011

Esta visão para a afirmação do turismo como potenciador e dinamizador do desenvolvimento da Região Centro deve-se ao facto das opções estratégicas do PROT-C afirmarem a necessidade de reforçar as “políticas públicas de preservação e de valorização dos recursos do património cultural e natural, da qualidade das paisagens urbanas ou naturais, e da qualidade dos serviços” (CCDRC, 2011, pág. 50). São várias as potencialidades desta região para o desenvolvimento do turismo multifacetado, sendo possível criar complementaridades e sinergias entre as diversas áreas territoriais, já que estas apresentam características bastante diferenciadoras, que trazem vantagens e mais-valias para a exploração conjunta turística.

A área em estudo insere-se na área de ordenamento da atividade turística Centro Litoral. A análise que é feita pelo PROT-C a esta área de ordenamento refere que se desenvolve “*num âmbito geográfico marcado pela presença do espaço da Ria de Aveiro e do sistema lagunar onde confluem a bacia do Vouga e uma série de linhas de água que drenam para a Ria. Entre a Barrinha de Esmoriz e Mira, o cordão litoral arenoso desenha uma orla costeira de elevada sensibilidade ambiental. (...) A zona húmida definida pelo Baixo Vouga e pela Ria constitui uma paisagem única no país, e um recurso que se desdobra em diversas potencialidades: plataforma portuária, pesca, salinas, aquacultura, agricultura, desporto, turismo, ou proteção da natureza.*” (CCDRC, 2011, pág. 73).

As medidas apresentadas neste plano, no que diz respeito ao sector do turismo referem-se essencialmente às ações que têm vindo a ser desenvolvidas no âmbito do turismo da Natureza, tais como a qualificação e valorização do Litoral, da Rede Nacional de Áreas Protegidas, dos planos de água e das zonas ribeirinhas. É ainda referido que o Mar é também um recurso turístico estratégico “*desde que integrado de forma sustentável, no desenvolvimento do Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar*” (CCDRC, 2011, pág. 50). Refere-se ainda o potencial para o desenvolvimento do Turismo de Negócios, associado às instituições de ensino superior existentes na região, nomeadamente em Coimbra e Aveiro.

#### **6.2.6. PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO – MAIS CENTRO**

O Programa Operacional Regional do Centro (2007-2013) designado por Programa Mais Centro é um instrumento do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), aplicado à região Centro e que identifica “*as prioridades estratégicas para o período de 2007-2013 (...), tendo em conta as orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão e as orientações políticas adoptadas pelo Governo português para o QREN*” (QREN, 2007, pág. 56).

Neste programa são definidas quatro prioridades estratégicas, tendo em conta os problemas e as potencialidades do território da região Centro:

1. Formação de Recursos Humanos – através do Programa Operacional (PO) Potencial Humano do QREN
2. Reforço da Inovação e da Competitividade – através do Mais Centro e dos PO Fatores de Competitividade e Potencial Humano
3. Valorização do Território – através do Mais Centro e do PO Valorização Territorial
4. Cooperação Territorial – através do Mais Centro e do PO Cooperação Territorial Europeia

Tendo em conta estas quatro prioridades estratégicas, são definidos cinco eixos prioritários, que pretendem intervir nas áreas de mais proeminentes, de forma a tornar a Região Centro mais competitiva face à sua envolvente (quadro 28).

**Quadro 28 – Eixos Estratégicos do Mais Centro**

<b>Eixos Estratégicos</b>	
<b>Competitividade, Inovação e Conhecimento</b>	<i>Criação de micro e pequenas empresas inovadoras</i>
	<i>Projectos de I&amp;D, em particular projectos de cooperação entre micro e pequenas empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico</i>
	<i>Projectos de investimento produtivo para inovação em micro e pequenas empresas</i>
	<i>Qualificação de micro e pequenas empresas</i>
	<i>Projectos-piloto de energias renováveis</i>
	<i>Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento</i>
	<i>Projectos de infra-estruturas, equipamentos e redes de suporte à actividade empresarial</i>
	<i>Ações colectivas de desenvolvimento empresarial</i>
<b>Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos</b>	<i>Parcerias para a regeneração urbana</i>
	<i>Redes urbanas para a competitividade e inovação</i>
	<i>Mobilidade urbana</i>
<b>Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais</b>	<i>Provisão de bens e serviços públicos em áreas rurais</i>
	<u><i>Valorização de recursos específicos do território</i></u>
	<i>Qualificação integrada de espaços sub-regionais (redes de mobilidade, equipamentos e infra-estruturas para a coesão social e territorial)</i>
<b>Protecção e Valorização Ambiental</b>	<i>Ciclo Urbano da Água</i>
	<i>Prevenção de riscos naturais e tecnológicos</i>
	<i>Gestão de recursos hídricos</i>
	<u><i>Gestão activa da Rede Natura e Biodiversidade</i></u>
	<u><i>Valorização e Ordenamento da Orla Costeira</i></u>
	<u><i>Protecção e valorização de outras zonas sensíveis e de qualificação da paisagem</i></u>
	<i>Estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos</i>
	<i>Governo electrónico regional e local</i>
<b>Governança e Capacitação Institucional</b>	<i>Facilitar a relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local</i>
	<u><i>Promoção institucional da região</i></u>

Fonte: Mais Centro, 2007

Tendo em conta os objetivos do trabalho que está a ser realizado, apenas iremos proceder a uma análise mais detalhada da área de intervenção “Valorização de recursos específicos do território” do eixo 3 (quadro 29); das áreas de intervenção de “Gestão activa da Rede Natura e Biodiversidade”, “Valorização e Ordenamento da Orla Costeira” e “Protecção e valorização de outras zonas sensíveis e de qualificação da paisagem” do eixo 4 (quadro 30); e da área de intervenção “Promoção Institucional da Região”, do eixo 5 (quadro 31).



## Quadro 29 – Eixo Estratégico 3

### Eixo 3 – Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais

<b>Valorização de recursos específicos do território</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desenvolvimento de ações de valorização económica dos recursos endógenos (naturais, culturais, patrimoniais, paisagísticos e gastronómica) promovendo o investimento privado</li> <li>2. Promoção de iniciativas orientadas para a melhoria da competitividade territorial de áreas de baixa densidade</li> <li>3. Desenvolvimento de estratégias que apostem na valorização dos recursos endógenos, dinamizadas pelos principais atores de desenvolvimento (empresas, municípios, centros de investigação, associações de desenvolvimento e outras instituições da sociedade civil)</li> </ol>
--	---

Fonte: Mais Centro, 2007

## Quadro 30 – Eixo Estratégico 4

### Eixo 4 – Proteção e Valorização Ambiental

<b>Gestão ativa da Rede Natura e Biodiversidade</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ações de dinamização ambiental e criação de condições de fruição/visitação de áreas integradas em Rede Natura 2000</li> <li>2. Criação de Instrumentos de Gestão de áreas naturais sensíveis para a aplicação das orientações do Plano Sectorial da Rede Natura 2000,</li> <li>3. Criação de Parques Ambientais de génese local e Ecomuseus, infraestruturação de Trilhos e Percursos da Natureza para apoio de atividades de Turismo da Natureza,</li> <li>4. Sinalética e apoio à visitação de espaços naturais (Centros de Informação, Interpretação e Educação Ambiental)</li> <li>5. Certificação de destinos naturais</li> </ol>
<b>Valorização e Ordenamento da Orla Costeira</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apoiar ações integradas de requalificação, reabilitação, valorização e gestão de zonas costeiras e estuarinas, suportadas em planos integrados que considerem, simultaneamente, as vertentes marinha e terrestre, os ecossistemas costeiros, as atividades económicas, os fatores antrópicos que influenciam a dinâmica costeira, a prevenção do risco, a gestão e requalificação das frentes urbanas e do uso balnear, a correção de disfunções ambientais, a monitorização das transformações da orla costeira, a sensibilização ambiental e o apoio à decisão</li> </ol>
<b>Proteção e valorização de outras zonas sensíveis e de qualificação da paisagem</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Intervenções em outras zonas ambientalmente sensíveis para além das anteriores (nomeadamente zonas de grande beleza paisagística), em que seja relevante uma ação de proteção/preservação e para as quais seja possível mobilizar, em parceria com agentes públicos, agentes sociais e económicos que assegurem o essencial dos meios financeiros necessários à intervenção.</li> </ol>

Fonte: Mais Centro, 2007

## Quadro 31 – Eixo Estratégico 5

### Eixo 5 – Governação e Capacitação Institucional

<b>Promoção Institucional da Região</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desenvolvimento de ações de promoção institucional da região, em complementaridade com as ações de intervenção para a promoção da economia da Região a realizar através das ações coletivas de desenvolvimento empresarial previstas no Eixo 1.</li> </ol>
---	--

Fonte: Mais Centro, 2007

Referem-se como destinatários destas ações os serviços da Administração Pública Central direta ou indireta, as Autarquias Locais e as respetivas associações, Agências de Desenvolvimento Regional,

outras pessoas coletivas de direito público e de direito privado, e outras entidades públicas ou privadas similares.

### 6.2.7. PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA OVAR – MARINHA GRANDE

O **Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Ovar-Marinha Grande**, onde se insere a área em estudo, destina-se a facilitar a conciliação entre os diversos valores em presença na área sobre a qual incide (águas marítimas costeiras e interiores e respetivos leitos e margens, com faixa de proteção que não excede os 500 m contados da linha que limita a margem das águas do mar e a faixa marítima de proteção, que tem como limite máximo a batimétrica – 30) (DL n.º 309/93, de 2 de Setembro), destacando-se como principais objetivos gerais (RCM n.º 142/2000, de 20 de Outubro):



- a) O **ordenamento** dos diferentes usos e actividades específicas da **orla costeira**;
- b) A **classificação** das praias e a **regulamentação** do uso balnear;
- c) A **valorização** e **qualificação** das praias consideradas estratégicas por motivos ambientais ou turísticos;
- d) A **orientação** do desenvolvimento de actividades específicas da **orla costeira**;
- e) A **defesa** e **conservação** da natureza.”

Estes objetivos gerais dão origem a 15 objetivos específicos, dos quais se destaca a valorização e diversificação das funções da orla costeira, a proteção dos ecossistemas naturais e a exploração sustentável dos seus recursos, a melhoria das condições de vida das populações, através do reforço e melhoria das infraestruturas e equipamentos e articulação das ações dos diversos fatores económicos e sociais; e ainda o desenvolvimento sustentável do turismo, através de uma promoção da imagem turística da região, diversificação da oferta dos produtos turísticos e criação de condições necessárias à afirmação do turismo balnear como eixo de desenvolvimento da região litoral (RCM n.º 142/2000, de 20 de Outubro).

Atualmente, o POOC Ovar – Marinha Grande encontra-se em processo de revisão, tal como preconizado pelo Despacho n.º 22400/2009, de 9 de Outubro. Os principais objetivos desta revisão passam pela adequação do Plano às estratégias e diretrizes mais recentes de âmbito nacional, tais como PNPOT, PROT-C, ENDS 2015, ENM, POEM e ENGIZC; definição dos regimes de salvaguarda dos valores e recursos naturais, bem como a sua proteção e valorização, tendo em conta os diversos usos de cada área e a dinâmica do sistema costeiro; a prevenção do risco e a salvaguarda das áreas de maior vulnerabilidade; a avaliação da classificação das praias, bem

como o disciplinar do uso das praias vocacionadas para o turismo e lazer, face às suas especificidades e níveis de procura; e ainda a valorização e qualificação das praias, dunas e falésias consideradas estratégicas por motivos ambientais e turísticos, numa ótica de sustentabilidade do sistema costeiro (Despacho n.º 22400/2009, de 9 de Outubro).

A importância do POOC ao nível do turismo e na área em estudo incide assim em três grandes áreas:



- Segurança contra a erosão (ação preventiva)
- Dimensionamento das capacidades de carga, disciplinando quer as atividades que se podem praticar nestas áreas (entre as quais o turismo e lazer), quer o estacionamento (ação de ordenamento do território)
- Identificação e hierarquização do "valor estratégico e locativo" das praias, através da classificação das praias, sendo que umas têm características mais urbanas e outras mais naturais.

É no cruzamento destes três níveis que o POOC pode contribuir para uma estratégia de ordenamento das atividades turísticas na relação direta com a faixa costeira.

#### 6.2.8. PROJETO ESGIRA-MARIA (ESTRUTURA DE GESTÃO INTEGRADA PARA A RIA DE AVEIRO)

A constatação da existência de múltiplas jurisdições em torno da Ria de Aveiro e falta de articulação entre as instituições originou o desenvolvimento de um projeto pela Universidade de Aveiro (cofinanciado pelo Programa LIFE'98) e na sequência do desenvolvimento do Projeto MARIA (Programa de Gestão Integrada para a Ria de Aveiro, financiado pelo LIFE'96), que pretendia *"dar resposta às insuficiências detectadas, nomeadamente, no que diz respeito à desarticulação de actuações aos diferentes níveis da administração, inadequação legislativa e instrumental e descoordenação entre os diferentes utilizadores da zona costeira (...)"*<sup>35</sup>. Neste sentido foi desenvolvida uma parceria estabelecida entre diversas entidades, com o objetivo de *"congregar e reforçar, em volta dos interesses da Ria, conjuntos de entidades e indivíduos que aparentemente têm um interesse muito difuso sobre o assunto"*<sup>36</sup>, mas que através da organização e do trabalho em conjunto podem representar e defender os interesse comuns de proteção, conservação e desenvolvimento da região.

<sup>35</sup> <http://www2.dao.ua.pt/esgiramaria/boletim.html>

<sup>36</sup> <http://www2.dao.ua.pt/esgiramaria/resultados.htm>

O principal objetivo deste projeto era “contribuir para a definição de uma Estrutura de Gestão Integrada para a “Ria de Aveiro” considerando ainda a necessidade de testar essa estrutura, no sentido da sua capacidade de gestão de uma multiplicidade de vectores determinantes do actual estado ambiental desta região lagunar.”<sup>37</sup>, tendo sido seleccionados quatro projetos-piloto, que deveriam abranger todo o espaço territorial da região lagunar (quadro 32).

**Quadro 32 – Projetos-Piloto no âmbito do ESGIRA-MARIA**

Projeto	Objetivos	Resultados Esperados
<b>A – Recuperação e Valorização dos Cais de Acostagem</b>	Desenvolver um plano de recuperação e revitalização dos cais de acostagem que apresentem potencialidades e interesses significativos para o bem-estar das populações por eles servidas, numa perspetiva de gestão integrada	Verificar a existência de áreas com grandes potencialidades turísticas
		Demonstrar a diversidade de usos e atividades tradicionais, que se encontram em decadência
		Promover a reanimação das atividades tradicionais e do usufruto da Ria por parte das comunidades locais e autarquias
		Implementar modelos de revitalização a determinados cais da Ria de Aveiro
<b>B – Recuperação do Salgado de Aveiro</b>	Elaboração de um programa de ocupação futura para o salgado de Aveiro capaz de conjugar as atividades económicas daí decorrentes com a salvaguarda dos valores naturais e paisagísticos desta zona húmida	Formular princípios e orientações para: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão integrada de vários usos</li> <li>• Melhoria da atividade de exploração do sal e das características ambientais da exploração aquícola</li> <li>• Compatibilização da atividade de exploração com a preservação do meio ambiente</li> </ul>
<b>C – Gestão Integrada dos Campos Agrícolas no Baixo Vouga</b>	Contribuir para a elaboração de um programa de gestão integrada para esta zona, capaz de articular e compatibilizar as atividades agrícolas com a manutenção dos diferentes ecossistemas existentes	Formular princípios e orientações para: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão agrícola</li> <li>• Gestão da natureza nos campos agrícolas</li> <li>• Melhoria das condições ecológicas para a fauna e flora silvestres</li> <li>• Reforçar as condições à produção agrícola tradicional</li> </ul>
<b>D – Classificação e Gestão da Área de Paisagem Protegida da Foz do Cávado</b>	Desenvolver ações que justifiquem a classificação desta como Área Protegida de âmbito local, mediante a avaliação das características intrínsecas da zona, da sua importância ecológica e da capacidade autárquica na sua gestão como espaço protegido	Proteção de habitats da flora e fauna selvagens
		Recuperação dos habitats das espécies migratórias, nomeadamente os caniçais
		Garantia de condições necessárias à nidificação da garça-vermelha e da águia-pesqueira
		Valorização da paisagem, pela sua diversidade e harmonia
		Promoção do desenvolvimento da região, mediante uma correta compatibilização entre os usos agrícolas e de lazer com a salvaguarda dos valores naturais
		Desenvolvimento de um espaço para a educação ambiental e investigação científica

Fonte: ESGIRA-MARIA<sup>38</sup>

<sup>37</sup> <http://www2.dao.ua.pt/esgiramaria/antecedentes.html>

<sup>38</sup> <http://www2.dao.ua.pt/esgiramaria/>

Este projeto permitiu assim a articulação e troca de experiências entre diversas entidades e uma primeira abordagem à necessidade de se criar uma estrutura de gestão integrada para a Ria de Aveiro.

### 6.2.9. PLANO INTERMUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (UNIR@RIA)

O Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro (UNIR@RIA) foi elaborado com o intuito de “estabelecer orientações integradas para o território envolvente ao sistema territorial da ria de Aveiro e seu prolongamento natural através da bacia hidrográfica do Vouga até à Pateira de Fermentelos e ao rio Cértima” (CPU, 2006, pág. 10). Este plano é um instrumento territorial de natureza estratégica, elaborado para a extinta AMRIA – Associação de Municípios da Ria de Aveiro, e cujo âmbito territorial engloba os concelhos de Albergaria-a-Velha, Águeda, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mira, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar e Vagos.

O documento estratégico UNIR@RIA tem como principais finalidades identificar e ponderar os “planos, programas e projetos com incidência na Área de Intervenção, assegurando as necessárias compatibilizações”, visando a “articulação entre áreas territoriais que pela sua interdependência necessitam uma coordenação integrada”; e articular as estratégias dos vários municípios, “nos domínios do desenvolvimento económico e social, da proteção e qualificação ambiental, da distribuição territorial de atividades e infraestruturas, da racionalização do povoamento, e do acesso a equipamentos estruturantes” (CPU, 2006, pág. 10).

Com este intuito foram definidos 3 grandes eixos estratégicos que englobam vários objetivos de forma a atingir os pressupostos identificados anteriormente (quadro 33).

**Quadro 33 – Eixos estratégicos e objetivos do UNIR@RIA**

Eixo Estratégico		Objetivos
1.	A Ria Enquanto Espaço Natural Privilegiado	1.1. Proteção do ambiente e dos recursos naturais
		1.2. Ordenamento da ocupação urbana e qualificação da paisagem
		1.3. Renaturalização de áreas degradadas
		1.4. Educação ambiental
		1.5. Minimização e prevenção dos impactes das atividades económicas
2.	A Ria Enquanto Espaço Socioeconómico Dinâmico	<b>2.1. Dinamização do sector do turismo</b>
		2.2. Reconversão do sector agrícola
		2.3. Promoção das atividades tradicionais e de atividades compatíveis com a conservação da natureza
		2.4. Melhoramento das acessibilidades
		2.5. Melhoramento das infraestruturas de saneamento básico

Eixo Estratégico		Objetivos
3.	A Ria Enquanto Espaço Integral Coeso	3.1. Criação de uma entidade gestora da Ria
		3.2. Gestão Integrada do Território
		3.3. Promoção do acesso à informação

Fonte: CPU, 2006

No âmbito do presente trabalho, destaca-se o Eixo Estratégico 2, nomeadamente o objetivo 2.1 (quadro 34), sendo no entanto fulcral considerar todos os outros objetivos para a aposta integradora e para um desenvolvimento sustentável da atividade turística, em que se pretende que sejam aproveitados os diversos recursos e atividades presentes no território.

#### Quadro 34 – Objetivo estratégico para a dinamização do sector do turismo

##### Objetivo Estratégico 2.1. – Dinamização do Sector do Turismo

*Este objectivo privilegia as iniciativas e projectos que aproveitem as potencialidades naturais do plano de água que a Ria proporciona, bem como a qualidade ambiental da sua envolvente, contribuindo para o desenvolvimento do turismo — numa óptica de compatibilização com a preservação do ambiente — nas seguintes vertentes.*

- **Alojamento:** aumento, diversificação e qualificação da oferta da região, quer no que respeita à hotelaria clássica, quer no alojamento em estabelecimentos de Turismo no Espaço Rural;
- **Promoção e Divulgação:** definição de uma política comum de promoção do turismo regional e dos vários produtos associados à Ria, através de: (1) associação entre municípios para o desenvolvimento articulado de produtos, equipamentos ou estruturas de apoio ao turismo; (2) aproveitamento das sinergias criadas pela diversidade de produtos dos vários concelhos; (3) organização conjunta de feiras e certames e participação conjunta em certames já instituídos; (4) Criação de redes para a promoção do património; (5) estabelecimento de parcerias público-privadas para a dinamização de acções de animação e promoção turístico-cultural (como por exemplo o desenvolvimento de uma Associação para a promoção do Turismo de Negócios);
- **Diversificação das actividades de lazer, recreio e animação:** devendo ser especificamente promovidas ou qualificadas determinadas actividades emergentes, tais como: desportos náuticos; desportos «radicais» eólicos; centros de equitação; passeios na natureza; parques temáticos; parques de merendas; praias fluviais;
- **Qualificação e promoção da restauração e gastronomia regional:** através da criação de incentivos, quer à formação profissional hoteleira, quer à modernização dos estabelecimentos de restauração, e ainda através de: promoção de feiras gastronómicas; estabelecimento de prémios de gastronomia; certificação de estabelecimentos e produtos regionais.

Fonte: CPU, 2006

Este programa tinha como objetivo principal relativamente à dinamização do sector do turismo, o aproveitamento das potencialidades do plano de água da Ria de Aveiro. Valorizava este recurso natural como um produto turístico que interligava todos os restantes desta região. A Ria é o fator comum a todos os municípios, e todos os municípios têm com ela grande afinidade. Sendo assim, qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável do turismo para esta região deverá ter como

ponto central a Ria e daí partir para uma visão mais alargada dos recursos existentes, identificando-os e promovendo-os, quer sejam naturais, quer socioculturais.

#### **6.2.10. POLIS RIA DE AVEIRO**

Segundo o Despacho n.º 5290/2008, de 27 de Fevereiro, que criou o Grupo de Trabalho para a elaboração de uma proposta de plano estratégico da intervenção de requalificação e valorização da ria de Aveiro



*“o território abrangido pela Ria de Aveiro é um espaço singular que dispõe de condições excepcionais para suporte de um desenvolvimento económico e turístico sustentável e para se constituir como um pólo de atracção intimamente ligado ao contacto e fruição da natureza. As suas características físicas únicas, de grande sensibilidade, requerem que o seu desenvolvimento se submeta a uma estratégia que articule eficazmente as múltiplas vertentes deste território, nomeadamente o facto de estarem presentes neste espaço numerosas actividades económicas, como a indústria e um porto comercial, simultaneamente com a existência de zonas de importância para a conservação da natureza, inseridas na Rede Natura 2000.”*

De acordo com este pressuposto, foram identificados os objetivos estratégicos que se pretendiam alcançar com a elaboração do Polis Ria de Aveiro, tendo sido definidos os diversos eixos estratégicos de acordo com esses objetivos, bem como as principais tipologias de intervenção (quadro 35).

### Quadro 35 – Objetivos estratégicos, eixos estratégicos e tipologias de intervenção do POLIS Ria de Aveiro

Objetivos	Eixos Estratégicos	Tipologias de Intervenção
<b>Ria Ambientalmente Preservada</b>	<b>1</b>	Proteção e requalificação da zona costeira e lagunar visando a prevenção de riscos
		Recuperação dunar e lagunar Reordenamento e qualificação das frentes marítimas de Esmoriz e de Cortegaça Reforço das margens/recuperação de diques e motas com vista à prevenção de riscos
<b>Ria Economicamente Dinâmica</b>	<b>2</b>	Proteção e valorização do património natural e paisagístico
		Preservação e requalificação dos valores naturais
<b>Ria de Múltiplas Vivências</b>	<b>3</b>	Valorização dos recursos como fator de competitividade económica e social
		Reordenamento e valorização da atividade piscatória Criação de infraestruturas de apoio ao uso turístico balnear
<b>Ria de Múltiplas Vivências</b>	<b>4</b>	Promoção e dinamização da vivência da Ria
		Promoção da mobilidade e ordenamento da circulação na Ria Reordenamento e qualificação das frentes lagunares Informação e promoção territorial – Plano de Marketing Territorial – Portas da Ria (Porta Ria, Porta Mar, Porta Urbe) Criação e beneficiação de estruturas de apoio às atividades de recreio náutico

Fonte: Parque Expo, 2010

No âmbito do presente trabalho, destacam-se os eixos estratégicos 3 e 4 (Anexo V), uma vez que são os mais direcionados para a dinamização do sector turístico, através da valorização dos recursos, bem como através da promoção e dinamização das atividades tradicionais praticadas na Ria e sua envolvente, que merecem destaque pela sua qualidade e pela oportunidade que dão ao desenvolvimento de novas e diferentes formas da atividade turística, que se quer sustentável. No entanto, também as ações preconizadas nos restantes eixos, principalmente as do Eixo 2, permitirão criar uma maior atratividade da região da Ria de Aveiro, ao valorizar e proteger o património natural e paisagístico existente.

Considera-se assim que o Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro é uma oportunidade para (Parque Expo, 2010):



- “Desenvolver uma estratégia global coerente para a Ria de Aveiro;
- Enquadrar e potenciar uma operação integrada, quer em termos de projetos/ações a realizar, quer em termos de atores públicos e privados a mobilizar;
- Dar resposta às preocupações e intenções presentes no programa do Governo em relação às zonas costeiras, materializadas na criação do Programa Polis Litoral – Operações integradas de requalificação e valorização da orla costeira.”



### 6.2.11. PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DA ROTA DA LUZ

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo da Região de Turismo Rota da Luz (PEDTRL) foi elaborado pelo GrupUnave da Universidade de Aveiro para a extinta Região de Turismo Rota da Luz. Este plano, apesar de já não estar em vigor, dada a extinção do organismo regional de turismo Rota da Luz, tinha como principal objetivo definir uma estratégia de desenvolvimento do turismo para esta região, potenciando os principais recursos existentes aos vários níveis. Apresentou como visão estratégica (UA, 2008, pág. 67):



*“Afirmar o turismo enquanto âncora do desenvolvimento socioeconómico da Região de Turismo Rota da Luz, através da coesão intra-regional promovida pela ‘singularidade diversificada’ do seu produto turístico e pelas complementaridades inter-regionais oferecidas pelas características do território”.*

Foram definidos objetivos estratégicos com um horizonte temporal de 2015, apesar de, aquando da realização do estudo, já se perspetivar uma alteração no regime jurídico das Regiões de Turismo. Não obstante, enumeram-se aqui os objetivos definidos (UA, 2008, pág. 67):



1. Aumentar a capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros em 80%, de modo a ultrapassar as 7000 camas, em 2015, e aumentar progressivamente a relação do número de camas nos hotéis, face às pensões (qualificar a oferta de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros);
2. Triplicar a capacidade de alojamento nos empreendimentos de turismo no espaço rural, de modo a ultrapassar as 400 camas, em 2015;
3. Aumentar as dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em 80%, de modo a ultrapassar as 545 mil, em 2015, e aumentar progressivamente o peso relativo do mercado externo face ao mercado interno (aumentar a estada média e as receitas médias por turista);
4. Duplicar as receitas totais nos estabelecimentos hoteleiros de modo a ultrapassar os 27 milhões de euros em 2015, enquanto as receitas de aposento deverão crescer cerca de 75%, ultrapassando os 15 milhões de euros no horizonte temporal;
5. Aumentar o volume de negócios das atividades características do turismo em 65%, de modo a ultrapassar os 500 milhões de euros em 2015;
6. Aumentar o pessoal ao serviço (emprego) nas atividades características do turismo em 75%, de modo a ultrapassar os 12500 postos de trabalho diretos, em 2015.

O PEDT-RL apresentou ainda um modelo de desenvolvimento territorial como forma de implementar a visão estratégica definida. Este modelo representa o resultado da análise territorial efetuada, sendo composto por **Produtos Estratégicos, Espaços Estratégicos e Projetos Acorantes de Desenvolvimento** para toda a região de turismo da Rota da Luz. Os **Produtos Estratégicos** definidos tiveram por base a matriz de recursos turísticos elaborada pela equipa do plano, tendo sido identificados 5 produtos, com diversas áreas de intervenção e medidas/ações para cada uma delas (quadro 36):

**Quadro 36 – Produtos Estratégicos identificados pelo PEDTRL**

<b>Produto Estratégico</b>	<b>Objetivo</b>
<b>Turismo de Negócios e Científico</b>	<i>Organizar a oferta de equipamentos e infraestruturas de negócios (parques industriais/tecnológicos de nova geração; espaços de promoção de reuniões de negócios) para afirmar a região enquanto destino de negócios e de conhecimento técnico-científico nas áreas da inovação e desenvolvimento tecnológico ('cluster' regional)</i>
<b>Turismo Náutico e Praias</b>	<i>Posicionar a região enquanto destino náutico por excelência, através do investimento em grandes infraestruturas estratégicas para a consolidação do produto (Marina e uma rede de portos de recreio e de infraestruturas desportivas para promoção de modalidades de vento e água).</i>
<b>Turismo de Natureza e Aventura</b>	<i>Consolidar a valorização turística, garantindo a capacidade de carga, dos espaços de elevado valor ambiental e promover de forma integrada a oferta de novas camadas no espaço rural e a procura crescente de atividades ativas e de lazer na natureza e meio rural.</i>
<b>Turismo Cultural e Urbano</b>	<i>Promover a vasta e diversificada oferta de património cultural da região, enquanto identidades do território, bem como, afirmar os núcleos urbanos enquanto locais privilegiados de animação cultural e de vivências universais e ainda requalificar e modernizar os espaços museológicos regionais, tornando-os mais apelativos.</i>
<b>Gastronomia e Vinhos</b>	<i>Implementar um sistema de gestão integrado de âmbito regional, capaz de promover a riquíssima oferta gastronómica e vitivinícola (particularmente a Bairrada) da região, através da estruturação da oferta existente.</i>

Fonte: UA, 2008

Relativamente aos **Espaços Estratégicos** definidos pelo Modelo de Desenvolvimento Territorial, o plano identifica:

- a) *Zonas de Especial Interesse Turístico*
  - a. Ria de Aveiro
  - b. Serra da Freita
- b) *Pontos de Especial Interesse Turístico*
  - a. Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto
  - b. Pateira de Fermentelos
  - c. Barrinha de Esmoriz
  - d. Cidade de Aveiro
  - e. Rio Paiva
  - f. Barragem de Couto de Esteves/Ribeiradio

No âmbito deste estudo, a Zona de Especial Interesse Turísticos Serra da Freita e o Ponto de Especial Interesse Turístico Rio Paiva encontram-se fora da área de estudo, pelo que não serão analisados. Para a Zona Especial de Interesse Turístico Ria de Aveiro o PEDT-RL evidencia a necessidade de se concretizar alguns projetos estruturantes de forma a assumir esta área como polo turístico de referência a nível nacional. Assim, foram identificados os seguintes projetos, alguns dos quais já referidos no Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro (UA, 2008, pág. 76):



- “Marina, infraestrutura de importância estratégica para a afirmação de um produto de enorme valor acrescentado, vocacionado para segmentos de mercado estratégicos (médio/alto);
- Parque Temático, equipamento de referência estratégica para captação de visitantes de âmbito nacional e internacional, potenciando a identidade regional em torno das características singulares da Ria de Aveiro (sal, moliceiros, pesca, entre outros);
- Resorts Turísticos Ambientalmente Responsáveis, espaços de desenvolvimento da actividade turística de limitada pressão imobiliária, estruturada em unidades de alojamento de luxo, que assegurem uma estreita relação com a Ria de Aveiro;
- Centro de Alto Rendimento de Actividades Náuticas, equipamento relevante de apoio à prática de actividades náuticas, em particular as que promovem a locomoção a partir do vento (vela, windsurf, kytsurf), mas também para as actividades de ‘ondas’ (surf, bodyboard);
- Ecomuseu da Ria, centro museológico e espaço privilegiado de investigação sobre as actividades socio-económicas desenvolvidas da Ria de Aveiro (polo museológico desconcentrado da Ria de Aveiro, associado ao Museu Marítimo de Ílhavo);
- Rede de Portos de Recreio, equipamentos desconcentrados pelos municípios que delimitam a Ria de Aveiro, potenciando a mobilidade alternativa;
- Teia de Ciclovias/BTT, infraestruturas de apoio à mobilidade, capazes de delimitar toda área de influência da Ria de Aveiro, potenciando redes de mobilidade intermodais alternativas, que associem a bicicleta e o barco;
- Sinalética Turística, instrumentos de apoio à navegação na Ria de Aveiro, como da identificação dos principais pontos de interesse turísticos;
- Eventos Regulares, animação em torno da Ria de Aveiro, através da promoção de um calendário de eventos anual, sob as temáticas desportivas, recreativas e culturais, dimensionando de uma forma progressiva a seu mercado-alvo (mercados internacionais).”

No que diz respeito aos **Pontos de Interesse Turístico**, é referido pelo PEDT-RL que “estas áreas deverão ser alvo de particular atenção a curto/médio prazo pelas organizações regionais e locais com responsabilidades na área do turismo”. São áreas que se evidenciam na região pelo interesse turístico que demonstram, especialmente a nível ambiental e que deverão ser enquadradas numa estratégia de valorização dos recursos, de forma a desenvolver o seu potencial turístico, mas sem esquecer a importância ambiental que possuem.

Por último, referem-se os **Projetos Acorantes de Desenvolvimento** assumidos pelo PEDT-RL como “aqueles que evidenciam capacidade para criar polarizações de negócios e/ou actividades, e de conduzir à criação, ou estruturação, de clusters organizados de oferta conducentes ao aparecimento de fileiras de investimento e/ou consolidação de sub-marcas dentro da região e na sua área de influência.” (UA, 2008, pág. 83) (quadro 37).

#### Quadro 37 – Projetos Acorantes de Desenvolvimento

Projetos Acorantes de Desenvolvimento	
1	<b>Grande Centro de Congressos de Aveiro</b>
2	<b>Marina de Ria</b>
3	<b>Parque Temático da Ria</b>
4	<b>Parque de Aventura da Freita</b> (fora da área de estudo)
5	<b>Qualificação das Principais Linhas de Água</b>
6	<b>Rede de Aldeias Tradicionais</b>
7	<b>Rede Regional de Mobilidade Alternativa</b>
8	<b>Revitalização dos Complexos Mineiros e Industriais Devolutos</b>
9	<b>Criação de Incubadoras de Empresas Desconcentradas</b>
10	<b>Centro de Valorização e Promoção do Espaço Rural.</b>

Fonte: UA, 2008

O PEDT-RL identifica ainda projetos de âmbito municipal que foram definidos através da consulta realizada aos municípios, com o intuito de “avaliar as preocupações, interesses e desejos destes autarcas, assim como relacionar os projectos identificados pelos respectivos municípios e avaliar a sua sintonia com as políticas de desenvolvimento do sector do turismo ao nível local.” (PEDT-RL, 2008, pág. 90). Assim, iremos enumerar os projetos identificados pelo PEDT-RL para os concelhos da área de estudo em questão (quadros 38 a 47).

**Quadro 38 – Concelho de Águeda**

Produto Estratégico	Descrição
<b>Turismo industrial</b>	Forte carácter industrial e empresarial, que poderia ser promovido através da criação de um espaço museológico como polo de atração (como exemplo é referido o museu das duas rodas – motos e bicicletas)
<b>Turismo de natureza</b>	Pateira de Fermentelos, espaço natural de grande importância em termos de biodiversidade e com ligação à Ria de Aveiro. Potencialidade para a criação de percursos pedestres e ciclovias e para a promoção do turismo ornitológico
<b>Turismo arqueológico/cultural</b>	Estação arqueológica do Cabeço do Vouga. Criação de roteiros específicos (arquitetura contemporânea, Arte Nova, brasileira...). Animação cultural através da existência de variadíssimos movimentos associativos;
<b>Turismo gastronómico</b>	Leitão à Bairrada e a doçaria (pastéis de Águeda)
<b>Turismo de aventura e desportivo</b>	Provas nacionais e internacionais de motocross que acontecem todos os anos neste concelho.
<b>Turismo no espaço rural</b>	Aldeias tradicionais do interior do concelho que mantém os traços arquitetónicos das suas fachadas e registam ainda uma forte procura para o turismo de segunda residência

Fonte: UA, 2008

**Quadro 39 – Concelho de Albergaria-a-Velha**

Produto Estratégico	Descrição
<b>Turismo de natureza</b>	Criação de equipamentos e infraestruturas que possam ser utilizadas por quem pretende estar em contacto com a natureza, nomeadamente percursos pedestres e ciclovias Requalificação da Pateira de Frossos e infraestruturização das praias fluviais concelhias.
<b>Turismo arqueológico/cultural</b>	Requalificação do cineteatro Alba e valorização dos programas de animação cultural, envolvendo os movimentos associativos do concelho

Fonte: UA, 2008

**Quadro 40 – Concelho de Aveiro**

Produto Estratégico	Descrição
<b>Turismo de negócios</b>	Aproveitamento dos diversos equipamentos de negócios, tais como a Universidade de Aveiro, as unidades hoteleiras e os equipamentos municipais
<b>Turismo Cultural</b>	Grande oferta de equipamentos, nomeadamente espaços museológicos e salas de espetáculo. Arquitetura Arte Nova
<b>Turismo de Sol e Praia</b>	Focado especificamente na freguesia de S. Jacinto, sendo importante pelo carácter natural e protecionista que encerra – Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto. A nova acessibilidade criada pelo ferryboat poderá trazer vantagens de exploração do segmento de turismo de natureza neste espaço natural
<b>Turismo Náutico</b>	Condições de excelência oferecidas pela Ria de Aveiro para a prática de variadíssimas atividades náuticas
<b>Turismo de Natureza</b>	Exploração da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto

Fonte: UA, 2008

#### Quadro 41 – Concelho de Estarreja

Produto Estratégico	Descrição
<b>Turismo de natureza</b>	Dinamização do Projeto BioRia (percurso pedestre ou de bicicleta, que promove o contacto com a avifauna característica destes locais)
<b>Turismo Cultural</b>	Diversos exemplares da Arte Nova e Espaço museológico – Casa Museu Egas Moniz. Animação cultural e recreativa do concelho, nomeadamente o Festival de Cinema de Avança o Carnaval.

Fonte: UA, 2008

#### Quadro 42 – Concelho de Ílhavo

Produto Estratégico	Descrição
<b>Turismo Cultural</b>	Museu Marítimo de Ílhavo e Navio Santo André Palheiros da Costa Nova Vista Alegre Bacalhau como identidade diferenciadora do território
<b>Turismo de Sol e Praia</b>	Praias da Barra e Costa Nova
<b>Turismo Náutico</b>	Projeto de criação da Marina da Barra Aposta em atividades náuticas para diminuir a sazonalidade Criação de infraestruturas de apoio às atividades náuticas Dinamização de provas de campeonatos nacionais e internacionais de diversas modalidades (surf, windsurf, bodyboard, kitesurf, vela e canoagem)

Fonte: UA, 2008

#### Quadro 43 – Concelho da Murtosa

Produto Estratégico	Descrição
<b>Turismo de Sol e Praia</b>	Dinamização da Praia da Torreira
<b>Turismo de Natureza</b>	Projeto Mobilidade Sustentável
<b>Turismo Náutico</b>	Requalificação dos portos de recreio
<b>Turismo Cultural</b>	Ecomuseu da Ria
<b>Turismo Gastronómico</b>	Aposta nos produtos locais: Enguias, Marisco, Lampreia, Carne Marinhoa

Fonte: UA, 2008

#### Quadro 44 – Concelho de Oliveira do Bairro

Produto Estratégico	Descrição
<b>Turismo de Negócios</b>	Oportunidade de afirmação pelo carácter industrial do concelho
<b>Turismo de Natureza</b>	Promoção de roteiros associados à avifauna no Vale do Cértima Projetos de requalificação de espaços de lazer e recreio, percursos pedestres e ciclovias e diversos elementos de arqueologia industrial (moinhos)
<b>Turismo Cultural</b>	Museu de Etnomúsica da Bairrada Património cultural (Igrejas Matriz de Oiã e Mamarrosa)
<b>Turismo Gastronómico</b>	Leitão à Bairrada e Vinhos da Região Demarcada da Bairrada

Fonte: UA, 2008

#### Quadro 45 – Concelho de Ovar

Produto Estratégico	Descrição
<b>Turismo de Sol e Praia</b>	Praias de Esmoriz, Cortegaça e Furadouro
<b>Turismo de Natureza</b>	Mata de Ovar, com particularidades únicas para a prática de atividades de animação e de redes de percursos pedestres e de bicicleta todo-o-terreno
<b>Turismo Cultural</b>	Património monumental de grande valor, nomeadamente religioso e azulejaria Eventos durante a Semana Santa Carnaval de Ovar

Fonte: UA, 2008

#### Quadro 46 – Concelho de Sever do Vouga

Produto Estratégico	Descrição
<b>Turismo de Natureza</b>	Muito rico em recursos naturais Criação de empresas que desenvolvem atividades de animação, nomeadamente de turismo de natureza Projeto turístico das Minas do Braçal Criação de redes de percursos pedestres e ciclovias, aproveitando os valores naturais e a antiga linha de caminho-de-ferro do Vouga
<b>Turismo Gastronómico</b>	Aposta nos produtos locais: Vitela e Lampreia

Fonte: UA, 2008

#### Quadro 47 – Concelho de Vagos

Produto Estratégico	Descrição
<b>Turismo de Sol e Praia</b>	Praia da Vagueira
<b>Turismo de Natureza</b>	Conjunto de cais no vale do Boco, com enquadramento paisagístico singular Aprovação de um projeto de um “resort ambientalmente responsável, que contará com um investimento na imobiliária turística, criará uma unidade de alojamento de luxo, e diversos equipamentos de lazer e recreio, como sejam dois campos de golfe e um porto de recreio num dos braços da Ria de Aveiro...”.
<b>Turismo Religioso</b>	Santuário de Nossa Senhora de Vagos, como lugar de peregrinação, estando a sua envolvente bem preservada.

Fonte: UA, 2008

### 6.2.12. PRORIA – IMPLEMENTAÇÃO E PROMOÇÃO DO PÓLO DE MARCA TURÍSTICA RIA DE AVEIRO

A Turismo Centro de Portugal (TCP) candidatou, através do Grupo de Ação Costeira da Região de Aveiro (GAC-RA)<sup>39</sup>, o Projeto “PRORíA – Implementação e Promoção do Pólo de marca Turística Ria de Aveiro” ao abrigo do Eixo 4 do Programa PROMAR (Programa Operacional Pescas 2007/2013). Este projeto tem como principais objetivos “a promoção da Marca RIA DE AVEIRO e consequente visibilidade dos produtos turísticos, a implementação de uma campanha comunicacional, a valorização dos recursos e produtos com génese nas comunidades costeiras, assim como, a diversificação das atividades económicas. Também, visa aumentar a sustentabilidade da atividade das empresas do setor, integrar os agentes locais em rede, e estimular o crescimento do investimento na Região<sup>40</sup>.” Assim, o papel da TCP consiste “na criação de uma campanha promocional visando a divulgação da Marca Turística Ria de Aveiro, contribuindo para a valorização turística dos seus recursos e para a dinamização da economia regional e das dinâmicas locais, tendo por base a diversidade do território turístico e sob um referencial de sustentabilidade” (TCP, 2010, pág. 4).

O projeto identifica 3 grandes linhas de intervenção como grandes pilares de execução e de operacionalização (TCP, 2010):

#### Linha 1

##### Recursos e Produtos Turísticos da Ria de Aveiro

- Identificação de recursos com génese na comunidade piscatória da Ria de Aveiro, com potencial turístico
- Inclusão no sistema de produtos turísticos do Centro com os recursos da Ria de Aveiro

#### Linha 2

##### Dinamização da atividade turística e cooperação com os agentes locais

- Dinamização de feiras, workshops, encontros e eventos da Ria de Aveiro
- Criação e desenvolvimento de uma rede de agentes turísticos da Ria de Aveiro

#### Linha 3

##### Campanha promocional do Pólo de Marca Turística "Ria de Aveiro"

- Divulgação e promoção do destino, tendo por base os recursos e produtos da Ria de Aveiro
- Reforço da incorporação da Marca Ria de Aveiro na promoção do destino Centro

<sup>39</sup> O Grupo de Ação Costeira da Região de Aveiro “é uma parceria que visa mobilizar as entidades locais e as comunidades piscatórias, para o processo de desenvolvimento sustentável da respetiva área costeira de intervenção, de acordo com o definido no Eixo 4 – Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca do Programa Operacional pesca 2007-2013 – PROMAR.” (GAC-RA, s/d). A área de intervenção do GAC-RA abrange os municípios de Aveiro, Ílhavo, Murtosa, Ovar e Vagos, apoiando e dinamizando candidaturas de projetos que se enquadrem nas seguintes ações: 1. **Reforço da Competitividade das Zonas de Pesca e Valorização dos Produtos**; 2. **Diversificação e Reestruturação das Atividades Económicas e Sociais**; 3. **Promoção e Valorização da Qualidade do Ambiente Costeiro e das Comunidades** (GAC-RA, s/d).

<sup>40</sup> [www.regiaodeaveiro.pt](http://www.regiaodeaveiro.pt), consultado a 10 de Janeiro de 2013



Para atingir os objetivos propostos identificados na linha de intervenção 1, a TCP contratou uma equipa da Universidade de Aveiro, da qual fizemos parte, para realizar a inventariação dos diversos recursos e atividades turísticas existentes no Pólo de marca turística Ria de Aveiro, através de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) e respetiva disponibilização em ambiente web da oferta existente<sup>41</sup>. Neste âmbito, realizámos a base de dados SIG que deu origem ao sítio de internet que atualmente já se encontra disponível ([www.riadeaveiro.pt/sig](http://www.riadeaveiro.pt/sig)).

Relativamente à linha de intervenção 2, pretende-se fomentar a parceria entre os diversos grupos de interessados no desenvolvimento do turismo na região, como fator de desenvolvimento da economia local, nomeadamente através da troca de experiências e partilha de informações que poderão auxiliar quer as comunidades piscatórias, quer os operadores turísticos da região.

Por fim, a linha de intervenção 3 refere-se à realização de uma campanha promocional da região, baseada na cooperação institucional, através do *“desenvolvimento de ações de promoção tais como a elaboração de roteiros temáticos, campanhas publicitárias, produção de informação turística em formato digital passível de ser disponibilizada nas várias plataformas digitais, entre outras”* (TCP, 2010, pág. 41).

### **6.2.13. PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS**

Os Planos Diretores Municipais são os principais instrumentos de ordenamento do território a nível municipal e pretendem estabelecer a *“estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, integrar e articular as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e*

---

<sup>41</sup> Destaca-se que esta linha de intervenção foi baseada numa candidatura apresentada ao Concurso de Projetos de Investigação e Desenvolvimento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), designada por *“GreenTour – Aplicação do Conceito de Coastal Greenway ao Desenvolvimento de Destinos Turísticos Sustentáveis”*. A formulação e conceção deste projeto tiveram a sua génese no presente trabalho e consistia primordialmente na identificação e georreferenciação dos recursos disponíveis no Centro Litoral de Portugal (PTDC/CS-GEO/118266/2010), tendo sido proposto pelo Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro e com a participação da Entidade Regional de Turismo do Centro – Turismo Centro de Portugal (TCP), Administração da Região Hidrográfica do Centro (ARHC) e Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Coimbra (ESA-IPC). Incluía duas áreas de estudo: Baixo Vouga e Baixo Mondego, de forma a *“potenciar o desenvolvimento e planeamento do território sustentado, baseado na preservação e valorização dos recursos endógenos existentes e na promoção da atividade turística sustentável”* (PTDC/CS-GEO/118266/2010). No entanto, este projeto não obteve financiamento.

estabelecer o modelo de organização espacial do território municipal.” (artigo 94º do Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro). Pretendem ainda, no que diz respeito ao sector do turismo (artigo 70º do Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro):



- a) A tradução, no âmbito local, do quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional;
- b) A expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local;
- c) A articulação das políticas sectoriais com incidência local;
- d) A base de uma gestão programada do território municipal;
- e) Os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural;
- f) Os critérios de localização e distribuição das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;
- g) Os parâmetros de uso e fruição do espaço público;
- h) Outros indicadores relevantes para a elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial.

A maioria dos municípios da área de estudo (à exceção de Águeda e Vagos) encontra-se atualmente a proceder à revisão do seu Plano Diretor Municipal, pelo que a estratégia identificada nos diversos PDM's em vigor se encontra atualmente desatualizada. No entanto, procedeu-se a uma breve análise dos regulamentos dos PDM dos municípios da área em estudo, com o intuito de perceber se estes já identificavam possíveis áreas para o desenvolvimento do sector turístico e quais as suas principais características (quadro 48).

**Quadro 48 – Áreas de desenvolvimento do sector turístico, segundo os regulamentos dos PDM's da área em estudo**

MUNICÍPIO	Áreas de Desenvolvimento do Sector Turístico (com base na análise do regulamento do PDM em vigor)
<b>ÁGUEDA</b> 1ª Revisão completa, aprovada e publicada em Diário da República	<p>Podem ser implementadas diversas tipologias de empreendimentos e infraestruturas de apoio ao turismo, de acordo com a classe de espaço em que se inserem, nomeadamente:</p> <p><u>Solo Rural</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Empreendimentos turísticos de várias tipologias, desde que <ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorizem atividades agrícolas, com carácter educativo e de preservação dos valores naturais e culturais</li> <li>• Estejam associados a temáticas específicas que contribuam para a valorização económica e ambiental do espaço rural</li> </ul> </li> <li>• Parques de lazer e recreio</li> <li>• Centros de interpretação da paisagem/natureza ou outros de carácter lúdico-educacional</li> <li>• Parques de campismo e caravanismo</li> <li>• Equipamentos de cariz ambiental ou relacionados com atividades arqueológicas</li> </ul> <p><u>Solo Urbano</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Edificação de empreendimentos turísticos nas seguintes classes de espaço: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaços Histórico-Culturais (núcleo antigo da cidade de Águeda e do aglomerado de Arrancada do Vouga)</li> <li>• Espaços de Uso Especial – Aptidão Turística (áreas urbanas envolvidas por espaços naturais de especial relevância)</li> <li>• Espaços de Atividades Económicas</li> </ul> </li> <li>• Espaço destinados a infraestruturas aeronáuticas (para constituição do Aeródromo Municipal de Águeda)</li> </ul> <p>São ainda identificadas duas áreas de interesse para a atividade turística</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Zonas de interesse arquitetónico e paisagístico e de proteção ambiental e arqueológica</li> <li>• Espaços naturais</li> </ul>
<b>ALBERGARIA-A-VELHA</b>	<p>São definidas duas Classes de Espaço relacionadas com o turismo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaço Natural <ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaço Natural Lúdico – áreas vocacionadas para o recreio e lazer, mas com grandes restrições. Necessário elaboração de planos de pormenor e se necessário estudos de incidência ambiental</li> <li>• Espaço Natural Turístico – áreas vocacionadas para intervenções de aproveitamento turístico, através de elaboração de planos de pormenor e estudos de incidência ambiental</li> </ul> </li> <li>• Espaço Cultural – áreas onde existem elementos significativos do ponto de vista social, cultural ou histórico (classificados ou não)</li> </ul>
<b>AVEIRO</b>	<p>Embora no PDM não estejam previstos espaços vocacionados para o turismo, este identifica um conjunto de Planos Municipais de Ordenamento do Território, alguns dos quais apresentam objetivos para o desenvolvimento deste sector:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PMOT da Praia de S. Jacinto – objetivo de desenvolver a atividade turística, aproveitando as potencialidades paisagísticas</li> <li>• PP do Centro – objetivo de criar um percurso pedonal ao longo do canal do Cojo</li> </ul>

MUNICÍPIO	Áreas de Desenvolvimento do Sector Turístico (com base na análise do regulamento do PDM em vigor)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PP da Zona Adjacente ao Porto Comercial/Terminal Sul/ PP da Área de Desportos da Ria – objetivo de dotar a cidade de uma zona de lazer qualificada, com localização de grandes equipamentos</li> <li>• Planos de Salvaguarda dos Centros Históricos de Aveiro, Esgueira e Eixo – objetivo de salvaguarda patrimonial</li> </ul> <p>Além destes planos referidos no anexo ao regulamento do PDM, destacam-se como importantes para o desenvolvimento do turismo na cidade de Aveiro:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de Urbanização do Programa POLIS</li> <li>• PU da Cidade</li> </ul>
ESTARREJA	<p>São definidas duas Classes de Espaço relacionadas com o turismo (tal como em Albergaria-a-Velha):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaço Natural <ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaço Natural Lúdico – áreas vocacionadas para o recreio e lazer, mas com grandes restrições. Necessário elaboração de planos de pormenor e se necessário estudos de incidência ambiental</li> <li>• Espaço Natural Turístico – áreas vocacionadas para intervenções de aproveitamento turístico, através de elaboração de planos de pormenor e estudos de incidência ambiental</li> </ul> </li> <li>• Espaço Cultural – áreas onde existem elementos significativos do ponto de vista social, cultural ou histórico (classificados ou não)</li> </ul>
ÍLHAVO	<p>São várias as classes de espaço que apresentam orientações estratégicas para o desenvolvimento do sector do turismo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaço para Equipamentos – áreas destinadas a parques de campismo (Barra, Costa Nova e Gafanha da Nazaré)</li> <li>• Espaço Urbanizável para fins preferencialmente turísticos – áreas destinadas à instalação de empreendimentos turísticos <ul style="list-style-type: none"> <li>• Marina da Barra (sujeita à realização de plano de ordenamento)</li> <li>• Zona envolvente à “Bruxa” (sujeita à realização de plano de pormenor)</li> <li>• Área envolvente ao Parque de Campismo da Gafanha da Nazaré (sujeita à realização de plano de pormenor)</li> <li>• Quinta da Boavista (sujeita à realização de plano de pormenor)</li> </ul> </li> <li>• Espaços Naturais</li> <li>• Espaços naturais e de proteção de nível II – para valorização e requalificação do espaço cénico e paisagístico, sendo possível a edificação de equipamentos desportivos, culturais e recreativos (sujeito a plano de pormenor)</li> <li>• Espaços Naturais e de proteção de nível II – correspondente à Colónia Agrícola da Gafanha, que admite usos de turismo rural, agroturismo e turismo de habitação.</li> </ul>
MIRA	<p>As áreas destinadas ao desenvolvimento turístico no Município de Mira estão incluídas na Classe de Espaços de Equipamento.</p> <p>Destaca-se, no entanto, a existência de uma área destinada a Campo de Golfe e empreendimentos turísticos associados (sujeito à elaboração de plano de pormenor).</p> <p>É ainda referido no regulamento que “é permitida a inclusão na classe de espaços de equipamentos, por alteração de estrutura de ordenamento (...), de qualquer parcela do território municipal «espaço de ocupação condicionada» ou «espaço de salvaguarda estrita», para a localização de equipamentos/empreendimentos turísticos de reconhecido interesse municipal” (n.º 1 do artigo 36º do Regulamento do PDM). No entanto, é</p>

MUNICÍPIO	Áreas de Desenvolvimento do Sector Turístico (com base na análise do regulamento do PDM em vigor)
	referido ainda que a inclusão de empreendimentos e ou complexos turísticos em Espaço de Salvaguarda Estrita só pode ser efetuada se implicarem “a constituição de estruturas empresariais permanentes para a sua gestão e exploração” (alínea e) do n.º 2 do artigo 36 do Regulamento do PDM).
<b>MURTOSA</b>	<p>As áreas destinadas ao desenvolvimento turístico no Município da Murtosa estão incluídas na Classe de Espaços de Desenvolvimento Programado, nomeadamente Áreas destinadas a empreendimentos turísticos (sujeitas à elaboração de plano de pormenor).</p> <p>É ainda definida a área da margem poente da Ria (sujeita a plano de urbanização ou plano de pormenor), com o objetivo de melhorar as condições de fruição pelos residentes e utentes, tendo em conta a necessidade de preservar as características naturais do local. Poderão ser realizados os seguintes equipamentos e infraestruturas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estacionamentos</li> <li>• Locais de descanso</li> <li>• Parques de merendas</li> <li>• Instalações balneares</li> <li>• Acessos às águas da ria</li> <li>• Praias lagunares</li> <li>• Ancoradouros</li> </ul>
<b>OLIVEIRA DO BAIRRO</b>	É identificada a possibilidade de execução de equipamentos turísticos (agroturismo, turismo de habitação, turismo rural e hotéis rurais) dentro do Espaço Florestal, desde que não incluído em Reserva Ecológica Nacional.
<b>OVAR</b>	<p>São definidas três Classes de Espaço relacionadas com o turismo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaço Natural                             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaço Natural Lúdico – áreas vocacionadas para o recreio e lazer, mas com grandes restrições. Necessário elaboração de planos de pormenor e se necessário estudos de incidência ambiental</li> <li>• Espaço Natural Turístico – áreas vocacionadas para intervenções de aproveitamento turístico, através de elaboração de planos de pormenor e estudos de incidência ambiental</li> </ul> </li> <li>• Espaço Cultural – áreas onde existem elementos significativos do ponto de vista social, cultural ou histórico (classificados ou não)</li> <li>• Espaço Praia – áreas urbanas onde ocorram funções relacionadas com o espaço natural envolvente e com a atividade lúdico-turística.</li> </ul>
<b>SEVER DO VOUGA</b>	<p>São definidas duas Classes de Espaço relacionadas com o turismo (tal como em Albergaria-a-Velha e Estarreja):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaço Natural                             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaço Natural Lúdico – áreas vocacionadas para o recreio e lazer, mas com grandes restrições. Necessário elaboração de planos de pormenor e se necessário estudos de incidência ambiental</li> <li>• Espaço Natural Turístico – áreas vocacionadas para intervenções de aproveitamento turístico, através de elaboração de planos de pormenor e estudos de incidência ambiental</li> </ul> </li> <li>• Espaço Cultural – áreas onde existem elementos significativos do ponto de vista social, cultural ou histórico (classificados ou não)</li> </ul>

MUNICÍPIO	Áreas de Desenvolvimento do Sector Turístico (com base na análise do regulamento do PDM em vigor)
<p><b>VAGOS</b></p> <p>1ª Revisão completa, aprovada e publicada em Diário da República</p>	<p>São identificadas diversas classes de espaço com potencialidade turística.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Áreas de aptidão cultural e recreativo – áreas com interesse arqueológico, ambiental, histórico ou etnográfico <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conjunto dos Moinhos de S. Romão</li> <li>• Conjunto das Azenhas do Boco</li> <li>• Vale do Rio Boco</li> <li>• Santuário de Nossa Senhora de Vagos</li> <li>• Lagoas de Covão do Lobo</li> </ul> </li> <li>• Área de vocação cultural e recreativa do Rio Boco – objetivo de valorização ambiental e paisagística <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de infraestruturas de acesso e circulação ao longo do rio</li> <li>• Ligação aos aglomerados próximos, com sinalética</li> <li>• Criação de percursos para passeios a pé, a cavalo e bicicleta</li> <li>• Criação de pontos de observação da natureza</li> <li>• Promoção da navegabilidade do rio</li> <li>• Promoção de empreendimentos turísticos e turismo no espaço rural</li> </ul> </li> <li>• Espaço de Equipamentos – que podem conter equipamentos destinados a atividades culturais, de desporto, de recreio e lazer</li> </ul> <p>São ainda identificadas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, com vista ao desenvolvimento do turismo, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• UOPG 1 – Zona Turística de Vagos, que tem em vista a criação de um empreendimento turístico (aldeamento), um campo de golfe e outros equipamentos desportivos e equipamentos de animação relacionados com o espaço florestal</li> <li>• UOPG 2 – Senhora de Vagos, que tem em vista a criação de uma área de interesse do ponto de vista religioso, cultural, recreativo e turístico, ligado à temática do Santuário de Nossa Senhora de Vagos</li> </ul>

#### 6.2.14. PLANO DE ORDENAMENTO DA RESERVA NATURAL DAS DUNAS DE S. JACINTO

O Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto (PORNDSJ) é um Plano Especial de Ordenamento do Território, sendo a sua área de intervenção a Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto, parte integrante da área em estudo. Tem “*natureza de regulamento administrativo e prevalece sobre os planos municipais e intermunicipais do ordenamento do território, bem como sobre os programas e os projectos de iniciativa pública ou privada, a realizar na respectiva área de intervenção*” (RCM n.º 76/2005, de 21 de Março). Este plano pretende:



- Promover a conservação e proteção do ecossistema dunar, dos habitats e das espécies;
- Assegurar a conservação e a valorização do património natural da área protegida e da zona de protecção especial em que se encontra integrada;
- Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural da zona em que se insere, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas;
- Assegurar a informação, sensibilização, formação e participação do público, bem como incentivar e mobilizar a sociedade civil para a conservação dos ecossistemas dunares e zonas húmidas litorais.

A RNDSJ é uma área protegida pertencente à Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), abrangendo uma área de cerca de 960ha dos quais 210ha correspondem a área marítima<sup>42</sup>. É uma área onde se podem desenvolver atividades de turismo de natureza, nomeadamente “*Passeios Pedestres, expedições fotográficas, percursos interpretativos e atividades de observação da fauna e flora*”<sup>43</sup>, no percurso pedestre sinalizado (Trilho de Descoberta – variante verde, azul e vermelha)<sup>44</sup>. Estes percursos podem ser visitados por qualquer pessoa, no entanto, os visitantes deverão procurar informação no Centro de Informação da Reserva Natural. Existe a possibilidade de se realizarem visitas guiadas que devem ser marcadas com antecedência. Destaca-se que é interdito o uso de bicicletas e veículos motorizados nesta área protegida.

<sup>42</sup> <http://www.icnf.pt/ICNPortal/vPT2007-AP-DunasSJacinto/A+Reserva/Porque+foi+classificado>, consultado a 12 de Fevereiro de 2013

<sup>43</sup> <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/ativ/resource/doc/rndsj-turnat-ativ>, consultado a 12 de Fevereiro de 2013

<sup>44</sup> <http://www.icnf.pt/cn/ICNPortal/vPT2007-AP-DunasSJacinto/Visitar+Area+Protegida/Sugestoes+Visita/Percursos+pedestres/>, consultado a 12 de Fevereiro de 2013

### 6.3. SÍNTESE



Foram analisados catorze documentos estratégicos com influência direta ou indireta sobre o turismo na região da Ria de Aveiro, com o objetivo de identificar as medidas e estratégias apresentadas em cada um e tentar encontrar pontos de contacto que permitam posteriormente criar uma estratégia única, envolvendo os vários municípios e as várias entidades com interesse no desenvolvimento do sector turístico da região. Os documentos analisados são de extrema importância para a definição de estratégias de turismo sustentável que pretendem tornar os destinos turísticos mais apetecíveis, criando melhores condições para quem os visita, mas também fomentando o desenvolvimento da própria região e das diversas comunidades locais. No quadro que se segue (quadro 49), apresenta-se resumidamente as medidas e/ou estratégias que cada um dos documentos analisados identifica.

**Quadro 49 – Síntese das medidas e/ou estratégias identificadas nos documentos estratégicos**

Planos	Medidas/Estratégias para a região de Aveiro
<b>Plano Estratégico Nacional para o Turismo</b>	Desenvolver rotas temáticas (ex.: pescadores)
	Recuperar e requalificar edifícios, núcleos históricos e paisagens naturais
	Promover a recuperação e adaptação de edifícios classificados para unidades de alojamento (hotéis de charme)
	Qualificar a oferta turística
	Reforçar a qualidade de serviço, ordenamento do território e proteção do ambiente
<b>Programa Nacional de Turismo de Natureza</b>	Melhorar as acessibilidades rodoviárias (estradas secundárias)
	Compatibilização de atividades de turismo de natureza com as características ecológicas e culturais
	Promoção de projetos e ações públicas e privadas que potenciem a visitação
	Recuperação/Reconversão dos elementos do património construído que possam ser utilizados pelas atividades de turismo de natureza
	Criação de infraestruturas de apoio às atividades de turismo de natureza
	Fomentação de atividades que contribuam para a sensibilização e educação ambientais
	Promoção de atividades que contribuam para a divulgação e interpretação do património natural e cultural
<b>Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras</b>	Promoção dos produtos de base local
	Promoção de condições favoráveis ao desenvolvimento de atividades de náutica de recreio e de turismo costeiro sustentável, nomeadamente a criação de guia sobre náutica de recreio, certificação das marinas portuguesas, criação de roteiro sobre o turismo costeiro
	Clarificação dos procedimentos de licenciamento das atividades valorizadoras dos recursos específicos existentes
	Promoção de publicações sobre boas práticas para os usos e atividades sustentáveis da zona costeira
	Desenvolvimento de programa de informação e sensibilização zona a zona costeira



Planos	Medidas/Estratégias para a região de Aveiro
<b>Plano Sectorial da Rede Natura 2000</b>	Condicionamento à expansão urbano-turística na ZPE Ria de Aveiro, no Sítio Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas e no Sítio Rio Vouga Ordenamento de regulação da atividade de observação de espécies de fauna e outras atividades de recreio e lazer Melhoria da qualidade ambiental da zona Implementação de medidas de proteção dunar no Sítio Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas Ordenamento da prática de desporto de natureza, quer no Sítio Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas, quer no Sítio Rio Vouga Condicionamento à pesca no Sítio Rio Vouga
<b>Plano Regional de Ordenamento do Território</b>	Ações de qualificação e valorização do Litoral, da Rede Nacional de Áreas Protegidas, planos de água e zonas ribeirinhas Mar como recurso turístico estratégico, integrado no desenvolvimento do Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar Desenvolvimento do Turismo de Negócios Valorização dos recursos culturais e patrimoniais Valorização da biodiversidade e mais-valias ambientais
<b>Programa Operacional Regional do Centro – Mais Centro</b>	Valorização de recursos específicos do território Gestão ativa da Rede Natura 2000 e da Biodiversidade Valorização e Ordenamento da Orla Costeira Proteção e valorização de outras zonas sensíveis e de qualificação da paisagem Promoção institucional da região
<b>Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar – Marinha Grande</b>	Dimensionamento das capacidades de carga Identificação e hierarquização do valor estratégico e locativo das praias, através da sua classificação, consoante as características de cada uma
<b>Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território (UNIR@Ria)</b>	Alojamento: aumento, diversificação e qualificação da oferta da região, quer no que respeita à hotelaria clássica, quer no alojamento em estabelecimentos de Turismo no Espaço Rural Promoção e Divulgação: definição de uma política comum de promoção do turismo regional e dos vários produtos associados à Ria Diversificação das atividades de lazer, recreio e animação, nomeadamente desportos náuticos; desportos «radicais» eólicos; centros de equitação; passeios na natureza; parques temáticos; parques de merendas; praias fluviais Qualificação e promoção da restauração e gastronomia regional
<b>Polis Litoral Ria de Aveiro</b>	Reordenamento e valorização da atividade piscatória Criação de Infraestruturas de apoio ao uso turístico balnear Promoção da mobilidade e ordenamento da circulação na Ria Reordenamento e qualificação das frentes lagunares Informação e promoção territorial, através do desenvolvimento de um Plano de Marketing Territorial Criação e beneficiação de estruturas de apoio às atividades de recreio náutico
<b>Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo da Rota da Luz</b>	Identificação de diversos projetos estruturantes para a Zona de Especial Interesse Turístico Ria de Aveiro e Pontos de Especial Interesse Turístico, nomeadamente Marina, Parque Temático, Resorts Ambientalmente Responsáveis, Centro de Alto Rendimento de Atividades Náuticas, Ecomuseu da Ria, Rede de Portos de Recreio, Ciclovias, Sinalética, Eventos regulares
<b>PRORia – Implementação e Promoção do Pólo de Marca Turística Ria de Aveiro</b>	Identificação e georreferenciação dos recursos e produtos turísticos da Ria de Aveiro Dinamização da atividade turística e cooperação com agentes locais Campanha promocional do Pólo de marca turística “Ria de Aveiro”

Planos	Medidas/Estratégias para a região de Aveiro
<b>Planos Diretores Municipais</b>	A análise dos PDM's dos diversos municípios permitiu verificar que quase todos identificam áreas destinadas ao desenvolvimento da atividade turística, nomeadamente através da classificação de espaços que permitam o seu uso por empreendimentos turísticos, por parques de recreio ou lazer ou por equipamentos de utilização coletiva. Além disso, identificam classes de espaço natural que podem, dentro de alguns limites, também ser utilizados para o fim turístico. Verifica-se que, quer o regulamento do PDM de Águeda, quer o de Vagos, por serem já de 2ª geração, apresentam estas classes de espaço melhor regulamentadas e com a identificação concreta da tipologia de usos que podem existir. Denota-se ainda, globalmente, que existe uma preocupação na definição de áreas com aptidões turísticas, mesmo já nos regulamentos dos PDM que ainda não finalizaram a sua revisão, o que confirma o interesse já de há muitos anos pelo desenvolvimento do sector turístico nesta região.
<b>Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto</b>	Apenas de se pode realizar atividades de Interpretação Ambiental, no âmbito do Programa Nacional de Turismo de Natureza, nomeadamente passeios pedestres, expedições fotográficas, percursos interpretativos e atividades de observação da fauna e flora, realizados no percurso interpretativo existente na Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto



Como se pode verificar, a maior parte das medidas e/ou estratégias identificadas baseiam-se no aproveitamento dos recursos endógenos do território para a promoção turística da região. Muitos dos documento sugerem medidas de intervenção semelhantes, comprovando-se assim a importância do correto desenvolvimento do setor turístico para tornar a região da Ria de Aveiro mais competitiva, tendo em conta a sustentabilidade dos recursos. Falta, no entanto, uma conexão que permita conjugar todas estas medidas já sobejamente identificadas e torná-las num produto apetecível, quer para os investidores da área do turismo, quer para os visitantes que procuram áreas diferenciadoras e que baseiam a sua aposta no aproveitamento sustentável dos recursos naturais e socioculturais.

## **CAPÍTULO 7 – DUAS VISÕES DO TURISMO – OS AGENTES DECISORES E OS VISITANTES**

*“Ninguém aqui vem que não fique seduzido, e, noutro país, esta região seria um lugar de vilegiatura privilegiado. É um sítio para contemplativos e poetas: qualquer fio de água lhes chega e os encanta. É um sítio para sonhadores e para os que gostam de se aventurar sobre quatro tábuas, descobrindo motivos imprevistos. É o para os que se apaixonam pelo mar profundo e para os medrosos que só se arriscam num palmo de água – porque a ria é lago e mar ao mesmo tempo. Com meios muito simples, um saleiro e uma barraca, tem-se uma casa para todo o Verão. Pesca-se. Sonha-se. Toma-se banho.”*

Raul Brandão in “Os Pescadores”, pág. 72



## **7.1. INTRODUÇÃO**

Neste capítulo pretende apresentar-se a visão de dois grupos de interesse no desenvolvimento de uma estratégia de turismo sustentável na região da Ria de Aveiro. Dos diversos grupos de interesse no desenvolvimento desta estratégia selecionaram-se dois grupos com características distintas. De um lado, um grupo de órgãos institucionais com responsabilidade na elaboração de orientações estratégicas para o território – os municípios; e de outro lado, um grupo que irá usufruir da definição de uma estratégia de turismo sustentável – os visitantes. Para tal, elaboraram-se inquéritos por entrevista ao grupo de órgãos institucionais e inquéritos por questionário aos visitantes da área em estudo.

O capítulo inicia-se com a apresentação dos resultados da entrevista realizada aos diversos municípios que compõem a área em estudo. Seguidamente apresentam-se os resultados do inquérito por questionário aplicado aos visitantes. Por fim é elaborada uma síntese conclusiva da análise destas duas visões.

## 7.2. A VISÃO DOS MUNICÍPIOS

Para definir uma estratégia de turismo sustentável para uma área costeira é importante conhecer a visão dos municípios e perceber qual a orientação estratégica para este sector, se existir. Os municípios, sendo entidades locais “dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respectivas populações”<sup>45</sup>, são os que melhor conhecem o território e como tal, devem apresentar as principais orientações para o seu território, tendo em conta as suas principais potencialidades.

Para conhecer a visão e orientações estratégicas que os municípios da Ria de Aveiro têm para o desenvolvimento do sector turístico, foram elaboradas entrevistas aos responsáveis pelo pelouro do turismo nestes mesmos municípios, durante o ano de 2009. A realização destas entrevistas teve como principais objetivos:



- Avaliar a oportunidade e a importância estratégica da implementação de programas de turismo sustentável no nosso país e em especial na área da Ria de Aveiro;
- Perceber a importância do sector do turismo na base económica local de cada município;
- Identificar projetos de turismo desenvolvidos ou em desenvolvimento nos vários municípios e avaliar a sua capacidade mobilizadora;
- Conhecer as principais apostas para o sector do turismo em cada um dos municípios;
- Identificar as potencialidades turísticas na visão do município;
- Averiguar a aceitação por parte dos municípios do desenvolvimento de uma estratégia de turismo sustentável a nível regional;
- Avaliar o grau de consciencialização e sensibilização dos decisores municipais para os desafios do Turismo Sustentável
- Avaliar as dinâmicas em curso na região e qual o papel das instituições regionais decisoras ou com responsabilidade na gestão destes projetos.

A metodologia utilizada para este estudo foi o inquérito por entrevista. Uma entrevista é uma conversa que tem uma estrutura e um propósito bem definidos (Kvale, 1996), sendo conduzida através de questões mais ou menos abertas, que permitem a construção de um diálogo entre o

<sup>45</sup> <http://www.dgaa.pt/default.asp?s=12168>, consultado a 13 de Fevereiro de 2013.

entrevistador e o entrevistado, obtendo-se, desta forma as opiniões acerca do tema que está a ser tratado. A utilização da entrevista como instrumento de recolha de dados deve-se ao facto de estas serem “(...) capazes de facultar o acesso à perspectiva de cada pessoa sobre o que se passa à sua volta, porque permite perceber o que é que está e o que é que vai na cabeça de cada um. Parte-se, por isso, do pressuposto que esta perspectiva é susceptível de ter significado, de ser conhecida e de se tornar explícita.” (Cunha, 2007, pág. 72).

Através da realização das entrevistas foi possível recolher um conjunto de informação que nos irá permitir fazer uma reflexão mais concreta sobre a importância do turismo para a região da “Ria de Aveiro” e identificar as principais potencialidades existentes, bem como as orientações estratégicas que cada município sugere para este sector.

De acordo com os objetivos referidos anteriormente delineou-se um guião de entrevista (Anexo VI) semiestruturado ou semidiretivo, uma vez que “(...) é este processo que melhor possibilita a cada indivíduo exprimir as suas experiências e opiniões, satisfazendo, simultaneamente, os quadros de referência previamente fixados pelo entrevistador.” (Ruivo, 1990, págs. 95 e 96).

Para a realização da entrevista foram enviadas cartas, e-mails e estabeleceram-se ainda contactos telefónicos. Devido à indisponibilidade de dois dos onze municípios nos receberem presencialmente, foi-lhes enviado o guião das entrevistas tendo as respetivas respostas sido recebidas por escrito. As restantes entrevistas foram realizadas pessoalmente nas câmaras municipais dos diferentes municípios. Para facilitar a análise, as entrevistas foram gravadas, com a autorização dos diferentes entrevistados, tendo-se garantido a sua confidencialidade e anonimato.

### **7.2.1. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS**

A entrevista encontrava-se estruturada em 6 grandes grupos temáticos: Avaliação da Importância do Turismo; Recursos/Oferta Turística; Competitividade; Turismo Sustentável; Instituições Governamentais; e Marketing, Imagem e Divulgação, com o objetivo de abordar assuntos como: a importância do turismo para o município, a estratégia de promoção e ações realizadas, as potencialidades/especificidades de cada município, as fraquezas, a oferta turística (ao nível de unidades de alojamento), os mercados atraídos, a organização da autarquia ao nível do sector do turismo, a articulação da câmara municipal com os vários promotores turísticos, a definição de turismo sustentável, a opinião acerca da implementação de uma estratégia de turismo sustentável e por fim, a visão do turismo à escala regional e os projetos já existentes. Pretendia-se com esta divisão alcançar os objetivos definidos anteriormente, numa sequência e organização que nos

pareceu a mais lógica. Esta estrutura do guião possibilitou o enquadramento temático das respostas dos vários entrevistados permitindo uma posterior análise mais eficaz e mais conclusiva.

A técnica utilizada (entrevista semiestruturada) levou a que nem sempre fosse seguida a ordem desses grandes grupos, uma vez que era dada liberdade ao entrevistado de se exprimir à vontade sobre o assunto em questão. Consequentemente, no encadeamento das respostas, os entrevistados respondiam a questões que tínhamos colocado como fundamentais sem que fosse necessário elencá-las. Cunha (2007, pág. 83) refere acerca deste aspeto que *“A orientação fixa deve ser só realizada no início da entrevista, pese embora sabermos a este propósito que, nem a ordem dos tópicos de entrevista, nem os próprios itens, devem ser seguidos rigorosamente, pois depende do percurso daquelas ideias chave, do ritmo das entrevistas e dos caminhos percorridos com certa liberdade pelos entrevistados. Deste modo, evitar-se-á a compartimentação dos temas/itens ao entrevistado, tentando obter um discurso fiável, uma vez que a atitude não directiva do entrevistador fornece a sua fiabilidade e a validade é potencialmente garantida pelo guião da entrevista.”*

O primeiro passo da análise das entrevistas foi a sua transcrição integral, com o objetivo de sistematizar as respostas e facilitar a análise do conteúdo, utilizando para tal, uma matriz elaborada de acordo com a estruturação da entrevista. Nessa matriz foram identificadas as principais temáticas e introduzidas as respostas de cada um dos entrevistados sobre cada tema, de forma a permitir a comparação das diferentes respostas. Posteriormente, foi realizada a análise das respostas, de forma a estabelecer uma síntese, através do agrupamento das respostas mais próximas, evidenciando tendências de posicionamento relativamente às temáticas em análise (Anexo VII).

Analisando o tema “importância do sector do turismo para os diferentes municípios da região da Ria de Aveiro”, apenas 3 dos 11 entrevistados referiram que este tem pouco significado. Estes municípios constituem, de facto, aqueles onde a presença da Ria e do ambiente natural é menos visível e menos presente, tratando-se de municípios onde o sector industrial representa uma forte presença na formação da base económica local e na imagem e tradições locais. Todos os restantes municípios referiram a grande importância do turismo para o desenvolvimento socioeconómico do território.

Relativamente à estratégia de promoção do concelho e ações realizadas, todos os concelhos referem a promoção e valorização do património natural como uma das principais estratégias de promoção do seu território. A ideia da necessidade de promover o património natural é comum a quase todos os municípios, nomeadamente através da aposta e promoção do recurso comum a todos – a Ria de Aveiro. Como exemplos das ações desenvolvidas foram referidos projetos de



requalificação das frentes e margens ribeirinhas, de criação de percursos pedestres e redes de ciclovias. Três dos municípios referem ainda a importância de estratégias viradas para o sector do turismo de negócios, o que pode revelar a complementaridade existente entre o sector turístico e o ambiente empresarial e de negócios.

Também no referente às potencialidades/especificidades de cada município parece haver uma coerência nas respostas. Todos os municípios referem como principal potencialidade o “ambiente” ou a “natureza” e os seus recursos naturais (rio, Ria, dunas, praias, pinhais, lagoas e áreas ribeirinhas). No entanto, existe uma grande variedade de especificidades que os municípios salientam e nos parece importante citar (quadro 50).

**Quadro 50 – Potencialidades de desenvolvimento turístico Municipal, de acordo com os entrevistados**

MUNICÍPIO	Potencialidades
<b>ÁGUEDA</b>	Turismo Religioso – património edificado e festas e tradições religiosas Turismo Cultural – Museus (nomeadamente Museu Ferroviário) e Património Classificado Turismo Alternativo – ecológico e de recreio e lazer Parques e espaços naturais, trilhos pedestres Praias fluviais Pateira de Fermentelos Turismo de Aldeia (aldeias típicas serranas da Lourizela, Macieira de Alcôba) Turismo Desportivo – ligado ao BTT e Motociclismo Crossódromo Internacional do Casarão Turismo Gastronómico – Leitão à Bairrada
<b>ALBERGARIA-A-VELHA</b>	Património cultural imaterial Grande número de associações 4 bandas de música – importante área a nível concelhio Forte ligação aos rios Existência de moinhos que importa preservar e valorizar
<b>AVEIRO</b>	Reserva Natural das Dunas de São Jacinto Ria de Aveiro Pateira de Requeixo Presença dos canais urbanos da Ria Etnografia tradicional Edificado Arte Nova Gastronomia (particularmente Ovos Moles) Cerâmica
<b>ESTARREJA</b>	Projeto BioRia que evidenciou os aspetos positivos do ambiente natural do município Carnaval de Estarreja Gastronomia local Museu Egas Moniz a partir do qual se pretende potenciar o turismo científico

MUNICÍPIO	Potencialidades
<b>ÍLHAVO</b>	<p>“Forma de «misturar» a terra com o mar e o mar com a Ria”</p> <p>“Toalha de água única, de excecional qualidade para a prática de desportos náuticos (na Ria e no mar) ”</p> <p>Fórum Náutico – congrega todas as atividades náuticas e turismo náutico, nomeadamente a Regata dos Grandes Veleiros</p> <p>2 Elementos culturais: bacalhau, associado ao Museu Marítimo e Navio Santo André; Fábrica da Vista Alegre, componente diferenciadora da pintura artística em porcelana</p>
<b>MIRA</b>	<p>Turismo de sol e mar</p> <p>Natureza “em bom estado de conservação”</p> <p>Património ambiental natural: praias, dunas, recursos hídricos e lagunares</p> <p>Cultura gandraesa: património edificado e tradições</p> <p>Património etnográfico: Caretos da Lagoa, Moinhos palafitas, folclore</p> <p>Excursionismo</p>
<b>MURTOSA</b>	<p>Turismo de Natureza</p> <p>Mobilidade Sustentável, com criação de rede de ciclovias “atrativas e convidativas, ligando Estarreja e Ovar” e servindo “como meio de lazer, observação da natureza e aquisição de conhecimento”</p>
<b>OLIVEIRA DO BAIRRO</b>	<p>Pinhais</p> <p>Zona húmida (arrozais)</p> <p>Rota das Cegonhas que se encontra em definição</p> <p>Moinhos “que necessitam de recuperação”</p> <p>Cultura e tradição</p> <p>Património edificado</p> <p>Gastronomia e vinhos</p>
<b>OVAR</b>	<p>Praias</p> <p>Florestas</p> <p>“Trilho da Floresta”</p> <p>Turismo religioso</p> <p>Capelas dos Paços com cenas da Paixão de Cristo</p>
<b>SEVER DO VOUGA</b>	<p>“A natureza, o verde e a água”</p> <p>Turismo de natureza</p> <p>Desportos Radicais (escalada, BTT, todo-o-terreno)</p> <p>Ecopista na antiga Linha do Vouga</p> <p>Cascatas</p> <p>Parque da Cabreia</p> <p>Recuperação de Casas de Aldeias</p> <p>Património arqueológico e histórico: antas, monumentos pré-históricos, calçada romana</p> <p>Património de arte sacra</p>
<b>VAGOS</b>	<p>Praia</p> <p>Canal e Vale do Rio Boco</p> <p>Sapal</p> <p>Azenhas</p> <p>Recuperação de Casas Gandraesas</p> <p>Criação de parques naturais</p> <p>Roteiro à Nossa Senhora de Vagos</p>

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas, 2009

No essencial, como se pode verificar pelo quadro 50, são os recursos naturais e patrimoniais, a história e as tradições os que maior destaque merecem. É interessante constatar a existência de uma grande diversidade de fatores de interesse que identificam algumas das especificidades de cada município. No nosso entender estes fatores de interesse revelam-se complementares, podendo ser otimizados se as apostas forem concretizadas a nível supramunicipal, de forma a obter produtos turísticos mais diversificados e capazes de atrair diferentes tipos de turistas. A Ria de Aveiro surge, no entanto, como elemento de maior relevo e até de interligação entre os vários concelhos. Este elemento natural pode mesmo assumir um papel estruturante enquanto definidor de uma imagem e de um marketing forte e facilmente apreendido.

Relativamente às fraquezas apontadas pelos municípios verifica-se que existe uma certa homogeneidade nos factos apontados. A falta de formação e de qualificação no atendimento e serviço de hotelaria, a baixa oferta hoteleira, tanto em termos de quantidade como de qualidade e a degradação do património existente (natural e/ou cultural) são as principais fraquezas apontadas pelos vários municípios. Além destes aspetos mais relacionados com a oferta e procura turística, foram identificadas outras fraquezas que nos pareceram bastante pertinentes e, que apesar de não terem sido referidas por todos os entrevistados, podem ser extrapolados para os diversos municípios. É o caso da localização em área afastada dos grandes centros urbanos, a imagem associada a uma forte industrialização, a forte sazonalidade da atividade turística, causada essencialmente pela falta de condições de atratividade durante o Inverno e por fim, a ausência de transportes públicos. Fundamentalmente, as fraquezas apontadas evidenciam 3 aspetos curiosos:



- A importância da **localização** em área afastada dos grandes centros urbanos referida revela talvez uma visão muito localizada e muito centrada dos recursos de cada município, sem considerar a importância de dimensão regional global, que poderá inverter essa fraca “apetência” pela exploração destes locais, e sem considerar a Ria enquanto elemento central e na qual todos podem e devem desempenhar um papel de complementaridade na afirmação de um produto e de uma “sub-região” turística.

- A **Imagem negativa** associada aos concelhos tradicionalmente industriais, evidenciando a perceção de que Turismo e Indústria se assumem como apostas de desenvolvimento contraditórias e não compatíveis. Apesar de ser uma visão que não subscrevemos, é perfeitamente compreensível dada a importância dos recursos naturais para o desenvolvimento do turismo manifestado em grande parte das entrevistas.

- A questão da **Sazonalidade** que a nosso ver nos parece transversal a todos os municípios, essencialmente os costeiros, uma vez que em termos de turismo vivem ainda muito do tradicional produto Sol e Mar.

Como já foi referido, parece existir uma certa homogeneidade nas fraquezas detetadas. Este facto reforça a necessidade dos municípios pensarem em estratégias conjuntas, conjugando esforços no sentido de ultrapassar estas fraquezas permitindo um menor gasto monetário e potenciando os recursos existentes.

Na questão colocada acerca dos principais mercados atraídos para os diferentes municípios constatou-se que são os mercados interno e espanhol os que mais procuram e visitam esta região. Apesar disso é, também, visível a presença do mercado francês, muito devido à forte emigração que existiu, e ainda alguma procura por parte dos mercados nórdico e da Europa Central. Sendo esta região forte em termos de industrialização, alguns municípios referiram também o turismo de negócios devido à presença de indústrias internacionais que potenciam este tipo de turismo.

As recentes apostas em projetos de forte cariz ambiental e de contacto com a natureza, como as ciclovias, os percursos interpretativos e outros, sugere a oportunidade de, a médio e longo prazo, as opções de marketing dos municípios se centrarem em mercados alternativos e com significativas preocupações com a sustentabilidade ambiental. Assim, a atração por esta região poderá vir a abranger outros países do Norte da Europa, onde estas preocupações se encontram mais consolidadas, bem como outro tipo de perfil do turista, ambientalmente mais preocupado e consciencializado.

Na questão relativa à organização da autarquia ao nível do sector do turismo é interessante verificar que apesar da maioria dos municípios considerarem o sector do turismo como uma área estratégica e apesar de considerarem que as principais potencialidades são os recursos naturais, nomeadamente os associados à Ria, este sector integra quase sempre a Divisão/Departamento da Cultura sendo, mesmo, a maior parte das vezes confundido com esse sector. Dois municípios referem que não têm estrutura de turismo, por diferentes razões: um porque o município trabalha com os parceiros, no sentido de incentivar e promover o turismo e o outro porque o turismo não é uma área prioritária, uma vez que estão a concluir primeiro as infraestruturas mais necessárias para o concelho e para a sua população, para depois poderem apostar fortemente noutras áreas.

Relativamente à articulação da câmara municipal com os vários promotores turísticos do município, 8 dos 11 municípios referem que possuem uma boa articulação, com o intuito de melhor promoverem os seus recursos e as suas especificidades, assumindo o papel de dinamizador e de

parceiro. Três municípios referem que não têm trabalho estruturado a este nível, sendo que um destes refere mesmo que apenas existe uma relação pontual com os promotores turísticos e que o trabalho a este nível está e deve ser feito pela entidade regional de turismo. Por fim, um município indica que a divulgação e promoção do concelho são realizadas pela autarquia.

Quando se questiona os entrevistados sobre o que entendem por turismo sustentável verifica-se que apenas um município associa este conceito unicamente à utilização dos recursos naturais. Todos os outros municípios referem que para ser sustentável, a atividade turística deve conciliar a proteção do ambiente com o desenvolvimento económico ou conciliar o ambiente natural/recursos naturais com a vivência humana, criando para tal as infraestruturas necessárias para a prática dessa atividade, sem, no entanto, comprometer o futuro do município e dos municípios.

No que diz respeito à opinião dos entrevistados acerca da implementação de uma estratégia de turismo sustentável para a área em estudo, as respostas dadas são muito variáveis. Um dos municípios referiu que a sua opinião depende do que for a estratégia de turismo sustentável. Para este município o importante é existir espírito de parceria entre concelhos e entre parceiros do ramo da hotelaria. É mencionado por 7 dos 11 municípios a importância da implementação de estratégias intermunicipais permitindo a criação de rotas que valorizem o património ambiental e cultural existente na região. No entanto, um dos municípios considera que para que uma estratégia destas funcione, em primeiro lugar, é necessário uma mudança de mentalidades, uma vez que segundo o mesmo município, ainda há uma grande dificuldade em conseguir mobilizar os intervenientes municipais e levá-los a trabalhar em conjunto. É ainda interessante salientar que um dos municípios considera que mais do que conceber ideias é necessário «realizar ideias», uma vez que elas já existem, sendo necessário implementá-las, «mantendo uma estratégia coletiva de crescimento onde se evidenciasse uma relação entre o uso dos fatores naturais e culturais com a pressão de utilização». Para este entrevistado é ainda necessário «conseguir manter a capacidade natural e cultural ao máximo, bem promovida e alimentada pela investigação e não apenas uma estratégia estática. É necessário aumentar o consumo mas mantendo os níveis de qualidade de oferta natural e cultural». Por fim, 3 dos municípios referiram-se à implementação de estratégias de turismo sustentável apenas no seu próprio concelho mencionando que todas as atividades têm sido implementadas com base numa estratégia de sustentabilidade.

A visão dos municípios relativamente ao turismo à escala regional leva-nos a concluir que todos sentem a necessidade de trabalhar em conjunto para melhor promover os recursos que possuem e potenciar a atividade turística, trazendo mais turistas a esta região e que permaneçam por mais tempo. Referem a necessidade de interligação entre os vários municípios, reconhecendo a CIRA (Comunidade Intermunicipal da Ria de Aveiro) como a entidade privilegiada e que tem uma

estratégia de desenvolvimento onde o turismo aparece como peça central, em conjunto com o Turismo Centro de Portugal, Pólo da Ria de Aveiro. Referem ainda que a Ria deverá ser o elemento identificador e promotor da região, identificando alguns projetos como estruturantes, nomeadamente a criação de percursos pedestres e Cicláveis que unam os vários concelhos da Ria e o turismo de negócios, sendo esta uma aposta de vários concelhos desta região.

É ainda mencionado por quatro municípios a necessidade destes se complementarem entre si, diversificando a oferta de produtos turísticos, através do desenvolvimento de pacotes turísticos, com pontos de visita nos vários municípios, aproveitando e potenciando assim as especificidades de cada um.

Como foi mencionado, existem já projetos turísticos que envolvem os vários municípios da “Ria de Aveiro”. Parece claro, também, a vontade de os pôr em prática. No entanto, parece faltar a capacidade de implementar esses projetos, que podem ser a concretização de uma estratégia sustentada para o sector do turismo.

As entrevistas revelam a consciencialização, por parte das autarquias, da importância da intervenção num nível supramunicipal. Efetivamente, essa preocupação encontra-se já hoje materializada no Programa UNIR@RIA – programa orientador de um conjunto de ações de valorização ambiental e de forte carácter de Turismo Sustentável (Aviso n.º 19308/2008, Diário da República). No entanto, este programa apenas é mencionado por um dos municípios, facto que pode revelar, na nossa opinião, um certo desencanto face à sua execução operativa.

### 7.3. O QUE PROCURA QUEM VISITA

Tal como é importante conhecer a visão dos municípios para o sector do turismo e perceber quais as suas orientações estratégicas para a dinamização deste sector, também é importante conhecer a opinião de quem visita as regiões. Por esse motivo, foram elaborados inquéritos aos visitantes da região da Ria de Aveiro, com o objetivo de perceber quais as razões que levam estas pessoas a visitar a região.

Com a aplicação do inquérito por questionário aos visitantes da região, pretendia-se alcançar os seguintes objetivos:



- Perceber as razões que levam os visitantes a ocupar o seu tempo de férias ou lazer nesta região.
- Identificar o nível de conhecimento que têm acerca da região, nomeadamente a diversidade de recursos naturais e socioculturais
- Avaliar, perante um quadro de oportunidades turísticas imaginárias, a apetência dos visitantes para explorar formas de turismo alternativas (ecoturismo, turismo de natureza)
- Avaliar as expectativas dos visitantes de forma a orientar novas ofertas turísticas, ou seja saber aquilo que os turistas gostariam de encontrar na região, tanto em termos de recursos naturais e socioculturais como em termos de infraestruturas turísticas.

O objetivo da utilização do inquérito por questionário na nossa investigação era obter um conjunto de respostas que fossem possíveis de comparar, de forma a atingir os objetivos anteriormente referidos. Num estudo que visa avaliar as expectativas de um visitante relativamente a um destino turístico, é importante que a informação recolhida possa ser tratada de forma quantitativa. Por este motivo, considerámos que o inquérito por questionário seria o instrumento mais adequado a utilizar, pois, como refere Ghiglione et. al. (1992, pág. 110 e 111) *“Um questionário, por definição, é um instrumento rigorosamente estandardizado tanto no texto das questões como na sua ordem. No sentido de garantir a comparabilidade das respostas de todos os indivíduos, é absolutamente indispensável que cada questão seja colocada a cada pessoa da mesma forma, sem adaptações nem explicações suplementares”*.

O inquérito era composto por cerca de 20 questões. As primeiras 4 questões referiam-se à caracterização geral dos inquiridos, sendo seguidas por outras quatro questões que pretendiam caracterizar o tipo de visita do inquirido. As restantes questões estavam direcionadas para a

identificação dos aspetos da região que mais atraem os visitantes, o que conhecem ou não conhecem na região e por fim a apetência para a exploração de produtos turísticos alternativos e/ou complementares ao turismo de sol e mar (Anexo VIII).

O inquérito foi aplicado nos estabelecimentos hoteleiros dos vários municípios da área de estudo, que se disponibilizaram a participar na investigação (19 estabelecimentos), bem como nos Postos de Turismo da área em estudo (5 postos de turismo) (Anexo IX), tendo sido feita a sua aplicação nos momentos de maior afluência de turistas (interrupções letivas da Páscoa, Verão e Natal/Ano Novo de 2009). Foram distribuídos 1000 inquéritos, em diferentes línguas: português, inglês, espanhol e francês. No entanto, apenas obtivemos 103 inquéritos respondidos totalmente, tendo a sua análise sido feita através da utilização do programa de análise estatística SPSS (Anexo IX). Foram verificadas duas situações distintas que levaram a que o número de inquéritos respondidos não tenha sido satisfatório:

- Falta de interesse por parte dos visitantes, que se recusavam a responder ao inquérito, quando era pedido pelos rececionistas dos vários estabelecimentos e postos de turismo;
- Desinteresse na distribuição dos inquéritos, por parte dos rececionistas dos estabelecimentos, tendo mesmo havido alguns estabelecimentos que os perderam.

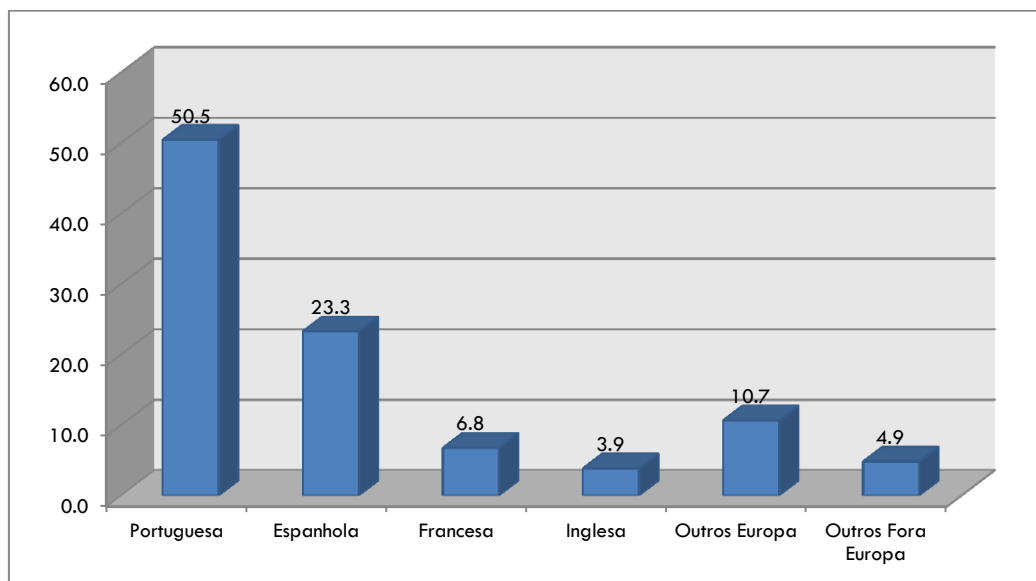
Esta última situação revela a falta de interesse por parte de quem gere os estabelecimentos ou de quem está a receber os turistas para uma tentativa de encontrar soluções para a melhoria do sector hoteleiro na região.

Não era expectativa do estudo que os inquéritos respondidos pudessem ser considerados representativos dos visitantes que procuram esta região, por diversas razões. Em primeiro lugar, é sempre muito difícil perceber quantos são os visitantes que procuram um destino. Apenas será possível saber aqueles que pernoitam nos hotéis, mas nunca será possível saber quantos são os que vêm visitar a região e não ficam a pernoitar nesse local. Em segundo lugar, os meios financeiros e humanos que possuíamos para a realização deste trabalho, não nos permitiam fazer uma análise exaustiva dos visitantes, pelo que nos cingimos às capacidades que possuíamos e à boa vontade daqueles que nos auxiliaram na aplicação do inquérito. Não obstante, este instrumento irá auxiliar-nos a alcançar o objetivo final do trabalho, que será o de perceber qual a melhor estratégia a ser aplicada para tornar o turismo nesta região mais sustentável, através do conhecimento das principais expectativas dos visitantes que procuram este destino para os seus momentos de lazer.



### 7.3.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS INQUIRIDOS

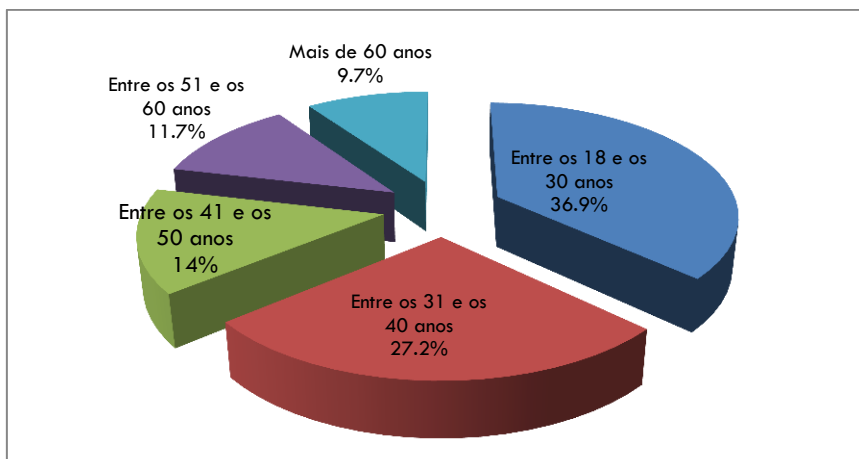
A maioria dos 103 inquiridos tem nacionalidade portuguesa, sendo a nacionalidade espanhola a segunda mais representada. Verifica-se também a existência de visitantes de França e Inglaterra, com algum peso significativo (6,8% e 3,9%, respetivamente), bem como do resto da Europa (10,7%). Menos de 5% provêm de países de fora da Europa (figura 29).



**Figura 29 – Nacionalidade dos Inquiridos, 2009**

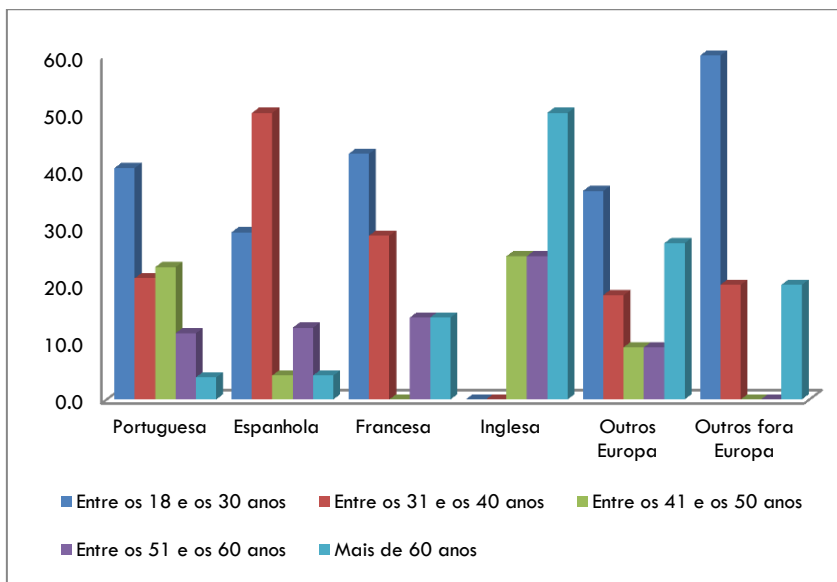
Estes valores estão em conformidade com as estatísticas oficiais do turismo nesta região. De facto, segundo os dados estatísticos já apresentados anteriormente, a maioria dos turistas que visita esta região provém do turismo interno, ou seja, são portugueses. No que diz respeito aos turistas estrangeiros, são também, tal como nestes inquéritos, os espanhóis que mais afluem a esta região. Este facto deve-se essencialmente à proximidade desta região com Espanha e aos bons acessos existentes, que permitem uma rápida deslocação, quer vinda do Norte de Espanha (Galiza) quer vinda da região de Madrid, sendo mesmo as praias desta região consideradas as mais próximas da capital espanhola.

Relativamente à estrutura etária da maioria dos inquiridos, verifica-se que são os visitantes entre os 18 e os 30 anos que procuram mais esta região. Tal como se verifica pela figura que se segue (figura 30), quase 37% dos inquiridos se encontra nessa faixa etária, sendo seguida pela faixa etária dos 31 aos 40 anos. A faixa etária com menor número de inquiridos foi a dos mais de 60 anos, com apenas 9,7% do total dos inquiridos.



**Figura 30 – Estrutura etária dos inquiridos, 2009**

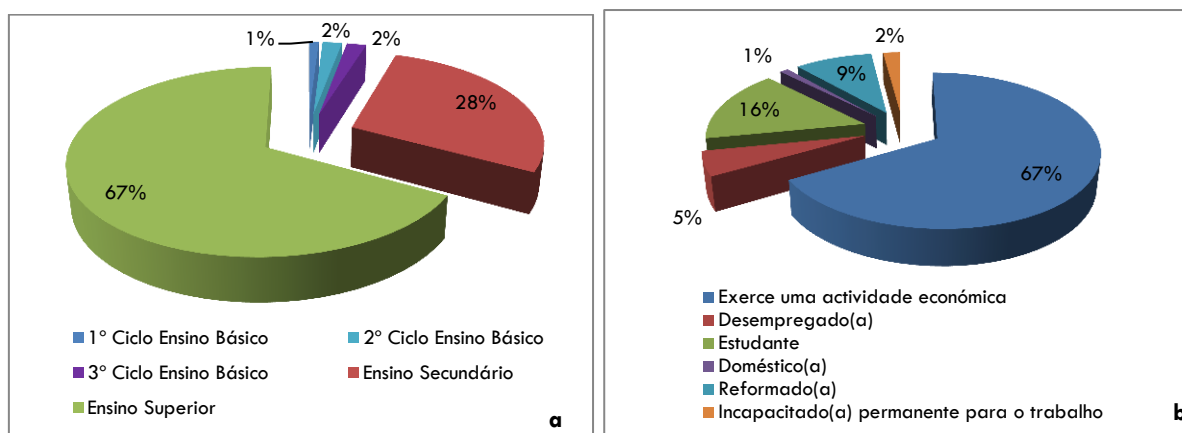
Se observarmos a distribuição etária por nacionalidade, os valores apresentam-se interessantes (figura 31). Tal como se demonstra pelo gráfico que se segue, os inquiridos portugueses são, na sua maioria população jovem adulta, ou seja, situados na faixa etária entre os 18 e os 30 anos, tal como acontece com os inquiridos franceses e com os inquiridos do resto da Europa e fora da Europa. Já nos inquiridos espanhóis se verifica uma maior predominância para a faixa etária entre os 31 e os 40 anos. No entanto, relativamente aos inquiridos ingleses, a maioria tem mais de 60 anos.



**Figura 31 – Estrutura etária dos inquiridos, segundo a nacionalidade, 2009**

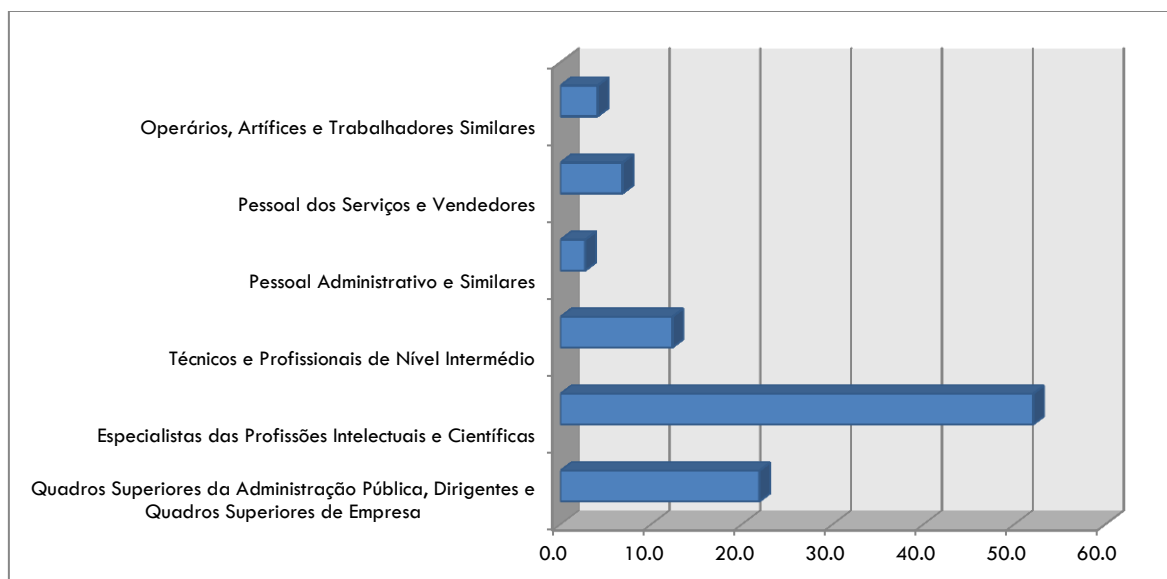
Quanto ao nível de Escolaridade dos inquiridos (figura 32a), verifica-se que a maioria (67%) possui o ensino superior, sendo seguida pelo Ensino Secundário (28%). No que diz respeito à condição perante o trabalho (figura 32b), verificamos que 67% dos inquiridos exerce uma

atividade económica e cerca de 16% são estudantes. Já 9% encontram-se reformados e cerca de 5% são desempregados.



**Figura 32 – Nível de escolaridade (a) e condição perante o trabalho (b), 2009**

Relativamente à profissão exercida pelos inquiridos que exercem uma atividade económica e/ou já se encontram reformados, verificamos que a maioria são, de acordo com o Código de Grupo de Profissões, pertencentes à classe dos “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas”, sendo seguidos pela classe dos “Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas” (figura 33). Esta análise parece evidenciar a existência de um tipo de visitantes com um potencial económico aparentemente mais elevado.



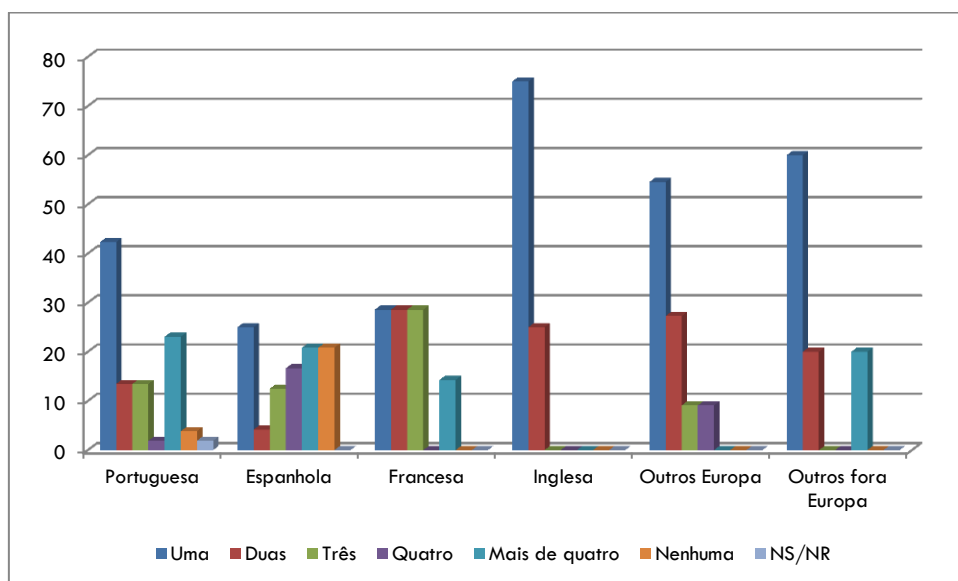
**Figura 33 – Profissão, de acordo com o Código de Grupo de Profissões, 2009**

Segundo esta análise, podemos considerar a maioria dos inquiridos como pertencentes à classe média ou média/alta, com elevado nível de escolaridade e com uma profissão bastante qualificada.

### 7.3.2. CARACTERÍSTICAS DA VISITA

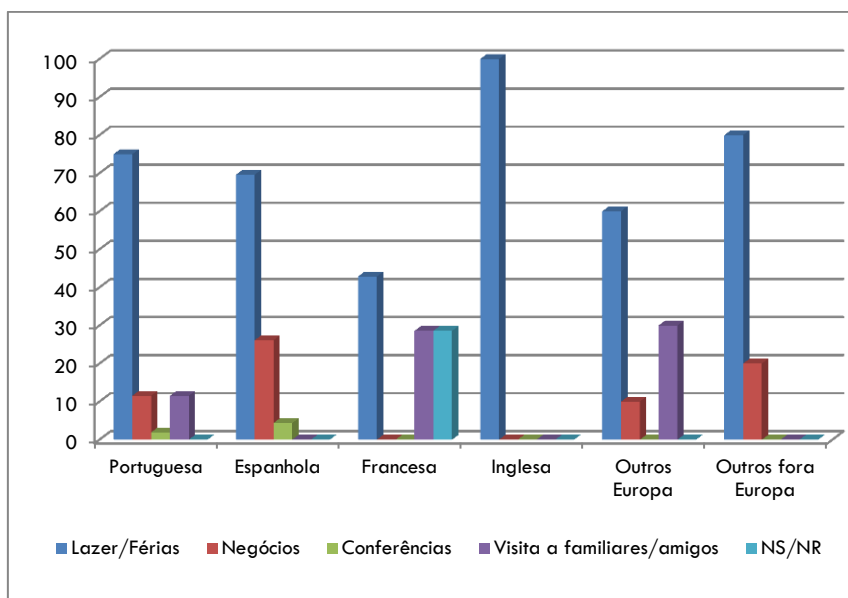
A segunda parte do questionário era composta por questões relativas às características da visita, nomeadamente o número de acompanhantes do visitante, o motivo e a duração da visita.

No que diz respeito ao número de pessoas que acompanham o inquirido nesta viagem, cerca de 41% são acompanhados por apenas uma pessoa (figura 34). Efetuando uma análise ao cruzamento da nacionalidade com o número de acompanhantes, constata-se a existência de algumas diferenças. Em todas as nacionalidades se verifica existir um maior número de visitantes acompanhados apenas por uma pessoa. Apenas os inquiridos franceses são acompanhados, em igual valor, por uma, duas ou três pessoas. Verifica-se ainda que os inquiridos portugueses também viajam, em grande número, com mais de quatro pessoas.



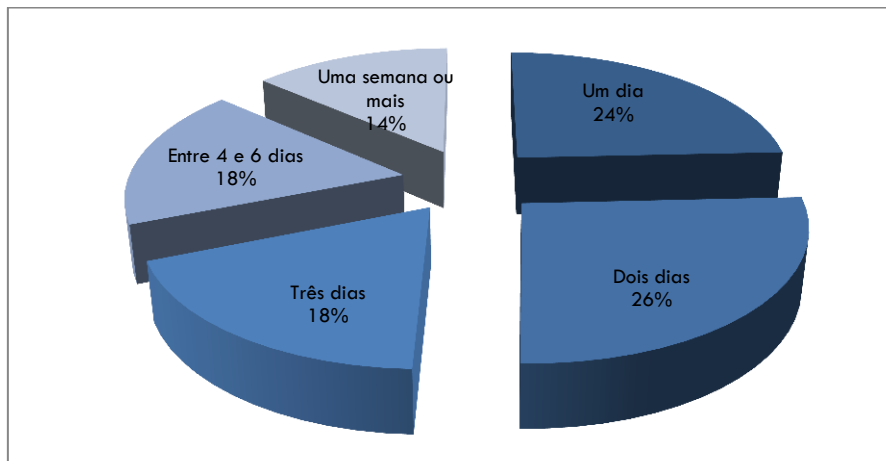
**Figura 34 – Número de acompanhantes, por nacionalidade, 2009**

Já no que se refere ao motivo da visita (figura 35), na sua maioria os inquiridos deslocaram-se à região pelo motivo de lazer/férias. Destaca-se ainda que uma grande parte de inquiridos, quer portugueses, quer espanhóis, se deslocaram por motivos de negócios. Também alguns dos inquiridos (nomeadamente portugueses, do resto da Europa e franceses) se deslocaram para visita a familiares ou amigos.



**Figura 35 – Motivo da visita, por nacionalidade, 2009**

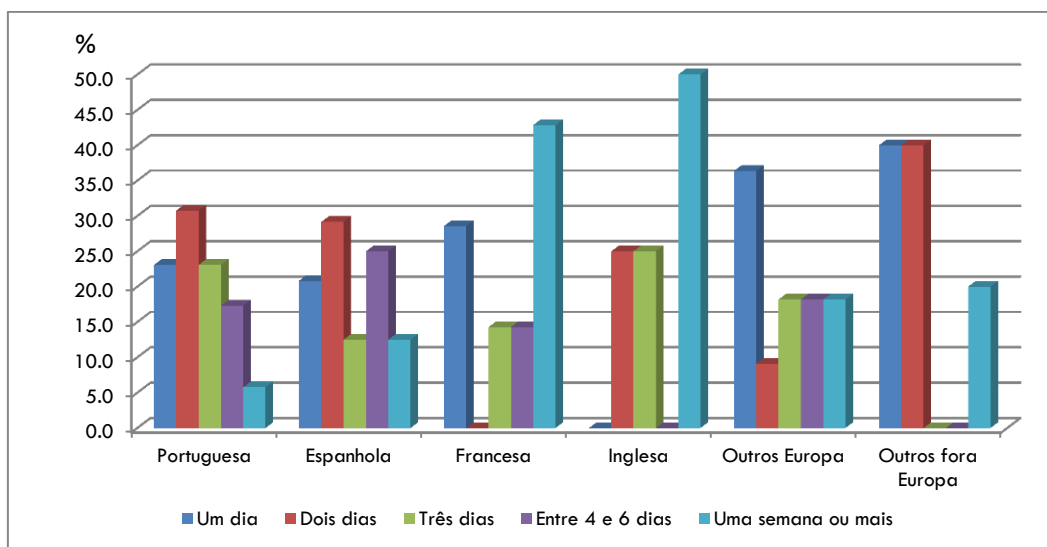
Relativamente à duração da visita, constata-se que 26% dos inquiridos passaram “dois dias” na região, 24% passaram apenas “um dia” e 18% passaram “três dias” ou “entre 4 e 6 dias”, respetivamente (figura 36).



**Figura 36 – Duração da visita, 2009**

Pelo analisado, verifica-se que a maioria dos visitantes procura esta região para estadias curtas, sendo que mais de 50% dos inquiridos apenas permaneceram um ou dois dias.

De forma a perceber quais os inquiridos que permanecem mais tempo na região, realizou-se também uma análise que permite cruzar a duração com a nacionalidade dos visitantes (figura 37).



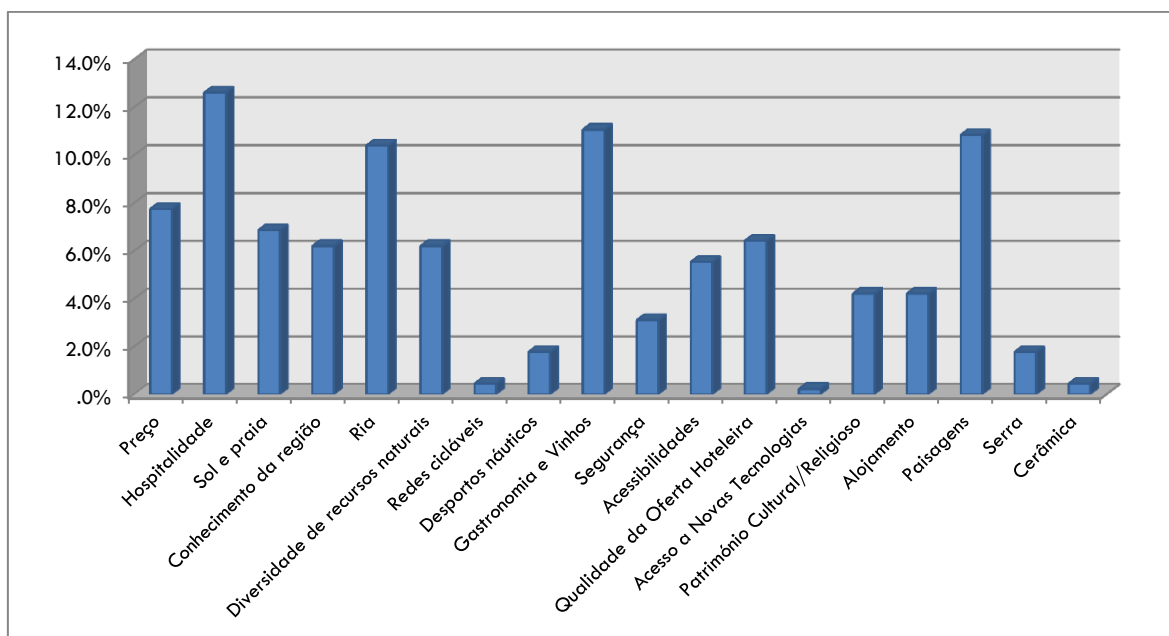
**Figura 37 – Duração da visita, segundo a nacionalidade, 2009**

Pela análise da figura anterior verifica-se existirem diferenças quanto à duração da estadia pelas diferentes nacionalidades. Relativamente aos inquiridos portugueses, apesar da duração de visita mais comum ser de “dois dias” (30%), surgem também com percentagens significativas os inquiridos que ficaram na região apenas “um dia” e “três dias” (cerca de 20% em cada). Com cerca de 15%, surge a duração da visita “entre 4 e 6 dias”. Já no que se refere aos inquiridos espanhóis, são as visitas de “dois dias” e “entre 4 e 6 dias”, aquelas que mais se destacam. Relativamente aos inquiridos franceses e ingleses, verifica-se que quando se deslocaram a esta região, a maioria permaneceu “uma semana ou mais” (mais de 40% dos inquiridos franceses e perto de 50% dos inquiridos ingleses). No que se refere aos inquiridos do resto da Europa, a maioria apenas ficou “um dia”. De fora da Europa, ficaram “um dia” ou “dois dias”. Estes valores podem indicar que quem vem destes países apenas passa por esta região rapidamente e possivelmente se deslocará a outros locais do nosso país.

### 7.3.3. ATRATIVIDADE E CONHECIMENTO DA REGIÃO

A última parte do questionário estava direcionada para a avaliação da atratividade e do nível de conhecimento que os visitantes tinham da região da Ria de Aveiro.

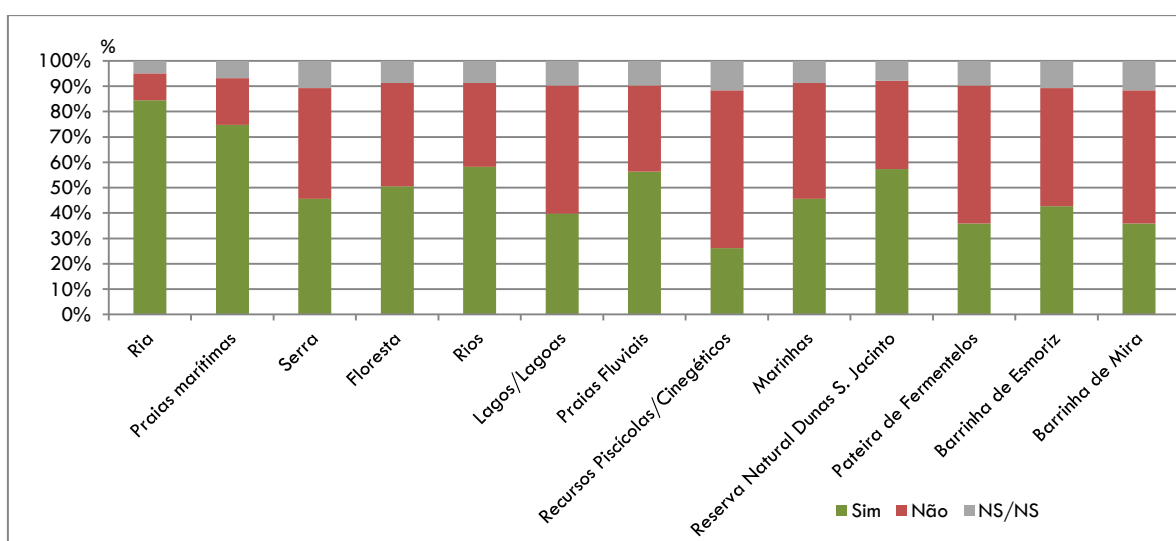
No que diz respeito às características que mais atraem os visitantes à região, verificou-se que a maioria dos inquiridos referiu a “hospitalidade” (12,6%) a “gastronomia e vinhos” (11,1%), as “paisagens” (10,8%) e a “Ria” (10,4%) como os fatores mais atrativos (figura 38).



**Figura 38 – Características da região que mais atraem os inquiridos, 2009**

Como características menos atrativas, identificam-se o “acesso a novas tecnologias”, a “cerâmica” e as “redes cicláveis”. É ainda de destacar a pouca procura desta região para a prática de “desportos náuticos”, apesar das boas condições que toda a região proporciona para esta prática.

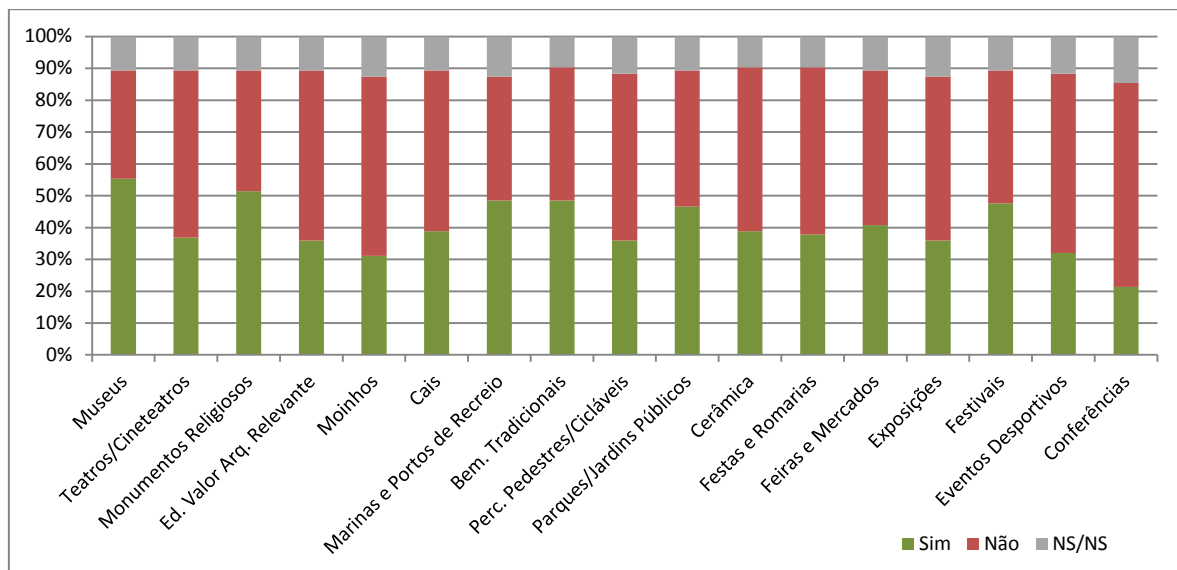
Quando questionados sobre o Património Natural que conhece na região (figura 39), verifica-se que quer a “Ria”, quer as “praias marítimas” são os recursos mais conhecidos pelos inquiridos. No entanto, surgem outros recursos, como os “rios”, a “Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto” e as “praias fluviais”, como recursos que a maioria dos inquiridos também já conhece ou já ouviu falar.



**Figura 39 – Património Natural que conhece na região, 2009**

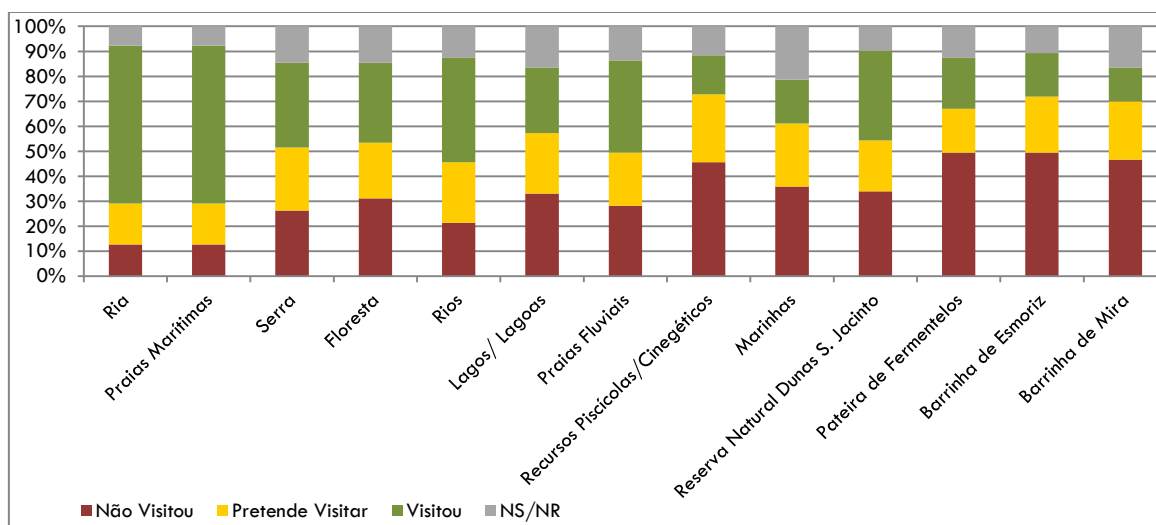
Todos os restantes recursos identificados revelaram ser desconhecidos para a maioria dos inquiridos.

Relativamente ao Património Cultural/Eventos, parece que este tipo de recursos não é tão conhecido como o património natural. De facto, apenas os “museus” e os “monumentos religiosos” são apontados, por mais de 50% dos inquiridos como conhecidos (figura 40). Todos os restantes parecem não ser tão sobejamente conhecidos nesta região.



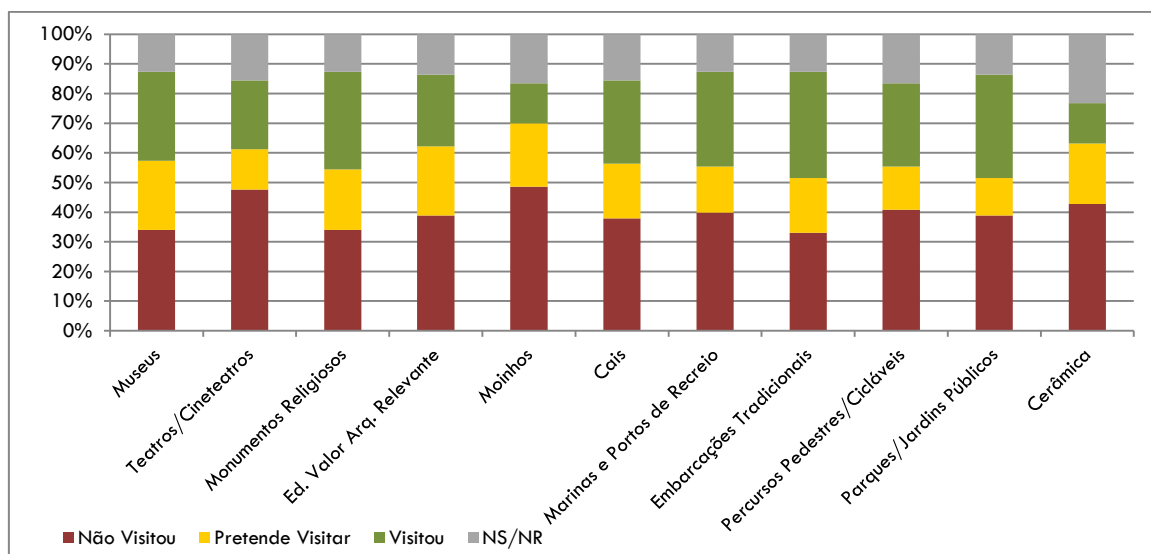
**Figura 40 – Património Cultural e eventos que conhece na região, 2009**

Posteriormente, inquiriu-se os visitantes acerca do que já tinham visitado na região, quer em termos de património natural (figura 41), quer em termos de património cultural (figura 42).



**Figura 41 – O que já visitou de Património Natural na região, 2009**

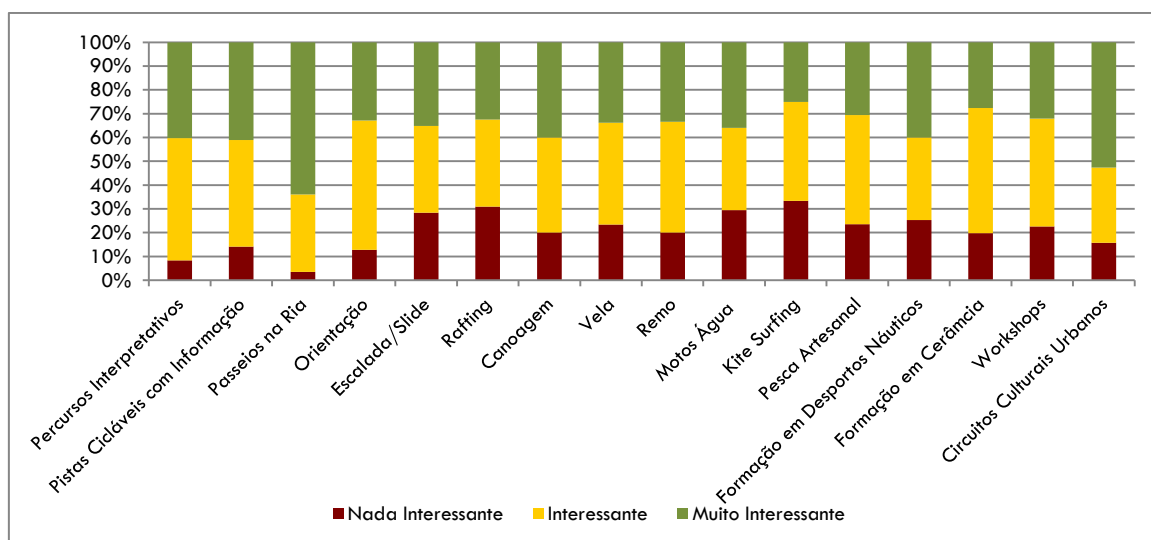




**Figura 42 – O que já visitou de Património Cultural na região, 2009**

Pelas resposta obtidas, verificou-se que a maioria dos visitantes apenas tinha visitado a “Ria de Aveiro” e/ou as “praias marítimas”. Todos os restantes recursos ainda não tinham sido visitados. Realça-se ainda o facto de que a maioria dos visitantes demonstrou não pretender visitar outro tipo de recursos.

Um dos principais objetivos do inquérito era perceber qual o tipo de atividades que os visitantes gostariam de ter disponíveis na região e se têm conhecimento de programas de atividades turísticas existentes (figura 43). Na figura que se segue pretende-se avaliar o grau de interesse de um conjunto de atividades turísticas identificadas, que são ou poderiam vir a ser disponibilizadas nesta região.



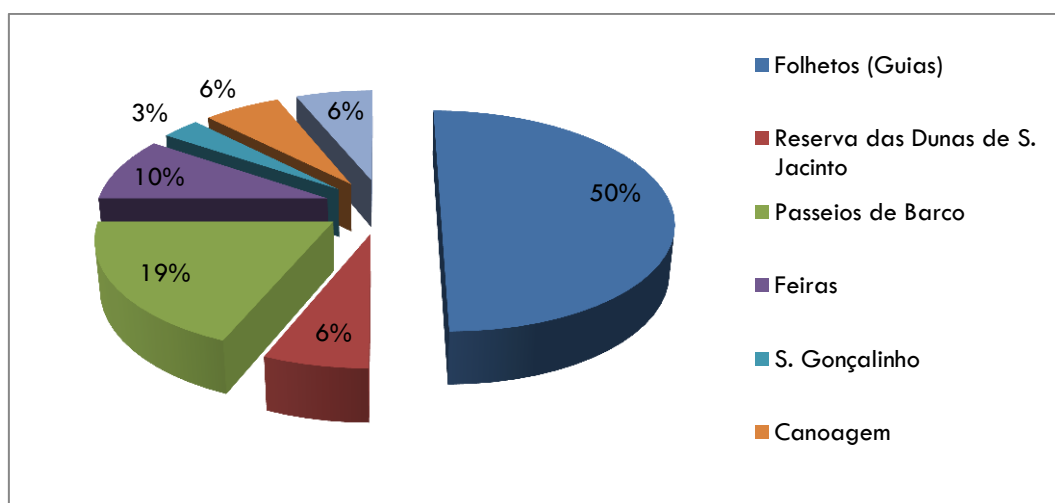
**Figura 43 – Avaliação do interesse de atividades turísticas, 2009**

Excluíram-se desta análise as respostas Não sabe/Não responde, de forma a perceber-se melhor o grau de interesse identificado por quem realmente respondeu.

Foram identificadas como atividades muito interessantes pela maioria dos inquiridos, os “passeios na Ria” (atividade já com grande expressão na cidade de Aveiro) e os “circuitos culturais urbanos”. Como atividades que demonstram ser interessantes identificam-se a “Orientação”, a “Formação em Cerâmica” e os “Percursos Interpretativos”, com mais de 50% dos inquiridos a responderem dessa forma. No entanto, verifica-se que no conjunto das respostas “Muito Interessante” e “Interessante”, todas as propostas de atividades identificadas foram consideradas importantes existir na região. Aquelas que demonstraram ser de menor interesse para os inquiridos foram as atividades mais ligadas a desportos radicais, nomeadamente “Rafting”, “Kite Surfing”, “Motos de Água” e “Escalada/Slide”, com cerca de 30% dos inquiridos a responder como “Nada Interessante”.

Quando questionado o conhecimento de programas oferecidos na região, verifica-se que cerca de 66% dos inquiridos não tem qualquer conhecimento acerca destes programas. Apenas 31% dizem ter conhecimento da existência de programas e 3% não sabem ou não responde.

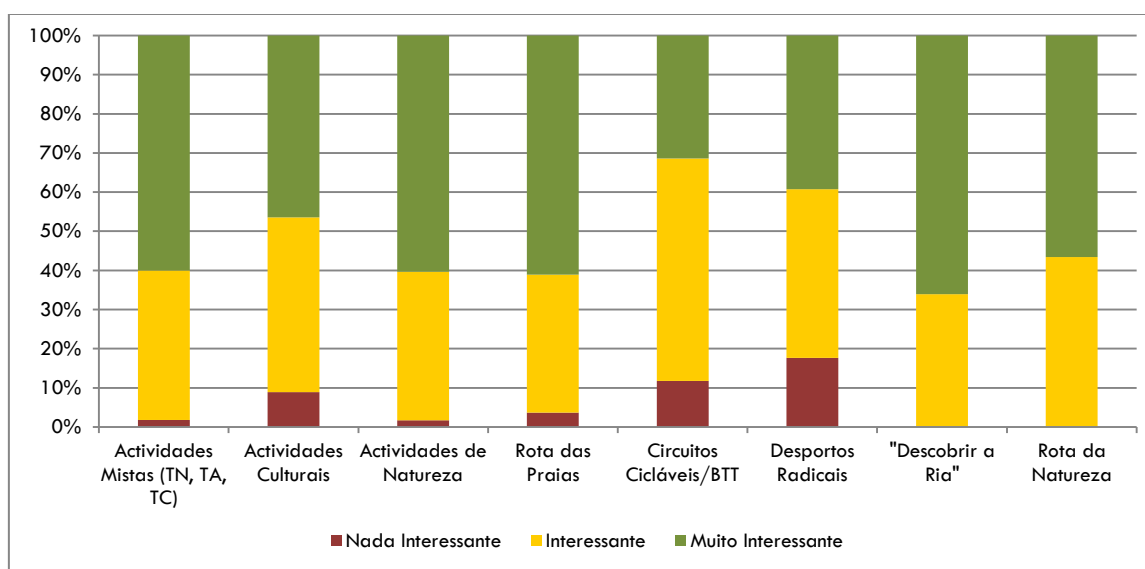
Dos 31% de inquiridos que referiu ter conhecimento de programas turísticos oferecidos pela região, 50% identifica os “folhetos ou guias dos municípios” como sendo estes programas. (figura 44) Destaca-se ainda o conhecimento, por parte de 19% destes inquiridos como conhecendo os programas de passeios de barco e por parte de 10% a existência de feiras, como a FARAV (Feira de Artesanato de Aveiro), a Feira de Março e a FICAVOUGA em Sever do Vouga. Foram ainda referidos programas da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto, Canoagem e Touring Cultural (6% para cada um destes programas) e a Festa de S. Gonçálio (3%).



**Figura 44 – Conhecimento de Programas Turísticos da região, 2009**

Foi ainda questionado se gostariam que fossem disponibilizados outros tipos de programas/atividades turísticas, ao que 59% dos inquiridos respondem que sim. Apenas 27% responderam que não teriam interesse nessa disponibilização e 14% não sabe ou não responde.

Foi também apresentado um conjunto de programas de atividades turísticas que associavam as atividades anteriormente identificadas. Pretendia-se perceber qual o grau de interesse que estes programas tinham para os visitantes desta região (figura 45). Tal como na análise do tipo de atividades turísticas, também nesta análise se procedeu à exclusão das respostas Não sabe/Não responde, de forma a perceber-se melhor o grau de interesse identificado por quem realmente respondeu.



**Figura 45 – Avaliação do interesse de atividades turísticas, 2009**

Como se pode verificar, a maioria dos programas apresentados foi considerado como “muito interessante” ou “interessante”. Destaca-se, com mais de 60% de respostas o programa “Descobrir a Ria”. Este interesse vem no seguimento do facto já constatado de que a Ria de Aveiro é o fator mais atrativo desta região. São ainda consideradas por cerca de 60% dos inquiridos que responderam a esta questão os programas “Rota de Praias”, “Atividades de Natureza” e “Atividades Mistas (Turismo de Natureza, Turismo Ativo e Turismo Cultural)”. Por mais de 50% foi ainda considerada “muito interessante” o programa “Rota da Natureza”.

Mais uma vez se destacam os fatores naturais como os de maior interesse pelos visitantes desta região. Por este motivo, parece importante ter em consideração esta constatação na definição de programas de turismo sustentável para a região da Ria de Aveiro.

## 7.4. SÍNTESE



Com este capítulo pretendia-se perceber de que forma o turismo é visto quer por quem gere o território (decisores políticos), quer por quem o procura para as suas viagens de lazer.

No que se refere à visão que os decisores políticos municipais têm relativamente ao desenvolvimento do sector turístico nesta região, evidencia-se a forte apetência para o desenvolvimento deste sector como motor de desenvolvimento dos diferentes municípios. No entanto, existem ainda diversos condicionalismos que dificultam a sua exploração, nomeadamente a falta de formação e de qualificação no atendimento e serviço de hotelaria, a imagem negativa associada à região enquanto região industrial, a forte sazonalidade da atividade turística, a indefinição de produtos estratégicos e a dificuldade de articulação verificada entre o poder local e os promotores ou agentes de turismo.

É perceptível uma forte vontade política para assumir orientações estratégicas de desenvolvimento do sector do turismo diferentes e inovadoras, havendo mesmo já algumas iniciativas tomadas, ainda que sem a definição de uma estratégia concertada, mas que denotam essa vontade de fazer melhor e fazer diferente. É também perceptível a vontade de que estas apostas estratégicas sejam concertadas entre os vários municípios, de forma a rentabilizar os produtos e a oferecer pacotes turísticos de qualidade e diversificados dentro da região.

As preocupações ambientais encontram-se já bastante enraizadas, pelo que é visível a preocupação pela sustentabilidade. No entanto, salienta-se que a preocupação demonstrada pela maioria dos municípios não é só vista em termos ambientais, mas também em termos económicos e sociais, uma vez que o turismo é um sector da atividade económica e como tal deve gerar riqueza, sendo no entanto necessário um equilíbrio entre a questão económica e a questão ambiental.

A concretização e operacionalização em projeto das estratégias concertadas entre municípios vizinhos são ainda raras e as opções de desenvolvimento de produtos a nível regional ainda não passam de intenções. Surge aqui a oportunidade de implementação de estratégias já definidas em vários planos, como o caso do Plano Intermunicipal UNIR@RIA e o Polis Ria. Estes dois documentos referem o turismo como ponto central da estratégia de desenvolvimento da região, pelo que é necessário passar da intenção para a ação, concretizando ideias já existentes, tal como referem alguns dos entrevistados.



Já no que se refere às características de quem procura esta região, é possível verificar que a maior parte dos visitantes é de origem nacional (cerca de 50% dos inquiridos) e de Espanha (cerca de 20% dos inquiridos). Trata-se portanto de um destino maioritariamente interno, mas no qual surgem bastantes turistas espanhóis, pelo que se deve apostar na promoção da área neste país. Relativamente à estrutura etária, é evidente que são as camadas mais jovens que procuram a região (mais de 64% dos inquiridos tem menos de 40 anos), facto que se verifica para quase todas as nacionalidades. A exceção são os inquiridos ingleses que, na sua maioria têm mais de 60 anos. Este facto pode evidenciar a necessidade de se criar novas ofertas que possam captar um sector de mercado em franco crescimento que é o turismo sénior e que, pela análise destes inquéritos, ainda não está a ser atraído para a região. A maior parte dos inquiridos deslocou-se por motivo de lazer/férias, sendo que apenas alguns inquiridos portugueses, franceses e de outros locais da Europa vieram por motivo de visita a familiares ou amigos. Quanto à duração da visita, verifica-se que 50% dos inquiridos apenas fica um a dois dias na região. Ao analisar por nacionalidade, são os franceses e ingleses aqueles que permanecem mais tempo, com a maioria dos inquiridos a passarem uma semana ou mais na região. Parece assim existir a necessidade de se apostar numa melhor promoção dos recursos existentes na região e como um todo, de forma a favorecer estadias mais longas.

Relativamente ao conhecimento que têm da região, constata-se que este é fraco, nomeadamente no que diz respeito aos recursos culturais e eventos. A Ria de Aveiro e as praias marítimas apresentam-se como os recursos principais e aqueles que são mais conhecidos e visitados pelos inquiridos.

Como atividades que os inquiridos acharam mais atrativos de serem oferecidos na região, destacam-se os passeios na Ria e os circuitos culturais. Foram ainda apresentados alguns programas que associem diversas atividades que se podem realizar na região, que, na sua maioria, demonstraram ser do interesse dos inquiridos a região passar a oferecê-las como forma de promoção, nomeadamente os programas “Descobrir a Ria”, “Rota das Praias”, “Atividades de Natureza” e Atividades Mistas”.

Parece-nos assim, que apesar de este inquérito não ter validade estatística pelo baixo número de resposta obtidas, vem de encontro quer às estatísticas oficiais disponíveis, quer aos pressupostos estabelecidos à partida. Mais uma vez, é visível o baixo conhecimento e promoção dos recursos que a região tem para oferecer, sendo esta região quase exclusivamente conhecida pela Ria de Aveiro e praias marítimas. É, portanto, necessário começar a promover novos produtos, diferenciadores e que permitam que esta região seja reconhecida como um destino apetecível, com uma grande variedade de recursos que podem ser visitados e aproveitados de forma sustentável.



## **CAPÍTULO 8 – ESTRATÉGIA DE TURISMO SUSTENTÁVEL PARA A RIA DE AVEIRO**

*“A vida é navegar na ria, comer caldeirada de enguia e tainha, que os homens cozinham à proa, aproveitando-lhes entre as tripas a marsola para lhe dar mais gosto. É dormir num barco, abicar os areais e vogar sempre, sentindo a pancada das águas que fogem em tinta cobalto de um lado, em tinta cinzento do outro. É sair desta amplidão para a descoberta do charco, do canal, da gota de água, dos sítios escondidos e ignorados. É assistir à transformação das águas e navegar à vela ao pé das casas e no interior das casas.”*

Raul Brandão in “Os Pescadores”, pág. 75 e76





## 8.1. INTRODUÇÃO

A “Ria de Aveiro” dispõe de um potencial ambiental e paisagístico de excelência capaz de atrair investidores e visitantes (Brandão, 1923, Gabinete do Plano Regional de Aveiro, 1967, Pinho, 1991, ESGIRA-MARIA, 1999<sup>46</sup>, CPU, 2008, UA, 2008, Parque Expo, 2010, TCP, 2010, CCDR, 2011). Do nosso ponto de vista as características biofísicas e o potencial natural endógeno conferem a esta região capacidades diferenciadoras competitivas relativamente a outras regiões, quando se perspetiva o desenvolvimento e a dinamização do sector do turismo como sector chave para a formação da base económica regional e municipal. Este potencial não é uma descoberta recente pois já desde os anos sessenta do século XX que os diversos estudos regionais apontavam o turismo como uma forte potencialidade da região, como se constata no Antepiano Regional de Aveiro.



*“A Região possui indiscutivelmente encantos naturais que permitem antever um grande desenvolvimento do turismo. Beneficiando de acidentes geográficos únicos no Continente, a laguna e os seus cordões litorais, possui uma variedade paisagística notável, com a vasta planura a oeste e a zona montanhosa a nascente. A par de numerosos locais donde se disfrutam panoramas vastíssimos, variados e encantadores, possui uma população com costumes e folclore aliciante. Toda esta grande potencialidade permanece praticamente inaproveitada e, contudo, poderia constituir o alicerce duma estruturação que conferisse à Região uma posição turística de primeiro plano. Faltam, para atingir tal fim, infra-estruturas básicas e indispensáveis: estradas, hotéis, restaurantes, legislação cautelar de sítios privilegiados, e um organismo que coordene e discipline as iniciativas particulares e públicas. A análise desta carta evidencia que o bosquejo que fizemos peca apenas por concisão, tão vastas são as possibilidades e tão grandes as lacunas que se verificam” (Gabinete do Plano Regional de Aveiro, 1967, pág. 280)*

Nos anos noventa, a primeira geração de planos diretores municipais identificava e valorizava, também, essa potencialidade, em especial os planos diretores de alguns dos municípios onde o turismo assumia já uma importância reconhecida. A análise dos Planos Diretores Municipais de Mira (1994), Aveiro (1995), Ílhavo (1999) Vagos (2009), Murtosa (2002) e Ovar (1995) é, neste aspeto, bastante interessante.

<sup>46</sup> <http://www2.dao.ua.pt/esgiramaria/boletim.html>

Mais recentemente, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo da Rota da Luz (2008) e o Plano Intermunicipal UNIR@RIA (2008) identificaram, de uma forma sistematizada, o quadro de recursos e o potencial turístico da região da Ria de Aveiro. Também em 2008, foi iniciado o Programa Polis Ria de Aveiro, que se encontra ainda em execução e que representa um investimento de cerca de 90 milhões de euros na requalificação da Ria e da sua envolvente.

No âmbito da parceria entre a CIRA e a TCP encontra-se em desenvolvimento o Projeto PRORia – Implementação e Promoção do Pólo de Marca Turística Ria de Aveiro que, como já foi referido, pretende implementar uma campanha promocional da região e a identificação/georreferenciação dos principais produtos existentes, através da dinamização da atividade turística e cooperação entre os diversos agentes locais. Além deste projeto, de maior relevância para o nosso caso de estudo, existem outros também apoiados pelo Grupo de Ação Costeira da Região de Aveiro (GAC-RA) que têm como finalidade a intervenção na região “*de modo a promover o desenvolvimento sustentável da Ria de Aveiro*” (GAC-RA, s/d). Entre estes destacamos:

- a) O Projeto Promoção dos Recursos Endógenos da Ria: Conhecer, Usufruir e Preservar, do município da Murtosa;
- b) O Projeto Sal do Sol – Aprender para Saber, de iniciativa privada.

A análise dos diversos instrumentos de planeamento do território (Plano Regional de Aveiro, Planos Diretores Municipais, Plano Intermunicipal da Ria de Aveiro, Polis Ria de Aveiro, Plano Estratégico de Desenvolvimento da Rota da Luz) é reveladora da importância que o quadro de recursos naturais da região tem para o desenvolvimento do sector do turismo, sendo parte integrante das diversas estratégias de desenvolvimento municipal. O território envolvente à Ria de Aveiro, tendo por elemento central a laguna, tem estado, ao longo das últimas décadas, no centro das atenções quando se discute o potencial turístico da região. Aos exemplos acima referidos (que traduzem reflexões e estudos de âmbito territorial e programático diversificados e caracterizam, identificam e sistematizam o potencial desta região) poderemos acrescentar um conjunto de projetos e de programas em execução ou em expectativa e que refletem esse potencial. A título de exemplo referimos alguns integrados em dois grupos: um primeiro grupo onde as intervenções são de iniciativa municipal e um segundo grupo onde a iniciativa envolve, predominantemente, investimento privado.

De iniciativa municipal, poderemos referir projetos e programas de forte componente de recreio e de lazer, dos quais destacamos, pela sua dimensão e natureza, os seguintes:

- a) Murtosa Ciclável (Murtosa);
- b) BIORIA (Estarreja);
- c) NaturRia (Murtosa);

- d) CicloRia (Ovar-Estarreja-Murtosa)
- e) Rede Ciclável de Mira,
- f) EcoMuseu da Murtosa
- g) Percursos Pedestres de Sever do Vouga e Águeda
- h) Pista Ciclável de Sever do Vouga

Além destes projetos, outras intenções de investimentos estruturantes, de iniciativa privada, estiveram ou ainda estão em discussão, dos quais destacamos pela sua dimensão e/ou localização os seguintes:

- a) Projeto da Marina da Barra (2003);
- b) Projeto Turístico “Costa do Sal” em Vagos (2008)
- c) Projeto Turístico do Grupo Amorim na Murtosa (Gaivinas)
- d) Projeto do Golfe na Praia de Mira;
- e) Projeto de reconversão da antiga fábrica da Celulose do Caima (Albergaria-a-Velha)
- f) Projeto de reconversão Turística das Minas do Braçal (Sever do Vouga)

No entanto, apesar de toda esta dinâmica, o turismo na região da Ria de Aveiro continua a ser fortemente associado ao produto sol e praia apresentando, assim, uma forte sazonalidade, quando, em face dos recursos e do potencial disponível, seria expectável a aposta num turismo diferenciador, através da implementação de uma estratégia intermunicipal capaz de desenvolver apostas em novos e alternativos produtos e formas de encarar e desenvolver o turismo. As relações **“Ria/Mar”**, **“Ria/Campo”** ou **“Litoral/Interior”** podem ser objeto de aposta numa estratégia de turismo sustentável de forte relação com os recursos naturais (ambientais e paisagísticos) disponíveis. Esta constatação torna-se evidente pela análise dos diversos instrumentos de desenvolvimento do território e pela análise dos exemplos de estratégias de turismo sustentável apresentadas no capítulo 3, mais ainda quando os recursos naturais locais constituem uma excelente oportunidade para os municípios e regiões pois podem sustentar a definição de estratégias de desenvolvimento mais competitivas e sustentáveis onde o turismo, direta ou indiretamente, pode assumir um papel relevante na dinamização do tecido económico local. Esta aposta nos recursos locais permitiria substituir o carácter massificado e sazonal do turismo que é sentido na região pelo turismo de nichos de mercado (Costa, 2001).

A visão dos municípios apresentada no capítulo anterior revela-nos uma vontade política consolidada e consciente da oportunidade para o desenvolvimento de uma estratégia turística que seja competitiva e inovadora. Neste sentido é referido pela maioria dos municípios da região a necessidade de desenvolverem de forma concertada a visão para o turismo, para que a oferta assuma uma forma coerente, com a disponibilização da diversidade de produtos que existem na

região (Ria, praias marítimas e fluviais, aldeias serranas, museus, gastronomia, entre outros). É também visível esta preocupação nos diversos instrumentos de desenvolvimento territorial, nomeadamente no Programa UNIR@RIA e no Polis Ria de Aveiro, onde são identificados projetos que permitem o desenvolvimento do turismo de forma concertada.

Este contexto reconhece o potencial turístico da região associado aos recursos naturais mas sugere, também, uma questão pertinente: O que será necessário fazer para concretizar todas estas potencialidades num quadro de desenvolvimento do sector do Turismo de forma sustentável capaz de atrair e fixar visitantes e investimentos?

É neste sentido que iremos apresentar um modelo de desenvolvimento estratégico para o sector do turismo para a região da Ria de Aveiro, com uma forma de abordagem que pretende ser inovadora e potenciadora (de forma sustentável) do quadro de recursos existentes.

## **8.2. BASES PARA UMA NOVA FORMA DE ABORDAGEM DO TURISMO NA RIA DE AVEIRO**

Como foi anteriormente constatado, todas as entidades que “gerem” este território, bem como todos os planos, estudos ou programas realizados, referenciam a “Ria de Aveiro” e o Turismo como uma aposta de futuro. Além disso, os municípios já promoveram um alargado consenso sobre a necessidade de valorização desses recursos no plano intermunicipal “UNIR@RIA”. No entanto continua a existir uma grande dificuldade na definição e implementação de um Modelo Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Sustentável na “Ria de Aveiro”. A implementação do programa Polis Ria de Aveiro proporcionou a recuperação e reabilitação de algumas infraestruturas de apoio ao desenvolvimento de atividades turísticas na Ria de Aveiro. Encontram-se, também, programados a execução de projetos de intervenção do eixo 1 – requalificação da zona costeira e lagunar visando a prevenção de riscos; e do eixo 4 – Promoção e dinamização da vivência da Ria, que possibilitarão aumentar a atratividade da região e dessa forma, permitir um melhor usufruto dos recursos turísticos existentes. No entanto, este não será, do nosso ponto de vista, o único caminho a percorrer. É necessário um novo paradigma, uma nova forma de pensar e de estruturar um clima de confiança onde políticos, investidores e a própria população possam produzir a mudança das estruturas mentais e organizacionais dominantes e vigentes, de forma a tornar mais efetiva a aposta e a implementação de uma estratégia de desenvolvimento do Turismo Sustentável na “Região da Ria de Aveiro”.

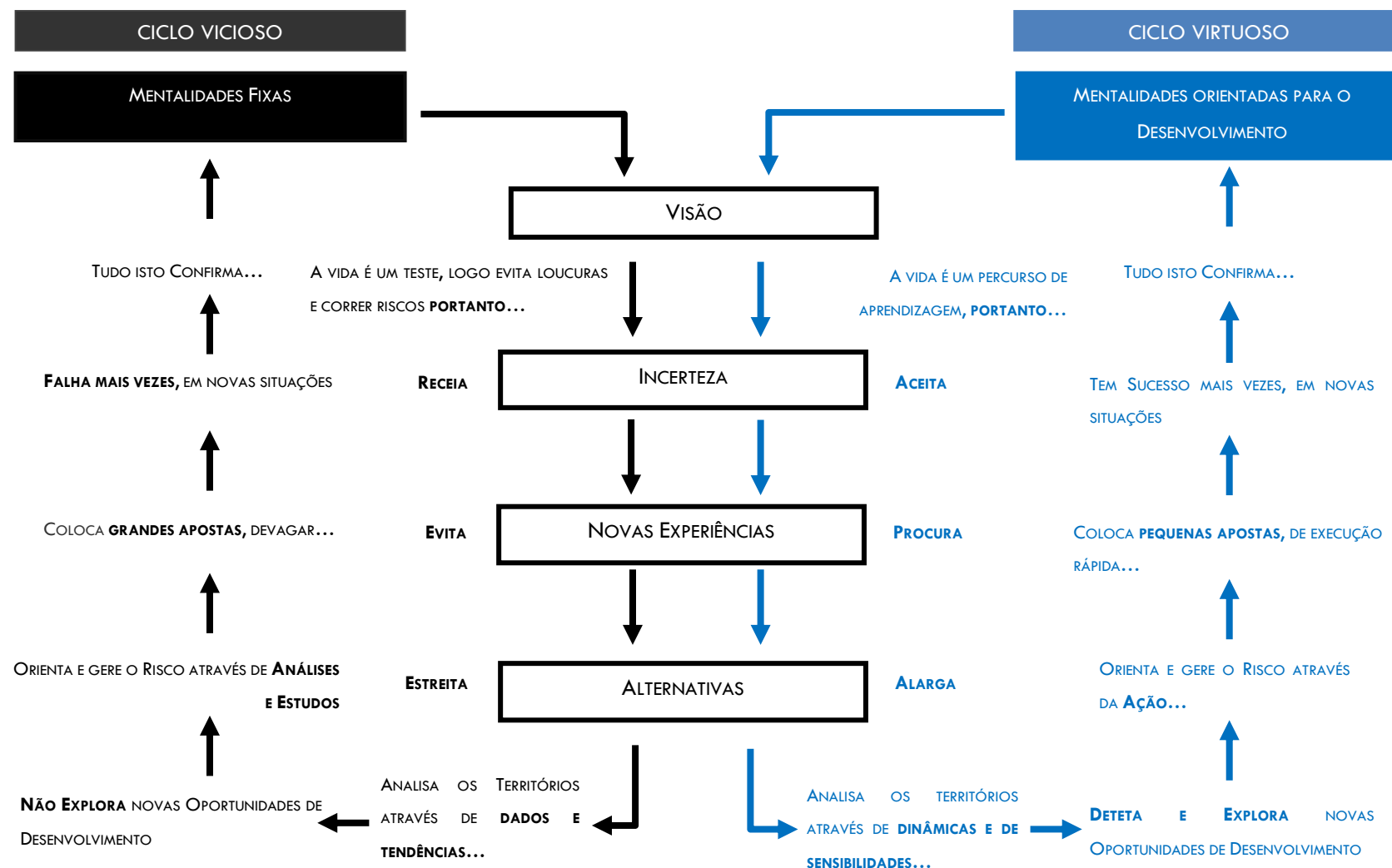
Existe já, desde 2009, um Guia de Implementação de Estratégias de Turismo Costeiro Sustentável, realizado pela UNEP, onde foram identificadas 11 etapas (figura 46) necessárias para o seu desenvolvimento (UNEP, 2009). As etapas propostas pela UNEP identificam os vários momentos de planeamento sustentável de um destino. Tal como refere a UNEP (2009), o turismo é uma das várias atividades nas áreas costeiras que requer planeamento e coordenação, sendo que o processo de planeamento estratégico de um destino costeiro deve prever a identificação dos principais objetivos, bem como a definição e avaliação de métodos para os alcançar.

<b>ETAPA 1</b>	DECISÃO PARA INICIAR O PROCESSO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO
<b>ETAPA 2</b>	CONSENSO NA DECLARAÇÃO DA VISÃO
<b>ETAPA 3</b>	ANÁLISE INICIAL DO DESTINO
<b>ETAPA 4</b>	AValiação DA CAPACIDADE DE CARGA TURÍSTICA
<b>ETAPA 5</b>	DEFINIÇÃO DO CENÁRIO INICIAL
<b>ETAPA 6</b>	PREPARAÇÃO DE CENÁRIOS ALTERNATIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E DEFINIÇÃO DO CENÁRIO SUSTENTÁVEL
<b>ETAPA 7</b>	PREPARAÇÃO E ADOÇÃO DA ESTRATÉGIA DE TURISMO SUSTENTÁVEL
<b>ETAPA 8</b>	FORMULAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE ACÇÃO
<b>ETAPA 9</b>	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE ACÇÃO
<b>ETAPA 10</b>	MONITORIZAÇÃO
<b>ETAPA 11</b>	REVISÃO

**Figura 46 – Etapas para a Implementação de uma Estratégia de Turismo Costeiro Sustentável, segundo a UNEP (2009)**

Este Guião constituiu, na nossa opinião, um referencial motivador para a aposta no desenvolvimento do turismo sustentável na região da “Ria de Aveiro”, uma vez que refere que o planeamento estratégico de um destino costeiro sustentável deverá considerar todos os recursos turísticos existentes, todas as organizações (agentes públicos e empresariais, comunidades locais, etc.), mercados e programas desse destino e ainda, deverá ter em conta os aspetos económicos, ambientais, sociais e institucionais do desenvolvimento do sector turístico (UNEP, 2009). A abordagem apresentada pretende sistematizar um conjunto de etapas sequenciais e coerentes, identificando os processos que devem ser realizados em cada etapa, bem como a necessidade de integração de diversos intervenientes. Constitui, desta forma, um importante contributo para a definição de um modelo estratégico ao reforçar a importância da coerência metodológica na construção da estratégia.

No entanto, parece-nos também importante apresentar a reflexão realizada por Carr et. al. (2008) relativamente à necessidade de se criarem gestores de empresas que tenham como principal objetivo o crescimento e a aposta em novos mercados, uma vez que esta visão refere a necessidade de produzir a mudança das estruturas mentais e organizacionais existentes. Estes autores referem a existência de dois tipos de gestores: os gestores de mentalidades fixas (sem capacidade de mudança) e que se orientam pelo ciclo vicioso; e os gestores de mentalidades flexíveis (com capacidade de mudança) e que se orientam pelo ciclo virtuoso (figura 47).



**Figura 47 – Processos de Planeamento e Gestão dos Destinos Turísticos – Os Ciclos e as Estruturas Mentais e Organizacionais**

Fonte – Adaptado de Carr et. al. (2008)

Para estes autores, o ciclo vicioso assenta na ideia de que a vida é um teste, onde se devem temer as incertezas, levando a que se evite novas experiências, o que vai limitar as alternativas, conduzindo à negligência de novas oportunidades de desenvolvimento. O risco é gerido através de análises e estudos, onde normalmente se elaboram apostas de grande dimensão mas muito lentamente, o que pode levar a maior falhas no processo de planeamento. Pelo contrário, o ciclo virtuoso evidencia que a vida é um percurso de aprendizagem e como tal deve aceitar-se a incerteza sem receio, procurando novas experiências, de forma a conseguir alargar o conjunto de alternativas. Só assim é possível detetar novas oportunidades de desenvolvimento, gerir os riscos através da ação, elaborar pequenas novas apostas com rapidez e ter um maior sucesso em novas situações.

No nosso entendimento é a visão do ciclo virtuoso que deve orientar um processo de desenvolvimento de uma estratégia de turismo sustentável. O turismo representa um sector da economia bastante dinâmico e os turistas têm aumentado, progressivamente, o grau e o nível de exigência nas suas escolhas. Como tal o desenho de estratégias de desenvolvimento do sector exige que se corram riscos e se aceite a incerteza. Deve apostar-se na aprendizagem ao longo da construção da estratégia, procurando identificar novas experiências e motivos capazes de atrair quer os turistas, quer os investidores. A diversidade de produtos associados ao quadro de recursos de um local permitirá estabelecer diversos cenários alternativos para a implementação de uma estratégia em função das oportunidades que forem sendo detetadas no mercado, que se encontra sempre em evolução e mutação constante.

A visão de Carr, et. al. sugere assim a necessidade de se ir aprendendo através da experiência e de novas alternativas, valorizando a execução de projetos concretos e a flexibilização e adaptabilidade da estratégia. É preferível adotar e desenvolver estratégias de desenvolvimento que possam ser concretizadas por projetos simples e realizáveis do que desenvolver estratégias complexas de difícil realização. Acentua a importância da estratégia, mas faz incidir na concretização dos projetos o “motor” de desenvolvimento, de orientação e de monitorização dessa estratégia. Trata-se de uma visão semelhante à de Schumacher (1973 - *“Small is Beautiful”*), quando se refere a “uma questão de tamanho”, em que reconhece a inevitabilidade da existência de organizações gigantes mas que, no entanto, deviam possuir pequenas estruturas semiautónomas, cada uma com a sua própria unidade organizativa e sensibilidade de realização de projetos. Esta afirmação de Schumacher baseava-se no seu entendimento de que quando se tem de realizar uma ação é necessário a existência de pequenas unidades, uma vez que a ação é um assunto extremamente personalizado, sendo apenas possível estar em contacto com um número limitado de pessoas ao mesmo tempo. No entanto, quando é necessário reunir um conjunto de ideias ou princípios éticos, já se torna necessário reconhecer a unidade da humanidade e basear as nossas



ações sobre esse reconhecimento (Schumacher, 1973), sendo para tal necessário abranger um leque mais alargado de pessoas. Aplicando este lema ao território podemos afirmar a necessidade da existência de uma estrutura organizativa comum e globalizante, onde surjam as ideias e projetos através da consulta aos diversos agentes do território. No entanto, quando se definirem as ações concretas sobre o território e nomeadamente sobre o turismo devem criar-se estruturas operacionais mais pequenas que tenham em conta quer as especificidades de cada território, quer as comunidades locais, de forma a permitir alcançar o pretendido desenvolvimento sustentável.

### **8.3. MODELO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL**

#### **8.3.1. PREMISSAS E A ESTRUTURAÇÃO DO MODELO**

A elaboração de um Modelo Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo pretende ajudar a sistematizar e a organizar uma forma de intervenção e de dinamização do sector, considerando o território e as dinâmicas existentes, num quadro global e coerente que permita ultrapassar os obstáculos que anteriores tentativas de intervenção sobre o turismo na Ria de Aveiro têm vindo a registar. Noutros domínios, a região da Ria de Aveiro tem vindo já a apresentar experiências de gestão intermunicipal relativamente bem-sucedidas quando estão em causa problemas comuns. Destaca-se a questão do Saneamento (SIMRIA), o Sistema de Informação Geográfica dos Municípios da Ria (SIGRIA) e mais recentemente o Polis Ria de Aveiro. O desenvolvimento do sector do turismo sugere, assim, um desafio diferente: promover uma gestão intermunicipal não perante problemas comuns mas antes sobre potencialidades comuns num quadro territorial bastante complexo.

A análise bibliográfica realizada permite-nos reunir um capital de conhecimento e de experiências que ajudam a sistematizar o modelo estratégico de desenvolvimento do turismo sustentável possibilitando otimizar as potencialidades que a região da Ria de Aveiro apresenta.

Constituem ainda, elementos de referência para a formulação do modelo, o conjunto de trabalhos (estudos, planos e programas) produzidos para esta região, embora estes tenham incidido, essencialmente, nos domínios da identificação, divulgação e promoção dos recursos e da região; na definição de estratégias genéricas e na criação de um quadro de ordenamento do território visando a organização espacial e a regulação da instalação de funções e atividades.

O Modelo proposto procura contribuir para a sistematização de uma forma de abordagem e de intervenção global e coerente, que assuma capacidade de vencer as tradicionais dificuldades de operacionalização e de execução de projetos concretos programados na sequência desses estudos e que revelaram débil capacidade de articulação e de envolvimento de agentes, não só públicos, como privados. Apesar da existência de uma estratégia já identificada (UNIR@RIA) e organizada em torno da Ria de Aveiro, a sua implementação tem ficado aquém do desejado, existindo algumas razões que justificam este cenário e que já foram identificadas por diversos autores e/ou projetos (Martins, 1997, ESGIRA-MARIA, 1999, Fidélis, 2004, entre outros):

- a) Ausência de um interlocutor único capaz de articular ações com as múltiplas entidades representativas de vários interesses.

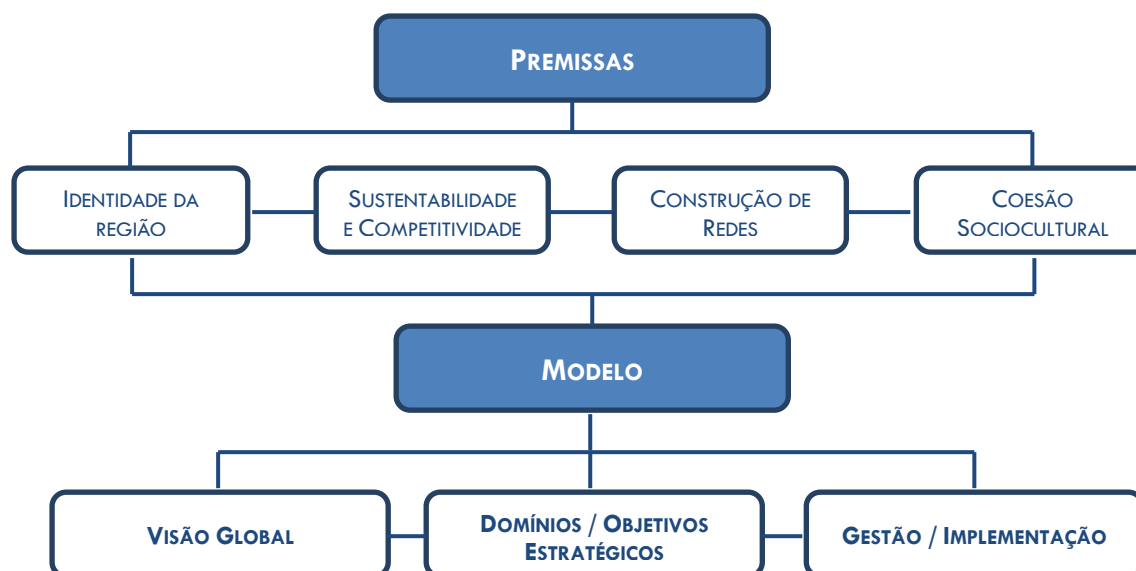
- b) Cenário de crise económica que afeta todo o país;
- c) Multiplicidade de interesses e de jurisdições sobre o território envolvente à Ria de Aveiro;
- d) Multiplicidade de condicionalismos que desincentivam a intervenção.

Fidélis (2004) referia-se a este aspeto dizendo que:



*“ É curioso observar que a par da tão criticada e complexa multiplicidade de entidades com jurisdição sobre a Ria de Aveiro, com conhecidas sobreposições e lacunas de competências [situação que esperamos venha a ser corrigida com o novo Gabinete de Gestão Integrada da Ria de Aveiro (GGRIA)], podemos também observar a existência de uma significativa multiplicidade de figuras de planos de ordenamento do território a abranger directa ou indirectamente a Ria. Directa ou indirectamente porque, como tanto já tem sido afirmado (e tantas vezes negligenciado), a Ria é um ecossistema complexo cujo equilíbrio está dependente não só das intervenções sobre os canais e respectivas margens, mas também das intervenções nas zonas adjacentes à estrutura hidrográfica que lhe está associada e que se estende muito para além das suas margens visíveis.”*

Estes obstáculos contribuíram para o insucesso e abandono de ideias e projetos. Espera-se que a implementação do modelo apresentado contribua e favoreça o envolvimento de diversos agentes interessados, quer públicos, quer privados na definição de uma estratégia que produza consequências ao nível da realização de projetos. O Modelo Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo para a Ria de Aveiro que apresentamos baseia-se num conjunto de premissas (Identidade da Região; Sustentabilidade e Competitividade; Construção de Redes e Coesão Sociocultural), na definição de um conjunto de Domínios de Intervenção e respectivas Linhas de Ação que orientam e estruturam o desenho do modelo e, finalmente, na proposta de uma forma de Gestão e Implementação (figura 48).



**Figura 48 – Premissas e Bases do Modelo Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo**

As premissas apresentadas estruturam e orientam toda a estratégia de intervenção:

A **Identidade da Região** deve ser sempre valorizada e reforçada com base na qualidade dos seus recursos e na fácil perceção da “marca Ria de Aveiro”. Relembramos que o reconhecimento da importância do quadro de recursos naturais da região e da importância que estes podem vir a ter no desenvolvimento do sector do turismo (considerando uma perspetiva diferenciadora e competitiva), já vem dos anos setenta (Anteplano Regional de Aveiro) e integra a generalidade dos Planos Diretores Municipais, estudos e programas como o Unir@ria, o PolisRia, o Plano Estratégico da Rota da Luz e ainda o ProRia. Parece assim ser essencial reforçar esta identidade através do elemento caracterizador de toda a região – a Ria de Aveiro, apostando quer na criação da marca (como atualmente está a ser realizado), quer na valorização do território em termos turísticos. Esta valorização deve ser feita através do envolvimento de vários grupos de interesse e do desenvolvimento de um programa comum que consiga englobar as diferentes visões e expectativas dos vários municípios sobre o turismo, tornando assim mais efetiva a aposta de desenvolvimento.

A **Sustentabilidade e a Competitividade** devem ser assumidas como fatores chave na diferenciação e na afirmação do território num quadro de cada vez maior concorrência territorial. Afirmar-se pela diferenciação e pela capacidade de oferecer o que os outros não podem ou não conseguem oferecer.

Além disso é perceptível que o desenvolvimento deste sector tem de ser pensado através de uma estratégia que promova as potencialidades existentes mas, também, que permita contribuir para a

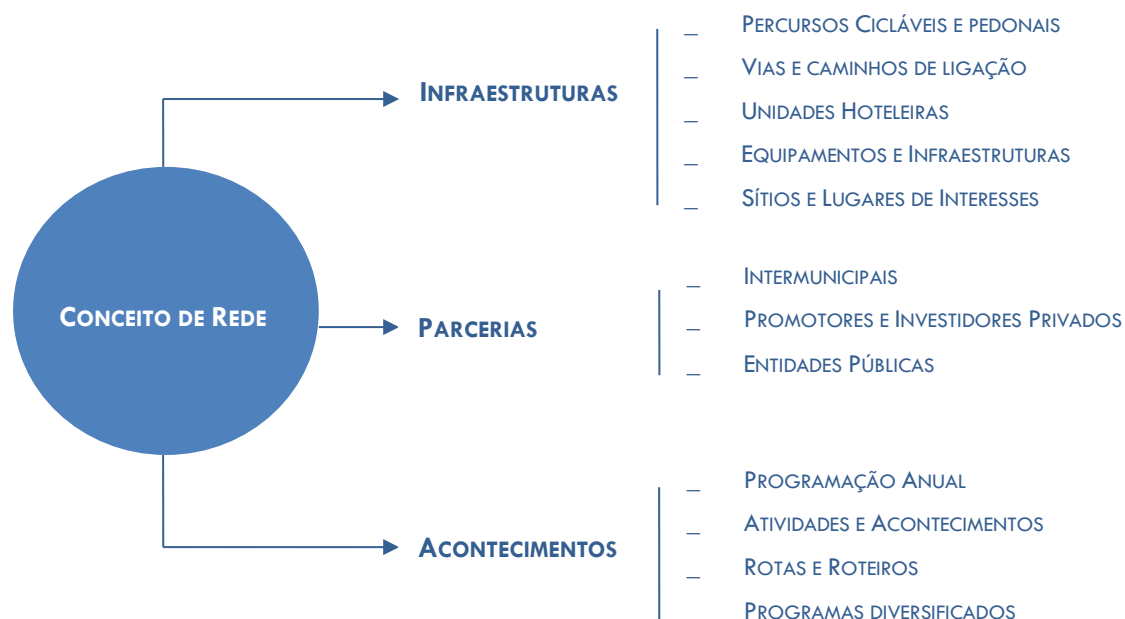
proteção e conservação dos recursos naturais e socioculturais existentes e que são uma das mais-valias deste território que permitirão o sucesso da exploração do sector turístico (figura 49). E é assim, no equilíbrio deste binómio, que a estratégia que pretendemos propor para a área em estudo deve assentar. A perspetiva de equilíbrio ambiental e paisagístico é determinante para a afirmação da capacidade de diferenciação competitiva da região mas não pode dispensar a componente económica do desenvolvimento. Ambas são importantes e complementam-se.



**Figura 49 – Equilíbrio entre o binómio em que assenta a estratégia**

**A Construção de Redes** implica muito mais do que a execução de qualquer infraestrutura. A aplicação do conceito de redes sugere que os intervenientes no sector do turismo terão mais a lucrar com essa teoria se cooperarem uns com os outros, uma vez que a cooperação pode “(...) *criar mais fortes, equilibradas e competitivas regiões capazes de atrair um maior número de turistas (...)*” (Costa, 1996), tornando assim o destino Ria de Aveiro mais competitivo em relação a outras áreas e trazendo mais benefícios para todos os intervenientes. Mas este conceito de rede implica a integração de várias perspetivas, já que, como refere Costa (1996), todas as entidades têm mais a lucrar se cooperarem efetivamente, nomeadamente na criação de redes físicas, digitais, de acontecimentos e atividades de animação, entre outras.

No nosso entendimento existem três tipos de Redes, articuladas entre si (Infraestruturas, Parcerias e Acontecimentos) essenciais ao processo de planeamento e de implementação da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do Turismo tal como se evidencia na figura seguinte (figura 50).



**Figura 50 – Conceito de Rede no Modelo Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo**

**A Coesão Sociocultural** deve ser garantida através da construção de um Modelo de Desenvolvimento que permita a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais e que considere como recursos estruturantes o património cultural e histórico das comunidades deste território. Assim, as soluções que vierem a ser preconizadas devem integrar este capital social (humano, histórico e cultural) como forma de valorização e de dinamização do sector do turismo e que permita, além do reforço e da afirmação da marca turística “Ria de Aveiro”, o reforço da identidade e da autoestima da população que habita e vive este território. Esta coesão poderá ser garantida através da aposta em projetos concretos que envolvam as comunidades locais, à semelhança do que se tem vindo a fazer no âmbito do Grupo de Ação Costeira e que promovam mais riqueza e mais emprego contribuindo, consequentemente, para a melhoria das condições e da qualidade de vida das populações locais.

Tendo em conta estas quatro premissas estruturou-se o Modelo Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo sistematizado na figura 51.

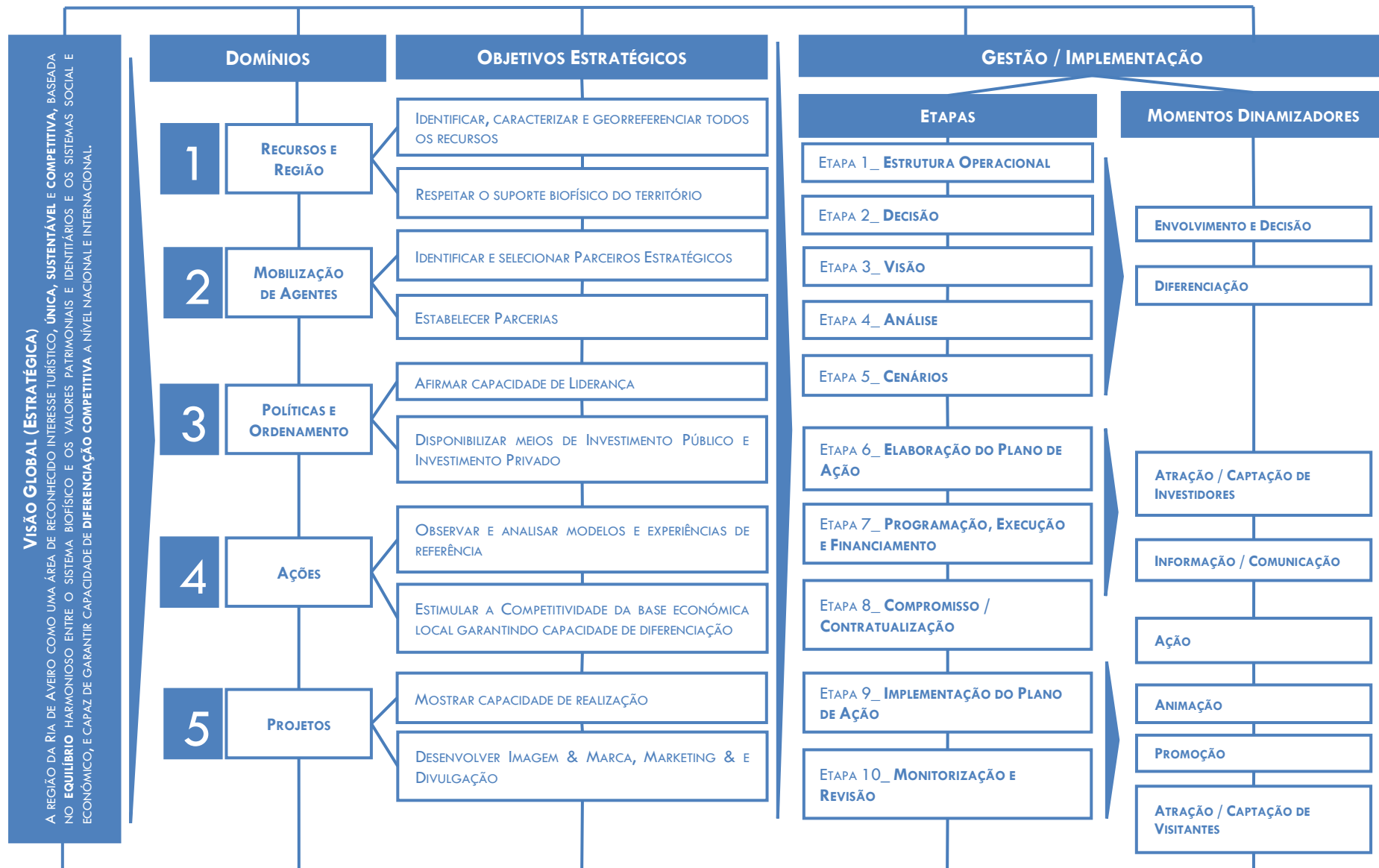


Figura 51 – Modelo Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo

### 8.3.2. DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MODELO

O Modelo Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo considera a definição de uma Visão Global (Estratégica), de um conjunto de Domínios de Intervenção e respetivos Objetivos Estratégicos e ainda, de uma forma de Gestão/Implementação que passaremos a descrever e caracterizar.

#### 8.3.2.1. Visão Estratégica

A definição da visão estratégica ou do posicionamento estratégico da região face ao desenvolvimento do turismo sustentável deverá traduzir o pensamento e englobar as visões estratégicas de cada um dos municípios e da própria região, em torno de um objetivo abrangente e comum. Decorrente da investigação realizada e de forma a tentar englobar o conjunto de ideias e estratégias que foram emergindo com o decorrer da consulta dos diversos documentos analisados e do trabalho de campo efetuado, apresenta-se a visão que propomos para a região da Ria de Aveiro.



#### **VISÃO ESTRATÉGICA**

A REGIÃO DA RIA DE AVEIRO COMO UMA ÁREA DE RECONHECIDO INTERESSE TURÍSTICO, ÚNICA, SUSTENTÁVEL E COMPETITIVA, BASEADA NO EQUILÍBRIO HARMONIOSO ENTRE O SISTEMA BIOFÍSICO E OS VALORES PATRIMONIAIS E IDENTITÁRIOS E OS SISTEMAS SOCIAL E ECONÓMICO, E CAPAZ DE GARANTIR CAPACIDADE DE **DIFERENCIAÇÃO**

Esta visão de equilíbrio onde se acredita ser possível e desejável a coexistência de preocupações económicas, ambientais, paisagísticas, culturais e sociais, enquadra-se nas atuais preocupações de sustentabilidade e podem ajudar a reforçar o carácter competitivo do desenho das estratégias e das políticas para o desenvolvimento do turismo.

#### 8.3.2.2. Domínios e Objetivos Estratégicos

Não menos importante é a identificação de um conjunto de domínios que traduzem as principais áreas de atuação. Dessa forma, consideramos que a proposta de um modelo estratégico de desenvolvimento sustentável do turismo na Ria de Aveiro deve ser baseado em cinco grandes domínios que integram de uma forma transversal 10 objetivos estratégicos sintetizados e sumariamente caracterizados no quadro 51.



**Quadro 51 – Domínios / Objetivos Estratégicos para a definição de um Modelo Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo na Ria de Aveiro**

Domínios		Objetivos Estratégicos
1. Recursos e Região	Identificar, caracterizar e georreferenciar todos os recursos	Conhecer, caracterizar e avaliar a diversidade e a qualidade (potencial) do quadro de recursos deve constituir a primeira preocupação
	Respeitar o suporte biofísico do território	A exploração destes recursos deve garantir um evidente respeito pelo suporte biofísico do território e pelas características ambientais e paisagísticas
2. Mobilização de Agentes	Identificar e selecionar parceiros estratégicos	Parceiros Estratégicos institucionais, empresariais, associativos, públicos ou privados. É importante constituir e envolver em torno de um determinado projeto um conjunto de parceiros chave, que mobilizem, credibilizem e motivem a ação.
	Estabelecer parcerias	O estabelecimento de parcerias entre os diversos municípios e os diversos agentes permitirá a construção de um plano de ação representativo dos interesses públicos, privados e associativos, abrangendo todo o território da região da Ria de Aveiro.
3. Políticas e Ordenamento	Afirmar capacidade de liderança	Tão importante para o turismo quanto o investimento é o papel de liderança que deve ser assumido e desempenhado por uma liderança política regionalmente reconhecida e em torno de um projeto mobilizador.
	Disponibilizar meios de investimento público e privados	O investimento público deve ser orientado para a valorização e qualificação dos espaços públicos. Deve ser criado um clima de confiança e a capacidade de envolver a dinâmica privada de investimento, suporte de investimentos e de capacidade de gerar atrações. Só o equilíbrio perfeito entre estas duas dimensões poderá sustentar um modelo de intervenção do turismo capaz de ser sustentável.
4. Ações	Observar e analisar modelos e experiências de referência	O desafio aconselha a pensar em apostas diferenciadoras e inovadoras. É importante ter em conta modelos de referência e experiências similares de sucesso, sem, contudo, que isso iniba ou diminua a capacidade de pensar e de fazer diferente
	Estimular a competitividade da base económica local, garantindo capacidade de diferenciação	A atividade turística será estruturante se tiver capacidade de estimular a competitividade da base económica local, visível na capacidade de atração e de fixação de investimentos e na capacidade de atrair visitantes com capacidade de efetuar despesa.
5. Projetos	Mostrar capacidade de realização	Fazer com que as coisas aconteçam não é só importante. É fundamental. Pode-se construir e executar uma estratégia ambiciosa projeto a projeto. A capacidade de realização tem de ser e se mostrar real.
	Desenvolver Imagem & Marca e Marketing & Divulgação	A Imagem e a Marca identificam e reforçam a importância do sítio e da região. O Marketing e a divulgação informam e desafiam a descobrir mais. Ambos são indispensáveis para atrair os visitantes e não menos indispensáveis para atrair investimento.

### **Domínio 1 – Recursos e Região**

Este domínio incide, essencialmente, na necessidade de se conhecer, caracterizar e avaliar a diversidade e a qualidade (potencial) do quadro de recursos existentes. Regra geral, neste domínio quer os trabalhos desenvolvidos quer as experiências realizadas mostram um elevado nível de desenvolvimento. Este aspeto é constatado pelos vários estudos já referenciados no capítulo 6, nomeadamente o recente projeto PRORia, que procedeu à integração, numa base de dados comum, em ambiente SIG, dos diversos recursos turísticos da região da Ria de Aveiro<sup>47</sup>.

O território e as suas características biofísicas encontram-se fortemente associados à Ria de Aveiro, sendo este o elemento agregador e identificador de toda esta região. A presença deste ecossistema anuncia o grau de sensibilidade ambiental e paisagística que a estratégia de desenvolvimento do turismo deve integrar, necessitando, dessa forma de respeitar o suporte biofísico existente.

### **Domínio 2 – Mobilização de Agentes**

Para que seja possível alcançar e definir um Plano de Ação realizável é essencial saber quem faz o que faz e quando faz. Tendo como finalidade atingir o objetivo comum da sustentabilidade do turismo na região da Ria de Aveiro é necessário perceber quais os parceiros a envolver.

Já em 1997, Martins referia-se à existência de uma diversidade de grupos de interesse na região da Ria de Aveiro, nomeadamente na área lagunar e costeira, visto serem diversas as atividades que nessa área se desenvolviam e continuam a desenvolver. Neste sentido, esta autora defendia que *“A grande diversidade social, económica e patrimonial (...), bem como as características da estrutura jurídica e institucional existente reproduzem-se numa, também grande, diversidade de grupos de interesse. (...) Podemos agregá-las nos seguintes grupos: representantes do poder local; representantes da administração pública; representantes das actividades económicas; associações recreativas, culturais e desportivas; associações de defesa do ambiente; entidades de ensino e de investigação e grupos espontâneos de cidadãos”* (Martins, 1997, pág. 223). É do nosso entendimento que serão estes grupos de interesses (sejam públicos, institucionais, privados ou associativos) que devem ser mobilizados para que o desenvolvimento do sector do turismo na região seja uma realidade assumida por todos e possa ser efetivamente conseguida.

---

<sup>47</sup> O Projeto PRORia incide sobre a NUT III Baixo Vouga, considerada como o Pólo de desenvolvimento turístico Ria de Aveiro pela Turismo Centro de Portugal, englobando os municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos. Neste estudo, optámos por considerar, como já foi referido anteriormente, os municípios que integram o Polis Ria de Aveiro, pelo que não considerámos Anadia e incluímos Mira. Apesar disso, do nosso ponto de vista é possível e pertinente a integração do município de Mira numa fase posterior de consolidação do projeto PRORia.

Assim, é fundamental que as várias estratégias e os diversos projetos de cada um dos municípios encontrem uma relação e articulação coerentes e sistematizadas em torno da ideia de desenvolvimento do sector do turismo da região, procurando construir lógicas de intervenção e de execução de projetos que se revelem complementares, articulados e capazes de gerarem sinergias na dinâmica do processo de desenvolvimento.

### **Domínio 3 – Políticas e Ordenamento**

Este domínio reflete a importância de se considerar as diferentes estratégias municipais e enquadrá-las e articulá-las em torno do desenvolvimento de uma visão global para o sector do Turismo, pois é necessário uma liderança política regionalmente reconhecida e em torno de um projeto mobilizador. Temos vindo a constatar que não é recente a ideia de desenvolver o sector do turismo de forma sustentável e baseado na diversidade e na qualidade do quadro de recursos naturais existentes na região da Ria de Aveiro. No entanto, constatou-se também que existe pouca articulação entre os diversos municípios, sendo que muitas vezes se privilegia a lógica concorrencial em detrimento da lógica complementar. Esta dificuldade de articulação levou a que ainda não se tenha conseguido apostar numa imagem forte e única em torno da região da Ria de Aveiro. Recentemente foi criada e apresentada publicamente a marca “Ria de Aveiro”, no entanto, parece ainda não haver uma estratégia coerente em torno dessa marca, sendo necessário e urgente definir uma política regional que estruture um projeto global coerente e contribua para a afirmação do carácter diferenciador e competitivo da região. Este projeto global poderá assim facilitar a candidatura a financiamentos, bem como incentivar o investimento privado no desenvolvimento de ações que permitam reforçar a atratividade que o território da região da Ria de Aveiro apresenta, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

### **Domínio 4 – Ações**

Aprender com as experiências dos outros é uma das orientações essenciais à consolidação de qualquer aposta estratégica. O desafio aconselha a pensar em apostas diferenciadoras e inovadoras. É importante ter em atenção os modelos de referência e as experiências similares, sem contudo que isso iniba ou diminua a capacidade de pensar e de fazer diferente. Considerando que o turismo é um sector estruturante e que estamos na presença de uma unidade territorial coerente e homogénea e com fortes potencialidades naturais que podem ser exploradas de forma sustentável, será interessante explorar novas formas de abordagem, sendo necessário perspetivar o desenvolvimento endógeno da região, uma vez que a exploração racional e sustentável dos recursos locais é de crucial importância. Desta forma, os resultados da exploração económica dos recursos poderão permanecer no território, os agentes económicos deverão ter uma natureza

endógena e o desenvolvimento regional deverá passar pela capacidade de uma região gerar internamente novos projetos empresariais e criar condições de transformação das suas próprias estruturas produtivas (Dinis, 2004).

Da análise de experiências europeias resultou um conjunto de pressupostos que curiosamente também foram, de forma mais ou menos explícita, referidos pelas entidades municipais e na análise aos programas e planos tanto ao nível nacional como local.

- a) São os recursos endógenos que podem potenciar o desenvolvimento do sector turístico de determinada região;
- b) É necessário um trabalho em parceria com todos os agentes do sector que permita o desenvolvimento de uma estratégia coerente e que beneficie, de forma sustentável, todos os seus intervenientes;
- c) É fundamental um novo modelo turístico que se baseie na diferenciação, na qualidade do produto oferecido, na inovação dos serviços e na formação dos recursos humanos.
- d) É fundamental garantir o equilíbrio entre a sustentabilidade ambiental e paisagística (potenciando mas preservando e protegendo o quadro de recursos disponíveis e afirmando a identidade da região) e a viabilidade e atratividade económica do investimento (oferecendo produtos e oportunidades diferentes e associados às características e identidade regional).

Ora, o equilíbrio entre sustentabilidade ambiental e paisagística e económica só é possível se forem adotadas estratégias e formas de abordagem inovadoras que integrem as perspetivas de desenvolvimento económico com as perspetivas de preservação e valorização ambiental e paisagística e ainda com as perspetivas de desenvolvimento sociocultural. Para isso é fundamental romper com as formas tradicionais de programar o processo de desenvolvimento de uma determinada região ou município onde os cenários passam quase sempre pela escolha entre os ganhos económicos ou os ganhos ambientais, sendo necessário desenvolver ações que visem a exploração sustentável dos recursos endógenos da região da Ria de Aveiro que permitam benefícios económicos para as populações locais, mas que sejam também valorizadores da importância ambiental que é caracterizadora da região.

## **Domínio 5 – Projetos**

Os ensinamentos que retirámos da bibliografia analisada sugerem-nos que é importante encontrar novas formas de intervenção e de abordagem. Fazer com que as coisas aconteçam não é só importante, como é fundamental. Pode-se construir e executar uma estratégia ambiciosa projeto a projeto. A capacidade de realização tem de ser e de se mostrar real.

Neste domínio refere-se a importância de desenvolver uma imagem e marca que reforcem a atratividade da região. A afirmação de uma imagem e de uma marca, com forte associação às características naturais e ambientais da região, é um importante fator de atração que permite despertar o interesse quer dos turistas quer dos investidores. A criação da marca Ria de Aveiro pela CIRA e TCP foi já um primeiro passo que foi dado neste sentido no âmbito do projeto PRORia que pretende desenvolver ações que permitam a sua promoção, nomeadamente no que diz respeito à captação do interesse dos possíveis visitantes. No entanto, é preciso também efetuar esta promoção junto dos potenciais investidores de forma a motivá-los e incentivá-los a implementar e executar projetos turísticos que se enquadrem e reforcem a imagem e a marca da região.

### **8.3.2.3. Gestão e Implementação do Modelo**

A implementação de uma estratégia de intervenção intermunicipal de desenvolvimento da atividade turística é uma tarefa complexa que se vê acrescida de dificuldades quando se estrutura sobre um quadro territorial de reconhecida sensibilidade e valor biofísico, neste caso, a área territorial da Ria de Aveiro. A implementação da estratégia pressupõe:



- a) Capacidade de articular políticas e estratégias municipais em torno de uma visão global comum assumida por todos os municípios envolvidos, tal como já foi referido anteriormente;
- b) Capacidade de envolvimento e de articulação entre Entidades e Agentes na construção e execução de um programa de ações, identificando os meios financeiros e os tempos de execução;
- c) Capacidade de planeamento territorial capaz de garantir a execução de projetos concretos enquadrados pela lógica e coerência globais definidas.

A ação da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) demonstrou nas últimas décadas que é possível, perante problemas comuns, articular políticas e estratégias em torno de objetivos, também eles, comuns, de uma forma coerente e articulada, envolvendo entidades e agentes necessários à execução e financiamento dos mesmos. As experiências de desenvolvimento do Plano Intermunicipal UNIR@RIA e do Polis Ria de Aveiro evidenciam a capacidade de mobilização de vários intervenientes e agentes interessados no desenvolvimento territorial da região. Deste modo, parece-nos fazer todo o sentido potenciar a experiência de gestão intermunicipal para o turismo, desenvolvendo um sector estratégico nacional, reconhecido e afirmado no PENT.

Como já referimos anteriormente, é no domínio de articulação e envolvimento de agentes que reside o obstáculo à implementação de uma estratégia coerente nesta região, devido essencialmente à multiplicidade de entidades em torno da Ria de Aveiro. Parece-nos assim importante perceber quem e como deve ser gerida e implementada essa estratégia. Verificou-se através da realização das entrevistas aos decisores políticos locais que os municípios isoladamente revelam algumas dificuldades em implementar qualquer estratégia, pois, para além de os seus recursos por si só não apresentarem dimensão crítica capaz de atrair visitantes, sendo por isso mais eficaz a intervenção a uma escala regional, verifica-se também a existência de algumas dificuldades de diálogo e de concertação com entidades e agentes. Nesse sentido, parece ser importante desenvolver-se uma estrutura operacional onde seja possível o encontro dos vários parceiros envolvidos e que garanta, além da programação das diversas atividades e a sua divulgação (Albuquerque, 2004), a gestão e o planeamento do território, em termos turísticos.

Socorrendo-nos da reflexão de Carr, et. al. e aplicando-a ao caso da área de estudo, entendemos que a solução está na capacidade de “fazer diferente” e intervir e experimentar inovadoras formas de abordagem. As experiências de sucesso de gestão intermunicipal, referidas anteriormente, e a capacidade de articular políticas municipais em torno de objetivos comuns, fazem da CIRA, no nosso entendimento, a entidade privilegiada para a responsabilidade de desenhar, implementar e gerir uma estratégia de desenvolvimento Sustentável do Turismo para a região da Ria de Aveiro. Também a nova Proposta de Lei que se encontra em discussão e aprovará o estatuto das entidades intermunicipais (Proposta de Lei n.º 104/XII) refere que *“Constituem atribuições das entidades intermunicipais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações abrangidas pelas circunscrições territoriais respetivas, em articulação com os municípios.”* (artigo 65º) e que *“Os municípios concretizam a delegação de competências nas entidades intermunicipais em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito do planeamento e gestão da estratégia de desenvolvimento económico e social, da competitividade territorial, da promoção dos recursos endógenos e da valorização dos recursos patrimoniais e naturais, do empreendedorismo e da criação de emprego, da mobilidade, da gestão de infraestruturas urbanas e das respetivas atividades prestacionais e da promoção e gestão de atividades geradoras de fluxos significativos de população, bens e informação.”* (artigo 111º). Assim, parece-nos que será esta entidade que terá maior facilidade na mobilização dos vários intervenientes e agentes interessados no desenvolvimento do turismo.

O desenho dos próximos quadros comunitários de apoio em torno das NUTIII e a recente (Fevereiro de 2013) apresentação pela CIRA e Turismo Centro de Portugal (TCP) da marca “Ria de Aveiro” reforçam o papel dessa Entidade. Tem no entanto de enquadrar o seu papel e as suas funções no desenvolvimento do Turismo numa forma de abordagem que garanta:



- a) A análise, planeamento e gestão do sector em torno da marca “Ria de Aveiro” criando uma **Estrutura Operacional** específica para promover o desenvolvimento do sector do turismo (por exemplo um **Grupo de Desenvolvimento de Turismo Sustentável** à semelhança dos Grupos de Ação Costeira existentes atualmente e criados por iniciativa do governo central);
- b) A efetiva gestão integrada da “Ria de Aveiro” permitindo garantir uma capacidade de planeamento que identifique, selecione e implemente no território projetos ou programe ações, envolvendo a intervenção das diversas entidades e de eventuais agentes interessados.

A constituição desse **Grupo de Desenvolvimento do Turismo Sustentável** enquanto **Estrutura Operacional** faria todo o sentido com uma nova forma de abordagem. Uma abordagem que pudesse integrar as funções que de momento são atribuições repartidas por diversas instituições numa única estrutura, para que o sector turístico na região de Aveiro pudesse ser reconhecido como sector de interesse regional, à semelhança das “declarações de interesse municipal” ou “declarações de interesse nacional” que surgem um pouco por todo o país.

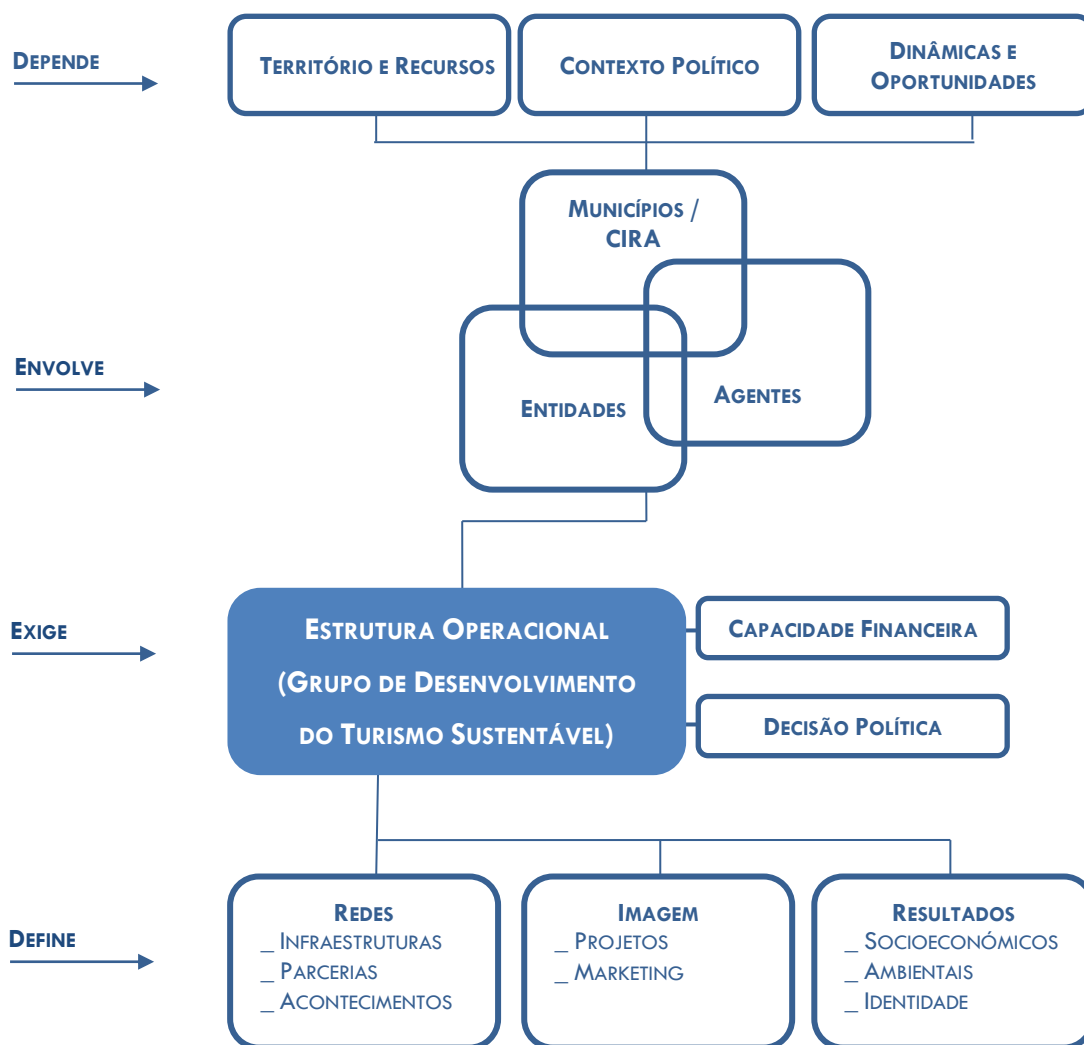
### 8.3.3. A ATUAÇÃO DA ESTRUTURA OPERACIONAL

A Estrutura Operacional (figura 52) deve assumir uma intervenção específica e autónoma para o desenvolvimento do sector do turismo, apesar de integrada na CIRA. O seu quadro de atuação deverá ser **dependente**:



- a) Do território e do quadro de recursos existentes, pois aborda e pretende implementar uma estratégia baseada na valorização dos recursos naturais, sociais e culturais que conferem e afirmam a identidade da Região;
- b) Do Contexto Político vigente abordando, integrando e articulando as diversas políticas e estratégias assumidas na lógica municipal (municípios), na lógica intermunicipal (CIRA) ou mesmo na lógica regional e nacional (políticas regional e nacional para o Turismo, PENT e outros);
- c) Das dinâmicas e oportunidades presentes no território nomeadamente da manifestação de vontade de investimentos privados e da forma como podem ser articulados com as ações públicas.

A sua capacidade de planeamento e de gestão deverá **envolver** a articulação das opções de desenvolvimento dos municípios e destes enquanto integrados na CIRA, das diversas Entidades que tutelam ou jurisdicionam interesses no território e dos vários agentes (investidores e promotores privados ou movimentos associativos) que manifestem vontade de intervir na estratégia. É evidente que a integração destas perspetivas culminará na definição de uma estratégia de intervenção cujo processo de implementação deverá **exigir** capacidade de decisão e capacidade financeira quer para a seleção e identificação de projetos considerados estruturantes e prioritários, quer para promover a realização das intervenções públicas e articulá-las com as realizações das ações que envolvem investimento privado.



**Figura 52 – Estrutura Operacional**



Deverá ser **função** da Estrutura Operacional garantir:

- a) Boas práticas de gestão ao nível da construção de Redes e Parcerias para a valorização e promoção do quadro de recursos;
- b) Capacidade de desenvolver uma estratégia de marketing e de divulgação associada à afirmação de imagem “Ria de Aveiro” e enquadrada na realização e execução de projetos valorizadores;
- c) Resultados ao nível de emprego e crescimento económico do sector, numa lógica sustentável, capaz de produzir melhores condições de vida social, cultural e económica das populações e ainda do reforço da identidade e da autoestima associada à Região.

Esta estrutura operacional seria então responsável pela elaboração e implementação da estratégia, tendo em conta o conjunto de etapas identificadas no modelo apresentado na figura 51. Estas etapas (baseadas nas etapas definidas pela UNEP, 2008) agrupam-se em três grandes fases:



Uma primeira fase (etapas 1 a 5) em que se estabelece a estrutura operacional descrita anteriormente, envolvendo os vários agentes presentes no território, com interesse no desenvolvimento do sector do turismo. É nessa fase que se toma a decisão de qual a visão a seguir para a região, elaboram-se as diversas análises (caracterização do território, da oferta e da procura turística, das sensibilidades e perspetivas dos visitantes, comunidades locais, agentes políticos e outros agentes interessados no turismo), de forma a desenhar possíveis cenários de atuação. Tem como principais momentos dinamizadores a decisão de elaborar a estratégia de desenvolvimento sustentável do turismo, com o envolvimento dos vários agentes interessados, numa lógica de valorização do quadro de recursos, apostando na diferenciação dos produtos oferecidos.

Numa segunda fase (etapas 6 a 8) elabora-se o plano de ação, o qual deve integrar preocupações com a programação, execução e financiamento das propostas delineadas. O plano deve privilegiar estratégias de atração e captação de investimentos (públicos e privados) e investidores, contratualizando e comprometendo formas e tempos de atuação e execução das ações programadas. Simultaneamente devem ser desenvolvidas ações de comunicação e informação que reforcem as condições e que favoreçam o envolvimento dos vários agentes.

Por fim, na terceira fase (etapas 9 e 10), implementam-se as ações previstas, sendo fundamental realizar ações de promoção territorial, com o objetivo de influenciar positivamente a percepção dos territórios, quer entre a população (para valorizarem o que é seu), quer para o exterior, para conseguirem a integração do seu produto nos mercados globais (Dinis, 2004). Ou seja, é necessário uma forte aposta em marketing territorial, que possibilite a atração e captação de visitantes à região.

Se tudo isto fosse possível de ser integrado numa gestão por uma única entidade capaz de planejar produtos, garantir a programação e o funcionamento sistemático, capaz de promover uma estratégia de marketing territorial agressiva do ponto de vista estratégico, parece-nos que seria possível captar novos mercados, novos turistas durante todo o ano, que motivassem permanências no território e que aumentassem a ocupação das unidades de alojamento, dinamizando, desta forma, todo o tecido económico local. Será, do nosso ponto de vista, através deste caminho que a região da Ria de Aveiro se poderá tornar inovadora, apostando em formas de turismo não tradicionais e valorizando os recursos endógenos que possui.

## CAPÍTULO 9 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

*“Mas o que tem para mim um grande encanto são os sítios ignorados da ria, onde a água cismática encharca, embebida no céu e reflectindo meia dúzia de ervas e dois barcos encalhados. Água esquecida ou pedaço do céu translúcido?”*

Raul Brandão in “Os Pescadores”, pág. 78



Desde a década de setenta do século passado que o turismo se assume com um dos principais sectores de atividade económica nas áreas costeiras e, consequentemente, representa uma atividade económica que produz impactos significativos sobre o ordenamento e a organização desses territórios. Desta circunstância, resulta um conflito de interesses, materializado na existência de dois polos aparentemente opostos:

- a) O interesse em dinamizar o tecido económico local criando condições para a atração de investimento e a criação de emprego através da instalação de equipamentos, infraestruturas, atividades e produtos turísticos capazes de atrair visitantes com capacidade de dinamizar negócio;
- b) A salvaguarda das características e das condições naturais específicas de um determinado sítio (geralmente áreas ambientalmente sensíveis) que lhes conferem a sua singularidade e a sua identidade.

Curiosamente é frequente esta situação conduzir a uma espiral crítica de desenvolvimento que importa ter presente e integrar no processo de desenvolvimento. O interesse, dinamização e atração por uma determinada zona gera progressivas pressões urbanísticas cada vez mais intensas e mais fortes; estas incidem diretamente sobre o território, descaracterizando-o e influenciando negativamente as suas especificidades e singularidades e por sua vez, a sua capacidade de atração, motivando a perda ao longo do tempo da sua qualidade e apetência turística. Esta espiral crítica traduzida pelo processo “Qualidade dos Recursos (atração)/Investimento Turístico (dinamização)/Desqualificação dos Recursos (declínio)” sugere a necessidade de se apostar na implementação de estratégias sustentáveis que tenham em conta o equilíbrio entre o sistema biofísico, as especificidades e a identidade locais e a forma como o investimento turístico é expresso na organização, uso e transformação do território. No entanto, esta forma de pensar o desenvolvimento do turismo, apoiado na valorização e no equilíbrio com o quadro de recursos existente no território, exige abordagens inovadoras quer no processo de planear o desenvolvimento quer nos produtos, atividades, equipamentos e infraestruturas a implementar e a executar.

A investigação efetuada para o presente trabalho constatou e alertou que os turistas têm progressivamente procurado mais os locais onde lhes seja possível descobrir e usufruir das singularidades e especificidades dos locais que visitam, valorizando o contacto e a presença de valores/recursos que não podem encontrar noutros locais. A especificidade e a identidade dos sítios e dos locais são fatores cada vez mais importantes a valorizar do ponto de vista estratégico e mesmo económico. Esta perspetiva do turista deve encontrar reflexo e complementaridade na qualidade e no conforto dos empreendimentos turísticos em especial das estruturas de alojamento, de restauração e de animação (recreio e lazer).

Toda esta problemática de descaracterização dos territórios e perda de qualidade turística é fortemente sentida nas áreas onde a atividade turística apresenta um carácter de massificação, sendo nestas áreas que surge o interesse pelo desenvolvimento do turismo sustentável. Tal como refere Lansing et. al. (2007), já citado anteriormente, o turismo sustentável deve satisfazer simultaneamente as necessidades das várias partes envolvidas, concedendo receitas e lucros à indústria do turismo, experiências responsáveis aos turistas e crescimento económico combinado com proteção ambiental e sociocultural às comunidades e países anfitriões.

No entanto, o conceito de turismo sustentável não é ainda consensual e tem vindo a evoluir ao longo dos anos, tal como o conceito de desenvolvimento sustentável. Voltamos aqui a referenciar duas posições que entendemos ser as mais oportunas e consistentes no âmbito do trabalho que foi desenvolvido e que ajudam a sistematizar as visões e contributos em torno da necessidade de criar um equilíbrio entre as dimensões ambientais, sociais e económicas que envolvem o sector do turismo. Além disso, estas visões reportam o turismo sustentável não para um tipo de turismo mas sim para um modelo de desenvolvimento do sector do turismo.



- a) A visão de Wight (1997, *in* Murphy & Price, 2005) refere que o turismo deve ser apropriado e sustentável ao longo do tempo, de forma a não prejudicar a capacidade ambiental para apoiar outras atividades e processos, pois o turismo não deve ser isolado das outras atividades. Assim, para este autor, o turismo sustentável integra sempre um conjunto de valores que permitam atingir os objetivos económicos, sociais e culturais a que esta atividade se propõe.
- b) A visão da OMT (2004) que refere que o desenvolvimento do turismo sustentável necessita da participação informada de todos os agentes, bem como de uma liderança política forte para assegurar a participação e o amplo consenso entre todos. Para se alcançar os objetivos do turismo sustentável é necessário que o processo de desenvolvimento seja contínuo e que tenha uma monitorização constante, de forma a reduzir impactos negativos. Além disso, deve ser mantido sempre um nível elevado de satisfação dos turistas, assegurando-lhes experiências únicas e aumentando a sua preocupação com as questões ambientais.

Desde a Carta do Turismo Sustentável e Plano de Ação de Turismo Sustentável elaborados aquando da Conferência Mundial de Turismo Sustentável (Canárias, 1995) até ao Código Mundial da Ética do Turismo (OMT, 1999) e à Declaração de Québec (Ano Internacional do Ecoturismo, em 2002), têm sido vários os documentos produzidos de forma a tentar definir orientações gerais para

que o turismo sustentável se torne uma realidade a nível internacional. Também a nível europeu têm sido apresentados diversos documentos orientadores verificando-se que todos estes apresentam objetivos muito semelhantes: tentar reduzir ao mínimo os efeitos negativos do turismo sobre o ambiente e o património cultural e maximizar as suas vantagens em relação aos habitantes dos destinos turísticos, procurando sempre satisfazer as aspirações dos turistas que procuram estes locais.

Relativamente ao turismo em áreas costeiras foram também apresentados diversos documentos, destacando-se o recente Guia de Implementação de Estratégias de Turismo Costeiro Sustentável da UNEP, apresentado em 2009, onde se propõe uma metodologia para o desenvolvimento de estratégias de turismo sustentável nestas áreas e que nos serviu de guia orientador para o desenvolvimento do modelo que é apresentado neste trabalho.

A importância da sustentabilidade do turismo nas áreas costeiras é assim, cada vez mais sentida, quer por quem planeia e promove estas áreas, quer por quem as procura. No sentido de promover um correto ordenamento do espaço costeiro é indispensável que haja uma forte interligação entre Turismo e Gestão Integrada das Zonas Costeiras. Esta interligação permitirá minimizar os problemas induzidos pelo sector turístico às áreas costeiras, bem como proporcionar o surgimento de outras atividades que possam trazer mais-valias a estas áreas. Neste contexto, é necessário dar maior atenção a um correto planeamento integrado do turismo nas áreas costeiras (UNEP, 2009). Também como já foi referido, quem gere e planeia os destinos turísticos necessita de uma nova visão que tenha em conta não só o planeamento físico (pois este é o que assegura a sustentabilidade dos destinos) mas também a criação de novos modelos capazes de reunir a regulamentação do destino juntamente com a coordenação e estímulo do sector privado e a participação pública (Costa, 2006).

A problemática referida anteriormente de descaracterização dos territórios e a aposta cada vez mais visível em estratégias de turismo sustentável são matéria de destaque e de relevância também em Portugal. Tem sido estratégia assumida pelos diversos governos, a aposta no desenvolvimento do sector do turismo sendo essa aposta visível no PENT (documento que permitiu iniciar uma organização do território em função das principais valências turísticas que cada área possui). Pode não ter sido a melhor organização mas foi no entanto um arranque que há muito era esperado e necessário para se apostar e desenvolver o sector, já que o nosso país possui uma grande diversidade de recursos e produtos turísticos. Obviamente, possuindo o nosso país uma extensa costa e uma forte tradição nas atividades ligadas ao mar, o produto mais explorado tem vindo a ser o sol e praia, mas associado ao desenvolvimento deste produto existe sempre um forte carácter de sazonalidade. Embora esse seja o “produto preferido”, Portugal apresenta no domínio do

turismo outros fatores competitivos muito interessantes, uma vez que num espaço geográfico relativamente pequeno podem ser encontrados diversos recursos turísticos motivadores de procura muito diferenciadas. No entanto, muitos destes recursos encontram-se subaproveitados ou mesmo esquecidos, o que determina que não lhes seja reconhecida importância pelos turistas que nos visitam.

A região da Ria de Aveiro constitui um caso paradigmático. Apesar da existência de variadíssimos recursos na região da Ria de Aveiro, da elaboração de estudos desde os anos setenta que identificam a oportunidade do desenvolvimento do turismo associado ao recreio e ao lazer, verifica-se que não existe uma estratégia efetiva que possibilite a construção de um território onde o turismo se assuma como um fator económico determinante e onde outros recursos, além do sol e praia, possam ser aproveitados de forma sustentável. Por isso é visível nesta região, tal como na generalidade das regiões do país, uma forte sazonalidade do turismo. Este fator prende-se, muitas vezes com a falta de conhecimento em relação a outros recursos, também litorais, mas que não se encontram “transformados e sistematizados” em produtos turísticos. As soluções preconizadas têm vindo sempre a esbarrar nas tradicionais inércias institucionais já identificadas por vários autores e projetos (Martins, 1997, Fidélis, 2001, ESGIRA-MARIA, 1999), nomeadamente a falta de coordenação entre as diversas entidades que gerem o território e o complexo quadro de jurisdição sobre a área que dificulta a implementação de qualquer estratégia.

A visão e a abordagem apresentada no Modelo Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo para a Ria de Aveiro (capítulo 8) focalizam a atenção na generalidade dos recursos naturais presentes no território, integrando-os em redes e garantindo-lhes dimensão e coerência enquanto “produto”. É importante e estratégico para a região valorizar esses recursos em termos turísticos, sem esquecer a sua importância para a sustentabilidade e ainda contribuir para a implementação de estratégias que permitam a quebra da forte sazonalidade que se sente no turismo da região.

Tal como já foi referido pretendemos com o presente estudo procurar identificar possíveis soluções e formas de abordagem inovadoras para o desenvolvimento do sector turístico nas áreas costeiras portuguesas, tendo como caso de estudo a região da Ria de Aveiro, através da apresentação de um modelo estratégico de desenvolvimento sustentável do turismo. Através da pesquisa bibliográfica que deu origem à contextualização teórica efetuada, sentimos a necessidade de orientar o nosso modelo estratégico tendo em conta:





- a) Os exemplos de intervenções analisados: Estratégia e Plano de Ação para o Turismo Sustentável em Broads (Reino Unido); Plano Geral de Turismo da Andaluzia (Espanha); Vainameri Project (Estónia) – através dos quais conseguimos apreender as melhores práticas em contextos similares, com vista à obtenção de desempenhos mais favoráveis e de maior sucesso.
- b) Os trabalhos de reflexão que identificam e sugerem novas ideias e novas formas de abordagem perante os problemas de sempre. O Guia de Implementação de Estratégias de Turismo Costeiro Sustentável (UNEP, 2009); O Ciclo Vicioso e o Ciclo Virtuoso de Carr, et. al. (Carr, et. al., 2008) – destas reflexões procurámos retirar orientações e ensinamentos para a construção do modelo estratégico de desenvolvimento sustentável do turismo

Os três exemplos de intervenção apresentados revelaram-nos uma forma subtil de olhar para uma dada região e potenciar os seus recursos, numa lógica de resposta às necessidades da população. São casos que evidenciam a necessidade de se potenciar os recursos endógenos e da sua utilização racional, como forma de atingir um desenvolvimento mais sustentável. Além disso, permitiram também verificar a necessidade de criar espaços de troca e partilha de informações e conhecimento entre os agentes interessados neste processo de desenvolvimento, através de um forte investimento da capacidade organizativa das suas instituições.

O Guia de Implementação de estratégias de Turismo Costeiro Sustentável refere-se a uma forma prática de desenvolver uma estratégia de turismo costeiro sustentável. Identifica etapas e processos que devem ser tidos em conta na sua elaboração, bem como os diversos intervenientes a considerar.

A visão de Carr, et. al., sugere a necessidade de se ir aprendendo através da experiência e do risco. Este ciclo virtuoso refere ainda a necessidade de se aproveitar as pequenas especificidades de cada território para criar um desenvolvimento mais sustentável para as regiões, tal como Schumacher (1973) apresenta no seu trabalho “*Small is Beautiful*”.

Os casos de estudo e as reflexões analisadas permitiram-nos fundamentar a necessidade de se criar um modelo estratégico para a região da Ria de Aveiro, uma vez que são reconhecidas tanto a diversidade como a qualidade dos recursos naturais e existem vontades políticas municipais que exprimem a opção pelo desenvolvimento de um turismo sustentado numa forte componente ambiental e paisagística, verificada na análise dos instrumentos do território (capítulo 6) e nas entrevistas efetuadas aos decisores políticos (capítulo 7). Concluimos assim que o desenvolvimento do sector do turismo na região da Ria de Aveiro necessita, além dos planos e programas já existentes, de uma nova forma de abordagem na articulação entre todos os agentes envolvidos:

entidades e instituições, municípios, associações, investidores, promotores, visitantes e comunidades locais.

Constatámos que, implícita ou explicitamente, a questão do desenvolvimento do sector do turismo de forma integrada na região não é nova. Os municípios, isoladamente e em associação, produziram planos e programas onde expressam a forte vontade e aposta no desenvolvimento do Turismo numa vertente mais ambiental e paisagisticamente sustentável. No entanto, apesar das potencialidades reconhecidas, das vontades políticas enunciadas e das dinâmicas de investimento expectáveis, até hoje não foi possível criar uma visão global e um Modelo Global de Desenvolvimento do Turismo capaz de afirmar o carácter diferenciador e competitivo da região.

É perante esta realidade que se propõe uma forma de abordagem inovadora para o desenvolvimento do sector do turismo, através da criação de um **Grupo de Desenvolvimento do Turismo**, inserido no âmbito da CIRA, que possa ter capacidade de decisão e recorrer a mecanismos de financiamento para a implementação da estratégia. Seria este Grupo a construir a visão global e o plano de ação estratégico para o desenvolvimento sustentável do turismo, ficando responsável pela sua implementação, execução e monitorização. A região da Ria de Aveiro constitui um território específico e único quando se pensa em desenvolvimento do sector do turismo. Dispõe de recursos de excelência, de vontade política e de iniciativa privada. Atualmente os meios financeiros disponíveis são escassos, mas esse é um fator comum a todos os sectores da nossa economia e por isso é necessário que a gestão dos recursos seja feita de forma mais eficaz, o que leva à necessidade de se unirem esforços e criarem estratégias que possam ser vantajosas para os territórios que compõem esta região. Para que possa potenciar todo o seu quadro de recursos e afirmar a sua capacidade de diferenciação num quadro de competitividade regional e nacional deve fazer incidir os principais esforços na construção de uma “**Visão Global**” e integradora de múltiplos sectores e sensibilidades, envolvendo parceiros institucionais e promotores privados.

Um dos primeiros passos está já a ser dado: a sistematização e georreferenciação de todos os recursos da região da Ria de Aveiro, através da articulação entre CIRA e TCP. Após este passo, será necessário identificar as verdadeiras oportunidades de desenvolvimento de apostas estratégicas. Uma vez elegido um conjunto de projetos estratégicos, é essencial integrá-los na Visão Global para o território e iniciar o processo de mobilização de vontades e de dinâmicas para a sua concretização. Para isso, a seleção e envolvimento, criteriosos, de parceiros é indispensável.

A estratégia deve ser definida e desenhada considerando os atuais desafios da sustentabilidade e da capacidade de diferenciação competitiva. É evidente que atualmente, tal como as empresas, os territórios competem entre si, na atração e fixação de população e de investimento. Cada vez mais

é fundamental encontrar novas formas de gestão territorial capazes de construir territórios mais atrativos e mais apetecidos e por isso é fundamental a criação de redes. Redes que vão desde os acontecimentos, a definição de atividades, percursos, etc., e mais importante que tudo, redes que permitam a articulação entre os diversos agentes interessados. No entanto, deve ser uma estratégia simples e que apresente soluções e caminhos alternativos e que tenha capacidade de se ir auto redefinindo em função das apostas concretizadas e em função das mudanças e das dinâmicas que vão surgindo.

Como conclusão final referimos que o potencial dos recursos naturais (diversidade, qualidade, interesse), o pensamento estratégico e político dos diversos municípios e as dinâmicas institucionais e privadas presentes no território, associadas às características únicas da região e à sua localização estratégica, constituem fatores que justificam a aposta na definição e implementação de um Modelo Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo para a região da Ria de Aveiro. A natureza do Modelo proposto (apesar de ter tido por base a realidade da região envolvente da Ria de Aveiro) apresenta um carácter que nos parece facilmente aplicável a outras realidades. O carácter inovador do modelo revela-se na ênfase colocada no necessário e urgente envolvimento das instituições, promotores, visitantes e comunidade local, em torno de uma visão global e de objetivos comuns, de forma a ser possível a realização de projetos, mesmo que de pequena dimensão, que permitam a valorização do território.

As áreas costeiras são zonas privilegiadas ao nível da qualidade e diversidade de recursos sendo por isso as zonas mais procuradas pelo investimento no sector do turismo. O Modelo proposto parece-nos assim poder ser aplicado em diferentes áreas, orientando e articulando políticas públicas e investimentos privados em torno de uma ideia e de uma visão global de desenvolvimento que, na perspetiva defendida no nosso modelo deve, sempre, considerar a defesa de valores fundamentais dos quais destacamos:



- a) A Identidade da região, dos sítios e dos lugares, seja em termos naturais (ambientais e paisagísticos), seja a nível histórico, patrimonial e/ou cultural;
- b) A Sustentabilidade e o equilíbrio entre o sistema biofísico e o modelo de uso, ocupação e transformação do território e do solo. Só o equilíbrio perfeito entre o preservar e o utilizar pode concorrer e contribuir para o reforço da capacidade competitiva das regiões, dos sítios e dos lugares;
- c) A criação de uma imagem identificadora que permita estabelecer uma estratégia de marketing de atração (de visitantes mas também de investimentos) e de divulgação.

Reiteramos assim a necessidade de se desenvolver o sector do turismo nas áreas costeiras enquadrado numa perspetiva sustentável e de equilíbrio entre o sistema biofísico, o modelo de uso e ocupação do território e a memória e identidade dos sítios e dos lugares. É neste equilíbrio que as regiões costeiras podem desenvolver o sector do turismo e assim fortalecer a sua capacidade competitiva afirmando-se pela diferenciação e pela capacidade de oferecer o que os outros (territórios, sítios ou lugares) não podem ou não conseguem oferecer. Seria importante em trabalhos futuros testar a aposta na criação deste Grupo de Desenvolvimento do Turismo para a região da Ria de Aveiro, tentando integrar os diversos agentes interessados no desenvolvimento do turismo. Para tal, temos a ambição de desenvolver um projeto que possa envolver os agentes já referenciados, permitindo avaliar o modelo que apresentamos.

Será fundamental nesse projeto que se aprofundem algumas das questões levantadas neste estudo e que por falta de meios (financeiros e humanos) não foi possível realizar. É o caso da análise “in loco” de casos de estudo de sucesso de implementação de Estratégias de Turismo Sustentável em diversos locais da Europa. O mesmo se passa com a implementação dos inquéritos, que deverá ser feita de forma mais exaustiva. Optou-se neste estudo por apenas aplicar inquéritos aos visitantes da região e que permaneciam em unidades de alojamento ou visitavam Postos de Turismo. No entanto, seria fundamental alargar a sua abrangência de forma a obter-se a opinião de outros agentes interessados no desenvolvimento do turismo. É o caso da análise e envolvimento das comunidades locais e dos promotores privados, promovendo para tal, além de inquéritos, encontros e workshops.

Estas são apenas algumas das ideias que poderão vir a ser desenvolvidas mas que só poderão ser executadas com a aposta na implementação do modelo apresentado e para o qual é necessário, em primeiro lugar, a existência de uma vontade política e institucional assumida.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



ADTRC (2002) – *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo nas Beiras*, Associação para o Desenvolvimento do Turismo da Região Centro, Coimbra

Albuquerque, M. L., Godinho, C. (2001) – *Turismo, Diagnóstico Prospectivo*, DT 35, GEPE – Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia

Albuquerque, H. (2004) – *Uma Estratégia de Turismo Sustentável para Mira*, Câmara Municipal de Mira

Almendra, R. (coord.) (2012) – *Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica dos rios Vouga, Mondego e Lis Integradas na Região Hidrográfica 4. Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental*, estudo elaborado pela Geoatributo para ARH Centro, I. P. – Administração da Região Hidrográfica do Centro, I. P.

Alves, M. F. (2006) – *Gestão Sustentável das Zonas Costeiras: contributos para um modelo de avaliação*, Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências Aplicadas ao Ambiente, realizada sob a orientação científica da Doutora Filomena Martins, Professora Associada do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro e co-orientação do Doutor Fernando Veloso Gomes, professor Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

ANPC (2010) – *Riscos Costeiros – Estratégias de prevenção, mitigação e protecção, no âmbito do planeamento de emergência e do ordenamento do território*, Cadernos Técnicos PROCIV 15, Autoridade Nacional de Protecção Civil

APA (2008) – *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável ENDS 2015*, Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa

ARH Centro (2012) – *Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis Integrados na Região Hidrográfica 4 – Parte 2 – Caracterização Geral e Diagnóstico*, Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP, Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território

Aronsson, L. (2000) – *The Development of Sustainable Tourism*, Bath Press, Great Britain

Arroteia, J. (1994) – *O Turismo em Portugal: subsídios para o seu conhecimento*, Cadernos Turismo e Sociedade n.º 1, Secção Autónoma de Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro, Aveiro

Azapagic, A., Perdan, S. (2011) – *Sustainable Development in Practice: case studies for engineers and scientists*, 2<sup>nd</sup> edition, Wiley-Blackwell, John Wiley & Sons, UK

Barragán Muñoz, J. M. (2003) – *Medio ambiente y desarrollo en áreas litorales: introducción a la planificación y gestión integradas*, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cadiz, Cadiz

Beatley, T., Brower, D., Schwab, A. (1994) – *An Introduction to Coastal Zone Management*, Island Press, Washington, D.C.

Bollmann, M. et. al. (2010) – *World Ocean review 2010: living with the oceans*, Maribus, in cooperation with “The Future Ocean”, International Ocean Institute and Mare Magazine

Brandão, R. (s/d) – *Os Pescadores*, 3<sup>a</sup> edição, Editora Ulisseia, Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses

Brito, R. (1960) – *Palheiros de Mira: Formação e declínio de um aglomerado de pescadores*, Chorographia,, Coleção de Estudos de Geografia Humana e Regional, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

Brito, R. (1994) – *Portugal, Perfil Geográfico*, Editorial Estampa, Lisboa

Broads Authority (2011) – *A Strategy and Action Plan for Sustainable Tourism in the Broads 2011-2015*, Coordinated by Bruce Hanson, Broads Tourism and Broads Authority, Norwich

Burns, P. (2006) – *Innovation, Creativity and Competitiveness*, in Tourism Management Dynamics: trends, management and tools, edited by Buhalis, D. and Costa, C., Elsevier Butterworth-Heinemann, Burlington, págs. 97-107

Butler, R. (1991) – *Tourism, Environment, and Sustainable Development*, in Environmental Conservation, Vol. 18, n.º 3, Edited by Nicholas Polunin, University of Newcastle, UK, 201-209, acessível em <http://dx.doi.org/10.1017/S0376892900022104>



Butler, R. (1999) – *Sustainable tourism: A state-of-the-art review*, *Tourism Geographies*, 1:1, 7-25, acessível em <http://dx.doi.org/10.1080/14616689808721291>

Câmara Pereira, R., Lopes, C. (2000) – *Planeamento e Gestão Integrada do Litoral – o Caso Particular dos Açores*, in *Seminário Perspectivas de Gestão Integrada de Ambientes Costeiros*, Associação EUROCOAST PORTUGAL, Coimbra, pp. 33 a 43

Cunha, A. C. (2007) - *Formação de Professores – A Investigação por Questionário e Entrevista: um exemplo prático*, Editorial Magnólia, Vila Nova de Famalicão.

Carrabau, M. E. (2005) – *Síntese e Análise Integrada dos Estudos Efectuados sobre Recursos Naturais da Região da Ria de Aveiro*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro

Carr, S., Liedtka, J., Rosen, R., Wiltbank, R. (2008) – *In Search of Growth Leaders*, in *The Wall Street Journal (Business)*, <http://online.wsj.com/article/SB121441083243003809.html>, consultado a 6 de Fevereiro de 2012

CCDRC (2010) – PROTCENTRO: Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro (PROT-Centro), [https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=156&Itemid=129](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=156&Itemid=129), Comissão de Coordenação da Região Centro, consultado a 27 de Setembro de 2011

CCE (2000) – *Relativamente à Gestão Integrada da Zona Costeira: Uma Estratégia para a Europa*, Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, COM(2000) 547 final, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas

CCE (2001) – *Uma Abordagem Cooperativa para o Futuro do Turismo Europeu*, Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social e Comité das Regiões, COM (2001) 665 final, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas

CCE (2003) – *Orientações de base para a Sustentabilidade do Turismo Europeu*, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, COM(2003) 716 final, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas

CCE (2006) – *Uma política de turismo europeia renovada: Rumo a uma parceria reforçada para o turismo na Europa*, Comunicação da Comissão, COM(2006) 134 final, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas

CCE (2007a) – *Avaliação da Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC) na Europa*, Comunicação da Comissão, COM(2007) 308 final, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas

CCE (2007b) – *Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo*, Comunicação da Comissão, COM(2007) 621 final, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas

CCE (2008) – *Para um Sistema de Informação Ambiental Partilhada (SEIS)*, Comunicação da Comissão, COM(2008) 46 final, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas

CE (1999) – *Para Uma Estratégia Europeia de Gestão Integrada das Zonas Costeiras (GIZC) – Princípios Gerais e Opções Políticas*, Direcções-Gerais Ambiente, Segurança Nuclear e protecção Civil, Pesca, Política Regional e Coesão, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Comissão Europeia, Luxemburgo

CE (2006) – *Livro verde: Para uma futura política marítima da União: Uma visão europeia para os oceanos e os mares*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Comissão Europeia, Luxemburgo

CE (2008) – *Política Marítima da EU: Factos & Números – Portugal*, Comissão Europeia e Direcção Geral da Pesca e dos Assuntos Marítimos, Comissão Europeia

CE (2010) – *Europa, primeiro destino turístico do mundo – novo quadro político para o turismo europeu*, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, COM(2010) 352 final, Comissão Europeia, Bruxelas

CNADS (2001) – *Reflexão sobre o Desenvolvimento Sustentável da Zona Costeira*, Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (Órgão independente criado pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, DR I – A, n.º 151), Lisboa

Costa, C. (1996) - *Towards the improvement of the efficiency and effectiveness of tourism planning and development at the regional level: planning, organisations and networks: the case of Portugal*, Tese de Doutoramento apresentada na Universidade de Surrey, Surrey

Costa, C: (2001) – *O papel e a posição do sector privado na construção de uma nova política para o Turismo em Portugal*, in “Seminário” - Novas Estratégias para o Turismo, AEP – Associação Empresarial de Portugal, págs.65-88

Costa, C. (2006) – *Tourism Planning, Development and the Territory*, in Tourism Management Dynamics: trends, management and tools, edited by Buhalis, D. and Costa, C., Elsevier Butterworth-Heinemann, Burlington, págs. 236-243

CPU (2006) – *Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro – UNIR@RIA – Relatório do Plano*, versão final, CPU – Urbanistas e Arquitectos

CST (2001) – *90 anos de turismo em Portugal: conhecer o passado, investir no futuro*, Exposição promovida pelo Conselho Sectorial do Turismo, co-financiada pela União Europeia, no âmbito do Programa Operacional de Economia, Lisboa

CTP - Cimeira do Turismo Português (2011) – Discurso de Márcio Paula, disponível em [http://www.cimeiradoturismoportugues.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3&Itemid=4&lang=pt](http://www.cimeiradoturismoportugues.org/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=4&lang=pt)

Daniel, A. (2010) – *Caracterização do Sector Turístico em Portugal*, Revista de Estudos Politécnicos, Volume VIII, n.º 14, pág. 255-276

DGOTDU (2004) - *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, Volume 3, Lisboa, Portugal: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, pp. 139-146

DGPIU (2008) – *O Impacto do Turismo nas Zonas Costeiras: Aspectos relacionados com o Desenvolvimento Regional – Estudo*, Direcção-Geral das Políticas Internas da União, Direcção B: Políticas Estruturais e de Coesão – Desenvolvimento Regional, Parlamento Europeu (IP/B/REGI/IC/2006-166-Lit 01-C03-SC01) (PE 397.260)

Dinis, A. (2004) – *Marketing Territorial: Um instrumento necessário para a competitividade das regiões rurais e periféricas*, in Texto para Discussão – N.º M – 02/2004, Departamento de Gestão e Economia, Universidade da Beira Interior

Droy, M. (2003) – *Sustainable Tourism Development through a Case Study: Champagne-Ardenne, France*, MA European Tourism Management, Bournemouth University

EUCC (1994) – *Coastal Ecosystems and Tourism: a study to the environmental impacts of different forms of tourism*, The Coastal Union, Leiden

EEA (2006) – *The changing faces of Europe's coastal areas*, EEA Report no 6/2006, European Environment Agency, Denmark

EEA (2007) – *Europe's Environment, The Fourth Assessment*, European Environment Agency, Denmark

EC (1999) – *ESDP – European Spatial Development Perspective: Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the European Union*, Office for Official Publications of the European Communities, European Commission, Luxembourg

EC (2000) – *Towards quality tourism: Integrated quality management (IQM) of coastal tourist destinations*, European Commission, Brussels

EC (2006) – *Sustainable Tourism as a Factor of Cohesion among European Regions*, Committee of the Regions, CoR Studies E-6/2006, European Commission, Luxembourg

EUROPARC (2007) – *A Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas*, Texto Integral, Federação EUROPARC

Eurostat (2011) – *Eurostat regional yearbook 2011*, Publications Office of the European Union, Luxembourg

Ferrão, J. (2004) – *Municípios, Sustentabilidade de Qualidade de Vida – Contributos para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses (Continente)*, Coleção Ambiente, Sociedade e Opinião Pública, Coordenação de João

Fidélis, T. (2001) – *Planeamento territorial e ambiente: o caso da envolvente à Ria de Aveiro*, Principia, Cascais

Fidélis, T. (2004) – *Era uma vez uma «Carta de Boas Intenções» para «Unir a Ria»*, acedido em <http://aveirolx.blogspot.pt/2004/04/artigo-de-teresa-fidelis-sobre-ria-de.html>, consultado em 23 de Fevereiro de 2013

Fidélis, T. (2011) – *Planeamento e Requalificação da Ria de Aveiro – explorando sinergias conceptuais, institucionais e temporais entre o Polis Litoral da Ria de Aveiro e o futuro Plano de Ordenamento do Estuário do Vouga (Ria de Aveiro)*, apresentação realizada no âmbito da disciplina de Planeamento territorial e Sustentabilidade Ambiental, Universidade de Aveiro, Aveiro

Firmino, M. B. (2006) – *As Estratégias Empresarias Face à Política de Turismo em Portugal*, Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Gestão Industrial, realizada sob a orientação científica do Doutor Henrique Manuel Morais Diz (orientador principal), Professor Catedrático do Departamento de Engenharia e Gestão Industrial da Universidade de Aveiro, e do Doutor Carlos Manuel Martins Costa (co-orientador), Professor Associado com Agregação Engenharia do Departamento de Engenharia e Gestão Industrial da Universidade de Aveiro, Universidade de Aveiro

Ferrel, G., Thirion, S., Soto, P. (1999) – *A competitividade territorial – Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER*, Caderno n.º 6, Fascículo 1, Observatório Europeu LEADER

Gabinete do Plano Regional de Aveiro (1967) – *Anteplano Regional de Aveiro*, Ministério das Obras Públicas, Direcção Geral dos Serviços de Urbanização

GAC-RA (s/d) – *Ria de Aveiro: Ambiente e Economia Sustentável*, folheto de divulgação dos projetos aprovados no concurso do Grupo de Ação Costeira, Aveiro

GEOTA (2005) – *Campanha Coastwatch 2004/05 – As Potencialidades do Litoral*, Relatório Nacional da Campanha Coastwatch, Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente, Lisboa

GEOTA (2006) – *Turismo e Desenvolvimento Sustentável – 1*, Coordenação da edição por Hélder Careto e Susana Lima, Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, Lisboa

Ghiglione, R., Matalon, B. (1992) – *O Inquérito: teoria e prática*, tradução de Conceição Pires, Celta Editora, Oeiras

Hanson, B. (2005) – *Broads Tourism Strategy*, Report by Head of Recreation and Tourism Development, Agenda Item No 7, Navigation Committee, disponível em <http://www.docstoc.com/docs/3818800/Broads-Tourism-Strategy>, consultado a 8 de Novembro de 2011

Hartl, A., Herslund, L. (2001) – *Green Paper – Sustainable Tourism in the B7 Islands*, Commissioned by Bornholms Amt, on behalf of the BEST Project, Research Centre of Bornholm, Denmark

IA (2002) – *Relatório do Estado do Ambiente 2001*, Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Instituto do Ambiente, Lisboa

ICN (2006a) - *Plano Sectorial da Rede Natura 2000: Relatório (Volume I)*. Lisboa, Portugal: Instituto de Conservação da Natureza

ICN (2006b) - *Plano Sectorial da Rede Natura 2000: Zonas de Protecção Especial – ZPE Ria de Aveiro*. Lisboa, Portugal: Instituto de Conservação da Natureza

ICN (2006c) - *Plano Sectorial da Rede Natura 2000: Sítio de Interesse Comunitário Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas*. Lisboa, Portugal: Instituto de Conservação da Natureza

ICN (2006d) - *Plano Sectorial da Rede Natura 2000: Sítio de Interesse Comunitário Rio Vouga*, Lisboa, Portugal: Instituto de Conservação da Natureza

IFT (2000) – *Turismo e Natureza*, Livro de Atas do Ciclo de Debates de 2000, Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, Lisboa

INAG (1999) – *Programa Litoral 1999*, Ministério do Ambiente, Lisboa

Inskeep, E. (1991) – *Tourism Planning: an integrated and sustainable development approach*, John Wiley Sons, Inc., USA

Instituto da Água (2009) – *Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira*

Jennersten, O. (2004) – *The Vainameri Project – Final technical report*, Project funded by Sida and WWF, Ulriksdal, 2004

Joaquim, G. (2003) – *Turismo Sustentável: o Desafio da Inovação e da Tradição*, in TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais, Edição Instituto Politécnico de Coimbra, Org. Orlando Simões e Artur Cristóvão, Coimbra, 57-64

JOUE (2002) – *Execução da gestão integrada da zona costeira na Europa*, Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 30 de Maio de 2002 (2002/413/CE), 6 de Junho de 2002; Jornal Oficial da União Europeia, Bruxelas

JOUE (2007) – *Directiva 2007/2/CE do parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Março de 2007, que estabelece uma infra-estrutura de informação geográfica na Comunidade Europeia (Inspire)*, publicada no JOUE em 25 de Abril de 2007 (L 108/1 – L 108/14), Jornal Oficial da União Europeia, Bruxelas

JOUE (2007) – *Tratado de Lisboa, que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia (2007/C 306/01)*, Jornal Oficial da União Europeia, Bruxelas

JOUE (2010) – *Os aspectos de desenvolvimento regional do impacto do turismo nas regiões costeiras*, Resolução do Parlamento Europeu, de 16 de Dezembro de 2008, sobre os aspectos de desenvolvimento regional do impacto do turismo nas regiões costeiras (2008/2132(INI)), de 23 de Fevereiro de 2010 (2010/C 45 E/01), Jornal Oficial da União Europeia

Junta de Andalucia (2006) – *Evaluación Ambiental Estratégica Plan General de Turismo Sostenible*, Documento de Evaluación Inicial

Junta de Andalucia (2007a) – *Plan General Turismo Sostenible 2008-2011*, Memoria Informativa, Consejería de Turismo, Comercio y Deporte

Junta de Andalucia (2007b) – *Plan General Turismo Sostenible 2008-2011*, Consejería de Turismo, Comercio y Deporte

Kay, R., Alder, J. (1999) – *Coastal Planning and Management*, E & FN Spon, Routledge, USA

Kokovkin, T. (ed.) (2005) – *The Vainameri Project. Linking rural life and coastal nature*, WWF, SIDA, Arhipelaag, Kardla

Kvale, S. (1996) – *Interviews: an introduction to qualitative research interviewing*, Sage, Thousand Oaks (CA)

Lansing, P., De Vries, P. (2007) – *Sustainable Tourism: Ethical Alternative or marketing Ploy?*, Journal of Business Ethics, Vol. 72, pp. 77-85, Springer, DOI 10.1007/s10551-006-9157-7

Lopes, E. R. (2010) – *A Constelação do Turismo na Economia Portuguesa*, Colecção Portugal – Desafios nos Alvores do Século XXI, O Sol é Essencial S.A.

Manson, P. (2010) – *Tourism, impacts, planning and management*, Second Edition, Elsevier, UK, USA

MAOT (2010) – *POEM – Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo, Volume 1 – Enquadramento, Discussão Pública*, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa

MAOTDR (2007a) – *GIZC Bases para a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional*, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Martins, F. M. (1997) – *Políticas de Planeamento, Ordenamento e Gestão Costeira – contributo para uma discussão metodológica*, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro

MDN (2007) – *Estratégia Nacional para o Mar, Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar*, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa

MEI (2007) – *Plano Estratégico Nacional do Turismo – para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*, Ministério da Economia e da Inovação, Lisboa

Moreira, M. E. (2005) – *A Dinâmica dos Sistemas Litorais*, in Geografia de Portugal: 1. O Ambiente Físico, Medeiros, C. (director de edição), Círculo de Leitores, 222-245

Moreira, M. E. & Neto, C. S. (2005), *Introdução Sobre a Fitogeografia de Portugal*, in Geografia de Portugal: 1. O Ambiente Físico, Medeiros, C. (director de edição), Círculo de Leitores, 418-473

Murphy, P., Price, G. (2005) – *Tourism and Sustainable Development*, in *Global Tourism*, edited by William F. Theobald (3<sup>rd</sup> edition), Elsevier Inc, 167-193

Neto, F. (2003) – *A new Approach to Sustainable Tourism Development: Moving Beyond Environmental Protection*, DESA Discussion Paper No. 29, Department of Economic and Social Affairs, United Nations

Nordin, S. (2003) – *Tourism Clustering & Innovation – Paths to Economic Growth & Development*, ETOUR – European Tourism Research Institute, Mid-Sweden University, Sweden

Nunes, E. (2011) – *Factores de Sucesso em Marketing Territorial: Desafios de Desenvolvimento na Região Centro*, Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia das Organizações e do Trabalho, Lisboa



OCDE (1993) – *Coastal Zone Management, Integrated Policies*, OECD Publications, Paris, France, ISBN 92-64-13826-9

Olivera Begazo, M. (2001) – *Turismo Sostenible y las Agendas 21*, I Congreso Virtual de Turismo, Ciudad Virtual de Antropología y Arqueología, disponível em [http://www.naya.org.ar/turismo/congreso/ponencias/marco\\_oliveira.htm](http://www.naya.org.ar/turismo/congreso/ponencias/marco_oliveira.htm), consultado a 23 de Junho de 2010

Oliveira, R. (2004) – *Inovação e Competitividade do Território e das Comunidades: Atractividade e Competitividade, que determinantes regionais*, Dissertação de Mestrado, Aveiro

OMT (2003) – *Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*, Organização Mundial do Turismo, Porto Alegre

ONU (1992) – *Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento*, disponível em <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>, consultado a 15 de Setembro de 2013

ONU (2002) – *Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável*, disponível em <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/07/unced2002.pdf>, consultado a 15 de Setembro de 2013

Parque Expo (2010) – *Polis Litoral Ria de Aveiro – Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro*, Plano Estratégico

Partidário, M. R. (1998) – *Ambiente e Turismo*, Economia e Prospectiva, Revista do Ministério da Economia, n.º 4, 79-88

Partidário, M. R., Reis, P., Vicente, G., Loureiro, M. (2001) – *Medidas de Protecção da Orla Costeira – Estudo comparado com Espanha e França*, Relatório Final do projecto de investigação realizado por Protocolo entre a Direcção Geral do Turismo e o Departamento de Ciências de Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

Partidário, M. R. (2003) – *Turismo em Espaços Rurais e Naturais – Uma oportunidade sustentável*, Actas do I Encontro de Turismo em Espaços Rurais e Naturais, Escola Superior Agrária de Coimbra e Sociedade de Estudos Rurais, Coimbra, 2 a 4 de Outubro, 2003

PCM (2011) – *Programa do XIX Governo de Portugal*, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa

Pérez González, M., Jiménez Garcia, M. (2012) – *Dinámica Territorial y Econnomía Social: Una reflexión con especial referencia a Andalucía ante los câmbios sociales*, in Revista de Estudios Empresariales, Segunda época, Número 1, 40-58, Universidad de Jaén, disponível em <http://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/REE/article/view/650/657>, consultado a 1 de Dezembro de 2013

Pina, P. (1988) – *Portugal: o turismo no séc. XX*, Lucidus Publicações, Lisboa

Pinho, P. (1991) – *A importância da dimensão estratégica das políticas de desenvolvimento para a região da Ria de Aveiro*, in Ria de Aveiro: que futuro?, Painel realizado no IV Encontro Nacional de Saneamento Básico (Universidade de Aveiro, 25 a 28 de Junho de 1990), Comissão de Coordenação da Região Centro

Plan Blue (2002) – *Indicators for Sustainable Development in the Mediterranean Coastal Regions*, Follow-up of the recommendations of the Mediterranean Commission on Sustainable Development, Final Report, organized by Sophia Antipolis to UNEP, MAP & Plan Blue

Ponte, J. P. (2006) – *Estudos de caso em educação matemática*, Bolema, vol. 25, 105-132, acessível em [http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/06-Ponte%20\(Estudo%20caso\).pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/06-Ponte%20(Estudo%20caso).pdf), consultado a 11 de Fevereiro de 2013

Post, J., Lundin, C. (1996) – *Guidelines for Integrated Coastal Zone Management*, Environmentally Sustainable Development Studies and Monographs Series N° 9; The World Bank, Washingtgon D.C.

PTDC/CS-GEO/1188266/2010 (2011) – *GreenTour – Aplicação do Conceito de Costal Greenway ao Desenvolvimento de Destinos Turísticos Sustentáveis*, candidatura apresentada pela Universidade de Aveiro no âmbito do Concurso de Projetos de I&D da Fundação para a Ciência e Tecnologia

QREN (2007) – *Programa Regional Operacional do Centro 2007-2013 – Mais Centro*, Quadro de Referência Estratégico Nacional, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Rodriguez, I., Montoya, I., Sanchez, M. J., Carreño, F. (2009) – *Geographic Information Systems applied to Integrated Coastal Zone Management*, in Geomorphology (107), Elsevier, 100-105

Ruivo, J. J., 1990, *O que é um Bom Professor – Representações das Características de Professores, segundo Professores em Formação: um estudo de caso*, Dissertação de mestrado em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa

SAER (2005) – *Reinventando o Turismo em Portugal – Estratégia de Desenvolvimento Turístico Português no 1º Quartel do Século XXI*, Volume 4, Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco Lda., Lisboa

Sanò, M., Medina, R. (2012) – *A systems approach to identify sets of indicators: Applications to coastal management*, in *Ecological Indicators* (23), Elsevier, 588-596

Sirgado, J. (1996) – *Dinâmicas do Turismo e Sustentabilidade do Desenvolvimento Local e Regional: Contributo para uma articulação estratégica*, in C. Cavaco (ed.) *Turismo e Lazer*, Coleção Estudos de Planeamento Regional e Urbano, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 25-39

Schumacher, E. F. (1973) – *Small is Beautiful: Economics as if people mattered*, Blond & Briggs, London

Trindade, A. (1997) – *Turismo Português – Reflexões sobre a sua competitividade e sustentabilidade*, GEPE – Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica, Lisboa

TCP (2010) – *PRORia – Implementação e Promoção do Pólo de Marca Turística Ria de Aveiro*, Memória Descritiva da candidatura ao eixo 4 do Programa Operacional de Pesca – PROMAR, Turismo Centro de Portugal, Aveiro

UNEP (2009) – *Sustainable Coastal Tourism: an integrated planning and management approach*, UNEP Manuals on Sustainable Tourism, UNEP

UCPT (s/d) – *Turismo*, Documento de Trabalho n.º 12, Unidade de Coordenação do Plano Tecnológico

UN (1992) - Agenda 21, United Nations Conference on Environment & Development, United Nations

UN (2002) – *Johannesburg Summit 2002*, United Nations Department of Economic and Social Affairs New York

UN (2012) – *The Future We Want – Report of the United Nations Conference on Sustainable Development*, Rio de Janeiro, Brasil

UNWTO (1999) – *Global Code of Ethics for Tourism*, World Tourism Organization, documento traduzido para português pela Direcção Geral do Turismo “O Código Mundial de Ética do Turismo”, acessível em [http://www.unwto.org/ethics/full\\_text/en/pdf/Portugal.pdf](http://www.unwto.org/ethics/full_text/en/pdf/Portugal.pdf), consultado a 10 de Fevereiro de 2011

UNWTO (2004) – *Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: A Guidebook (English version)*, World Tourism Organization, Spain

UNWTO (2012) – *Tourism Highlights, 2012 Edition*, World Tourism Organization, acessível em <http://mkt.unwto.org/en/publication/unwto-tourism-highlights-2012-edition>, consultado a 16 de Janeiro de 2013

WCED (1987) – *O Nosso Futuro Comum*; Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento, Liber Editores, Lisboa

Williamson, T. (1997) – *The Norfolk broads: a landscape history*, Manchester University Press, Manchester

WRI (2000) – *A Guide to World Resources 2000-2001 – People and Ecosystems: the Fraying Web of Life*, World Resource Institute, Washington, DC, USA, pp. 389

WRI (2001) – *Pilot Analysis of Global Ecosystems (PAGE) – Coastal Ecosystems*, World Resource Institute, Washington, DC, USA

WTO (1993) – *Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development*, UK

WTO (1996) – *What Tourism Managers Need to Know: a practical guide to the development and use of indicators of sustainable tourism*, World Tourism Organization

WTO, 2006, *Communication and Sustainable Tourism*, Proceedings of the Global E-Conference and Summer Speaker Series on the Role of Development Communication in Sustainable Tourism, May 29 – June 9, 2006

[[http://www.usaid.gov/our\\_work/agriculture/landmanagement/pubs/commun\\_sust\\_tourism.pdf](http://www.usaid.gov/our_work/agriculture/landmanagement/pubs/commun_sust_tourism.pdf)], (consultado em 01/10/2009).

WTTC (2003) – *Blueprint for New Tourism*, World Travel & Tourism Council, London

WTTC (2010) – *Progress and Priorities 2009-10*, World Travel & Tourism Council, London, acessível em [http://ec.europa.eu/enterprise/sectors/tourism/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/enterprise/sectors/tourism/index_pt.htm), consultado a 3 de Janeiro de 2011

WTTC (2012) – *Travel & Tourism Economic Impact 2012 – World*, World Travel and Tourism Council, London

Zahedi, S. (2008) – *Tourism impact on coastal environment*, in WIT Transactions on The Built Environment, vol. 99, WIT Press, 45-57

## **DOCUMENTOS LEGISLATIVOS**

Decreto-Lei n.º 302/90, de 26 de Setembro – Regime de Gestão Urbanística do Litoral

Resolução de Conselho de Ministros n.º 11/93, de 23 de Fevereiro – Ratifica o Plano Diretor Municipal de Estarreja

Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro – Regula a elaboração e a aprovação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira

Resolução de Conselho de Ministros n.º 83/94, de 16 de Setembro – Ratifica o Plano Diretor Municipal de Mira

Resolução de Conselho de Ministros n.º 66/95, de 10 de Julho – Ratifica o Plano Diretor Municipal de Ovar

Resolução de Conselho de Ministros n.º 165/95, de 11 de Dezembro – Ratifica o Plano Diretor Municipal de Aveiro

Resolução de Conselho de Ministros n.º 180/97, de 27 de Outubro – Ratifica o Plano Diretor Municipal de Sever do Vouga

Resolução de Conselho de Ministros n.º 86/98, de 10 de Julho – Aprova as linhas de orientação do Governo relativas à estratégia para a orla costeira portuguesa

Resolução de Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de Agosto – Cria o Programa Nacional de Turismo de Natureza

Resolução de Conselho de Ministros n.º 20/99, de 17 de Março – Ratifica o Plano Diretor Municipal de Albergaria-a-Velha

Resolução de Conselho de Ministros n.º 80/99, de 29 de Julho – Ratifica o Plano Diretor Municipal de Oliveira do Bairro

Resolução de Conselho de Ministros n.º 140/99, de 5 de Novembro – Ratifica o Plano Diretor de Ílhavo

Resolução de Conselho de Ministros n.º 142/2000, de 20 de Outubro – Aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Ovar – Marinha Grande

Resolução de Conselho de Ministros n.º 75/2002, de 10 de Abril – Ratifica o Plano Diretor Municipal da Murtosa

Resolução de Conselho de Ministros n.º 22/2003, de 18 de Fevereiro – Aprova o Programa FINISTERRA, Programa de Intervenção na Orla Costeira Continental

Lei n.º 16/2003, de 4 de Junho – Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro – Revê, Atualiza e unifica o regime jurídico dos terrenos do domínio público hídrico

Resolução de Conselho de Ministros n.º 76/2005, de 21 de Março – Aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto (PORNDSJ)

Resolução de Conselho de Ministros n.º 31/2006, de 23 de Março – Determina a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Centro (PROT-Centro)

Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro – Aprova a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Resolução de Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de Abril – Aprova o Plano Estratégico Nacional de Turismo

Resolução de Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto – Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 e o respetivo Plano de Implementação (PIENDS)

Despacho n.º 5290/2008, de 27 de Fevereiro, do Gabinete do Ministro – Cria o grupo de trabalho para a elaboração de uma Proposta de Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro

Decreto-Lei n.º 67/2008, de 10 de Abril – Aprova o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental e dos pólos de desenvolvimento turístico, a delimitação e características, bem como o regime jurídico da criação, organização e funcionamento das respetivas entidades regionais de turismo

Aviso n.º 19308/2008, de 3 de Julho – Aprova o Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro – UNIR@RIA

Aviso n.º 8076/2009, de 14 de Abril – Aprova a 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vagos

Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de Maio – Estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos

Portaria n.º 651/2009, de 12 de Junho – Define o Código de Conduta a adotar pelas empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos que exerçam atividades reconhecidas como turismo de natureza

Decreto-Lei n.º 191/2009, de 17 de Agosto – Estabelece as bases das políticas públicas de turismo

Despacho n.º 224000/2009, de 9 de Outubro, do Gabinete do Secretário de Estado do ordenamento do Território e das Cidades – Determina a revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar – Marinha Grande

Aviso n.º 3341/2012, de 1 de Março – Aprova a Revisão do Plano Diretor Municipal de Águeda

Resolução de Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de Abril – Aprova a Revisão do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) para 2013-2015

Proposta de Lei n.º 104/XII – Aprova o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, assim como da delegação de competências do Estado nas autarquias locais e nas entidades intermunicipais e dos municípios nas entidades intermunicipais e nas freguesias e o regime jurídico do associativismo autárquico